

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO**

POLIANA DA SILVA FERREIRA

**A RESPONSABILIZAÇÃO DA POLÍCIA QUE MATA:
UM ESTUDO DE CASO SOBRE O TRATAMENTO JURÍDICO DAS ABORDAGENS
POLICIAIS COM RESULTADO MORTE**

**SÃO PAULO
2019**

POLIANA DA SILVA FERREIRA

A RESPONSABILIZAÇÃO DA POLÍCIA QUE MATA:
UM ESTUDO DE CASO SOBRE O TRATAMENTO JURÍDICO DAS ABORDAGENS
POLICIAIS COM RESULTADO MORTE

Dissertação apresentada à Escola de Direito
de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas,
como requisito para obtenção do título de
Mestre em Direito.

Linha de Pesquisa: Instituições do Estado
Democrático de Direito e Desenvolvimento
Político e Social

Orientadora: Profa. Dra. Maíra Rocha
Machado

SÃO PAULO
2019

Ferreira, Poliana da Silva.

A responsabilização da polícia que mata : um estudo de caso sobre o tratamento jurídico das abordagens policiais com resultado morte / Poliana da Silva Ferreira. - 2019.

206f.

Orientador: Maíra Rocha Machado.

Dissertação (mestrado) - Fundação Getulio Vargas, Escola de Direito de São Paulo.

1. São Paulo (Estado). Policia Militar. 2. Violência policial - Estudo de casos. 3. Homicídio - São Paulo (Estado). 4. Má-conduta policial. 5. Responsabilidade (Direito). I. Machado, Maíra Rocha. II. Dissertação (mestrado) - Escola de Direito de São Paulo. III. Fundação Getulio Vargas. IV. Título.

CDU 351.74(815.6)

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO

POLIANA DA SILVA FERREIRA

Dissertação apresentada à Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Direito.

Data de Aprovação:
17.04.2019

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Maira Rocha Machado (Orientadora)

Prof. Dra. Marta Rodriguez de Assis Machado

Prof. Dra. Marcia Regina de Lima Silva

Dedico este trabalho
A Doraci da Silva, que segue cuidando de nós lá do céu
Às mulheres pretas de minha família, por serem donas de tanta sabedoria
Às Marielles que vivem em cada uma e cada um de nós.

AGRADECIMENTOS

À Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, pela concessão da Bolsa Mario Henrique Simonsen, que me permitiu ingressar na Pós-Graduação.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pelo financiamento da pesquisa através da concessão da Bolsa de Mestrado (Processo nº 2017/00239-4) e da Bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior (Processo nº 2017/22051-7). “As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade da autora e não necessariamente refletem a visão da FAPESP e da CAPES”.

À minha orientadora, Maira Rocha Machado, pelo apoio ao longo dessa caminhada. Agradeço as inúmeras provocações, as discussões calorosas, as leituras críticas, sem as quais essa pesquisa não existiria.

À Riccardo Cappi, pelo incentivo no percurso e nos percalços, pelas críticas destemidas e pelas inspiradoras discussões.

Aos sujeitos da pesquisa, colaboradores sem os quais essa pesquisa seria inviável.

Às professoras Márcia Lima, Marta Saad e Marta Machado, pelas sugestões por ocasião da banca de qualificação.

Ao professor Dan Kaminski e ao *Centre de Recherche Interdisciplinaire sur la Déviance et la Pénalité* da *Université Catholique de Louvain* pelo acolhimento, simpatia e generosidade.

Ao Núcleo de Estudos sobre o Crime e a Pena da FGV Direito SP, ao Grupo de Pesquisa em Criminologia da UNEB e à Rede de Estudos Empíricos em Direito.

Aos meus professores Marta Machado, Michelle Ratton, Mário Schapiro, Oscar Vieira, Dimitri Dimoulis, Maira Machado, Carlos Ari, Lie do Carmo, pelas novas possibilidades epistemológicas.

À Cristiane Samária e a Matheus de Barros, pelo apoio administrativo e burocrático.

Aos pesquisadores e amigos do Grupo de Pesquisa em Criminologia da Universidade do Estado da Bahia, especialmente, a Tati, Ana Míria, Felipe, Marcola, Celso, Beatriz, João Alexandrino, Sóstenes, Maria José, Maiara, Mariana, Rhanna, Lorena, Alana, Luciano, Carol, Bruno e Uiliam.

Aos amigos Vilma Reis, Evandro Piza, Carolina Trevisan, Camila Prando, Ana Gabriela Braga, Cristina Zackzeski, Ludmila Ribeiro, Jacqueline Sinhoretto, Andrea Tourinho, Maurício Azevedo, Sérgio São Bernardo, Marília Budó, pelas discussões sempre proveitosas.

Aos colegas GVNianos e aos amigos e amigas do Coletivo 20 de Novembro.

Aos amigos Ma, Dona Rona, Fe, Muri, Seu Nelson, Lívia, Carlina, Giovana, Patrícia, Adriana, Andrea, Gabriel, Nicolay, Saylon, Milena, Fayola, Tayná, Aline, Naty Sanzovo e Gil, pelo acolhimento na fria São Paulo.

Aos queridos Lívia, Marcola, Felipe e Riccardo, pela minuciosa e atenta leitura final.

À Geovana, Apoena e Juliana, minhas irmãs e amigas; às Camilas, Beatriz e Archanjo, a Catharino e a Dinda Ana pela presença constante; às minhas tias Márcia, Maria José, Eliana e Vera Lúcia.

Às amigas e aos amigos da luta, que resistem em meio às trevas e à escuridão que retomam o país e nos exige novas estratégias de enfrentamento.

A vocês, minha eterna gratidão.

RESUMO

A pesquisa propõe uma análise compreensiva das formas através das quais o Estado atua na responsabilização dos policiais militares que se envolveram em abordagens policiais que tiveram a morte de um cidadão como um dos resultados. Prevê-se o estudo da atividade estatal diante desses casos, nas três esferas de atuação do sistema de justiça – penal, administrativa e civil. Através da metodologia qualitativa conhecida como “estudo de caso único”, busca-se observar as similitudes, diferenças, articulações, bem como as consequências jurídicas em cada uma dessas esferas jurídicas para as vítimas (ou suas famílias), os réus e o próprio Estado. O acesso aos autos dos processos, as entrevistas semidirigidas, as observações das práticas forenses e administrativas, e suas respectivas análises, referentes ao caso selecionado, forneceram informações relevantes e linhas de compreensão sobre a maneira através da qual o estado de São Paulo intervém diante de práticas policiais letais, plausivelmente autoritárias e antidemocráticas.

Palavras-chave: Abordagem Policial com Resultado Morte; Auto de Resistência; Pesquisa Qualitativa; Estudo de caso; Tríplice Responsabilidade

RÉSUMÉ

La recherche propose une analyse complète de la manière dont l'État agit dans la responsabilité des officiers de la police militaire qui ont participé aux démarches de la police ayant conduit à la mort d'un citoyen. Il est prévu d'étudier l'activité de l'État dans ces affaires, dans les trois domaines d'action du système pénal, du système administratif et du système de justice civile. À travers la méthodologie qualitative dite "étude de cas unique", elle cherche à observer les similitudes, les différences, les articulations, ainsi que les conséquences juridiques dans chacune de ces sphères juridiques pour les victimes (ou leur famille), les accusés et l'État lui-même. L'accès aux dossiers, aux entretiens semi-structurés, aux observations de pratiques médico-légales et administratives et à leurs analyses respectives concernant le cas sélectionné devrait fournir des informations pertinentes et des pistes de compréhension sur la manière dont l'État de São Paulo intervient des pratiques policières mortelles, vraisemblablement autoritaires et non démocratiques.

Mots-clés: Mort résultant de l'intervention de la police; Auto de resistência; Recherche Qualitative; Étude de Cas

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADEPOL – Associação dos Delegados de Polícia do Brasil
ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade
BO – Boletim de Ocorrências.
CECOP – Centro de Comunicações do DHPP.
CEPOL – Centro de Comunicações da Polícia Civil.
COPOM – Centro de Operações da Polícia Militar.
CP – Código Penal.
CPC – Código de Processo Civil.
CPM – Código Penal Militar.
CPP – Código de Processo Penal.
CPPM – Código de Processo Penal Militar.
DATASUS– Banco de dados do Sistema Único de Saúde.
DEPC – Departamento Estadual de Polícia Científica.
DGP – Delegacia Geral de Polícia.
DHPP – Departamento de Homicídios e Proteção à pessoa.
GEACRIM –Grupo Especializado de Atendimento a Locais de Crimes.
IPM – Inquérito Policial Militar
PC – Polícia Civil.
PROAR –Programa de Acompanhamento a Policiais Militares Envolvidos em Ocorrências de Alto Risco.
STF– Supremo Tribunal Federal
STJ – Superior Tribunal de Justiça

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Representação gráfica dos principais instrumentos normativos relativos às *abordagens policiais com resultado morte* identificados na pesquisa.
Quadro 2. Representação gráfica do fluxo processual do caso estudado
Quadro 3. Decomposição do fluxo de responsabilização observado a partir do caso
Quadro 4. Representação gráfica dos elementos que constituem os pilares da apuração
Quadro 5. As vítimas do caso
Quadro 6. Graus de implicação no processo: distribuição desigual de responsabilidade?
Quadro 7. Lógica imunitária: mecanismos jurídicos de proteção institucional da PM no tratamento das abordagens policiais com resultado morte

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1. ESTRATÉGIA METODOLÓGICA.....	18
1.1. AS ETAPAS DA PESQUISA.....	18
1.1.1. Revisão de literatura.....	19
1.1.2. Aproximação ao campo.....	19
1.1.3. Aprofundamento teórico e fixação da pergunta.....	21
1.1.4. Definição do método.....	22
1.1.4.1. Escolha do método.....	23
1.1.4.2. Técnicas mobilizadas.....	24
1.1.5. Análise.....	27
1.2. ALCANCES E LIMITES DO MÉTODO.....	28
1.3. OS ELEMENTOS SUBJETIVOS DA PESQUISA.....	30
CAPÍTULO 2. O QUE APONTA A REVISÃO DE LITERATURA.....	34
2.1. BARREIRAS À PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO A RESPEITO DO TEMA.....	36
2.2. PANORAMA NUMÉRICO DAS ABORDAGENS POLICIAIS COM RESULTADO MORTE.....	39
2.3. USO DA FORÇA PELA POLÍCIA.....	43
2.4. IMPUNIDADE, AUSÊNCIA DE RESPONSABILIZAÇÃO E O INGRESSO DOS CASOS DE ABORDAGENS POLICIAIS COM RESULTADO MORTE NO SISTEMA DE JUSTIÇA.....	45
CAPÍTULO 3. AS REGRAS DO JOGO E A ARQUITETURA INSTITUCIONAL...50	50
3.1. A ESTRUTURA JURÍDICA PARA TRATAR AS ABORDAGENS POLICIAIS COM RESULTADO MORTE.....	50
3.2. A ARQUITETURA INSTITUCIONAL PARA TRATAR AS ABORDAGENS POLICIAIS COM RESULTADO MORTE E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....	52
3.3. NORMAS INFRACONSTITUCIONAIS QUE DESENHAM CONDUTAS, PROCESSOS DE RESPONSABILIZAÇÃO E SANÇÕES NOS CASOS ABORDAGENS POLICIAIS COM RESULTADO MORTE.....	56
3.3.1. Os instrumentos normativos que distribuem papéis e determinam comportamentos de atores individuais e institucionais.....	58
3.3.1.1. A criminalização das abordagens policiais com resultado morte.....	60
3.3.1.2. A previsão de responsabilidade civil.....	61
3.3.1.3. O estabelecimento da responsabilidade administrativo-disciplinar.....	62
3.3.2. Atores conflitantes e papéis controversos.....	64
3.3.2.1. Multiplicidade institucional na apuração das mortes decorrentes e intervenção policial.....	64
3.3.2.2. Conflitos institucionais entre polícia civil e militar.....	67
3.3.3. Definição de condutas de policiais militares nos casos de abordagens policiais, uso da força e arma de fogo.....	71
3.3.4. Processos de responsabilização e consequências legais aos comportamentos desviantes.....	73
CAPÍTULO 4. A FARSA DO REVEILLON.....	79

4.1.O CASO VEM A PÚBLICO.....	79
4.2.O INGRESSO NO SISTEMA DE JUSTIÇA.....	82
4.2.1. O Boletim de Ocorrências e a primeira versão oficial.....	82
4.2.2. Produção documental para elaboração de inquérito na Polícia Civil.....	86
4.2.3. A produção de inquérito policial.....	87
4.2.4. A chegada da nova versão sobre as mortes na Corregedoria e seus desdobramentos.....	88
4.2.5. A conclusão do inquérito da Polícia Civil	96
4.3.O TRÂNSITO PELO SISTEMA DE JUSTIÇA.....	96
4.3.1. A denúncia.....	96
4.3.2. A promoção de arquivamento.....	97
4.3.3. O percurso até a pronúncia.....	97
4.3.4. A decisão final do Conselho de Disciplina.....	99
4.3.5. Os julgamentos perante o Tribunal do Júri e seu desfecho, a partir da observação.....	100
4.3.5.1. O júri de Djalma.....	102
4.3.5.2. O júri de Marcos Akira.....	107
4.4. E O CIVIL?.....	110
 CAPÍTULO 5. DA POSSÍVEL RESPONSABILIZAÇÃO DO POLICIAL À BLINDAGEM DA POLÍCIA MILITAR.....	 113
5.1.OS PILARES DA APURAÇÃO NOS PRIMEIROS MOVIMENTOS INSTITUCIONAIS EM RESPOSTA À ATUAÇÃO DOS POLICIAIS MILITARES.....	115
5.1.1. O registro sobre as “vítimas”	117
5.1.2. O registro sobre o local dos fatos.....	122
5.1.3. A preeminência e a difusão da versão dos policiais militares.....	126
5.2. ATORES FUNDAMENTAIS À SOBREVIVÊNCIA DOS PROCESSOS.....	128
5.3. UMA LEITURA PROCESSUAL DO RACISMO INSTITUCIONAL.....	133
5.4. A INTERAÇÃO ENTRE AS ESFERAS DE RESPONSABILIZAÇÃO.....	139
5.5. MECANISMOS JURÍDICOS DE PROTEÇÃO: “A LÓGICA IMUNITÁRIA”	142
5.5.1. A lógica imunitária.....	143
5.5.2. Mecanismos de proteção da instituição inscritos na legislação.....	144
5.5.3. Mecanismos de proteção identificados nas práticas processuais.....	148
5.5.4. Mecanismos de proteção identificados em atos que evocam uma cultura institucional na própria polícia militar.....	165
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 169
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	 174
 ANEXO.....	 189

INTRODUÇÃO

Primeira hora de 1º de janeiro de 2015. Rua Erva de Ovelha, Vila Jacuí, periferia da zona leste de São Paulo. O pedreiro Vagner de Sousa Ribeiro, um homem negro de 32 anos, vestindo camiseta regata de uma torcida uniformizada do Palmeiras, está em pânico. Acuado, atrás de uma cama de casal em um quarto escuro, Lápis, como é conhecido desde a infância nas ruas do bairro, implora para não ser morto por dois policiais do 2º Batalhão da Polícia Militar que, a pouco mais de dois metros de distância, o têm sob a mira de suas armas. Os PMs gritam para que o pedreiro saia de trás da cama e, com as mãos para o alto, se renda. Ribeiro reluta, grita não estar armado e implora para que os PMs não atirem. Quando decide deixar o escudo da cama, Ribeiro é jogado ao chão por dois tiros de uma submetralhadora Famae, calibre .40. Após breve silêncio, Ribeiro recebe mais quatro disparos. Dessa vez eles partem de uma carabina CT, calibre .30. O cheiro da pólvora se mistura ao do sangue que escorre do corpo do pedreiro (...). (PONTE JORNALISMO, trecho extraído da reportagem assinada por André Caramante, *A farsa da PM de SP no Réveillon de 2015*, 25/01/15).

As abordagens policiais com resultado morte no Brasil constituem um desafio importante para a consolidação do Estado Democrático de Direito. As elevadas taxas de violência letal praticadas pela polícia destacam negativamente o país no cenário internacional e mobilizam diferentes instituições em torno de seu enfrentamento, que alcança dimensões sociais, políticas e jurídicas (SHEPTYCKI, 2002). Dentre as inúmeras estratégias utilizadas pelo Estado para enfrentar o fenômeno, se destacam aquelas circunscritas institucionalmente no âmbito do sistema de justiça. A pesquisa propõe, portanto, um estudo aprofundado do tratamento jurídico dado às abordagens policiais com resultado morte¹, a partir de um caso observado no estado de São Paulo.

A justificativa para observar de forma mais detida a maneira segundo a qual o sistema de justiça trata essas abordagens, ancora-se em ao menos dois planos, um acadêmico e um político. No plano acadêmico, constata-se que há um baixo número de pesquisas empíricas inscritas no Direito² que descrevam o conjunto de normas, instituições e atores que tenham

¹ Abordagens policiais com resultado morte referem-se, especificamente, às mortes cujas causas se deram em função de uma intervenção policial, caracterizada pelo uso de arma de fogo, instrumento de trabalho corriqueiramente utilizado por policial militar em serviço.

² Diagnóstico realizado a partir do levantamento de pesquisas na etapa de revisão de literatura, a qual consistiu na consulta de pesquisas de diferentes áreas das Ciências Humanas e Sociais. Observou-se que temas como aumento da letalidade da ação policial (CANO, 1997; LOCHE, 2010; SINHORETTO et al. 2014; BUENO, CERQUEIRA, LIMA, 2014), políticas de segurança pública e controle da letalidade policial (OLIVEIRA, 2008, 2012; BUENO, LIMA, 2012), representações sociais da violência policial e dos “autos de resistência” (COUTINHO JÚNIOR,

como objeto o tratamento jurídico das abordagens policiais com resultado morte – quando observadas individualmente ou em conjunto³ – e os processos de responsabilização de policiais militares envolvidos em tais abordagens.

No plano político, esta pesquisa focaliza o papel desempenhado pelas instituições do sistema de justiça, decisivo para persistência dos altos índices de mortes praticadas por policiais militares, e por isso, ela se torna ainda mais relevante. Os resultados desta investigação pretendem oferecer subsídios para criação de novos mecanismos ou estratégias de responsabilização de policiais no tratamento das abordagens com resultado morte, na medida em que apresentam um diagnóstico sobre a maneira como o sistema de justiça atua, está organizado, aferindo o (des)cumprimento de algumas de suas promessas, por um lado, e muitos dos seus limites, por outro, no enfrentamento desse problema específico, que vitimou no ano de 2016, por exemplo, mais de quatro mil pessoas – dentre as quais os jovens negros e pobres constituíram maioria, de acordo com o relatório o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2017).

Assim, diante da escassez de pesquisas no âmbito jurídico sobre o tema, e do contexto político e sociorracial no qual o sistema de justiça opera, essa pesquisa propõe um passo para ir além da mera descrição heterodoxa de atores e tarefas do fluxo processual e da crítica às instituições que, embora necessária, acaba sendo frequentemente estéril na proposta de novas linhas de atuação. Busca-se aqui apresentar um novo marco teórico-analítico para compreensão dos eixos centrais que movimentam as engrenagens do sistema de justiça em torno da “polícia que mata”, de modo a atualizar a agenda de pesquisa e seus resultados a respeito da letalidade policial, da violência racial e das lógicas que operam dentro e no entorno do sistema de justiça, para a manutenção de uma performance cronicamente negativa em matéria de proteção às vidas.

A expressão “polícia que mata”, a qual faz-se referência desde o título, designa a um só tempo: (i) foco em mortes resultantes de atuação de policiais em serviço; (ii) uma preocupação com a perspectiva institucional da letalidade das ações policiais – não individualizante; e (iii) a marcação em uma das características do julgamento desse tipo de fato, o qual, diferentemente dos homicídios em geral, tem a autoria conhecida desde o início das ações judiciais.

2014; SANTOS, 2016; BUENO, 2018), a dor dos familiares das vítimas da violência de Estado (BUSSINGER, NOVO, 2008; FREIRE, ARAÚJO, FARIAS, 2009; VIANNA, FARIAS, 2011; AROSI, 2013; EILBAUM, MEDEIROS, 2016; LAGATTA, 2017), vêm sendo estudados, especialmente na Sociologia, na Antropologia e na Psicologia. Pela revisão de literatura, constatou-se um baixo número de pesquisas empíricas em Direito preocupadas com o tratamento das abordagens policiais com resultado morte pelo sistema de justiça.

³ Situação que caracteriza o fenômeno conhecido por letalidade policial (BUENO, 2014, 2018).

Para contribuir com uma nova perspectiva de investigação sobre o tema, já densamente tratado por ativistas e militantes anti-racismo e pró-direitos humanos, buscou-se observar o tratamento jurídico nas esferas administrativa, penal e civil, assim como, as relações entre essas esferas, tanto na própria tramitação processual, quanto no desfecho dos procedimentos em tela. Por isso, a pesquisa foi organizada a partir da seguinte questão: como o Estado intervém juridicamente frente a letalidade policial? Mais especificamente, procurou-se observar as questões que emergem e se tornam cruciais ao longo do acompanhamento do *fluxo do sistema de justiça – dos procedimentos e das respostas estatais nos três registros de responsabilização – no tratamento das abordagens policiais com resultado morte*.

Para alcançar o referido objetivo foram formulados os seguintes objetivos específicos:

- (i) Apresentação, a título de contextualização, de um panorama quantitativo das vítimas letais decorrentes de abordagens policiais e dos processos de autos de resistência no Brasil, em especial no estado de São Paulo.
- (ii) Revisão de literatura referente à letalidade policial e seu enfrentamento, com especial atenção para as definições conceituais e a identificação dos principais problemas metodológicos que cercam esta discussão, tendo em vista a formulação da questão de pesquisa;
- (iii) Identificação e apresentação dos marcos jurídicos e doutrinários pátrios do tratamento das abordagens policiais com resultado morte e processos de responsabilização;
- (iv) Explicitação da metodologia utilizada, que será também entendida também como produto da própria pesquisa, dada sua elaboração progressiva ao longo da mesma, a partir da aproximação ao estudo de caso e estudo de casos múltiplos;
- (v) Identificação, a partir dos casos observados, dos procedimentos e das múltiplas consequências jurídicas do processo, para o autor, para a vítima, para a comunidade onde ocorreu o fato e para o Estado. Além disto, será observada a possibilidade de se estabelecer alguma correlação entre estas consequências e os elementos que impulsionam, ou não, o prosseguimento ou a extinção do processo com resolução de mérito em cada esfera do direito;
- (vi) Identificação da interação entre as diferentes esferas jurídicas (se houver) e da especificidade de suas relações;
- (vii) Compreensão das significações elaboradas pelos atores envolvidos em torno do(s) processos e das peculiaridades que o(s) cerca(m), como, por exemplo, as prisões dos policiais, os argumentos mobilizados pela mídia, a presença de familiares no processo.

A pesquisa inscreve-se, portanto, no conjunto de estudos relacionados ao campo *Direito & Desenvolvimento* e se filia à corrente que entende que o desenvolvimento não pode prescindir, em hipótese alguma, do correto funcionamento das instituições do sistema de justiça, de acordo com os parâmetros do Estado Democrático de Direito. Neste sentido, afasta-se da chave que entende desenvolvimento como meramente econômico. O desenvolvimento é encarado, portanto, incluindo e articulando os aspectos humano, político, racial e social, não podendo ser analisado apenas sob o viés restritivo de variáveis macroeconômicas, tais como o crescimento do PIB e a renda (SEN, 2000).

Assim, considera-se fundamental para o desenvolvimento em contexto democrático, conjugar, por um lado, crescimento, distribuição de renda, emprego, segurança jurídica para os investidores, e, por outro lado, qualidade de vida, saúde, educação, moradia, igualdade racial para os cidadãos. Além de se ter uma polícia que não mata, é de fundamental importância, sempre na ótica do desenvolvimento, ter uma estrutura jurídico-institucional que controla e responsabiliza os agentes públicos por suas ações ilegais, sendo os atores do sistema de justiça e segurança pública cientes de seus limites de atuação e conscientes da importância de seu papel jurídico e político, numa sociedade extremamente fragmentada, injusta e desigual.

Ainda na perspectiva do desenvolvimento, torna-se fundamental produzir pesquisas com descrições precisas acerca do tratamento dado pelo Estado aos casos em que policiais matam cidadãos, bem como elaborar diagnósticos acerca dos possíveis entraves jurídicos, dos nós institucionais e dos pontos de estrangulamento dos fluxos processuais voltados para sua responsabilização. Estas tarefas estão tradicionalmente dificultadas em função da ausência de dados estatais acerca do número de absolvições e condenações oriundas daqueles casos, e de outras informações sobre os mesmos, como o perfil das vítimas e dos réus. Estes dados são indispensáveis para a produção e avaliação de políticas públicas, para compreensão do elevado número de pedidos de arquivamento de inquéritos policiais pelo Ministério Público e da ausência de controle da sociedade civil sobre os procedimentos administrativos e seus desfechos dentro da Polícia Militar.

Estudar os processos judiciais referentes às abordagens policiais letais pode nos ajudar a compreender como se dão, nos casos concretos, a atuação do Ministério Público, considerado responsável pelo controle externo da polícia, fiscal do ordenamento jurídico e titular da ação penal, e do Poder Judiciário, responsável pelo desenvolvimento dos processos, pela

regularidade dos procedimentos e pela eventual responsabilização dos réus no desfecho dos casos.

Essa dissertação está dividida em cinco capítulos. Inicialmente, são apresentadas as estratégias metodológicas adotadas pela pesquisadora para concepção, elaboração e execução da pesquisa. Ressalta-se a importância atribuída a este aspecto, diante da peculiaridade do percurso escolhido e, espera-se, sua produtividade. Neste caso, o método pode, inclusive, ser entendido – em si mesmo – como um dos produtos relevantes desta pesquisa, para além dos resultados que ele permite obter.

Em seguida, através da revisão da literatura sobre letalidade policial, sistema de justiça e julgamento de policiais, apresenta-se uma sistematização de pesquisas que antecederam o presente estudo, com apresentação do panorama quantitativo possível e identificação de numerosos aspectos de natureza qualitativa, isto com o objetivo de contextualizar a pesquisa e o objeto construído para desenvolvê-la, incluindo-se o refinamento da questão geradora da mesma.

No terceiro capítulo, a atenção volta-se para a arquitetura institucional adotada pelo Brasil para tratar as *abordagens policiais com resultado morte*. O objetivo do referido capítulo é expor brevemente o conjunto de normas e instituições que foram identificadas ao longo da pesquisa. Em seguida, no quarto capítulo, mergulha-se no caso escolhido para análise, momento em que este será apresentado detalhadamente, destacando-se a maneira através da qual o caso veio a público, como se deu o ingresso e seu trânsito no sistema de justiça. Essa quarta parte da dissertação é constituída, em suma, pela *narrativa do caso* - resultado de uma análise realizada sobre um evento histórico específico, apta a contribuir com o campo de estudos sobre o qual a pesquisa se insere (MACHADO, 2017) - e tem o objetivo de apresentar um registro de fatos selecionados considerados relevantes frente aos objetivos da pesquisa, à ordem cronológica dos desdobramentos perante as instituições do sistema de justiça e às percepções da pesquisadora.

A análise do material coletado ao longo de mais de dois de pesquisa está descrita no último capítulo, no qual realiza-se um confronto com os principais institutos que orientam os atores no tratamento jurídico das abordagens policiais com resultado morte. Nesse sentido, as formas como os atores, individuais e institucionais, trataram o caso permitiu elaborar e refutar hipóteses, realizar inferências e construir um diagnóstico sobre as variadas faces que cercam o problema da pesquisa. Os resultados desses exercícios constituem um balanço qualitativo do tratamento jurídico das abordagens policiais com resultado morte no estado de São Paulo.

Por quais tortuosos caminhos se fazem (ou não se faz) justiça quando a polícia mata? A farsa do réveillon de 2015, como caso único escolhido, mas não isolado, oferecerá um mapa para seguirmos adiante nesse labirinto de dramas silenciados, destinos fictícios e intrincados atalhos por entre os percursos que constituem os fluxos de responsabilização de policiais militares que mataram.

CAPÍTULO 1. ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

Serão estudados os processos de apuração e responsabilização de policiais militares que atuaram em uma abordagem, a qual culminou na morte de dois jovens, negros, em janeiro de 2015, e ganhou destaque nos veículos de comunicação porque um dos policiais decidiu procurar a Corregedoria da Polícia Militar de São Paulo para alterar a versão dos fatos (teria atirado contra a vítima, não em reação a uma eventual legítima defesa, mas porque estava “com raiva”, porque teria “perdido a cabeça”). Para essa pesquisa, o caso tornou-se relevante por oportunizar o aprofundamento de aspectos qualitativos relacionados à letalidade policial e ao seu tratamento no sistema de justiça, notadamente, questões não respondidas por pesquisas quantitativas acessadas no decorrer da pesquisa, a exemplo dos dados produzidos pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, pelo Instituto Sou da Paz e pela Ouvidoria de Polícia do Estado de São Paulo, material que foi fundamental para o desenho da presente pesquisa.

Neste capítulo⁴, serão descritos as estratégias metodológicas e o percurso da pesquisa. O objetivo é apresentar as dificuldades que surgiram, como essas foram superadas, bem como, suas consequências para a pesquisa. Neste sentido, o capítulo está organizado de modo a expor as etapas operacionais da pesquisa, o alcance e limites do método adotado, bem como, a explicitação dos elementos subjetivos da mesma.

1.1.AS ETAPAS DA PESQUISA

A pesquisa foi desenvolvida a partir de cinco etapas operacionais, que compõem o conjunto da metodologia utilizada: revisão da literatura, aproximação ao campo, aprofundamento teórico e fixação da pergunta, definição do método e análise. Cabe salientar, que cada uma das referidas etapas não se deu de forma independente e linear, mas foi resultado de constantes movimentos de idas e voltas, partidas sem chegadas, altos e baixos, enfim, alternâncias usuais no âmbito de uma pesquisa qualitativa na qual o método se constrói ao caminhar, assim como na vida. Apresenta-se nas linhas seguintes cada uma das etapas percorridas.

⁴ Esse capítulo se beneficiou das discussões realizadas no 4º Curso de Métodos e Técnicas de Pesquisa Empírica em Direito, promovido pela Rede de Estudos Empíricos em Direito-REED, realizado na Universidade Estadual de Feira de Santana-BA, em agosto de 2017

1.1.1. Revisão de literatura

Este momento teve por objetivo compreender como outros pesquisadores trataram o tema, com seus principais problemas metodológicos e teóricos para a elaboração do desenho e execução da pesquisa. Assim, buscou-se identificar como os(as) autores(as), inscritos(as) ou não no campo do Direito, fizeram a entrada na temática, isto é, quais objetos, técnicas e quadros teóricos foram priorizados por mestres, doutores, e outros pesquisadores, além dos(as) autores(as) que se dedicam à produção de doutrina de Direito Penal e Processo Penal, na cidade de São Paulo. A etapa foi realizada durante o período de outubro de 2016 a julho de 2017 e foi executada, notadamente, com uma busca no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e no Portal Google Acadêmico, a partir dos seguintes termos: “auto de resistência”, “morte praticada pela polícia”, “polícia que mata”, “homicídio praticado pela polícia”, “morte decorrente de intervenção policial”, “abordagem policial com resultado morte” e variações no plural. Da referida busca, retornaram mais de quarenta trabalhos, das mais variadas áreas.

A partir desta revisão foi possível escrever o capítulo destinado à revisão da literatura.

1.1.2. Aproximação ao campo

A etapa exploratória iniciou-se logo após a revisão de literatura. Dentre os cerca de trinta processos com quais tivemos contato – num primeiro momento, apenas por meio dos veículos de comunicação, posteriormente, nos tribunais do júri do Fórum Criminal da Barra Funda –, foram selecionados quatro, cujos critérios de escolha foram: o ingresso da abordagem policial com resultado morte no sistema de justiça, trânsito do caso em pelo menos duas das esferas criminal, administrativa e civil, acessibilidade a um maior conjunto possível de fonte de coleta de dados (reportagens sobre o caso disponíveis, processos em andamento, familiares disponíveis, audiências a serem realizadas).

Os quatro processos selecionados nessa etapa da pesquisa foram:

- (i) Caso 1, “caso do publicitário”. Refere-se ao processo de nº 4638-03.2012.8.26.0052, que tramitou no 5º Tribunal do Júri do Estado de São Paulo. Trata-se do julgamento da atuação policial que resultou no homicídio de um publicitário, branco, morador da Zona Oeste da capital paulistana, que se tornou suspeito após desobedecer a uma ordem de parada numa blitz policial. Os três réus, todos policiais, atiraram contra o carro da vítima, que veio a óbito no hospital. Presos por nove dias, os agentes foram soltos por meio de habeas corpus e passaram a trabalhar internamente na corporação, por um

mês, com trabalhos administrativos. Voltaram às ruas e trabalharam por quase um ano nas mesmas funções daquelas anteriores ao fato e, enfim, foram demitidos da corporação como resultado da conclusão do processo administrativo. Salienta-se que o caso repercutiu na grande imprensa, e mobilizou as três esferas aqui observadas. Atualmente encontra-se em fase de recurso, na esfera penal, já que os policiais militares foram absolvidos da acusação de homicídio doloso. Em âmbito civil, destaca-se o desenrolar das ações de indenização proposta pela família e a ação de reintegração ao cargo público proposta pelos policiais militares perante a Justiça Militar.

- (ii) Caso 2, “caso do motoboy”. Trata-se do processo de nº 2510-78.2010.8.26.0052, que tramitou no 1º Tribunal do Júri do Estado de São Paulo. Segundo constou da denúncia, no dia 08 de maio de 2010, os policiais militares em contexto de abordagem de rotina, teriam agredido a vítima com golpes de socos e pontapés provocando-lhes a morte. Apesar deste homicídio não ter ocorrido por arma de fogo, como nos demais casos, este mereceu atenção pelo fato da denúncia ministerial ventilar o elemento referente à cor da vítima como principal motivo para a mesma ter sido morta. A acusação foi formalizada com o pedido de condenação dos policiais pelas práticas de homicídio qualificado, fraude processual e racismo. Em plenário do Júri, o Conselho de Sentença decidiu por desclassificar o delito doloso contra a vida, para o crime de homicídio culposo, tipificado no artigo 121, § 3º e § 4º, do Código Penal, porque entenderam os Jurados que os acusados não assumiram o risco de produzir a morte da vítima, pois agiram em estrito cumprimento de dever legal, mas se excederam, culposamente, por imperícia
- (iii) Caso 3, “caso filmado”. Trata-se do processo de nº 4380-85.2015.8.26.0052, que tramitou perante o 5º Tribunal do júri do Estado de São Paulo. Caso que teve ampla repercussão nacional em virtude de a abordagem policial ter sido filmada por câmeras de segurança do Butantã, no dia 7 de setembro de 2015, as quais flagraram o momento em que a vítima, já dominada e algemada por três policiais militares, é alvejada com dois tiros. Em trânsito pelo sistema de justiça, dois dos policiais foram absolvidos da acusação de homicídio e um deles condenado por fraude processual a mais de quatro anos de reclusão, e um terceiro condenado, por homicídio, fraude processual, falsidade ideológica e

por porte/posse de arma de fogo com numeração, marca ou qualquer outro sinal de identificação raspado, suprimido ou adulterado, crime previsto no estatuto do desarmamento, culminando em um total de mais de doze anos de prisão. Único caso em que houve condenação por homicídio doloso entre os casos identificados.

- (iv) Caso 4, “caso da farsa do réveillon”. 0645-44.2015.8.26.0052, que ficou conhecido pela imprensa por “farsa do réveillon”. Tramitou no 4º Tribunal do Júri do Estado de São Paulo. O caso ganhou notoriedade na imprensa após a confissão na Corregedoria da Polícia Militar de um dos policiais envolvidos, que teria forjado uma ocorrência de “resistência à prisão seguida de morte” ou “morte sob intervenção policial”, cuja vítima foi um pedreiro, negro, morador da Zona Leste da capital paulistana. O caso que foi escolhido posteriormente para desenvolvimento do estudo de caso único.

A aproximação ao campo também ocorreu mediante o levantamento da legislação infraconstitucional de controle da polícia e o levantamento da legislação infralegal que orienta, em caráter administrativo, as ações policiais em casos de morte decorrente de intervenção policial. Realizou-se ainda o contato com instituições que atuaram de alguma forma nos casos, em qualquer das esferas, a exemplo da ONG Centro Santo Dias de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo e a Ouvidoria de Polícia de São Paulo.

1.1.3. Aprofundamento teórico e fixação da pergunta

Nessa etapa, realizou-se um refinamento do quadro teórico no qual a pesquisa estava imersa, notadamente através de uma aproximação com os estudos da Sociologia da Administração do Sistema de Justiça Penal⁵, vertente da criminologia desenvolvida na Escola de Louvain, Bélgica, que se preocupa em olhar para a gestão das diferentes agências que lidam com o controle social relativos ao crime e à pena, mantendo um diálogo direto com os estudos de Pierre Lascoumes (1991), Alvaro Pires (1997), Catherine Ballé (1998), Philippe Robert (2002), Fabien Jobard (2005), Dominique Monjardet (2008) e Dan Kaminski (2009, 2012, 2015), permitiu um reaproveitamento dos dados até então coletados, tendo como parâmetro um olhar desde o macroscópio (MACHADO, 2012), isto é, a observação dos diferentes mecanismos de responsabilização em diversas esferas, buscando-se valorizar as lógicas internas

⁵ Essa etapa realizou-se através de Estágio de Pesquisa no Exterior, na Université Catholique de Louvain, Bélgica, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, entre 01/02/18 a 30/04/18.

ao Direito, as falas de seus atores, as estruturas construídas e operacionalizadas para tratar as abordagens policiais com resultado morte.

Direcionar o olhar para o macro através do micro exigiu a reformulação da pergunta de pesquisa que, no primeiro momento, buscava saber “como o Estado responsabiliza policiais que matam em serviço?” para tentar compreender como, “diante das lógicas estruturais – racismo, punitivismo, machismo, dentre outras – que permeiam as agências de controle social, inclusive de condutas de agentes de segurança em conflito com a lei, quais são e como são mobilizados os mecanismos jurídicos de responsabilização da polícia que mata?”. O quadro teórico que dá suporte à pergunta de pesquisa será discutido na parte teórica do texto.

1.1.4. Definição do método

A próxima etapa se consubstanciou na escolha do estudo de um único caso para o desenvolvimento da pesquisa. Nessa subseção serão apresentados o método, os critérios para sua escolha e as técnicas mobilizadas.

O estudo de caso é um método qualitativo que permite compreender, com alto grau de profundidade, realidades individuais, organizacionais, sociais e políticas. Por meio dele, é possível desenvolver investigações empíricas de um fenômeno contemporâneo dentro de um determinado contexto (YIN, 2001).

Em outras palavras, por se basear em diversas técnicas de coleta de dados, o estudo de caso permite a investigação profunda e intensa de uma determinada unidade de análise (TRIVIÑOS, 1987; YIN, 2001; MACHADO, 2017). Entre as inúmeras vantagens desta estratégia metodológica, Triviños (1987) destaca que “o grande valor do estudo de caso está em oferecer o conhecimento aprofundado de uma realidade delimitada e os resultados atingidos podem permitir formular hipóteses para o encaminhamento de outras pesquisas” (TRIVIÑOS, 1987, p. 111).

No campo do Direito, o estudo de caso “convida os pesquisadores em direito a observar o sistema de justiça sem as barreiras impostas pelas áreas jurídicas, a atentar às interações processuais e às suas implicações ao desfecho do caso” (MACHADO, 2014, p. 14), isto é, o estudo de caso permite observar os trâmites e as prováveis interligações, diretas ou indiretas, explícitas ou implícitas, entre os casos, transpondo as barreiras impostas pela observação segmentada das diversas esferas do direito.

1.1.4.1. Escolha do método

A escolha de um único caso após uma etapa de trabalho que selecionou quatro casos trouxe não só a possibilidade de estabelecermos correlações entre os casos, mas também uma variabilidade de formas de abordar, exemplificar e de comparar com outras situações-problema similares, isto é, tem-se a oportunidade de observar como em determinada fase do processo judicial alguns fatos importantes para o desfecho do caso foram valorizados, ignorados, valorados e/ou comunicados interna e externamente.

Do ponto de vista prático, a escolha do caso obedeceu a seguinte sequência: (i) coleta de casos e narrativas referentes às abordagens policiais com resultado morte na cidade de São Paulo⁶, desenvolvida através de buscas livres no Google, no Youtube, em sites e portais de jornais de grande circulação no país, a exemplo do G1⁷, do R7⁸ e o da Band notícias⁹, buscas no Portal de serviços online do Tribunal de Justiça de São Paulo¹⁰ de processos criminais cujos réus fossem policiais que atuaram em abordagens com resultado morte e que alcançaram a fase de julgamento no tribunal do júri, buscas de sessões de julgamento em diferentes tribunais de júri cujos réus fossem policiais que atuaram em abordagens com resultado morte; cerca de trinta casos foram registrados nesse primeiro momento; (ii) seleção de casos para desenvolvimento da pesquisa, ainda em caráter exploratório, que consistiu em incursões sobre quatro casos que foram escolhidos por terem sido midiaticizados, ingressado no sistema de justiça e terem atuação de familiares das vítimas e dos réus, dentro ou fora do processo¹¹. Entre as etapas i e ii realizou-se entrevistas semiestruturadas, formais e informais, com atores do sistema de justiça, alguns dos quais atuaram diretamente nos casos estudados; (iii) Escolha e tratamento do caso único. Para essa última etapa operacional¹², os critérios de escolha consistiram em: ocorrência de morte decorrente de intervenção policial e desdobramento do caso na esfera jurídica (um inquérito é arquivado, o outro não), dois elementos eleitos em função do diálogo com a literatura que trata da discricionariedade policial e da impunidade dos agentes de segurança pública frente aos processos de responsabilização; as vítimas serem jovens negros, característica da maioria das vítimas de abordagens policiais com resultado morte, conforme apontado por pesquisas quantitativas realizadas pelo Instituto Sou da Paz e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública;

⁶ Etapa que se estendeu de setembro de 2016 a junho de 2017.

⁷ Portal de notícias da Globo. <https://g1.globo.com>.

⁸ Portal de notícias da Record. <https://www.r7.com>.

⁹ Portal de notícias da Band. <http://www.band.uol.com.br>.

¹⁰ <http://esaj.tjsp.jus.br/esaj/portal.do?servico=190090>.

¹¹ Etapa desenvolvida entre fevereiro de 2017 e maio de 2018.

¹² Etapa que foi realizada entre junho de 2017 e janeiro de 2018.

o acesso ao caso, a participação da mídia e de familiares das vítimas e dos réus, itens apontados por pesquisas anteriores como facilitadores do acesso ao campo; multiplicidade de atores envolvidos, desfecho, prisão dos réus ao longo do processo, elementos constitutivos de provas, porque ainda pouco explorados nas pesquisas que se dedicaram ao tema.

1.1.4.2. Técnicas mobilizadas

Por um lado, valorizou-se a leitura e a análise dos documentos pertinentes: portarias, ofícios, boletins de ocorrência, auto de exibição e apreensão, termos de declaração, relatórios de investigação papiloscópica¹³ de cadáver, relatório pericial papiloscópico de local de crime, autos de qualificação e interrogatório da Corregedoria da Polícia Militar, ordens de serviço, relatório de investigação da polícia civil, notificação de IP/DHPP, pareceres do Ministério Público, termos de inquirição de testemunhas, laudos de exame cadavérico, laudo de exame de balística, laudo de exame de corpo de delito, declarações, mandados de prisão temporária, comunicados, certidões, decisões, sentenças, acórdãos, petições, fichas funcionais, cartas precatórias, mandados de intimação, e demais documentos inominados presentes nos autos dos processos. Por outro lado, para além da leitura e análise dos processos, foram realizadas entrevistas semidiretivas com os profissionais de diversas instituições que atuam na área e observações de algumas fases dos processos. Sempre buscando trabalhar com materiais produzidos pelo próprio sistema de justiça. Portanto, como acontece normalmente em estudos de caso, foram utilizadas diversas técnicas e fontes de pesquisa: análise documental, entrevista semidiretivas, observação participante de inspiração etnográfica.

A análise documental consistiu na leitura e análise de todos os documentos relacionados ao caso, entendidos esses como “não apenas os registros escritos, manuscritos ou impressos em papel, mas toda a produção cultural consubstanciada em alguma forma material” (REGINATO, 2017, p. 194), isto é, além de documentos comumente produzidos ao longo de um processo judicial e administrativo, muitos dos quais foram citados acima, reportagens jornalísticas, avisos afixados nos corredores do fórum, registros impressos oriundos de referências ao caso em redes sociais, fragmentos de dez processos referentes a outros casos, a legislação e a doutrina citadas nos documentos produzidos diretamente pelos operadores do direito atuantes no caso, informativos e julgados do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo,

¹³ Referente a papiloscopia, técnica de identificação humana utilizada pela Polícia Civil. Segundo Claudia Muller Goldberg Senna (2014), a papiloscopia consegue identificar uma pessoa através das “cristas dérmicas”, o que permite a identificação individual por meio das impressões palmares, das pontas dos dedos e da planta dos pés.

do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, todos referenciados ao longo do texto.

A qualidade dos documentos utilizados foi avaliada por meio dos critérios autenticidade, para garantir que o documento era genuíno e original, por isso, foram priorizados documentos produzidos pelo próprio sistema de justiça, e, credibilidade, para permitir que o documento incorporado na pesquisa não fosse eivado de erros e distorções (REGINATO, 2017). Sobre esse ponto, cabe mencionar que os erros de digitação ou mesmo na organização de importantes documentos juntados aos autos trouxeram dificuldades na leitura do material. Assim, o documento que oficializa o indiciamento dos policiais perante a Polícia Civil trouxe dificuldades quanto a sua leitura, notadamente, no que diz respeito ao critério autenticidade, isto é, as datas de conclusão e certidão são anteriores ao fato: “07/01/2011”. Essa data, muito anterior à existência do fato pode nos indicar um certo “copia e cola”, algo que é comum na produção de documentos desse tipo, conforme mencionado por Misse et al. (2011). Mas outros elementos, como o padrão das letras da numeração da “folha 246”, de grafia diferentes das antecessoras e sucessoras imediatas, na qual consta o “DESPACHO DE FUNDAMENTAÇÃO DE INDICIAMENTO”, datado em 21 de fevereiro de 2015, praticamente um mês após a data do documento que o antecede, colocou a pesquisadora em posição de questionar a autenticidade do referido documento, dados os elementos lógico-temporais auferidos no mesmo.

Outro exemplo que pode ser citado diz respeito ao fato que muitos dos documentos produzidos em âmbito administrativo e criminal (na fase de inquérito) não foram gerados a partir de um sistema informatizado, onde fosse possível constatar o registro automático da data e do horário da produção e assinatura do documento. Do ponto de vista prático isso nos impediu de saber se o inquérito policial da PC só foi iniciado após o surgimento da nova versão, dado que tanto a instauração do PC quanto a nova versão dos policiais se dão no dia 4 de janeiro de 2015. Não há registro de qual fato antecede ao outro.

As entrevistas realizadas foram do tipo “semidiretivas”, técnica de pesquisa que favorece a interação entre pesquisadora e sujeito da pesquisa, de forma estruturada e dirigida, a qual possibilita ao entrevistado explorar suas percepções sobre um ponto específico da realidade social (XAVIER, 2013, 2017).

Ao todo foram realizadas dezoito entrevistas, entre as quais três formais e quinze informais. As entrevistas formais contaram com a colaboração de dois juízes (um deles atuante no caso escolhido), ambos exercendo suas funções no âmbito dos tribunais do júri de São Paulo, além do Ouvidor da Polícia, que exerceu a função em 2017. As entrevistas informais contaram

com a colaboração de seis advogados de defesa durante as sessões de julgamento; com quatro familiares de vítima de casos que foram descartados; com o representante do setor de Relações Públicas da Polícia Militar do Estado de São Paulo, quatro serventuários da justiça durante sessão de julgamento;

Quanto às entrevistas, as dificuldades que apareceram estão ligadas aos problemas inerentes à “limpeza” e seleção dos trechos de interesse da pesquisa. Não obstante o fato das entrevistas semidiretivas terem roteiros pré-elaborados, nem sempre as respostas às questões perguntadas são diretas ou relativas aos objetivos da pesquisa, conforme já apontado por Roberto Xavier (2017). Selecionar os trechos ou temas pertinentes foi tarefa que demandou tempo e atenção redobrada.

A observação das práticas institucionais se deu nos ambientes forenses, mas não só. Essa ocorreu em todos os ambientes em que foram realizadas entrevistas ou que havia a realização de sessões públicas durante pelo menos as quatro visitas realizadas por mês ao Fórum Criminal da Barra Funda, entre os meses de outubro de 2016 e de fevereiro a maio de 2017.

Foram realizadas observações participantes durante a realização de cinco júris, os quais se desdobraram em várias sessões. Entre os cinco júris, estão os julgamentos dos dois policiais militares do caso escolhido, que ocorreram em datas diferentes, e se desdobraram em duas sessões.

No que diz respeito às observações dos júris, as exigências estavam centradas na realização de um filtro que fosse capaz de permitir a coleta de dados em meio a uma série de informações de diferentes dimensões. Os dados e informações coletados durante as sessões de julgamento foram reunidos em quatro cadernos de campo e retrataram uma diversidade de informações relativas: ao ambiente físico, ao comportamento dos réus, dos familiares presentes, da juíza, dos advogados e do membro do Ministério Público, dos visitantes e demais observadores, dos serventuários da justiça; ao cumprimento da legislação, especialmente ao Código de Processo Penal; às estratégias da acusação e da defesa; os silêncios e às trocas de olhares.

A observação participante, de inspiração etnográfica, esteve relacionada à tarefa de realizar uma descrição densa do objeto observado, isto é, selecionar, interpretar e transcrever, quase que de forma simultânea, fenômenos sociais e jurídicos (ou sociojurídicos) postos em cena, similar ao que o antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira relaciona às “condições de textualização”, isto é, “trazer os fatos observados (vistos e ouvidos) para o plano do discurso” (OLIVEIRA, 1996, p. 23).

A preocupação de descrever densa, rigorosa e criteriosamente o objeto observado, similar à etnografia, dessa se afastou, não só porque não foi utilizado o ferramental teórico que integra a formação dos antropólogos, mas também pela escolha de priorizar outras fontes além da observação. Esse fato, no entanto, não inviabilizou o cuidado e o rigor que a pesquisadora manteve para retratar, expor e explicitar o que foi interpretado da interação entre ela e a gama de sujeitos e objetos com os quais interagiu.

Por óbvio, o esforço de escrever sobre o que se interpretou de uma dada interação é uma tarefa exigente porque, conforme salienta Rebecca Igreja (2017) ao resgatar as ideias de Gilberto Velho (1978), o esforço reside no exercício de sempre estranhar o que lhe é familiar, rotineiro, do cotidiano, o que requer escolhas para priorizar os elementos mais relevantes. E, nesse ponto, surge uma das mais importantes e difíceis características desse exercício, determinar o que é relevante é essencialmente uma escolha política.

O resultado do emprego dessas técnicas de pesquisa está nos capítulos 3, 4 e 5.

1.1.5. Análise

A análise do caso, ou melhor, o processo analítico, iniciou-se desde os primeiros movimentos de coleta de dados, e consistiu num conjunto desordenado, mas sequencial, de atos com o fim de produzir teorização a partir dos elementos estruturais que emergiam do(s) caso(s). Analisar aqui tem o sentido empregado por Bernadet (1985) e recuperado por Maira Machado (2017) nos estudos sobre o estudo de caso como método de pesquisa compatível com o Direito: “descobrir mecanismos de composição, de organização, de significação, de ambiguidade, estabelecer a coerência ou as contradições entre estes mecanismos” (BERNADET, 1985, p.183 apud MACHADO, 2017, p. 383). Para tal, o processo analítico se desdobrou na elaboração da *narrativa do caso* e da análise dos dados.

A construção da *narrativa do caso* resultou de uma análise realizada sobre um evento histórico específico, apta a contribuir com o campo de estudos sobre o qual a pesquisa se insere (MACHADO, 2017), e teve o objetivo de apresentar um registro de fatos selecionados considerados relevantes frente aos objetivos da pesquisa, à ordem cronológica dos desdobramentos perante as instituições do sistema de justiça e às percepções da pesquisadora, enquanto sujeito político.

A análise dos dados, consistente na “elaboração de uma teoria da prática que leva em conta a complexidade do caso com suas diferentes dimensões” (LEPLAT, 2002, p. 18), por meio do processo intelectual de generalizar elementos estruturais do caso em estudo (AYERBE;

MISSIONIER, 2007), resultado da interação entre a pesquisadora, os dados coletados e o confronto com a realidade. Para isso, foi necessário um trabalho especial para selecionar os fatos, as ações e os personagens – os insumos do caso – que mereceriam uma descrição privilegiada e uma retomada em diálogo com o quadro teórico. Esse retorno ao contexto no qual a pesquisa estava inserida, onde pesquisadores, ativistas de proteção aos direitos humanos, familiares de vítimas têm denunciado constantemente um elevado número de ações policiais letais, nas quais os “jovens-homens-negros” (REIS, 2005) são vítimas preferenciais desse tipo de violência, ao lado da paralela ausência de responsabilização dos agentes envolvidos (REIS, 2005; FLAUZINA, 2008; MACHADO, MACHADO, 2015) está descrito ao longo do capítulo 4.

1.2. ALCANCES E LIMITES DO MÉTODO

A escolha de trabalhar com um único caso trouxe como limitação imediata a diminuição do escopo de generalizações. Para que as vantagens da referida estratégia se sobrepusessem às suas limitações, alguns cuidados foram tomados para garantir a validade do resultado da pesquisa.

Uma pesquisa tem resultados válidos quando há correspondência entre o que é observado e o mundo “real”, portanto, a validade dos resultados da pesquisa está relacionada ao rigor empírico que permite a diminuição das possíveis ameaças à relação entre dados coletados e a “realidade” (KAMINSKI, 2018). Na presente pesquisa, algumas medidas foram tomadas para evitar a deturpação, a contrafação ou a adulteração das ideias dos sujeitos da pesquisa.

Algumas das possíveis ameaças à validade do resultado da pesquisa que poderiam alterar ou dificultar radicalmente a relação entre dados coletados e a “realidade” observada foram: (i) modificações de comportamentos e ideias dos sujeitos da pesquisa, (ii) construção de ponto de vista normativo a respeito de como deveriam ser os procedimentos e ações de membros do Ministério Público, juízes, defesa e réus; (iii) monopólio das fontes da pesquisa pela pesquisadora, isto é, ausência de explicitação dos procedimentos adotados para realização da pesquisa e (iv) a subjetividade da pesquisadora – o que inclui relações de afeto, emoções e a

repulsa diante da identificação de práticas opressivas/discriminatórias por parte dos sujeitos da pesquisa, ao longo da interação, que poderiam dificultar a leitura dos dados da pesquisa¹⁴.

Cabe salientar que o que se buscou com os procedimentos mencionados não foi neutralidade, tampouco uma pureza positivista da pesquisa, mas a construção de um trabalho que beneficiasse a comunidade acadêmica justamente por permitir transparência, diversidade de fontes e argumentos plausíveis na elaboração da pesquisa, isto é, elementos que permitem que outro pesquisador consiga “entender, avaliar, basear-se em, e reproduzir a pesquisa sem que o autor lhe forneça qualquer informação adicional” (EPSTEIN; KING, 2013, p. 47), o que ajuda na própria compreensão dos resultados da pesquisa.

A partir de uma abordagem indutiva, a produção de plausibilidade, isto é, os procedimentos que permitem uma pesquisa ser aceita pela comunidade acadêmica, seja por encontrar correspondência com a realidade, por um lado, seja pela sua capacidade de produzir generalização a outras situações, por outro (CAPPI, 2014; KAMINSKI, 2018) foi construída através de processos de triangulação de dados e de métodos de pesquisa. A triangulação é um mecanismo de redução dos impactos das ameaças à validade da pesquisa, através do qual introduz-se novos elementos entre o objeto e o pesquisador (KAMINSKI, 2018). A triangulação de dados é uma maneira de reduzir os vieses na fase de coleta de dados (AYERBE; MISSIONIER, 2007). Assim, o estudo de caso valeu-se de mais de uma técnica para coleta de dados, o que foi especialmente útil para aprofundamento do conhecimento e para estudos de natureza interdisciplinar.

Nessa pesquisa, o estudo de caso único permitiu observar o objeto da pesquisa de maneira aprofundada e a partir de diferentes ângulos, isto é, do ponto de vista das instituições, dos atores individualmente considerados, das normas estabelecidas e do contexto fático. Com isso, o estudo de caso foi utilizado para “observar as formas de interação, as sobreposições e as lacunas que se formam entre as áreas do direito em relação ao caso” (MACHADO, 2013, p.185). Cabe ainda acrescentar a relação que o estudo de caso manteve com o método conhecido por Teoria Fundamentada em Dados, Teoria Enraizada em Dados ou *Grounded Theory*, originalmente desenvolvida por Barney Glaser e Anselm Strauss (1967).

O referido método é um procedimento de caráter indutivo, que permite a elaboração de formulações teóricas – mais abstratas, portanto, – a partir de dados. A TFD surge originalmente

¹⁴ Quanto a esse ponto, entende-se que a forma como pesquisadoras e pesquisadores percebem e reagem a práticas discriminatórias e opressivas no decorrer da (e em relação a) pesquisa devem ser explicitadas, mas essas não podem se sobrepor ou inviabilizar a explicitação dos objetivos e resultados da pesquisa.

como resposta ao baixo nível de teorização alcançado pelas pesquisas sociológicas, majoritariamente quantitativas, por um lado, e à “tendência de as teorias sociológicas “arredondarem” os dados para que correspondam, a posteriori, aos quadros conceituais previamente situados” (CAPPI, 2014, p. 12), por outro. Na presente pesquisa, foi através de uma abordagem indutiva, que foi possível a elaboração de algumas hipóteses centrais, tais como, aquela referente ao uso de prisão provisória em processos de homicídios dolosos praticados por policiais militares. Da mesma forma, esta abordagem facilitou a produção de categorizações e de enunciados que retratam a realidade – as etapas, as decisões, as sequências lineares e não, etc. – de maneira mais abstrata, de tal maneira que sejam percebidos os nós, os aspectos que se revelam cruciais no fenômeno descrito¹⁵.

Por fim, o método apresentou uma limitação não superável nessa pesquisa. O estudo de caso único revelou-se não viável para a elaboração de evidências referentes a marcadores sociais da diferença. Nesse sentido, diante de sua estrutura que não permite a produção de generalizações estatísticas, as leituras pautadas em raça só foi possível mediante a produção de hipóteses, as quais estão dispostas na seção 5.5.3.

1.3.OS ELEMENTOS SUBJETIVOS DA PESQUISA

Explicitar os elementos subjetivos¹⁶ da presente pesquisa significa deixar claro para os leitores e leitoras o conjunto de fatores constitutivos da própria construção do objeto da pesquisa e das estratégias metodológicas, notadamente, aqueles componentes que permitiram a configuração de um olhar específico da pesquisadora sobre a atuação da justiça frente à letalidade das ações policiais.

Obviamente, a construção desse olhar passou necessariamente por uma trajetória pessoal e acadêmica, iniciada na Graduação, junto ao Grupo de Pesquisa em Criminologia da Universidade do Estado da Bahia, e, posteriormente, com a participação no Programa de Iniciação Científica da FGV DIREITO SP, onde já estava pautado o estudo da problemática do homicídio e da atuação policial. Soma-se a isso, a breve experiência, como estagiária de Direito, na Defensoria Pública do Estado da Bahia, especificamente, na Especializada Criminal e de Execução Penal, e no Instituto Pedra de Raio, organização não governamental focada em ações

¹⁵ O resultado está exposto no item “vi” da subseção 5.5.3 do capítulo 5 e os quadros decorrentes da elaboração da referida hipótese encontra-se na seção destinada aos anexos.

¹⁶ Os elementos subjetivos da pesquisa são constitutivos dessa e expressam, assim como a identidade do(a) pesquisador(a), um horizonte interpretativo, como lembra Linda Alcoff (2016).

e projetos ligados às relações raciais, proteção de direitos humanos e mediação de conflitos. No mestrado, a aproximação com as pesquisas do Núcleo de Estudos sobre o Crime e a Pena a respeito dos processos de responsabilização relativos ao Massacre do Carandiru também contribuiu para um olhar refinado sobre o tema.

A construção do objeto da pesquisa ainda foi beneficiada pelas experiências pessoais de quem já sentiu (e ainda sente) pessoalmente os efeitos do racismo e da violência policial, já que, conforme lembra Vilma Reis, “enquanto um homem negro continuar sendo humilhado numa blitz da polícia, todas e todos nós estaremos na linha de tiro”¹⁷. Nesse sentido, vivenciar algumas atividades políticas na condição de mulher negra, militante contra o racismo anti-negro, foi fundamental para ampliar o horizonte de possibilidades na pesquisa e na vida, ao lançar um olhar sobre uma realidade que demanda mudanças estruturais.

Nesse sentido, o fato de ocupar o lugar de escuta privilegiada em espaços muito especiais se mostrou uma importante ferramenta de aprendizagem. Assim, entre eles, destacam-se algumas experiências marcantes: a participação na histórica audiência pública da OAB/BA, intitulada “A ação da Rondesp no Cabula: limites para o uso da força da Polícia Militar”, que reuniu, vinte dias após a Chacina do Cabula, lideranças da comunidade negra soteropolitana, políticos, policiais e representantes de diversos órgãos do sistema de justiça baiano; a vivência da III Marcha Internacional Contra o Genocídio do Povo Negro, orquestrada pela Campanha Reaja ou será Morto Reaja ou será Morta, a qual não deixou que a morte daqueles jovens caíssem em esquecimento, ambas em Salvador, no ano de 2015; a experiência da Marcha que lembrou os 24 anos do Massacre do Carandiru, em 2016, na cidade de São Paulo; a participação na Conferência Internacional “As fronteiras raciais do genocídio”, organizado pela Iniciativa Negra por Uma Nova Política sobre Drogas e no workshop “Sistema De Justiça E Racismo Institucional” gestado pela Criola, o Fórum Justiça e o IBCCRIM, ambos na cidade de São Paulo. Enfim, vale destacar a organização ativa, junto ao GPCRIM, na jornada de estudos criminológicos dedicada ao tema “Criminologia e Racismo”, contando com a participação de acadêmicos e lideranças comunitárias.

Outro fator que contribuiu para a construção do objeto da presente pesquisa foi a motivação política e acadêmica de tentar compreender uma das muitas faces que o extermínio da população negra – já denunciado nas narrativas de Lélia Gonzalez (1983), Abdias do Nascimento (1978), Sueli Carneiro (2005), Ana Flauzina (2006), Felipe Freitas (2016), Apoená

¹⁷Ouvidora-geral da Defensoria Pública do Estado da Bahia em entrevista ao Brasil de Fato, datada de 24 de abril de 2018.

Ferreira (2017) e de tantos outros e outras – manifesta. A escassez de estudos empíricos descritivos do funcionamento do sistema de justiça em casos de abordagens policiais com resultado morte serviu também de chamariz.

Por óbvio que a escolha do tema e do objeto de pesquisa já constituíam um desafio em si, mas a opção de percorrer um caminho em que fossem valorizadas as “maneiras de pensar” dos sujeitos da pesquisa com os quais se fez contato, elevou o grau de dificuldade. Dito de outra maneira, eleger a perspectiva compreensiva como matriz epistemológica implicou, necessariamente, em um reposicionamento da pesquisadora frente à realidade observável. A consequência imediata dessa última escolha foi a de calcular a imprescindível e sutil fissura entre a militante, identidade que a pesquisadora também abraça, que “*sabe a verdade, reage às opressões e quer mudar o mundo*”, por um lado, e a pesquisadora, por outro, que elabora perguntas a respeito dessa mesma realidade, busca caminhos para interagir com os sujeitos da pesquisa com a necessária empatia, para minerar dados e construir processos analíticos. De um ponto de vista prático, isso significou “contar até dez” quando um advogado de policial se recusou a conceder uma entrevista sob o argumento de que era “contra esse povo que defende bandido e não liga pra vida do policial”; quando uma funcionária do fórum que, durante uma entrevista informal, repetia a pergunta ouvida reproduzindo ironicamente o sotaque que escutou ou, ainda, daquela que decidiu emitir sua opinião a respeito dos cabelos da pesquisadora; das horas perdidas esperando um promotor que em cima da hora ajustada, desmarcou a entrevista; do juiz branco que em meio à entrevista relatava que o policial réu não lhe parecia bandido porque “era imberbe, parecia um menino”; ou de quando estava diante do promotor que ficou conhecido nos bastidores como o “braço jurídico da polícia que mata” ou o “parceiro da PM”. Entre muitos outros contáveis, esse último fato, possível pelas emoções silenciadas da pesquisadora, contribuiu emblematicamente para a organização dos resultados parciais da pesquisa em torno das incursões em sessões do tribunal do júri e as possíveis contribuições para a pesquisa empírica em Direito (FERREIRA, 2018).

A escolha da vertente “pesquisa compreensiva” – numa identidade necessariamente múltipla e complexa - requereu ainda um trabalho árduo no momento da escrita/divulgação dos resultados. O objetivo era valorizar a resposta obtida à pergunta que buscava saber “como o Estado responsabiliza policiais que matam em serviço?”. Isto implicou na rearticulação dos níveis de observação, isto é, a pesquisadora observar como a justiça observa a polícia que mata, que o faz através da observação de muitos outros atores: delegada, perito, testemunha, etc. Se tratou, portanto, de produzir a condição reconhecida de observadora.

Por fim, cabe frisar que o objetivo desse subitem foi menos o de cristalizar “um lugar de fala” e mais o de permitir às/aos leitoras/res notar os “trânsitos” operados pela pesquisadora, e como estes contribuíram para (re)desenhar a pesquisa, processo que evidencia que o conhecimento produzido nesse percurso não é universal (ALCOFF, 2016). Estes incluem, em tempo, a saída de Vila Canária, periferia de Salvador, o ingresso numa universidade pública pelo sistema de cotas, a entrada no mestrado numa instituição privada de São Paulo – com concessão de uma bolsa –, um estágio na Europa – com apoio de uma agência de fomento à pesquisa... – e o fundamental retorno à Vila Canária.

CAPÍTULO 2. O QUE APONTA A REVISÃO DE LITERATURA

Apresentada a estratégia metodológica utilizada para desenhar e executar a pesquisa, é interessante compreender o quadro teórico com o qual o presente estudo dialoga. Este capítulo tem por objetivo apresentar o contexto acadêmico no qual esta pesquisa se insere, através de um balanço da literatura sobre o tratamento dado pelo Estado às abordagens policiais com resultado morte. Pretende-se com isso oferecer uma visão, ainda que limitada, a respeito da produção bibliográfica do Brasil sobre o tema. Espera-se apontar os desafios e perspectivas de quem se propõe a estudar letalidade policial no Brasil e o controle e responsabilização da polícia¹⁸ pelas instituições que compõem o sistema de justiça.

Nesse sentido, o marco temporal para seleção dos estudos compreende os últimos trinta anos, justificado em função da promulgação da Constituição Federal em 1988, que promoveu importantes alterações concernentes à estrutura da segurança pública, pelo menos do ponto de vista normativo, e à criação de novos mecanismos de controle e fiscalização da Administração Pública, não obstante o fato de parte importante da legislação infraconstitucional ter sido elaborada durante a ditadura militar, vigente de 1964 a 1987.

Sabe-se que a redemocratização do país em 1988 não ocorreu de forma contínua, uniforme e linear. Muito embora expressamente reativa à ditadura civil-militar, a transição para o novo regime continuou marcada pela atuação de oligarquias locais, corporativismo, patrimonialismo, perpassando por inúmeras clivagens políticas (VIEIRA, 2013), o que permitiu a promulgação de uma ordem constitucional que possibilitou, contudo, a manutenção e a perpetuação de práticas institucionais autoritárias. Num contexto geopolítico mais amplo, a trajetória do Brasil foi similar aos demais países da América Latina, região caracterizada por tendências autoritárias, onde os pesquisadores da década de 1990 e 2000 apontavam para a negação da existência de *rule of law* na maioria dos países latinos.

Segundo Guillermo O'Donnell, *rule of law* remeteria à ideia de que “seja qual for a legislação existente, ela é aplicada de forma justa pelas instituições estatais pertinentes, o que inclui o Judiciário” (O'DONNELL, 1998, p. 41). Se visto como um paradigma, conforme propõe Mário Schapiro (2010), o *rule of law* refere-se a um conjunto de concepções econômicas, jurídicas e estratégias políticas, elaborado intelectual e economicamente por países

¹⁸ Polícia no presente trabalho é entendida a partir da concepção de Dominique Monjardet, para quem essa é uma força pública caracterizada por ser a um só tempo um instrumento do poder, um serviço público, passível de ser requisitado por todos, e uma profissão, que tem interesses próprios (MONJARDET, 1996).

desenvolvidos e organizações internacionais, tendo por fim a promoção do crescimento e da modernização econômica dos países em desenvolvimento (O'DONNELL, 2004; TRUBEK, 2006; SCHAPIRO, 2010). Trata-se, portanto, de um aglomerado de ideias e práticas que valorizam a previsibilidade, a transparência e a generalidade da ordem normativa, sempre tendo a imparcialidade da lei como algo a ser prestigiado (VIEIRA, 2008).

Na América Latina, porém, região marcada por níveis extremos de desigualdades socioeconômica e racial, a longa tradição de ignorar a lei e de distorcê-la em favor dos poderosos criou uma lacuna tanto em termos territoriais quanto sociais na vigência do *rule of law*, fenômeno que Guillermo O'Donnell (1999) identificou como um império do *(un)rule of law*. Dessa forma, a manutenção de altos índices de violência na região expressaria, em parte, uma implicação da ausência de *rule of law*, fato que é reforçado pelos estudos produzidos por Paulo Sérgio Pinheiro (2008) a respeito do tema. Ao observar os casos que ingressaram no sistema interamericano de proteção dos direitos humanos, ocorridos nas décadas de 70 e 80, o autor afirma que a maioria daqueles casos dizia respeito a execuções sumárias, desaparecimentos forçados e massacres, “violações referentes a um *não-estado de direito* que predominou, em quase toda a região, até meados da década de 80” (PINHEIRO, 2008, p. 80).

No Brasil, não foi diferente. Para Oscar Vieira (2008), a falha nos processos de reorganização do tecido social e, conseqüentemente, nas políticas de distribuição de recursos não só aprofunda as hierarquias sociais como inviabiliza a utilização do Direito como ferramenta capaz de conduzir ou mediar a ação dos diversos segmentos sociais, dentre os quais a polícia se encontra. Na mesma linha, José Ricardo Cunha e Nadine Borges (2011) pontuam que as desigualdades nas quais o país se consolida enquanto sociedade organizada produz um sistema de exclusões, que alcança tanto ricos, beneficiando-os, quanto os pobres, penalizando-os duplamente.

No que diz respeito à ação policial, neste contexto, Ludmila Ribeiro e Igor Machado (2016) são categóricos ao afirmar que no Brasil “a violência policial nunca foi tratada como um problema público, como um indicador da ausência de *rule of law* e, até mesmo, de profissionalização das forças de segurança” (RIBEIRO; MACHADO, 2016, p. 369).

Esse mesmo diagnóstico é elaborado por outros autores a partir de diferentes perspectivas. A ideia de que a ação policial violenta não é tratada como um problema público e, conseqüentemente, não poder contar com a disposição e presteza das instituições públicas, é apontada pelos(as) pesquisadores(as) que se dedicaram às abordagens policiais letais em si. Há uma gama de abordagens e recortes que vão desde aquelas que observam as consequências

legais para os autores, os índices nacionais, regionais e locais a respeito do problema, a ignorância sobre as representações do problema pela própria polícia e familiares das vítimas, dentre outros, por um lado, e aquelas cujo foco foi as respostas judiciais a essas ações, isto é, o que sistema de justiça tem feito para fazer frente ao problema da letalidade policial.

Este capítulo está dividido em quatro seções. Na primeira, apresenta-se um ponto central comum às pesquisas desse âmbito, isto é, as barreiras institucionais à produção de conhecimento acadêmico sobre o tratamento dado às abordagens policiais com resultado morte pelo sistema de justiça – muitos dos quais foram enfrentados na elaboração e execução dessa pesquisa. Na segunda, com a finalidade de oferecer um balanço numérico sobre as abordagens policiais com resultado morte no Brasil e, especificamente, em São Paulo, exploram-se pesquisas quantitativas produzidas por organizações não governamentais. Na terceira, destacam-se pesquisas que buscaram compreender o uso da força pela polícia e quais os critérios utilizados pelo Brasil para medi-la. Por fim, abordam-se os resultados das pesquisas que observaram o tratamento de abordagens policiais com resultado morte pelo sistema de justiça criminal.

2.1. BARREIRAS À PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO A RESPEITO DO TEMA

As abordagens policiais com resultado morte têm sido objeto de estudos qualitativos e quantitativos¹⁹. Observou-se que desde a década de 1990 há uma predominância de estudos prevalentemente qualitativos. Contudo, a produção de dados quantitativos tem crescido consideravelmente desde a última década em função dos mecanismos jurídicos criados, a exemplo da Lei de acesso à informação, em 2011, da pressão da sociedade civil organizada, notadamente dos movimentos sociais, a exemplo da Campanha Reaja ou Será Morto, Reaja ou Será Morta²⁰ e Movimento Mães de Maio²¹, de 2006, assim como, da atuação mais incisiva de

¹⁹ Estes últimos são definidos por Lisa Webley como aqueles que se dedicam a examinar fatos observáveis, mensuráveis e independentes (WEBLEY, 2010), consideram os elementos que podem ser quantificáveis e traduzidos em números, através do apelo a recursos estatísticos, como por exemplo análises de regressão, percentuais, desvio-padrão, cálculos de coeficiente de correlação. Já os primeiros são aqueles que “se ancora[m] na dialética das representações, ações e interpretações dos atores sociais em relação ao seu meio” (DESLAURIERS; KÉRISIT, 2010, p. 135). As pesquisas qualitativas, portanto, não dependem de quantificação estatística, mas da captura e categorização dos fenômenos sociais e seus significados (WEBLEY, 2010).

²⁰ Criada em 2005, Campanha Reaja ou Será Mort@ é uma articulação de movimentos e comunidades de negros e negras do estado da Bahia que lutam contra a brutalidade policial, pela causa antiprisional e pela reparação aos familiares de vítimas do Estado. Para saber mais: <http://www.reajaouseramortx.com/p/quem-somos.html>. Acesso em 20 jul 2018.

²¹ Organização criada após os crimes de maio de 2006 em São Paulo, período no qual 493 pessoas foram assassinadas, das quais mais de 400 eram jovens negros, descendentes afroindígenas ou pobres. O movimento luta

organizações não-governamentais no âmbito da produção de dados relativos ao controle de armas e dos homicídios em geral e da letalidade policial, a exemplo da Anistia Internacional²², do Fórum Brasileiro de Segurança Pública²³ e do Instituto Sou da Paz²⁴.

Mas cabe frisar que os estudos sobre o tema, tanto quantitativos quanto qualitativos, enfrentam dificuldades similares no que diz respeito à coleta, produção e divulgação de dados pela Administração Pública a respeito de abordagens policiais com resultado morte, dentro do contexto de um (*un*)*rule of law*. Segundo afirmam Samira Bueno e Renato Sérgio de Lima,

Inexiste no Brasil uma tradição na sistematização de informações sobre violência policial.

As instituições pioneiras neste tipo de mapeamento foram as organizações da sociedade civil em uma lógica “denuncista” das violações de direitos humanos. No âmbito federal, não existem ações periódicas que induzam a divulgação desses dados, tampouco pesquisas de vitimização que dimensionem o fenômeno. As corregedorias de polícia são responsáveis pelo registro e a apuração dos casos em que há violência ou abuso, mas não adotam uma sistemática de divulgação das informações, não existindo uma padronização quanto à forma de registro destes casos (2012, p. 104).

Ao lado disso, quando os dados existem, estes nem sempre são consistentes e, conseqüentemente, confiáveis. Ao analisar a qualidade das informações produzidas sobre mortalidade violenta nas unidades da federação, Daniel Cerqueira (2013) observou sérios problemas em pelo menos três dimensões das informações produzidas pelo Sistema de Informações sobre Mortalidade²⁵: deficiência na abrangência e cobertura dos registros de óbitos, classificação inadequada de algumas causas do óbito e equívocos no preenchimento das informações relacionadas à vítima e ao incidente.

pela memória, pela verdade e por justiça às vítimas através da mobilização de mães, familiares e amigos das vítimas. Mais informações: <http://maesdemaio.blogspot.com>. Acesso em 20 jul 2018.

²² Surge em Londres através de mobilizações pela liberdade de estudantes portugueses, em 1961. Uma sede dessa organização não governamental é inaugurada no Brasil em 2012, na cidade do Rio de Janeiro, como parte da estratégia de se aproximar dos países do hemisfério sul. No âmbito dos direitos humanos e da segurança pública, a organização tem realizado denúncias de violações no plano internacional, como por exemplo, os relatórios referentes às torturas no período da ditadura civil-militar de 1964, ao massacre no presídio de Carandiru em São Paulo (1992), às chacinas da Candelária (1993) e de Vigário Geral (1993) e a violência de maio de 2006 em São Paulo. Mais informações em: <https://anistia.org.br/conheca-a-anistia/atuacao/>. Acesso em 20 jul 2018.

²³ Organização sem fins lucrativos cujos objetivos são atuar através de debates, articulação e cooperação técnica para a segurança pública no Brasil. O Fórum Brasileiro de Segurança pública foi criado em 2006, seu foco está na transparência e na prestação de contas e reorganização do sistema prisional, dentre outros. Para saber mais: <http://www.forumseguranca.org.br/perfil/apresentacao/>. Acesso em 20 jul 2018.

²⁴ Criado em 1999, o Instituto Sou da Paz busca contribuir para a efetivação de políticas públicas de segurança e prevenção da violência. A referida organização não governamental atua na elaboração de pesquisas e campanhas ligadas ao controle de armas e ao funcionamento de políticas de segurança pública no sistema de justiça criminal. Informações coletadas em: <http://www.soudapaz.org/o-que-fazemos/conhecer>. Acesso em 20 jul 2018.

²⁵ Principal fonte de dados sobre incidentes violentos no país, o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) foi criado em 1975 pelo DATASUS para a obtenção regular de dados sobre mortalidade no país. (BRASIL, 2018), e sua base de dados é formada pelas declarações de óbito preenchidas por médicos e coletadas por meio de cartórios (ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, 2013).

No âmbito dos entraves administrativos, há duas faces do problema: o sigilo formal e a ausência de transparência. Os processos disciplinares que buscam a responsabilização dos policiais investigados correm sob sigilo, o que inviabiliza a produção de dados referentes à atuação daquele órgão, como por exemplo, o tempo de duração dos processos, os argumentos mobilizados pela acusação e defesa, as consequências do processo para a progressão na carreira do policial envolvido, o número de arquivamentos dos procedimentos de apuração e os índices de absolvições e condenações nessa esfera.

Ainda em âmbito administrativo, inconvenientes como a produção e a divulgação não transparente de alguns dados é outro fato recorrente, “produz-se o dado, porém não se dá a ele muita visibilidade, tornando seu acesso dificultado até mesmo para pesquisadores mais experientes” (NUNES, 2014, p. 107).

Quando pensamos no acesso aos atores que operam a esfera administrativa, o desafio é superar o processo de desconfiança quanto aos pesquisadores externos à polícia, que pode estar atrelado a inúmeros fatores, conforme aponta Henrique Macedo (2015) “os policiais exprimiriam uma desconfiança em relação às ciências humanas, à formação e aos Outros de maneira geral (...)” (MACEDO, 2015, p. 81). Vilma Reis (2005) também identifica esse problema ao observar a rejeição dos policiais durante a realização de entrevistas em sua pesquisa: “homens que têm rejeitado com veemência a presença do que eles chamam de poliólogos, ‘pessoas que falam da polícia sem entender de polícia’” (REIS, 2005, p. 160).

Outro problema que merece destaque no que diz respeito às abordagens policiais com resultado morte refere-se à ausência de indicadores nacionais para tratar o problema. Em 2007, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública apontava que tais informações não eram plenamente confiáveis, o que já explicitava a necessidade de investimento em um “sistema nacional de indicadores, com regras compatíveis para todas as Unidades da Federação e com a obrigatoriedade da transparência e compartilhamento de dados” (CANO; DUARTE, 2007, p. 98). O mesmo anuário ainda pontua a baixa qualidade das informações prestadas pelos estados da federação, onde faltavam registros de muitos Estados e muitas dúvidas se os registros da Polícia Civil incluíam, total ou parcialmente, os das polícias militares, mesmo após a implementação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal do Ministério da Justiça (SINESPJC/MJ), em 2003, que é alimentado pelas Polícias Militares e Cíveis dos estados e, em algumas circunstâncias, pelas Secretarias de Segurança Pública (RIBEIRO, 2012).

No âmbito dos entraves judiciais a lista também é extensa. Estes vão desde a ausência generalizada de dados sistematizados a respeito de condenações, absolvições, pronúncias, impronúncias e desclassificações de réus nesses processos, a nível nacional, ao fato de muitos processos serem físicos e, portanto, não estarem disponíveis nos portais digitais, ou ao fato de que, quando digitalizados, seu acesso ainda depende de uma senha cujo acesso é restrito aos advogados dos réus, membros do Ministério Público, familiares e demais pessoas autorizadas pelo Juízo, conforme determinação do Conselho Nacional de Justiça.

Ainda no âmbito judicial, estão as dificuldades de acompanhamento dos casos. Apenas os operadores que lidam diretamente com os processos oriundos de abordagens policiais que resultaram morte são capazes de identificar os processos nessa condição, pois não há indicadores ou marcadores que identifiquem rapidamente se o réu era policial e se estava em serviço quando da ocasião do fato (MISSE, 2013; FERREIRA, 2017).

Assim, a lista de barreiras enfrentadas pelos pesquisadores e pesquisadoras que se interessam em compreender as abordagens policiais com resultado morte é extensa. Em síntese, essas barreiras corroboram com o desconhecimento generalizado das polícias, das políticas de segurança pública, da atuação do sistema de justiça e das relações entre estas instâncias, o que compromete a capacidade do próprio Estado de entender, inovar e aperfeiçoar as práticas das instituições de controle das abordagens policiais com resultado morte como fenômeno macro (FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2007).

2.2.PANORAMA NUMÉRICO DAS ABORDAGENS POLICIAIS COM RESULTADO MORTE

Mesmo diante desse cenário, importantes indicadores vêm sendo construídos por atores que, apesar de não integrarem o sistema de justiça, têm contribuído para a produção e divulgação de dados relativos à letalidade policial e ao seu tratamento do ponto de vista institucional, a exemplo do Instituto Sou da Paz e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

No plano Nacional, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2017) apurou que entre os anos de 2009 e 2016, um total de 21.892 pessoas perderam suas vidas em ações policiais; 4.222 no ano de 2016, o que equivaleu a um aumento de 25,8% na comparação com o número de intervenções de policiais Civis e Militares ocorridas no ano anterior, e em 2017, foram 5.144 civis vítimas dessas ocorrências, o que correspondeu a um crescimento de 20% em relação ao ano anterior (FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2018).

No que diz respeito ao perfil das vítimas, os dados ainda revelam que 99,3% são homens, 81,8% têm idade entre 12 e 29 anos, 76,2% são negros. Números que demonstram a similaridade entre os perfis das vítimas da letalidade policial e das vítimas de homicídios em geral, os chamados “jovens-homens-negros” (Reis, 2005), conforme também apontado por Flauzina (2006), Amparo-Alves (2011), Sinhoretto et al. (2014), Lima (2016) e Cerqueira et al. (2017).

Outro dado importante publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2017) é atinente à vitimização policial. Em 2016, foram 453 policiais Civis e Militares vítimas de homicídio no Brasil, o que correspondeu a crescimento de 23,1% em relação a 2015. A referida pesquisa aponta que 56% desses policiais mortos foram registrados como negros e 98,2% são homens (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2017).

Ainda é possível apresentar balanços quantitativos nos planos estadual e local a respeito dessas ocorrências. Segundo pesquisa produzida e divulgada pelo Ipea em conjunto com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, só o estado de São Paulo foi responsável por 856 casos no ano de 2016, lembrando que o registro correspondente a todo o Brasil foi de 4.222 mortes decorrentes de intervenções policiais (CERQUEIRA et al., 2018). Cabe salientar que os pesquisadores utilizaram como fonte de dados os registros policiais, e não aqueles provenientes do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), daí a diferença em números absolutos com pesquisas que se baseiam neste último.

No plano local, segundo levantamento realizado pelo Instituto Sou da Paz, através de boletins de ocorrências publicados pelas Corregedorias das Polícias Civil e Militar no Diário Oficial do Estado de São Paulo, entre 2012 e 2016, “2.143 pessoas foram mortas por policiais militares e civis em serviço e fora de serviço na cidade de São Paulo” (INSTITUTO SOU DA PAZ, 2017, p. 4).

A pesquisa realizada pelo Instituto Sou da Paz baseou-se em boletins de ocorrência que registraram mortes decorrentes de oposição à intervenção policial e mortes de policiais civis²⁶. Esses BO's haviam sido solicitados através da Lei de Acesso à Informação à Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo e os registros de mortes de policiais militares solicitados à Corregedoria da Polícia Militar do Estado de São Paulo, no ano de 2015.

²⁶ Uma amostra representativa foi construída para compreensão da realidade paulistana, mediante a análise de 67 boletins de ocorrência com 68 vítimas fatais policiais, o que correspondeu a 64,2% dos casos contabilizados nas estatísticas oficiais, e 534 ocorrências de mortes decorrentes de intervenção policial com 614 vítimas fatais, ou seja, 83,8% dos casos registrados e tratados nas estatísticas (INSTITUTO SOU DA PAZ, 2017).

A referida pesquisa concluiu que, entre 2012 e 2016, 243 policiais foram mortos na capital, dos quais 52 morreram em serviço e 191 durante o horário de folga, o que corresponde ao fato que oito a cada dez policiais vítimas fatais de violência morreram em seu horário de folga (INSTITUTO SOU DA PAZ, 2017). A pesquisa ainda traz dados referentes à proporção de policiais e civis mortos em suposto confronto.

Somadas as mortes provocadas por agentes em serviço e fora de serviço, a proporção entre pessoas mortas por policiais militares e pessoas mortas por policiais civis foi 17:1 entre 2012 e 2016. Todavia, a disparidade na participação de policiais civis e militares nas mortes cai sensivelmente entre os agentes fora de serviço no mesmo período – de 32:1, entre policiais em serviço, para 9:1, entre policiais de folga (INSTITUTO SOU DA PAZ, 2017, p. 05).

A pesquisa publicada pelo Instituto Sou da Paz torna-se um importante instrumento para a compreensão de algumas particularidades locais e permite-nos um olhar detalhado e local da letalidade policial e de seu tratamento na esfera administrativa. O documento apontou que o perfil dos policiais mortos em confronto é formado majoritariamente por “homens, brancos, com idades entre 30 e 44 anos” (INSTITUTO SOU DA PAZ, 2017, p. 05), perfil diferente do policial que é morto no plano nacional, conforme a mencionada pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. O cotejo das informações nos permite pontuar a particularidade da cidade de São Paulo, onde 60,6% da população se autodeclarou branca no último censo do IBGE, em 2010, e negros somaram aproximadamente 37%. O que pode explicar a diferença observada no perfil de policiais mortos em confronto no Brasil e na cidade de São Paulo, no que tange à dimensão racial.

Outro dado importante referente às circunstâncias da morte, indica que na maioria das ocorrências o policial foi morto enquanto estava sozinho (INSTITUTO SOU DA PAZ, 2017).

No que diz respeito à atuação letal da polícia em âmbito local, a pesquisa apontou um aumento no número de pessoas mortas, na comparação entre os anos de 2013 e 2014, foram 214 pessoas mortas em intervenções policiais durante 196 ocorrências em 2013 e 400 vítimas em 338 ocorrências em 2014, o que, segundo o Instituto Sou da Paz (2017), correspondeu a aumento de 72,4% de intervenções fatais e 86,9% de vítimas (INSTITUTO SOU DA PAZ, 2017, p. 19).

Quanto às circunstâncias e características das abordagens que levaram às mortes de civis, a referida pesquisa afirma que a grande maioria dos casos ocorreu no período noturno, entre 18h e 23h59, com maior concentração em distritos policiais localizados em áreas periféricas, com destaque para as Zonas Leste e Sul da cidade e com uma proporção média de “uma morte de policial para cada nove vítimas de morte decorrente de oposição à intervenção

policial (MDOIP) na capital no período de 2013 a 2014” (INSTITUTO SOU DA PAZ, 2017, p. 22).

Ainda quanto às abordagens observadas naquela pesquisa, 24% de todas as ocorrências registradas em ambos os anos foram iniciadas por "fundada suspeita"; as vítimas apresentaram uma média de três perfurações em 2013 e quatro em 2014. Em relação à quantidade de policiais atuando em cada ocorrência que terminou em morte, nos anos observados, a pesquisa pontua a superioridade numérica dos agentes no momento da abordagem, “mesmo considerando unicamente os casos envolvendo agentes em serviço, é possível observar que no ano de 2014 houve mais ocorrências em que os policiais se encontravam em superioridade numérica: foram 67% dos casos com mais policiais em serviço do que suspeitos em 2014, contra 59% em 2013” (INSTITUTO SOU DA PAZ, 2017, p. 30).

O perfil das vítimas locais não difere do perfil das vítimas identificado nos levantamentos nacionais.

Entre as vítimas fatais de morte decorrente de oposição à intervenção policial em 2013 e 2014, prevaleceram homens, negros e jovens, com idades entre 15 e 29 anos (...). Ademais, os jovens com 15 e 18 anos representaram praticamente metade das vítimas jovens identificadas (INSTITUTO SOU DA PAZ, 2017, p. 23).

Quanto aos primeiros mecanismos utilizados pela Administração Pública para tratar as ocorrências, a pesquisa informou que mais de 80% dos boletins de ocorrência de 2013 e 2014 trouxeram informações sobre testemunhas e com descrição se elas eram ou não policiais (39,1% em 2013 e 46,8% em 2014). Mas o percentual de casos em que todas as testemunhas listadas eram policiais correspondeu a 40% dos casos em 2013 e 30% dos casos em 2014 (INSTITUTO SOU DA PAZ, 2017, p. 41). Além da presença excessiva de policiais como únicas testemunhas dos casos analisados na referida pesquisa, outros fatores contribuíram para o levantamento de dúvidas quanto à legitimidade do uso da força letal, como por exemplo, o fato que 6,1% do total de casos em 2013 e 2014 continham indícios de excessos por parte dos agentes envolvidos (INSTITUTO SOU DA PAZ, 2017).

Os números apresentados nessa seção nos indicam que as abordagens policiais com resultado morte podem ser observadas a partir de, no mínimo, dois níveis de observação. O primeiro diz respeito à conduta do policial em si, considerada individualmente, e o segundo está numa dimensão coletiva do problema, isto é, tomadas em conjunto, essas abordagens constituem o fenômeno da letalidade policial – esse último revela as dimensões racial e sociopolítica da atuação policial letal.

2.3.USO DA FORÇA PELA POLÍCIA

Esse balanço quantitativo apontando elevadas taxas de mortalidade, em situações de atuação policial, nos conduz ao debate a respeito do uso excessivo da força pelas polícias no Brasil. Os abusos ou excessos no uso da força letal constituem uma possibilidade real, tendo em vista a atribuição constitucional da polícia para usar a força e utilizar instrumentos para exercer suas funções.

Ao estudar a instituição policial na ordem democrática, Cristina Neme (1999) sugere que o descompasso existente entre a lei e o funcionamento das instituições policiais, sobretudo no que diz respeito aos casos de violência policial letal, estaria relacionado ao caráter discricionário da atividade policial, o que dificulta a aplicação rigorosa de parâmetros para delimitação do uso legítimo da força. Apoiada em Dominique Monjardet e em Max Weber, a autora afirma que apesar do Estado deter o monopólio da força, isso não quer dizer que apenas a ele é reservado o uso desse recurso. Mas que o uso da força pela instituição policial é indeterminado, isto é, qualquer pessoa pode ser o alvo por determinação legal, ao passo que por outros agentes que não a polícia, o uso é muito limitado, restrito (NEME, 1999).

Conforme Bittner (2003), não há um critério universal de identificação do excesso de força na ação policial. No entanto, há padrões internacionais que permitem aos avaliadores da performance policial observar os padrões que são geralmente utilizados por outros países para aferir o abuso da força letal. Seguindo esta perspectiva, Adriana Loche (2010) e Samira Bueno, Daniel Cerqueira e Renato Sérgio de Lima (2013) afirmam que há três critérios fundamentais para aferição desse padrão que foram convencionados pela literatura internacional. Primeiro, a relação entre número de civis mortos e policiais mortos, ou seja, se o número de civis mortos é desproporcionalmente maior do que o de policiais, a polícia estaria abusando de seu poder discricionário. Segundo, trata-se da razão entre civis feridos e civis mortos pela polícia, isto é, se há mais mortos que feridos de maneira desproporcional, há uma alta probabilidade de uso desordenado da força letal pela polícia, e por fim, o terceiro critério leva em consideração a relação entre o número de civis mortos pela polícia e o total de homicídios dolosos registrados numa mesma área.

Segundo os pesquisadores,

considerando apenas os dados do ano de 2012, verificamos que ao menos 5 pessoas morrem vítimas da intervenção policial no Brasil todos os dias, ou seja, ao menos 1.890 vidas foram tiradas pela ação das polícias civis e militares em situações de “confronto”. Se considerarmos a série histórica proposta pelo estudo, o resultado é o mesmo: utilizando os dados dos anos

2000 até 2012, em média 4,9 pessoas morrem todos os dias por intervenções policiais (BUENO, CERQUEIRA, LIMA, 2013, p. 125).

Os autores seguem apresentando uma breve comparação com os Estados Unidos, tendo em vista que aquele país tinha, no mesmo período observado, uma população e número de armas em circulação muito superiores ao Brasil. Utilizando dados disponibilizados por *Criminal Justice Information Services Division* do *Federal Bureau of Investigation*, eles afirmam que para todo o ano de 2012, 410 civis foram mortos pela polícia em serviço naquele país (BUENO, CERQUEIRA, LIMA, 2013). Por fim, ainda a respeito da análise sobre o padrão de uso excessivo da força, a “taxa de mortalidade por homicídio de um policial no Brasil é três vezes superior à taxa de homicídio de um cidadão comum” (BUENO, CERQUEIRA, LIMA, 2013, p. 126). Portanto, os dados analisados pelos autores reforçam a hipótese de uso excessivo da força letal pelas polícias brasileiras.

Ao se dedicar ao estudo sobre a opção ideológico-institucional da política de segurança pública na manutenção de padrões de atuação violentos pela polícia militar paulista, Samira Bueno Nunes (2014) buscou compreender em seu trabalho além dos fatores determinantes para entender o padrão de uso da força da polícia militar do estado de São Paulo, o modo como as ações incrementais implementadas desde a redemocratização provocou mudanças no cotidiano da referida corporação. O mote do trabalho consistia em tentar responder por que, mesmo depois da redemocratização do país e da respectiva implementação de mecanismos de controle das polícias, entre os anos de 1990 e 2000, o padrão de atuação da Polícia Militar do Estado de São Paulo se mantinha violento, com um alto número de mortes de civis durante sua atividade? (BUENO NUNES, 2014).

No referido trabalho, a autora entende que a instituição policial constitui um dos mais importantes mecanismos encontrados pelo Estado moderno para garantir a manutenção da lei e da ordem, inclusive do Estado Democrático de Direito, que também lhe confere a prerrogativa do uso da força de modo legítimo para o exercício de suas funções (BUENO NUNES, 2014). Dentre suas principais conclusões, sob uma perspectiva weberiana, estão a constatação de que a polícia militar de São Paulo tem um padrão de atuação violento, o qual mostrou-se inerente ao processo de formação do policial militar, além de ser uma opção institucional pautada na forma segundo a qual diferentes grupos políticos que controlam o Estado compreendem como os conflitos devam ser tratados (BUENO NUNES, 2014).

Neste mesmo sentido, Henrique de Linica Macedo (2015) identifica o uso da força pelo Estado como mecanismo central de controle social. Afirma o autor que, no contexto do estado de São Paulo, a história da Polícia Militar, mais precisamente das Rondas Ostensivas

Tobias de Aguiar, é marcada pelo constante uso da força física letal e da utilização da violência como um enunciado constante da atuação policial. Em seu estudo, Macedo (2015) parte de dois casos de mortes decorrentes de intervenção policial para analisar discursos e práticas das Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (ROTA).

Ainda sobre esse tema, Samira Bueno (2018) levanta uma importante discussão a respeito da diferenciação entre o uso da força de maneira legítima pelas polícias e o uso abusivo e violento. Nesse sentido, uma abordagem policial cujo desfecho foi a morte de um cidadão não seria necessariamente violenta, tendo em vista que este resultado, a morte, poderia decorrer de uso legítimo da força, de despreparo do agente envolvido ou do uso excessivo da força em determinada circunstância. A segunda justificativa estaria associada à competência técnica do policial para atuar, o que envolveria cursos de formação para o adequado exercício de sua atribuição, experiência e variabilidade de recursos técnicos a seu alcance, por exemplo. A terceira relaciona-se a uma ideia de uma consciência brutal, isto é, quando o policial opta por usar a força letal, mesmo quando tem outros instrumentos técnicos a sua disposição.

Apoiando-se na literatura norte-americana, a referida autora pontua quão difícil é realizar essa divisão, dado que a diferenciação entre atos violentos de atos legitimamente amparados pela lei depende das crenças, regimes de governo e de definições legais de cada país, o que complexifica ainda mais o problema, tendo em vista que uma única abordagem pode simultaneamente ser abusiva em relação aos direitos humanos dos cidadãos - expressamente previstos em lei ou na constituição - e ser apropriada para o exercício do trabalho policial - cujos parâmetros também podem estar previstos em lei (BUENO, 2018).

Nesse ponto, a literatura nos desafia a pensar o que ocorre com os casos de abordagens policiais com resultado morte considerados pela legislação e pelos atores institucionais como excessivos, violentos ou contrários ao Direito. Esse tema será objeto do próximo item.

2.4.IMPUNIDADE, AUSÊNCIA DE RESPONSABILIZAÇÃO E O INGRESSO DOS CASOS DE ABORDAGENS POLICIAIS COM RESULTADO MORTE NO SISTEMA DE JUSTIÇA

Ao tratar da subversão do Estado de direito, Oscar Vieira (2011) afirma que em contextos de desigualdades sociais e econômicas há, ao mesmo tempo, destruição da imparcialidade da lei, invisibilidade dos pobres, demonização daqueles que ousam desafiar o sistema e imunidade dos privilegiados frente às instituições de responsabilização. Na visão do autor, a imunidade consistiria na isenção dos ricos ou poderosos de suas obrigações frente a

outras pessoas. Acrescenta o autor que “a ideia de imunidade pode ser entendida focando-se na impunidade dos violadores de direitos humanos (...)” (VIEIRA, 2011, p. 227).

Mesmo diante desse contexto, Vieira (2011) guarda uma crença no poder regenerador das instituições jurídicas quando do processamento de atos ilegais e ilegítimos exercidos pelos poderosos. Para esse mesmo autor, embora as instituições jurídicas também sejam extremamente vulneráveis à ação dos poderosos, “elas podem eventualmente produzir curto-circuitos nos sistemas jurídicos” (VIEIRA, 2011, p. 235). Assim, quando uma demanda social por punição de policiais que produzem mortes em serviço transforma-se numa demanda jurídica onde as decisões devem necessariamente ser justificadas em termos próprios do Direito – para ter coerência dentro do sistema de justiça, por exemplo –, a necessidade de justificativa legal impõe uma redução da discricionariedade de todos os atores e instituições envolvidas (VIEIRA, 2011). Dessa maneira, tendo visibilidade pública numa esfera da organização social – o sistema de justiça – na qual as decisões devem ser justificadas conforme o próprio direito, os considerados invisíveis e demonizados ganham uma esfera de reconhecimento e de atuação enquanto sujeito.

Nessa lógica, cumpre dizer que vários autores têm indicado uma ausência de responsabilização de policiais que se envolveram em abordagens com resultado morte.

A pesquisa liderada por Michel Misse (2011), valendo-se de uma abordagem etnometodológica, buscou compreender a classificação e a narração das mortes nas apurações policial e judicial, no Estado do Rio de Janeiro, de 2001 a 2011. Descreve ao longo da pesquisa o trabalho de elaboração dos inquéritos e processos e as práticas da construção de versões sobre o fato que ganham forma nos autos, identificando os elementos que permitem legitimar ou questionar a legalidade da ação policial (MISSE, 2011).

Os pesquisadores identificaram uma baixa qualidade dos inquéritos instaurados para a apuração dos “autos de resistência”²⁷, o que causa uma falta de elementos probatórios, seja para confirmar, seja para refutar a versão de legítima defesa nos casos que chegaram a ingressar na esfera judicial. Ainda sobre os resultados alcançados, Misse (2011) aponta que “questionar a veracidade das informações fornecidas pelos policiais autores do fato é conduta atípica nas práticas rotineiras da Polícia Civil” (MISSE, 2011, p. 130).

²⁷ O termo “auto de resistência” era utilizado para se referir às mortes decorrentes de intervenção policial e derivaria da referência feita pelos art. 284 e art. 292 do Código de Processo Penal à lavratura do auto circunstanciado que tinha por fim explicitar a resistência e a morte (SOUZA, 2010; ZACCONE D’ÉLIA FILHO, 2013).

No mesmo sentido, a pesquisa realizada por Taiguara Líbano Soares e Souza (2010) acerca da violência policial letal como elemento constituidor das estratégias repressivas de controle social dentro do que o autor identificou como “genealogia do Estado de exceção” (SOUZA, 2010, p. 08), apontou que “em regra os policiais envolvidos em homicídios classificados como autos de resistência não são penalmente responsabilizados” (SOUZA, 2010, p. 192).

O processo de incriminação dos policiais só é possível de ser levado adiante quando delegados, promotores ou juízes assumem uma posição diferenciada em relação a seus pares ou quando os familiares das vítimas se mobilizam, acionando movimentos sociais, trazendo a repercussão da mídia e recrutando testemunhas. Segundo Misse (2011) as circunstâncias dos homicídios não são apuradas, a não ser que motivações pessoais e/ou entendimentos particulares de atores isolados imponham um rigor maior na investigação de determinados casos.

De acordo com Daniel Cerqueira et al. (2013), a letalidade policial não é adequadamente tratada pelo Ministério Público (MP), nem mesmo no que diz respeito ao controle externo da atividade policial. Para os autores, no caso do Ministério Público,

a preocupação fica excessivamente focada no formalismo processual dos inquéritos policiais e pouca atenção é dada à qualidade da investigação. O tema da letalidade é visto como um assunto afeito à esfera operacional (e por isso de competência exclusiva das polícias) e não se transforma em eixo político ou estratégico das instituições e dos Governos.” (BUENO, CERQUEIRA, LIMA, p. 121).

Para Michel Misse (2011), os poucos procedimentos que chegam à fase judicial necessariamente tiveram uma atuação contundente da família da vítima ou passaram pelo crivo de algum profissional do Sistema de Justiça Criminal que adotou uma postura mais exigente do que o normal com relação aos “autos de resistência” (2011, p. 132). Cabe se perguntar se a impunidade ou a sensação de impunidade relatadas por familiares e apontada em algumas pesquisas levam em consideração também as eventuais sanções em outras esferas jurídicas, como por exemplo, as sanções disciplinares em âmbito administrativo ou o ressarcimento dos danos apurados na esfera cível.

No registro das pesquisas qualitativas, cabe ainda destacar o trabalho coordenado por Maíra Rocha Machado e Marta Rodriguez de Assis Machado (2015) ao se debruçarem sobre o Massacre do Carandiru²⁸, no campo do Direito. As pesquisadoras partiram de um caso

²⁸ Fato ocorrido em 2 de outubro de 1992, após uma intervenção da Polícia Militar do Estado de São Paulo, na Casa de Detenção de São Paulo. A ação provocou a morte de pelo menos 111 detentos, e deixou inúmeros feridos. Para saber mais: <https://massacrearandiru.org.br/>

emblemático de uma ação policial letal para “avaliar como as instituições do sistema de justiça brasileiro reagiram a um episódio de grave violação de direitos humanos ocorrido no período de nossa transição à democracia” (2015, p. 19). O pano de fundo da referida pesquisa foi compreender os mecanismos de responsabilização individual e estatal operacionalizados por diferentes autoridades após a ocorrência do Massacre do Carandiru.

Diferentemente da pesquisa coordenada por Misse (2011) que se desenrolou em torno de 26 casos, por meio de etnometodologia, o trabalho desenvolvido por Maíra Machado e Marta Machado (2015) faz uso do estudo de caso único como estratégia de coleta e análise dos dados.

O estudo de caso realizado pelas pesquisadoras permitiu a concentração da coleta de dados em torno de um único evento – o massacre do Carandiru. Elas trabalharam sobre processos criminais, ações de indenização movidas por familiares, em âmbito civil, e em processos administrativos e administrativo-disciplinares, além de documentos que envolvem o processo internacional que tramitou perante o Sistema Interamericano de Direitos Humanos (MACHADO; MACHADO, 2015, p. 24).

As autoras pontuam que muitas das condutas que foram imputadas aos policiais réus – muitos dos quais, policiais de baixa patente – ou aquelas que poderiam ter sido imputadas aos gestores – governador e os secretários à época que sequer foram formal e oficialmente acusados criminalmente – prescreveram em 2012, ao longo dos processos de responsabilização. No âmbito da responsabilização da esfera civil, nem metade dos familiares das 111 vítimas havia recebido as indenizações correspondentes aos danos morais e materiais sofridos por esses. Quanto ao âmbito administrativo-disciplinar, os policiais envolvidos no evento permaneceram integrando o quadro de policiais militares da ativa e, não só isso, muitos deles foram promovidos a patentes maiores do que aquelas que tinham na época dos fatos, o que, segundo as autoras, “indica que os procedimentos disciplinares ou não foram concluídos, ou, caso tenham sido, não deram ensejo à sanção de expulsão” (MACHADO; MACHADO, 2012, p. 06).

A ausência de responsabilização de policiais que atuaram em abordagem com resultado morte também foi tratada na pesquisa realizada por Laura Gonçalves de Lima (2016), a qual se dedicou a compreender as narrativas sobre os crimes de maio de 2006, através da escuta dos testemunhos das integrantes do Movimento Independente Mães de Maio. Lima (2016) afirma que quase todos os casos em que agentes de segurança pública figuravam enquanto suspeitos foram arquivados, fato que a pesquisadora atribuiu à “tradição de corporativismo existente entre os agentes de segurança pública” (LIMA, 2016, p. 158).

Lima (2016) afirma ainda que a apuração dos “crimes de maio de 2006” teria sido prejudicada dado que policiais que atuaram diretamente em ocorrências que terminaram com morte de civis interferiram nas investigações de modo a comprometê-las.

As ações policiais que comprometeram o andamento das investigações gravitam em torno de eixos que podem ser resumidos da seguinte forma: não preservação dos locais dos assassinatos; remoção de corpos sem vida a título de prestação de socorro; destruição de provas; ameaça a testemunhas; não fornecimento das gravações do sistema de radiotelecomunicação (COPOM, 190) (...) (LIMA, 2016, p. 158).

Diante da sensação de impunidade e da ausência de responsabilização apontadas por pesquisadores e movimentos sociais, questiona-se, como e o que ocorre em processos de responsabilização de policiais militares que atuaram em abordagens com resultado morte?

A revisão de literatura, além de ratificar a pertinência e a atualidade do tema proposto, informa a respeito dos desafios existentes para compreender os problemas que circunscrevem o tratamento do sistema de justiça dado às abordagens policiais com resultado morte, não só no plano metodológico, mas também nos planos políticos, sociais e institucionais.

No plano institucional, o qual interessa-nos de forma mais direta, é possível identificar que diferentes instituições reagem às abordagens policiais com resultado morte, de diversas maneiras, seja ao produzir e divulgar dados estatísticos a respeito do problema, seja ao produzir normas de condutas ou de responsabilização, seja implementando-as em diferentes instituições por intermédio de diferentes atores e esferas do direito. A revisão de literatura provoca-nos a pesquisar especificamente sobre as diferentes instituições e esferas jurídicas que têm por objetivo institucional a apuração e responsabilização de policiais militares que atuaram em abordagens policiais com resultado morte.

CAPÍTULO 3. AS REGRAS DO JOGO E A ARQUITETURA INSTITUCIONAL

Este capítulo tem o objetivo de apresentar o conjunto de normas e instituições criadas e/ou implementadas pelo Brasil para tratar as *abordagens policiais com resultado morte*. A presente exposição valoriza a “dimensão estática” do emaranhado de princípios, regras, órgãos e instituições que passaram a existir como resposta, no plano jurídico-normativo, ao problema específico da letalidade policial. Nesse sentido, o recorte dado está no âmbito da criminalização primária, de modo que, a análise da “dimensão dinâmica”, voltada para o estudo do tratamento jurídico ou, ainda, da maneira como os atores mobilizam estes elementos instituídos, será realizada nos próximos capítulos, quando então a atenção se voltará para a implementação das normas, através de um olhar para os mecanismos de criminalização secundária.

A exposição das regras do jogo e da arquitetura institucional adotada pelo estado brasileiro para tratar as *abordagens policiais com resultado morte* permite a identificação de um panorama geral para compreensão do caso, dos atores (individuais e institucionais) cuja participação é imprescindível, dos esforços e conflitos interinstitucionais e do conjunto de ferramentas, mobilizadas (ou não) em juízo, muitos dos quais reaparecerão obviamente nos próximos capítulos.

Em tempo, cabe ressaltar que o conjunto de normas e instituições apresentados a seguir resulta da reunião de esforços de diferentes atores (movimentos sociais, articulações político-partidárias, consensos das elites, etc.), de disputas interpretativas em torno dos marcos regulatórios e de tentativas institucionais de lidar com o problema da letalidade policial, e que não serão explorados diante dos objetivos desse trabalho.

3.1. A ESTRUTURA JURÍDICA PARA TRATAR AS *ABORDAGENS POLICIAIS COM RESULTADO MORTE*

O tratamento jurídico das *abordagens policiais com resultado morte* resulta de uma atividade legislativa e institucional recente e inconclusa, e tem gerado controvérsias no Direito brasileiro. Isso porque, olhar para o tratamento jurídico dado às *abordagens policiais com resultado morte* significa admitir que, não obstante existam outras dimensões deste tema, como a estatística, a psicológica ou a política – que não serão aqui abordadas –, em termos jurídicos, estar-se diante de uma situação-problema (HULSMAN, 1998) que é juridicamente polissêmica

(ACOSTA, PIRES, 1998), e, portanto, sujeita a diferentes significados e respostas a depender do plano e/ou esfera observado.

Assim, as *abordagens policiais com resultado morte*, conforme se verá mais adiante, são tratadas no direito brasileiro a partir de uma arquitetura institucional própria, isto é, existe uma composição normativa resultante da atuação dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário que organiza instituições e distribui atribuições ao longo de uma cadeia atores.

Essa arquitetura institucional não foi concebida de maneira uniforme e linear ao longo do tempo, sua constituição dependeu da elaboração de mecanismos formais e informais de controle da Polícia, e da atuação tanto de instituições estatais como da sociedade civil, com avanços e recuos impulsionados por eventos que marcaram a história recente do Brasil em função da violação de direitos humanos, como por exemplo, o massacre de Acari, em 1990 (RJ), o massacre do Carandiru, em 1992 (SP), a chacina de Vigário Geral, em 1993 (RJ), a chacina da Candelária, em 1994 (RJ), a chacina do presídio Urso Branco 2002 (RO), os crimes de maio, em 2006 (SP), a chacina do Cabula, em 2015 (BA), todos com suspeita ou confirmação de participação direta de policiais.

A composição normativa que trata de *abordagens policiais com resultado morte* não está delimitada em um único âmbito do direito, circunscreve-se a partir de diferentes quadros normativos, com alcances e limites por vezes concorrentes ou conflitantes, e produz consequências e efeitos diversos. No Brasil, a referida arquitetura institucional se estrutura em pelo menos três âmbitos de responsabilização, o administrativo, o civil e o criminal.

A observação do material coletado empiricamente foi construída com base nas normas que surgiram no contato com os casos, de buscas autônomas nos sites do Planalto, da Câmara e do Senado, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, além da revisão de literatura e ajudou a identificar e a apresentar a arquitetura institucional adotada pelo Brasil para tratar as *abordagens policiais com resultado morte*, a qual consiste numa estrutura jurídica que engloba pelo menos dois planos, um normativo e um institucional. No primeiro, encontram-se normas que descrevem comportamentos, processos e sanções e no segundo, por ser um plano operacional, encontram-se atores, individuais e institucionais, do sistema de justiça que implementam normas jurídicas.

No primeiro plano há um arranjo de normas que descrevem não só como policiais militares devem abordar as pessoas, mas, também, quais procedimentos devem ser adotados pelos policiais em caso de abordagens cujo desfecho foi a morte de um cidadão. Ainda nesse plano, encontram-se as normas que descrevem os processos e procedimentos que visam a

responsabilização de policiais por instituições previstas em lei, assim como, as sanções correspondentes aos atos contrários ao Direito por aquelas identificado. Nota-se que as normas em questão podem referir-se a diversas esferas do direito, tendo em vista que uma *abordagem policial com resultado morte* pode configurar um ato ilícito em quaisquer das três esferas já mencionadas.

No segundo plano situam-se atores e instituições que implementam as normas do plano mencionado anteriormente. Esse é um plano operacional, onde diferentes atores estão em atuação, em movimento, se comunicando e exercendo, ou não, os deveres que lhes foram atribuídos no plano normativo. Aqui, encontram-se além de instituições como a Corregedoria da Polícia Militar, o Ministério Público, os Tribunais do júri, os Tribunais de Justiça, a Procuradoria do Estado, há também, juízes, promotores, serventuários da justiça. Vale frisar que estes atores também lidam com normas próprias da profissão que influenciam ou concorrem na implementação das normas voltadas ao tratamento das *abordagens policiais com resultado morte*.

3.2. A ARQUITETURA INSTITUCIONAL PARA TRATAR AS ABORDAGENS POLICIAIS COM RESULTADO MORTE E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Nos trabalhos consultados²⁹, as *abordagens policiais com resultado morte* não apareceram como objeto autônomo de apreciação da Assembleia Nacional Constituinte de 1987, tampouco das Propostas de Emenda à Constituição que foram incorporadas após a promulgação do texto constitucional. O mais próximo que o tema chegou foi relacionado à “segurança pública” e à “violência policial”, através de diferentes proponentes. O tema mais amplo da (i) “segurança pública” inserido pela primeira vez numa carta constitucional brasileira, havia ficado a cargo da Subcomissão de “Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança (Subcomissão IVb), ligada à Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições (IV)” a qual, segundo Fontoura, Rivero e Rodrigues (2009) constituía a primeira vitória das Forças Armadas no processo constituinte, já que em princípio o tema da segurança pública deveria caber à Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo. Os referidos autores seguem explorando o tema e indicam, através dos relatos de Hélio

²⁹ As buscas referentes ao tema foram realizadas entre janeiro e fevereiro de 2019, na plataforma de pesquisa: scholar.google.com.br, através das palavras-chave “abordagens policiais com resultado morte e Assembleia Nacional constituinte”, “violência policial e Assembleia Nacional constituinte”, “segurança pública e Assembleia Nacional constituinte”, “letalidade policial e Assembleia Nacional constituinte”, “homicídios praticados por policiais e Assembleia Nacional constituinte”.

Contreiras (1998), que houve uma proposta de unificação das polícias como resposta à excessiva violência decorrente do modelo de policiamento até então adotada pelo Brasil,

o coronel do Exército Sebastião Ferreira Chaves afirma ter ido conversar com o deputado Ulysses Guimarães, presidente da ANC, porque percebera, quando era secretário de segurança pública de São Paulo (SP), que o desenho das polícias gerava muita violência dos dois lados: Polícia Militar muito violenta nas ruas e Polícia Civil também violenta nas delegacias. A resposta que ele teria ouvido é que já havia acordo com o general Leônidas, Ministro do Exército, para que não se alterasse o modelo de Polícias Militares/Polícias Cíveis e das primeiras como forças auxiliares do Exército (CONTREIRAS, 1998 *apud* FONTOURA, RIVERO E RODRIGUES, 2009, p. 140),

concluindo que os movimentos e articulações contra majoritários encontravam forte resistência não só do *lobby* das Forças Armadas, mas também dos policiais militares e dos delegados de polícia, “estas três corporações atuaram de maneira muito ativa na Constituinte no sentido de preservarem suas atribuições e garantias” (FONTOURA, RIVERO E RODRIGUES, 2009, p. 141).

O tema mais restrito da (ii) violência policial apareceu com bastante ênfase nas propostas oferecidas por pessoas e organizações (institucionalizadas ou não) do Movimento Negro Unificado (MNU), importante ator do processo de elaboração da Constituição de 1988. A participação do MNU na defesa de direitos de civis, econômicos e culturais da população negra durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte se traduziu em inúmeras propostas, conforme evidenciado na pesquisa de Natália Santos (2015). A referida autora afirma que, em março de 1987, uma proposta do Conselho Estadual da Condição Feminina do Governo do Estado de São Paulo/Comissão para Assuntos da Mulher Negra foi enviada na forma de sugestão à ANC. Segundo Santos (2015), o “Dossiê Mulheres Negras”, documento no qual continham as sugestões, revelou diversas dimensões do racismo, dentre essas, aquelas que agiam “no controle dos corpos negros pelo Estado por meio de mecanismos e políticas de extermínio como o controle de natalidade e violência policial” (SANTOS, 2015, p. 143), para o enfrentamento do problema a sugestão consistia na unificação das Polícias Civil e Militar, além da implementação de cursos de reciclagem e alteração dos critérios de seleção para admissão nas referidas carreiras, acrescentariam também, uma alteração na atribuição para julgamento de policiais que cometessem crimes relativos a abuso do poder, os quais passariam a ser julgados pela justiça comum. Os trabalhos na Assembleia Nacional Constituinte acabaram por reforçar a manutenção do arranjo institucional desenhado no período ditatorial, apesar das propostas apresentadas (GUERRA; MACHADO FILHO, 2018).

Assim, constituição federal de 1988 não trata diretamente do tema, isto é, não há um título, um capítulo ou uma seção específicos que se reporte às *abordagens policiais com*

resultado morte. Mas alguns elementos presentes no texto constitucional poderiam nortear a elaboração e a interpretação de normas infraconstitucionais e organizam – ainda que em parte – algumas instituições. Neste item, identificam-se os principais mecanismos e instrumentos constitucionais, além das instituições, utilizados pelo Brasil para tratar *as abordagens policiais com resultado morte*.

O sistema de governo adotado pelo Brasil em sua constituição e a forma como as instituições políticas foram desenhadas impactaram na arquitetura institucional para tratar as abordagens policiais com resultado morte. Nesse contexto, o presidencialismo, o federalismo e a separação de poderes são fundamentais para a compreensão de algumas das principais escolhas institucionais realizadas pelo Brasil. A separação de poderes está presente no artigo 2º da Constituição Federal, sob a fórmula: “São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário”.

Dentro deste contexto institucional de separação, “harmonia” e “independência” de poderes que a constituição determina que a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, sendo exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através da polícia federal, polícia rodoviária federal, polícia ferroviária federal, polícias civis e das polícias militares e corpos de bombeiros militares, determinando explicitamente a subordinação das duas últimas aos Governadores dos Estados e do Distrito Federal, conforme art. 144, da constituição federal.

Em seu art. 144, §4º e §5º, a constituição determina as atribuições das polícias estaduais como segue: às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais³⁰, com exceção das infrações de natureza militar – as quais são de competência da Justiça Militar, a quem compete processar e julgar os crimes militares definidos no Código Penal Militar. E às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública.

Dessa forma, as polícias civis têm autonomia para apurar as mortes decorrentes de intervenção policial, porque, além dessa disposição constitucional, outras normas foram criadas para regulamentar este dever institucional – conforme veremos na próxima seção.

³⁰ Com a promulgação da Lei 9299/1996, os crimes dolosos contra a vida cometidos contra civil, quando praticados por policiais militares, serão da competência da justiça comum, julgados pelo tribunal do Júri, diferentemente dos crimes dolosos contra a vida praticados por militares das forças armadas, que serão julgados pela Justiça Militar da União, em condições específicas, conforme a recém promulgada Lei nº 13.491, de 13 de outubro de 2017, a qual alterou o Decreto-Lei no 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar e abriu novos campos de disputa institucionais, conferir exemplo no link: <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/brasil/2018/05/o-novo-foro-dos-militares-ja-tirou-mil-acoes-da-justica-comum-1014130132.html>

Esta arquitetura institucional decorre da forma como foram desenhadas as principais instituições do Estado democrático de direito brasileiro nos processos de responsabilização. Mas, segundo Arthur Trindade Costa e Renato Sérgio de Lima (2014) este desenho não consegue encarar os principais problemas no que concerne à segurança pública em geral, e às polícias, especificamente.

Para os autores, “os ruídos no pacto federativo e no modelo bipartido de organização policial (civil e militar), herdados de períodos anteriores, não foram enfrentados pela Constituição Federal de 1988 e, ao contrário, novas situações de fricção foram criadas (...)” (COSTA; LIMA, 2014, p. 398). Tendo em vista os objetivos do presente texto, interessa observar como este desenho, ao lado de outros elementos, contribui para o atual tratamento das abordagens policiais com resultado morte.

Ao longo do texto constitucional, algumas atribuições e princípios permitem uma organização normativo-institucional mínima, como por exemplo, a já citada atribuição das polícias, mas ainda podemos citar muitas outras.

- a. O direito de acesso a informações relativas à administração pública³¹ estabelece que os cidadãos brasileiros têm direito de acessar informações públicas, o que inclui aquelas concernentes à gestão e funcionamento da administração pública. Segundo Paula Lígia Martins (2011), o referido princípio estrutura-se em alguns parâmetros, tais como, máxima divulgação, obrigação de publicar, âmbito limitado de exceções, promoção de um governo aberto, procedimentos que facilitem o acesso, proteção de denunciantes, dentre outros. Quando se trata de abordagens policiais com resultado morte, é importante pensar na publicidade dos procedimentos de responsabilização, ainda que em âmbito administrativo, na divulgação de dados relativos a tais ocorrências, enfim, numa administração pública que não obstaculize o acesso à informação do cidadão comum e de pesquisadores e organizações não governamentais.
- b. O direito de defesa dos réus, inclusive em processos administrativos³² para que os mesmos possam se defender ao longo do processo civil, criminal e administrativo – inclusive em suas especificidades: processo disciplinar, processo administrativo disciplinar, sindicância, inquéritos.

³¹ Art. 5º, XIV e art. 37, da Constituição Federal

³² Art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal.

- c. A organização e atribuições das instituições que compõem o sistema de justiça³³ estão previstos na constituição federal. Assim, a estrutura dos órgãos jurisdicionais com competência para julgar os policiais envolvidos em abordagens com resultado morte estão previamente delimitados na Carta Magna, o que inclui a determinação das autoridades públicas investidas para cumprir a função de apurar, investigar, denunciar, condenar, absolver, prender e acompanhar a execução penal.
- d. O devido processo legal³⁴ determina que o direito penal e processual penal respeitem todas as formalidades previstas no ordenamento jurídico para que haja cerceamento da liberdade do indivíduo, assim como, na hipótese de alguém ser privado de seus bens. Segundo Paulo Rangel (2013), a tramitação regular e legal de um processo é garantia de todo e qualquer cidadão. Ao analisar o referido princípio, Eugênio Pacelli (2012) associa a esse outros princípios: o juiz natural, o direito ao silêncio e a não incriminação, o contraditório, a ampla defesa, o estado de inocência, a inadmissibilidade de provas obtidas de forma ilícita. Quando tem-se em mente os processos de responsabilização de policiais que se envolveram em abordagens que terminaram em morte de civil, estes princípios funcionam como proteção não só do réu, mas do próprio Estado democrático de direito.
- e. O reconhecimento da instituição do júri³⁵ como um tribunal especial para julgamento de crimes dolosos contra a vida. Paulo Rangel (2005) o define como “direito e garantia fundamental do cidadão-acusado” (RANGEL, 2005, p. 131).

Assim, apesar de não haver na Constituição Federal uma remissão direta às mortes decorrentes de ações policiais – ou a outras nomenclaturas correlatas –, é possível afirmar que existe a previsão de uma estrutura jurídica desenhada para propor uma organização da polícia, a previsão de processos de responsabilização, de instâncias de julgamento, com princípios e mecanismos de defesa de réus no desenvolvimento de processos civis, criminais e administrativos.

3.3. NORMAS INFRACONSTITUCIONAIS QUE DESENHAM CONDUTAS, PROCESSOS DE RESPONSABILIZAÇÃO E SANÇÕES NOS CASOS ABORDAGENS POLICIAIS COM RESULTADO MORTE

A ausência de previsão constitucional de uma lei que trate das abordagens policiais com resultado morte não inviabilizou a criação de uma série de instrumentos normativos

³³ Art. 92 e seguintes da Constituição Federal.

³⁴ Art. 5º, LIV e LVII da Constituição Federal.

³⁵ Art. 5º, XXXVIII, da Constituição Federal.

voltados ao tratamento judiciário do uso da força letal. É bem verdade, que no plano da produção legislativa, essa ainda se mostra muito incipiente – já que não há uma lei específica disciplinando a matéria –, e os projetos de lei apresentados na Câmara³⁶ e no Senado³⁷ são poucos em quantidade e se diferenciam pouco quanto às maneiras de tratar o problema, sem quaisquer previsões de aprovação, e se apresentam de maneira fragmentada.

Se por um lado não há leis que tratem especificamente da redução da letalidade policial – seja determinando a criação de banco de dados, determinando a capacitação periódica dos profissionais ou mesmo a publicação periódica de informações sobre pessoas mortas pela polícia em serviço, ou ainda, determinando a elaboração de procedimentos-padrão, em nível nacional, para abordar pessoas nas mais variadas situações e contextos locais –, por outro, é possível identificar regras e princípios capazes de estabelecer parâmetros ao emprego do uso da força letal pelas polícias.

Da mesma forma, se por um lado não houve a criação de uma lei voltada ao aperfeiçoamento do Código de Processo Penal, com vistas a padronizar os procedimentos de apuração de ações policiais com resultado letal, há uma gama de leis e outros mecanismos jurídicos capazes de permitir a judicialização de casos individuais de abordagem policial com

³⁶ Na Câmara dos Deputados, identifiquei quatro. Tramita desde 2012 o PL 4471, que trata de procedimento de perícia, exame de corpo delito, necropsia e da instauração de inquérito nos casos em que o emprego da força policial resultar morte ou lesão corporal, de autoria dos deputados Paulo Teixeira - PT/SP, Fabio Trad - PMDB/MS, Delegado Protógenes - PCdoB/SP, Miro Teixeira - PDT/RJ. Apresentado em 19/09/2012, o referido PL pretende a alteração dos arts. 161, 162, 164, 165, 169 e 292 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal; em 2016, o próprio Poder Executivo (na época, tinha como Chefa a Presidente Dilma Rousseff), propunha o PL 5124, que trata também de procedimento de perícia, exame de corpo delito, necropsia e da instauração de inquérito nos casos em que o emprego da força policial resultar morte ou lesão corporal, por meio da alteração do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, e, por fim, ainda tramita naquela casa, desde 2017, o PL 9064/2017, em sentido diametralmente oposto, que visa instituir “a excludente de ilicitude nas ações de agentes públicos em operação policial”, através da alteração da redação do art. 292 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, e do art. 234 do Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969 - Código de Processo Penal Militar, de autoria de Jair Bolsonaro - PSC/RJ (atual Presidente da República) e de seu filho Eduardo Bolsonaro - PSC/SP. Mais recentemente, em 19/02/2019, o Poder Executivo, agora sob a chefia de Jair Bolsonaro, através do “Pacote anticrime” PL 882/2019, busca que se reconheça “ao agente público a condição de achar-se em legítima defesa em conflito armado ou risco desta situação, previne injusta e iminente agressão a direito seu ou de outrem, inclusive vítima mantida refém”, o que ampliaria as hipóteses de incidência da legítima defesa quando o agente for agente de segurança pública. Todos os PLs citados acima foram encontrados pelo mecanismo de busca “Pesquisa Avançada”, do site da Câmara dos Deputados, por meio do link: <https://www.camara.leg.br/buscaProposicoesWeb/pesquisaAvancada>.

³⁷ No Senado, identifiquei apenas dois projetos de lei. Trata-se dos PLS 239 e 240, de 2016, o primeiro, de autoria da CPI do Assassinato de Jovens, busca a alteração “do Código de Processo Penal (Decreto-Lei nº 3.689/1941) para atualizar as normas sobre o Exame de Corpo de Delito e Perícias Criminais, tornando obrigatória a autópsia e exame interno nos casos de morte violenta em ações com o envolvimento de agentes do Estado; e dá nova disciplina para a hipótese de resistência à prisão em flagrante ou à determinada por autoridade competente, determina a instauração de inquérito para apuração de eventual excesso no uso da força”, por meio da modificação do texto dos arts. 161, 162, 164, 165, 169 e 292 do Decreto Lei Nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal. Na Câmara, esse mesmo projeto é identificável pelo PL 9796/2018. Informação coletada através de busca livre no site do Senado: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade>, com os termos “letalidade policial”, “uso da força letal”, “auto de resistência”.

resultado morte, como é o caso da categoria “mortes decorrentes de intervenção policial” e as respectivas consequências legais para o autor do fato em âmbito civil, criminal e administrativo.

Assim como ocorre nos casos de corrupção, e em outras situações-problema, as abordagens policiais com resultado morte podem alcançar diferentes esferas do direito e, conseqüentemente, desencadear fatos responsabilizáveis em diferentes âmbitos. Nas próximas subseções, o texto se deterá sobre a organização normativa que disciplina o comportamento de atores, estrutura instituições, organiza procedimentos, cria instrumentos legais de responsabilização e mobiliza as esferas criminal, civil e administrativa.

3.3.1. Os instrumentos normativos que distribuem papéis e determinam comportamentos de atores individuais e institucionais

A expressão “mortes decorrentes de intervenções policiais”, enquanto categoria jurídica, constitui o resultado dos esforços empreendidos por atores de diversos setores da sociedade civil organizada para controle e redução da letalidade policial, em nível nacional e internacional³⁸. Um dos primeiros e mais importantes documentos jurídicos produzidos pelo Brasil, porque sinaliza para o problema da letalidade policial e impulsiona a criação de mecanismos de apuração e responsabilização em âmbito administrativo é o *decreto nº 7.037*, da Presidência da República, promulgado em 21 de dezembro de 2009, que aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3.

Apesar de não ter a natureza jurídica de uma lei, o referido decreto elenca uma série de objetivos estratégicos visando o combate à violência institucional, com destaque à redução da letalidade policial, o que é interessante, pois além de reconhecer a letalidade policial como um grave problema, ele vai além e indica as ações que deverão ser executadas por diferentes ministérios e secretarias.

Para o fortalecimento dos mecanismos de controle do sistema de segurança pública, o *decreto nº 7.037/2009* traz em seu anexo, nos objetivos estratégicos I e II da diretriz 14, algumas ações programáticas para a redução da letalidade policial. Dentre as referidas ações estão a elaboração de projeto de lei para aperfeiçoamento da legislação processual penal, tendo em vista a padronização dos procedimentos da investigação de ações policiais com resultado letal; a elaboração de diretrizes nacionais sobre uso da força pelas instituições policiais, além do

³⁸ Entre os importantes documentos internacionais pode-se citar Relatório do Relator Especial, Philip Alston, sobre as execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias referente a sua missão ao Brasil (4 a 14 de novembro de 2007) e Relatório 141/11, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos/OEA para o Estado Brasileiro (de 31 de outubro de 2011), ambos recomendando a eliminação dos registros de mortes pela polícia por meio de autos de resistência.

fortalecimento de ações de combate às execuções extrajudiciais realizadas por agentes do Estado, assegurando a investigação dessas violações (BRASIL, 2009).

Outra importante ferramenta foi a *Resolução n. 08*, promulgada em 2012, pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, como uma das respostas ao decreto nº 7.037, da Presidência da República. A referida resolução dispõe sobre o banimento de designações genéricas, como por exemplo “autos de resistência” e “resistência seguida de morte”, em documentos produzidos ao longo de inquéritos, como nos registros policiais, boletins de ocorrência, notícias de crime e nos próprios inquéritos policiais.

A *Resolução n. 08* traz inúmeras recomendações³⁹, no art. 2º, às autoridades policiais, às corregedorias de polícia e ao Ministério Público para a apuração de mortes decorrentes de intervenções policiais, dentre as quais estão a comunicação imediata dos fatos à Delegacia de Crimes contra a Pessoa ou a repartição de polícia judiciária, federal ou civil, que deverá instaurar inquérito policial para investigação de homicídio ou de lesão corporal e comunicar o ocorrido ao Ministério Público – art. 2º, I, alíneas “a” e “b”. Deverá ainda haver perícia especializada em todos os armamentos, veículos e maquinários, envolvidos em ação policial com resultado morte ou lesão corporal, bem como no local em que a ação tenha ocorrido, com preservação da cena do crime, conforme o art. 2º, incisos II ao V, da referida resolução (BRASIL, 2012).

Quanto às Corregedorias de Polícia, ainda segundo a *Resolução n. 8*, da Secretaria de Direitos Humanos, estas deverão determinar a imediata instauração de processos administrativos para apuração da regularidade da ação policial que resultou em morte, conferindo prioridade à tramitação de tais ocorrências, de acordo com o art. 2º, IX. Assinala ainda a referida resolução em seu art. 2º, X, que, sem prejuízo da investigação criminal e do processo administrativo disciplinar, cabe às Ouvidorias de Polícia monitorar, registrar, informar, sempre de maneira independente e imparcial, os abusos cometidos por policiais em ações cujo resultado é a morte (BRASIL, 2012).

A *Resolução n. 8* também se volta a ações preocupadas com a redução da letalidade policial de forma mais ampla. Por exemplo, ela recomenda ao Ministério Público, em seu art. 2º, XXII, a criação de um mecanismo de colaboração interna ao Ministério Público que seja capaz de prestar colaboração ao promotor natural que está previsto em lei. Este apoio deve ser autossuficiente para o fornecimento de conhecimentos e recursos humanos e financeiros

³⁹ Após considerar uma série de leis e atos normativos, como o decreto nº 7.037/2009, já discutido aqui, a resolução n. 08 da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República usa textualmente a expressão “recomenda” para se dirigir aos atores individuais e institucionais do sistema de justiça criminal.

necessários para a investigação adequada de mortes decorrentes de intervenção policial. Por fim, ainda se dirigindo ao Ministério Público, a resolução n. 8, no art. 3º, além de determinar à referida instituição o asseguramento de investigações isentas e imparciais de homicídios decorrentes de ação policial, através da atribuição constitucional de controle externo da atividade policial - sem prejuízo de sua própria iniciativa investigatória, quando necessária para instruir a eventual propositura de ação penal - , determina também o zelo pela tramitação prioritária dos respectivos processos administrativos disciplinares instaurados no âmbito das Corregedorias de Polícia.

Apesar de apresentar apenas recomendações a alguns órgãos do sistema de justiça a Resolução n. 08 tem sido uma importante ferramenta no desenvolvimento de mecanismos de apuração das mortes decorrentes de intervenções policial - conforme observado no conteúdo de outros atos normativos que fazem menções diretas a esta -, pois para além de ser um documento oficial que reconhece o problema da letalidade policial, ela pontua ações que devem ser executadas pelas polícias, pelo Ministério Público e pelas corregedorias de polícia, conforme apontado acima. Ela também foi importante⁴⁰ para a criação e a promulgação da Resolução Conjunta 02, do Conselho Superior de Polícia e do Conselho Nacional dos Chefes de Polícia Civil, em outubro de 2015, que “dispõe sobre os procedimentos internos a serem adotados pelas polícias judiciárias em face de ocorrências em que haja resultado lesão corporal ou morte decorrentes de oposição à intervenção policial” (BRASIL, 2015, p. 1).

3.3.1.1. A criminalização das abordagens policiais com resultado morte

Uma morte oriunda de abordagem policial pode, decorridos os processos e os procedimentos de apuração, ser considerada um crime, alcançando, assim, a esfera criminal. Segundo Marta Machado e Maíra Machado (2013), o crime é uma categoria construída através de processos específicos e regulados no âmbito de uma série de instituições pelo direito penal, o qual define as consequências jurídicas que serão atreladas a determinadas condutas.

As mortes decorrentes de intervenção policial não constituem um tipo penal específico, elas são uma categoria jurídica criada em âmbito administrativo para nomear mortes, resultantes de ações policiais, de pessoas que estariam em confronto com a polícia. Quando ingressam na esfera criminal, elas podem ser consideradas um homicídio doloso ou um homicídio culposos,

⁴⁰ A menção à resolução nº 8 da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República pela resolução nº2 é textual: “considerando a Resolução nº 08, de 21 de dezembro de 2012, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que dispõe sobre a abolição de designações genéricas, como "autos de resistência" e "resistência seguida de morte", em registros policiais, boletins de ocorrência, inquéritos policiais e notícias de crime” (BRASIL, 2015, p. 1)

os quais terão como consequência uma sanção correspondente. A atribuição de um desses tipos penais vai depender de uma série de instâncias decisórias a respeito da natureza, circunstâncias e diploma legal adotado. Salienta-se ainda que, para cada tipo penal corresponde um procedimento judicial específico de responsabilização.

Assim, em regra, se uma morte decorrente de intervenção policial for considerada um homicídio doloso praticado por policial militar o diploma legal que deverá ser adotado é o Código Penal, em seu artigo 121 e os ritos de responsabilização deverão ser realizados conforme o art. 406 e seguintes do Código de Processo Penal, isto é, perante o Tribunal do Júri. Se for considerado um homicídio culposo praticado por policial militar, deverá ser observado o art. 205 do Código Penal Militar e, consequentemente, seguir os procedimentos previstos no Código de Processo Penal Militar. Por último, sendo considerada um homicídio doloso que ocorreu em circunstâncias de excludente de ilicitude⁴¹, como a legítima defesa, por exemplo, são mobilizados o art. 292⁴² do Código de Processo Penal, que autoriza policiais e autoridades competentes a se valerem do uso da força necessária para defenderem-se ou para vencer a resistência⁴³ à prisão ou à ordem de determinada autoridade competente, bem como os arts. 23 e 25 do Código Penal, que tratam da possibilidade da legítima defesa como excludente de ilicitude no direito brasileiro.

3.3.1.2.A previsão de responsabilidade civil

As mortes decorrentes de intervenção policial também podem repercutir em âmbito civil. Quando os familiares das vítimas entendem ter sofrido danos de natureza moral e material decorrentes da ação que resultou na morte de um parente, eles podem requerer indenização para compensar o dano sofrido. As infrações civis e seus respectivos meios de reparação estão previstas na Constituição, art. 37, § 6º, que dispõe que as pessoas jurídicas de direito público responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros e assegura o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa; no Código Civil, nos arts.

⁴¹ Conforme o art. 23, do Código Penal: “Art. 23 - Não há crime quando o agente pratica o fato: I - em estado de necessidade; II - em legítima defesa; III - em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito”

⁴² Art. 292, do Código de Processo Penal: “Se houver, ainda que por parte de terceiros, resistência à prisão em flagrante ou à determinada por autoridade competente, o executor e as pessoas que o auxiliarem poderão usar dos meios necessários para defender-se ou para vencer a resistência, do que tudo se lavrará auto subscrito também por duas testemunhas”.

⁴³ Cabe salientar que quem resiste à prisão em flagrante pratica crime contra administração pública, cuja previsão legal encontra-se no art. 329, que diz: “Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio”.

186⁴⁴ e 188⁴⁵, os quais contêm normas gerais a respeito da responsabilidade civil e na Resolução n. 08, de 21 de dezembro de 2012, da Secretaria de Direitos Humanos, art. 2º XIX, que determina a devida reparação às vítimas e a familiares das pessoas mortas em decorrência de intervenções policiais.

3.3.1.3. O estabelecimento da responsabilidade administrativo-disciplinar

Na esfera administrativa, as mortes decorrentes de intervenção policial também podem repercutir. Nesse caso, a responsabilização administrativa será prevalentemente disciplinar⁴⁶ e suas características decorrem do pacto federativo adotado pelo Brasil, já discutido na seção 3.2 desse capítulo. Por isso, apresentam-se as normas que se restringem à Administração Pública do estado de São Paulo, especialmente aquelas afetas à Polícia Militar de São Paulo⁴⁷.

A análise do conjunto normativo circunscrito nesse âmbito permite observar que não há uma descrição de uma conduta “típica” compatível com a abordagem policial com resultado morte. Dessa forma, uma morte decorrente de intervenção policial pode ser encarada como conduta suscetível de gerar uma “ofensa aos valores” e deveres” da instituição. O Regulamento Disciplinar da Instituição (RDPM), instituído pela Lei Complementar nº 893, de 09 de março de 2001, ao consagrar a tríplice responsabilidade determina que

Artigo 11 - A ofensa aos valores e aos deveres vulnera a disciplina policial-militar, constituindo infração administrativa, penal ou civil, isolada ou cumulativamente.

§ 1º - O militar do Estado é responsável pelas decisões ou atos que praticar, inclusive nas missões expressamente determinadas, bem como pela não-observância ou falta de exaço no cumprimento de seus deveres.

§ 2º - O superior hierárquico responderá solidariamente, na esfera administrativa disciplinar, incorrendo nas mesmas sanções da transgressão praticada por seu subordinado quando:

1 - presenciar o cometimento da transgressão deixando de atuar para fazê-la cessar imediatamente;

2 - concorrer diretamente, por ação ou omissão, para o cometimento da transgressão, mesmo não estando presente no local do ato.

§ 3º - A violação da disciplina policial-militar será tão mais grave quanto mais elevado for o grau hierárquico de quem a cometer (SÃO PAULO, 2001).

⁴⁴ Art. 186, do Código Civil: “Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”.

⁴⁵ Art. 188, do Código Civil: “Não constituem atos ilícitos: I - os praticados em legítima defesa ou no exercício regular de um direito reconhecido; II - a deterioração ou destruição da coisa alheia, ou a lesão a pessoa, a fim de remover perigo iminente. Parágrafo único. No caso do inciso II, o ato será legítimo somente quando as circunstâncias o tornarem absolutamente necessário, não excedendo os limites do indispensável para a remoção do perigo.

⁴⁶ Conforme se observa da leitura do art. 12, da LC 893/2001: “Transgressão disciplinar é a infração administrativa caracterizada pela violação dos deveres policiais-militares, cominando ao infrator as sanções previstas neste Regulamento”.

⁴⁷ De acordo com o art. 138 da Constituição do Estado de São Paulo: “São servidores públicos militares estaduais os integrantes da Polícia Militar do Estado”.

Entre os valores⁴⁸ a que o referido dispositivo se refere taxativamente estão a “dignidade humana” e a “honestidade” no mesmo patamar da “hierarquia”, da “disciplina”, do “civismo” e da “coragem”, signos que permitem uma ampla elasticidade interpretativa. Já os deveres, elencados em um total de trinta e cinco, e, apesar de manterem conteúdos com um alto teor de abstração, sua formulação apresenta características mais concretas, a exemplo, dos deveres de

(...)XXIV - exercer a profissão sem discriminações ou restrições de ordem religiosa, política, racial ou de condição social; XXV - atuar com prudência nas ocorrências policiais, evitando exacerbá-las; XXVI - respeitar a integridade física, moral e psíquica da pessoa do preso ou de quem seja objeto de incriminação; XXVII - observar as normas de boa educação e ser discreto nas atitudes, maneiras e na linguagem escrita ou falada; XXVIII - não solicitar ou provocar publicidade visando a própria promoção pessoal; XXIX - observar os direitos e garantias fundamentais, agindo com isenção, equidade e absoluto respeito pelo ser humano, não usando sua condição de autoridade pública para a prática de arbitrariedade (...)(SÃO PAULO, 2001).

O mesmo diploma legal determina, ainda, uma lista de cento e trinta e duas transgressões disciplinares, graduadas entre leves, médias e graves. Dentre essas, algumas tem maior correspondência com as abordagens policiais com resultado morte, a exemplo de “desconsiderar os direitos constitucionais da pessoa no ato da prisão”, “usar de força desnecessária no atendimento de ocorrência ou no ato de efetuar prisão”, “dar, por escrito ou verbalmente, ordem manifestamente ilegal que possa acarretar responsabilidade ao subordinado, ainda que não chegue a ser cumprida”; “deixar de assumir a responsabilidade de seus atos ou pelos praticados por subordinados que agirem em cumprimento de sua ordem”, “tendo conhecimento de transgressão disciplinar, deixar de apurá-la”, “omitir, em boletim de ocorrência, relatório ou qualquer documento, dados indispensáveis ao esclarecimento dos fatos”, “disparar arma por imprudência, negligência, imperícia, ou desnecessariamente” e “não obedecer às regras básicas de segurança ou não ter cautela na guarda de arma própria ou sob sua responsabilidade”, todas classificadas como graves pelo regulamento disciplinar⁴⁹.

Assim, apesar da ausência de uma descrição específica e inequívoca da conduta policial que resulte em morte, em âmbito administrativo-disciplinar, há uma riqueza de condutas que acabam abrangendo a ação policial que resultou em morte, manifestando certo controle da Administração Pública sobre o policial militar. Conforme será evidenciado mais à

⁴⁸ Conforme art. 7º, da LC 893/2001: “os valores fundamentais, determinantes da moral policial-militar, são os seguintes: I - o patriotismo; II - o civismo; III - a hierarquia; IV - a disciplina; V - o profissionalismo; VI - a lealdade; VII - a constância; VIII - a verdade real; IX - a honra; X - a dignidade humana; XI - a honestidade; XII - a coragem”.

⁴⁹ Condutas listadas expressamente no art. 13, parágrafo único, da lei complementar n. 893, de 9 de março de 2001, que institui o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do estado de São Paulo.

frente, na esfera administrativa-disciplinar também há normas de processo e de sanção correspondentes às condutas anteriormente referidas.

Portanto, conforme descrito nos itens acima, as mortes decorrentes de intervenções policiais têm repercussão em diferentes áreas do direito – administrativa, criminal e civil –, cada uma com organização normativa própria, disciplinando a atuação de atores e estruturando instituições-chave.

3.3.2. Atores conflitantes e papéis controversos

Dentre as características do arranjo normativo-institucional observado, uma delas merece destaque pela repercussão que causa no cotidiano das instituições que atuam no fluxo de justiça criminal. Trata-se do choque entre atribuições concedidas às polícias civis e militares para apuração e investigação das mortes decorrentes de intervenções policiais. Para deixar claro o quadro dos atores conflitantes e dos papéis controversos, no primeiro momento apresentam-se as atribuições das diferentes instituições que podem apurar tais ocorrências e, num segundo momento, os elementos que têm permitido os conflitos entre estas diferentes instituições.

3.3.2.1. Multiplicidade institucional na apuração das mortes decorrentes de intervenção policial

A apuração e investigação de mortes decorrentes de intervenção policial em âmbito criminal, no Brasil, é realizada por, pelo menos, três instituições: a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Ministério Público. Discute-se neste item os diplomas legais que regem as ações destas instituições. Cada uma delas apura, para o mesmo caso, fatos diferentes e com objetivos diferentes.

A *polícia civil* apura o fato com o objetivo de identificar o autor e a materialidade, através da instauração do inquérito policial. Esta atribuição tem fundamento constitucional e é regulamentada, além do Código de Processo Penal, pela Lei nº 12.830/2013, em nível nacional, e pela Resolução 57/2015, da Secretaria de Segurança Pública do estado de São Paulo, que dispõe sobre o atendimento e o registro de ocorrências e dá outras providências, pela Portaria nº 21/2015, do Delegado Geral de Polícia, que regulamenta as providências de polícia judiciária nas ocorrências de homicídio consumado de policiais civis, militares e outros agentes públicos de segurança e nas ocorrências de morte decorrente de intervenção policial.

Concluído o inquérito, esse deverá ser remetido ao Ministério Público para que este, cumprindo a função de titular da ação penal, decida pela (i) promoção do arquivamento, caso entenda que a ocorrência não se trata de crime, isto é, tenha ocorrido uma das hipóteses de excludentes de ilicitude ou de culpabilidade elencadas no Código Penal, ou ainda entender que

não houve crime “pela ausência de quaisquer dos demais elementos que constituem a habitual conceituação analítica do crime” (PACELLI, 2012, p. 65) ou por considerar insuficiente as provas disponíveis até aquele momento acerca da autoria e da materialidade da ocorrência em análise (PACELLI, 2012); (ii) pelo oferecimento da denúncia e deflagração da ação penal, perante o tribunal do júri, caso conclua que haja indícios da prática de homicídio doloso praticado por policial militar. O Ministério Público poderá ainda (iii) requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, para novas diligências, consideradas por este imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.

À *polícia militar* cabe, no que diz respeito às mortes decorrentes de intervenção policial, apurar se houve violação aos valores, aos deveres e à disciplina policial-militar, conforme descrito no Regulamento Disciplinar da Polícia Militar (Lei Complementar nº 893, de 09 de março de 2001) e se houve indícios de ocorrência de homicídio culposo praticado por policial, conforme os art. 9º e art. 206, do Código Penal Militar.

Dentro da Polícia Militar do estado de São Paulo cabe à Corregedoria da Polícia Militar, de acordo com o art. 1º do decreto n. 31.318, de 23 de março de 1990, assegurar a disciplina e a apuração de infrações penais na instituição.

Segundo o referido decreto, são atribuições da Corregedoria de Polícia Militar, dentre outras,

- I - Averiguar os crimes militares que envolvam integrantes da Polícia Militar, quando determinado pelo Comandante Geral da Corporação, ou quando levados ao seu conhecimento;
- II - Assumir a apuração dos crimes militares, apurar as faltas disciplinares, realizar sindicâncias e proceder a Conselho de Justificação e Conselho de Disciplina, quando os respectivos procedimentos forem avocados, instaurados ou determinados pelo Comandante Geral da Corporação;
- III - Requisitar ou solicitar os documentos necessários a instruírem os respectivos procedimentos, inclusive de outros órgãos públicos (SÃO PAULO, 1990, p. 1).

Outra importante instituição envolvida diretamente, e já mencionada neste item, é o *Ministério Público*, seja quando exerce o papel de titular da ação penal, conforme visto anteriormente, seja quando exerce o controle externo da atividade policial. Para Arthur Trindade Costa (2004),

(...) a eficácia do controle interno das polícias tem sido frequentemente questionada, sobretudo no sentido de que a percepção dos policiais supervisores sobre a necessidade e a intensidade do uso da força não seria muito diferente daquela de seus pares. Assim, se o controle interno é muito eficiente na investigação de casos de desvio profissional, teria pouca eficiência com relação à limitação do uso da força” (2004, p. 75).

Por isso a importância do controle externo da atividade policial realizado pelo Ministério Público, atribuição constitucional, com fundamento no art. 129, VII da Constituição federal, e, em âmbito estadual no art. 103, XIII, da Lei complementar nº 734, de 26 de novembro de 1993, a qual institui a Lei Orgânica do Ministério Público do estado de São Paulo.

No que concerne especificamente às mortes decorrentes de intervenção policial, o Conselho Nacional do Ministério Público editou em 2015 a Resolução 129 que estabelece regras mínimas de atuação do Ministério Público no controle externo da investigação de morte decorrente de intervenção policial.

A referida resolução, após considerar o crescente número de mortes em operações policiais e a necessidade de investigação imediata, imparcial, com especificidades e o mais rápido quanto possível na elucidação de casos que contribuem para o fenômeno da letalidade policial, determina que compete ao Ministério Público, no âmbito institucional e interinstitucional, adotar algumas medidas para garantir que a autoridade policial compareça pessoalmente ao local dos fatos assim que seja comunicada a ocorrência, devendo providenciar imediatamente o isolamento do local, a requisição da respectiva perícia e o exame necroscópico, além da realização de perícia do local do suposto confronto, ainda que seja sem a presença física do cadáver, tudo conforme o art. 1º, incisos I ao IV.

Além disso, ainda conforme a resolução 129/2015, deverá haver comunicação do fato pela autoridade policial ao Ministério Público, em no máximo vinte e quatro horas após a ocorrência do fato, ao tempo em que seja instaurado inquérito policial específico, podendo evidentemente haver prisão em flagrante e lavratura do respectivo auto. No mais, um órgão ou setor dentro do Ministério Público deverá ser designado para concentrar os dados relativos a tais ocorrências, com o objetivo de alimentar o “Sistema de Registro de Mortes Decorrentes de Intervenção Policial”, conforme art. 1º, IV, V e X.

Parte destas disposições do art. 1º da referida resolução, estão inclusive presentes no Código de Processo Penal, em seu art. 6º, o que nos permite concluir que um conjunto de disposições normativas podem influenciar diretamente na elaboração de outras.

A Resolução 129 do Conselho Nacional do Ministério Público ainda determina que cabe ao Ministério Público fomentar políticas públicas de prevenção à letalidade policial e na fase de execução, caso entenda necessário, adote procedimentos investigativos próprios, de acordo com o art. 2º e art. 4º, V, respectivamente.

3.3.2.2.Conflitos institucionais entre polícia civil e militar

A forma como as atribuições constitucionais e legais foram dispostas em seus respectivos textos oficiais tem produzido choque entre algumas das instituições elencadas acima.

Ao menos um doutrinador foi identificado no decorrer da pesquisa⁵⁰, que entende ser possível a atuação da polícia militar nos casos de morte decorrentes de intervenção policial para apurar homicídios dolosos contra civil praticado por policial militar por compreenderem que, apesar da Lei 9299/1996⁵¹ determinar novo rito para julgamento de crimes dolosos contra a vida praticados por policiais militares, os quais até então eram realizados pela Justiça Militar estadual e passou a ser de competência do tribunal do júri, esta não teria mudado “a natureza” do homicídio doloso praticado por policial militar, que “permaneceria sendo” crime militar, e por consequência, investigado pela polícia militar, conforme disposição do art. 124⁵² da constituição federal e dos arts. 8º⁵³ do Código de Processo Penal Militar (ASSIS, 2011, p.11).

Além da controvérsia doutrinária, há também uma controvérsia judicial, essa última decorrente da “janela” interpretativa instaurada com a promulgação da própria Lei 9299/1996, que não excluiu de forma taxativa, a participação, ainda que residual, da Justiça Militar na apuração de condutas que envolvem homicídios dolosos contra civil praticado por policial militar. Dito de forma mais direta, a atribuição legal para a investigação de todo e qualquer crime militar permaneceria sendo de exclusividade da Polícia Judiciária Militar, através dos Inquéritos Policiais Militares, e como consequência direta, caberia à Justiça Militar encaminhar a investigação à justiça comum (júri), caso verificada ao final a presença de elementos indicativos da prática de crime doloso contra a vida por policial militar contra civil, nos termos do que dispõe o artigo 82, §2º, do Código de Processo Penal Militar (Decreto-lei nº 1.002/69).

O ponto central, aqui, é o poder conferido à Justiça Militar para arquivar aqueles procedimentos quando for entendido não ter havido crime algum, notadamente em virtude da possível identificação da presença de excludente de ilicitude já nos autos do IPM. Apesar dos

⁵⁰ Trata-se Jorge Cesar de Assis (2012), autor que expõe argumentos dessa natureza em diversas obras sobre o tema, dentre elas, aquela que se intitula “Direito militar: homicídio: aspectos penais e processuais em face das recentes alterações na legislação constitucional e Infraconstitucional”.

⁵¹ Conforme já vimos, esta lei alterou os dispositivos dos Decretos-leis n. 1.001 e 1.002, de 21 de outubro de 1969, Códigos Penal Militar e de Processo Penal Militar.

⁵² Art. 124, da CF-88: à Justiça Militar compete processar e julgar os crimes militares definidos em lei.

⁵³ Art. 8º, do CPPM: Compete à Polícia judiciária militar: a) apurar os crimes militares, bem como os que, por lei especial, estão sujeitos à jurisdição militar, e sua autoria.

firmes posicionamentos do STF e do STJ, são recorrentes as demandas que envolvem o tema nos referidos tribunais⁵⁴.

Portanto, o debate judicial não se restringe à atribuição de investigar, porque essa, nesse caso, relaciona-se também à atividade de julgar. A referida controvérsia vai ser discutida, do ponto de vista abstrato, no Supremo Tribunal Federal, onde tramita⁵⁵ a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5804, proposta pela Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (Adepol), em outubro de 2017, em que a autora questiona a norma que determina à Justiça Militar o encaminhamento à Justiça Comum de inquérito policial militar nos crimes dolosos contra a vida praticados contra civil.

A base das controvérsias judicial e doutrinária, portanto, está na ausência de uma lei que determine a distribuição e a competência para investigar e processar o crime específico homicídio doloso praticado por policial militar contra civil, esclarecendo, assim, se é um crime militar ou se passou a ser considerado um crime comum, porém praticado por um policial militar. Esta definição tem impacto direto na atuação das instituições que operam na apuração e investigação das mortes decorrentes de intervenção policial. Conforme veremos ao longo deste item, a ausência de um instrumento legal próprio que delinhe esta questão tem permitido uma pulverização de normas infralegais que nem sempre dialogam e quase sempre inibem a cooperação entre as instituições envolvidas.

No caso específico do estado de São Paulo, outros instrumentos normativos corroboram à existência desses conflitos como, por exemplo, a Resolução n. 054/2017, da Presidência do Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo, que dispõe sobre a apreensão de instrumentos ou objetos em inquéritos policiais militares. Ela se baseia nos § 2º do artigo 82 do Código de Processo Penal Militar - que dispõe que nos casos de homicídios dolosos praticados por PM, a Justiça Militar encaminhará os autos do inquérito policial militar à Justiça Comum- e dos Títulos II e III do Livro I do Código de Processo Penal Militar - que tratam do exercício da polícia judiciária militar e da elaboração do inquérito policial militar- para afirmar

⁵⁴ Para citar um exemplo da formulação dessa questão perante o STJ, ver o “Conflito de Competência nº 155.175 - SP (2017/0279236-1)”, publicado em 19 de março de 2018, em que a relatora assim se pronuncia: “equivocou-se o Juízo Castrense ao determinar o arquivamento do feito por concluir pela ausência de justa causa e legítima defesa dos policiais. Deveria, na verdade, ter encaminhado o feito à Justiça Comum, conforme previsto no art. 82, § 2º, do Código de Processo Penal Militar (“nos crimes dolosos contra a vida, praticados contra civil, a Justiça Militar encaminhará os autos do inquérito policial militar à justiça comum”).

⁵⁵ Outras duas ações dessa natureza já tramitaram perante o STF sobre esse específico conflito de competência. A primeira foi em 1997, Adin n. 1494-3 ajuizada pela Associação dos Delegados de Polícia do Brasil – Adepol, com o objetivo de impugnar o §2º do art. 82 do Código de Processo Penal Militar, com a redação dada pela lei federal n. 9.299, de 07 de agosto de 1996, questionando a possibilidade da polícia militar continuar investigando homicídios dolosos praticados por policiais militares contra civis através inquérito policial militar. A outra é a Adin n. 4164, impetrada pela mesma autora, em 2010, questionando a constitucionalidade dos arts. 1º e 2º da Lei 9.299/96.

que a autoridade policial militar deverá apreender os instrumentos e todos os objetos que tenham relação com a apuração dos crimes militares definidos em lei, quando dolosos contra a vida de civil.

A referida resolução conflita com outros instrumentos jurídicos da esfera estadual que determinam a preservação do local do crime e apuração deste tipo de ocorrência pela polícia civil, já que objetos imprescindíveis para a apuração do fato pela polícia civil poderiam ser coletados/apreendidos pela polícia militar. A *Resolução n. 40*⁵⁶, de 24 de março de 2015, da Secretaria de Segurança Pública do estado de São Paulo, que disciplina, dentre outros, o procedimento a ser adotado nas hipóteses de morte decorrente de intervenção policial, pelo delegado de polícia civil é o exemplo de um instrumento normativo que conflita com a Resolução nº 054/2017⁵⁷. No mesmo sentido, a *Resolução n. 05*, de 07 de janeiro de 2013, da mesma secretaria, cujo objetivo é estabelecer parâmetros aos policiais que atendam ocorrências de lesões corporais graves, homicídio, tentativa de homicídio, latrocínio e extorsão mediante sequestro com resultado morte; fixando, ainda, diretrizes para a elaboração de registros policiais, boletins de ocorrências, notícias de crime e inquéritos policiais decorrentes de intervenção policial. Esta última resolução, determina inclusive a possibilidade de o policial não prestar socorro à vítima até a chegada do SAMU, com o fim de evitar alteração da cena da ocorrência⁵⁸.

Ainda podemos citar a Resolução n. 129 do Conselho Superior do Ministério Público que determina ao órgão de execução do Ministério Público que este atente-se para eventual ocorrência de fraude processual, crime previsto no art. 347, do Código Penal, decorrente da possível remoção indevida do cadáver e de “outras formas de inovação artificiosa do local do

⁵⁶ Artigo 2º- Os policiais que primeiro atenderem a ocorrência deverão preservar o local até a chegada do Delegado de Polícia, e providenciar para que não se alterem o estado e conservação das coisas para a realização de perícia, comunicando, imediatamente o COPOM ou CEPOL, conforme o caso.

⁵⁷ O Tribunal de Justiça de São Paulo declarou a inconstitucionalidade da Resolução 54 no dia 30 de janeiro de 2019, em Ação Direta de Inconstitucionalidade ajuizada pelo Procurador-Geral de Justiça, por entender configurado ingerência do Presidente do Tribunal de Justiça Militar Estadual na atuação legiferante, que violou a competência da justiça comum, o princípio da legalidade, o pacto federativo e a separação dos poderes. Acórdão disponível em: <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/abrirDocumentoEdt.do?origemDocumento=M&nuProcesso=2166281-19.2017.8.26.0000&cdProcesso=RI0046GCT0000&cdForo=990&tp>

⁵⁸ Conforme texto da Resolução SSP 05/2013: “Artigo 1º. Nas ocorrências policiais relativas a lesões corporais graves, homicídio, tentativa de homicídio, latrocínio e extorsão mediante sequestro com resultado morte, inclusive as decorrentes de intervenção policial, os policiais que primeiro atenderem a ocorrência, deverão: I – acionar, imediatamente, a equipe do resgate, SAMU ou serviço local de emergência, para o pronto e imediato socorro; II – comunicar, de pronto, ao COPOM ou CEPOL, conforme o caso; III – preservar o local até a chegada da perícia, isolando-o e zelando para que nada seja alterado, em especial, cadáver (es) e objeto (s) relacionados ao fato; ressalvada a intervenção da equipe do resgate, SAMU ou serviço local de emergência, por ocasião do socorro às vítimas.”

crime”, por isso, essa mesma resolução exige a preservação do local do crime até a chegada da perícia, conforme art. 1º, I e art. 4º, I, do referido diploma normativo.

A interferência na atuação da polícia civil pela polícia militar durante as investigações de homicídios dolosos praticados por policiais militares é fortalecida pela Portaria nº 01, de 30 de agosto de 2017, do Conselho Nacional de Comandantes Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares, que dispõe a respeito do exercício das atribuições de polícia judiciária militar nos termos do Código de Processo Penal Militar.

O art. 2º da referida portaria determina: “a competência da jurisdição militar inclui a apuração de crime doloso contra a vida de civil” (CONSELHO NACIONAL DE COMANDANTES GERAIS DAS POLÍCIAS MILITARES E DOS CORPOS DE BOMBEIROS MILITARES, 2017, p. 1).

A portaria ainda determina, sob pena de responsabilização, que policiais envolvidos em crime militar contra a vida de civil sob investigação da polícia civil não sejam encaminhados à polícia civil. O que acirra ainda mais os confrontos institucionais entre as polícias civis e militares dos estados.

Art. 3º O procedimento investigatório legal para a apuração de crime militar contra a vida de civil é o competente inquérito policial militar.

Art. 4º Em situação de militar no exercício da função ou em razão dela, não deve ocorrer o encaminhamento à polícia judiciária civil, nos casos a que se refere o art. 2º desta Portaria, e o seu descumprimento deve gerar responsabilização.

Art. 5º Não deve ser permitido a realização de flagrante ou outras diligências da polícia civil em unidade militar ou sujeita à administração militar, e caso ocorra deve o policial civil e quem autorizou ser responsabilizado (PORTARIA 01/2017).

Como se pode notar da leitura do trecho acima, as ações dirigidas aos policiais militares e seus respectivos comandantes dificultam a cooperação entre as duas instituições na investigação de mortes decorrentes de intervenções policiais. De acordo com uma nota explicativa⁵⁹ do Conselho sobre a Portaria 01/2017, “7- A Portaria deste Presidente do CNCG é uma orientação aos demais Comandantes Gerais, e não uma ordem, ou qualquer outra forma de legislação sobre a matéria penal e processual penal (...)” (CONSELHO NACIONAL DE COMANDANTES GERAIS DAS POLÍCIAS MILITARES E DOS CORPOS DE BOMBEIROS MILITARES, 2017). Não obstante o fato dos referidos instrumentos terem forças normativas distintas.

⁵⁹ Nota disponível em: <http://cncg.org.br/nota-portaria-01-de-30-de-agosto-de-2017/>

3.3.3. Definição de condutas de policiais militares nos casos de abordagens policiais, uso da força e arma de fogo

Um dos mais importantes instrumentos jurídicos a tratar do uso da força letal pela polícia no Brasil é a *Portaria Interministerial n. 4.226*, de 31 de dezembro de 2010, editada pelos Ministro de Estado da Justiça e o Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que estabelece diretrizes sobre o uso da força pelos agentes de segurança pública.

A referida portaria leva em consideração a necessidade de orientação e padronização dos procedimentos da atuação dos agentes de segurança pública segundo os princípios internacionais sobre o uso da força e tem por objetivo reduzir gradual e paulatinamente os índices de letalidade oriundas de ações envolvendo policiais militares e outros agentes de segurança pública (BRASIL, 2010). Para isso, ela se baseia em alguns instrumentos legais elaborados na esfera internacional⁶⁰, conforme previsto na primeira diretriz do anexo que compõe a referida portaria interministerial.

Entre as condutas que devem ser observadas pelos policiais estão: a necessidade de obediência aos princípios da legalidade, necessidade, proporcionalidade, moderação e conveniência por agentes de segurança pública para uso da força, sendo que estes não deverão disparar armas de fogo contra pessoas, exceto em casos de legítima defesa própria ou de terceiro contra perigo iminente de morte ou lesão grave, conforme diretriz 2 e 3, de acordo com o art. 1º da *Portaria Interministerial n. 4.226/2010*. Ademais, não é legítimo o uso de armas de fogo contra pessoa em fuga que esteja desarmada ou que, mesmo na posse de algum tipo de arma, não represente risco imediato de morte ou de lesão grave aos agentes de segurança pública ou terceiros, segundo a diretriz 4, conforme art. 1º da mesma portaria (BRASIL, 2010).

Determina ainda a referida portaria na diretriz 5 que, em regra, não é legítimo o uso de armas de fogo contra veículo que desrespeite bloqueio policial em via pública. A exceção fica

⁶⁰ 1. Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei, adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas na sua Resolução 34/169, de 17 de dezembro de 1979; 2. os Princípios orientadores para a Aplicação Efetiva do Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei, adotados pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas na sua resolução 1989/61, de 24 de maio de 1989; 3. os Princípios Básicos sobre o Uso da Força e Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei, adotados pelo Oitavo Congresso das Nações Unidas para a Prevenção do Crime e o Tratamento dos Delinquentes, realizado em Havana, Cuba, de 27 de Agosto a 7 de setembro de 1999; 4. a Convenção Contra a Tortura e outros Tratamentos ou penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em sua XL Sessão, realizada em Nova York em 10 de dezembro de 1984 e promulgada pelo Decreto n.º 40, de 15 de fevereiro de 1991.

por conta da hipótese em que o ato represente um risco imediato de morte ou lesão grave aos próprios agentes de segurança pública ou terceiros (BRASIL, 2010).

Cabe ainda destacar que a Portaria Interministerial n. 4.226/2010, proíbe o ato de apontar arma de fogo contra pessoas durante os procedimentos de abordagem de forma rotineira e indiscriminada e determina que, caso o uso da força venha a causar lesão ou morte de pessoa(s), o policial envolvido deverá facilitar a prestação de socorro ou assistência médica aos feridos, além de realizar ações que promovam a correta preservação do local da ocorrência, com a incumbência ainda de comunicar o fato ao seu superior imediato e à autoridade competente, dentre outras ações, conforme a diretriz 10 mencionada no art. 1º (BRASIL, 2010).

Ao lado da Portaria Interministerial n. 4.226/2010, outras normas disciplinam as condutas de policiais em relação ao tema. Segundo Tania Pinc (2007), a Polícia Militar de São Paulo foi pioneira na criação do Método de Tiro Defensivo⁶¹ (PMESP, 1999, apud PINC, 2007) e do Guia de Procedimentos Operacionais Padrão – POP (PMESP, 2002, apud PINC, 2007), o primeiro consiste numa técnica de tiro defensivo, introduzido em 1999, que tem por objetivo condicionar o policial por meio de treinamentos práticos de tiro, a se preparar “para oferecer uma resposta racional, em uma circunstância que envolve tensão e medo, e que sua conduta seja capaz de proteger sua vida e de terceiros, preservar a integridade da instituição policial” (PINC, 2007, p. 13) e, o segundo, em disposições administrativas que determinam os procedimentos operacionais padrões (POP), que são disposições que disciplinam as ações policiais quando estes agentes de segurança têm suas ações condicionadas pela percepção do policial sobre a pessoa com quem ele interage (PINC, 2007).

Os procedimentos operacionais padrão eram de acesso público até o ano de 2013, quando a Portaria do Comandante Geral da Polícia Militar, datada de 22 de maio de 2013, dispôs sobre a classificação dos Procedimentos Operacionais Padrão (POP) da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em virtude da Lei 12.527/2011 (Lei de acesso à informação) e determinou a classificação no grau de sigilo secreto dos Procedimentos Operacionais Padrão (POP) da Polícia Militar do Estado de São Paulo, estabelecendo prazo de quinze anos de restrição de acesso, contados da data de sua produção. Por consequência, o referido instrumento legal inviabiliza a produção de pesquisas a respeito de como a polícia militar de São Paulo orienta os policiais em abordagens a pedestres, motoristas, vistoria de veículo, busca e apreensão domiciliar, policiamento com motocicleta, dentre outros. Informações fundamentais a qualquer cidadão, tendo em vista os parâmetros legais de um estado democrático de direito.

⁶¹ Também conhecido por Método Giraldi, em função de seu criador (PINC, 2007).

Por fim, ainda funcionam como normas que disciplinam o comportamento de policiais no que concerne a abordagens a deontologia policial-militar, uma espécie de código de ética profissional do policial militar, presente na lei complementar n. 893, de 09 de março de 2001, que instituiu o regulamento disciplinar da Polícia Militar do estado de São Paulo, capítulo II, arts. 6º ao 8º; o art. 23, 25 e 121 do Código Penal, que tratam respectivamente da hipótese de legítima defesa e do homicídio, enquanto tipo penal, e os arts. 186 e 188 do Código Civil, a respeito dos ilícitos civis, itens já discutidos ao longo deste texto.

3.3.4. Processos de responsabilização e consequências legais aos comportamentos desviantes

As consequências jurídicas das infrações penais, civis e administrativas, assim como seus respectivos processos de apuração e responsabilização dependerão do âmbito de atuação observado. No caso de infrações administrativas no estado de São Paulo, oriundas de mortes decorrentes de intervenções policiais, a transgressão disciplinar poderá ser sancionada de diferentes formas, conforme dispõe o art. 14, da lei complementar n. 893/2010, e processada por meio de diferentes ritos e autoridades, os quais dependem da patente e do tempo de serviço prestado⁶².

As sanções disciplinares aplicáveis aos policiais militares do estado, independentemente do posto, graduação ou função que ocupem, são advertência, repreensão, permanência disciplinar, detenção, reforma administrativa disciplinar, demissão, expulsão e proibição do uso do uniforme, desde que, a morte decorrente de intervenção policial enseje simultaneamente em infração administrativa. As sanções são aplicadas após o desfecho do processo disciplinar previsto no mesmo diploma legal, a depender da gravidade da transgressão.

Em âmbito criminal, as sanções estão previstas no código penal, art. 121, e variam desde a pena de reclusão, de seis a vinte anos, se for considerado homicídio simples, à reclusão de doze a trinta anos, se julgado homicídio qualificado. Os réus podem ainda ser condenados a perder a função, cargo ou atividade pública, tendo em vista dois grupos de dispositivos: art. 43 e seguintes do Código Penal, a respeito da autonomia das penas restritivas de direito ou art. 92, do mesmo diploma legal, acerca dos efeitos da condenação criminal.

A sanção correspondente será aplicada após a apuração realizada pelas polícias civil e militar e do processo penal disciplinado pelo Código de Processo Penal, se for considerado pelo Ministério Público, desde o início da apuração, homicídio doloso praticado por policial militar.

⁶² Conforme disciplinado pelo art. 71, da lei complementar n. 893/2010: “O processo regular a que se refere este Regulamento, para os militares do Estado, será: I - para oficiais: o Conselho de Justificação; II - para praças com 10 (dez) ou mais anos de serviço policial-militar: o Conselho de Disciplina; III - para praças com menos de 10 (dez) anos de serviço policial-militar: o Processo Administrativo Disciplinar.

O processo penal tem início com o recebimento da denúncia formulada pelo Ministério⁶³ Público junto a um(a) juiz(a) presidente do Tribunal do Júri. O(a) qual, posteriormente, decidirá se os réus serão pronunciados (quando os réus serão julgados pelo Conselho de Sentença); impronunciados (hipótese em que o juiz após a instrução, não vê ali demonstrada a existência de elementos indicativos do fato alegado na denúncia, ou, quando não ficar demonstrada a existência de elementos indicativos da autoria do aludido fato); absolvidos sumariamente; ou encaminhados a outro juízo (hipótese de desclassificação, quando for alterada a classificação do fato). Tudo conforme o Código de Processo Penal e o Código de Processo Penal Militar.

Já em âmbito civil, as consequências legais ao ato ilícito se destinam a reparar ou compensar o dano sofrido à vítima e aos seus familiares. A responsabilidade civil está prevista no Código Civil, que determina no art. 186 que “aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito” e fica obrigado a repará-lo, conforme o art. 927, do mesmo diploma legal.

Conforme o art. 935 do código civil a responsabilidade civil é independente da criminal, apesar disso, não se poderá questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem foi o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal. As sanções aqui podem ser dirigidas tanto ao policial, quanto ao próprio Estado. O art. 2º, da Resolução 08, da Secretaria de Direitos humanos determina: “além do acompanhamento psicológico constante assegurado a policiais envolvidos em conflitos com resultado morte e facultado a familiares de vítimas de agentes do Estado”, que o Estado garanta a devida reparação às vítimas e a familiares das pessoas mortas em decorrência de intervenções policiais e assegure reparação a familiares dos policiais mortos em decorrência de sua atuação profissional legítima. Esta mesma resolução ainda condiciona o repasse de verbas federais ao cumprimento de metas públicas de redução das mortes decorrentes de intervenção policial em situações de alegado confronto.

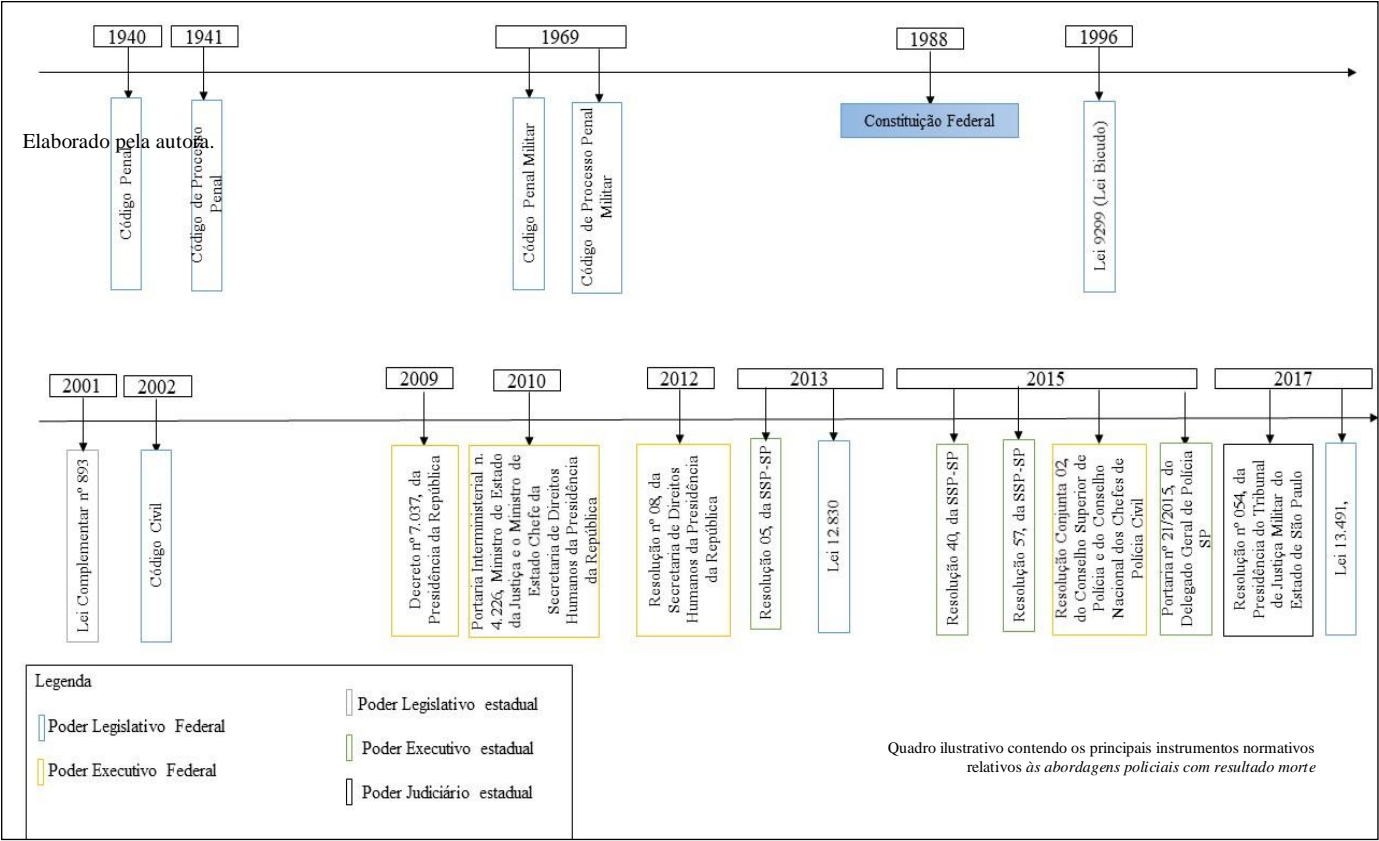
Portanto, conforme mencionado no início desta seção, há processos e sanções em pelo menos três áreas de responsabilização do direito para tratar as mortes decorrentes de

⁶³ Cabe registrar que se o membro do Ministério Público entender que é caso de arquivamento do inquérito ao invés de denúncia e o(a) juiz(a) discordar, poderá mobilizar o art. 28 do CPP, o qual preceitua que “Se o órgão do Ministério Público, ao invés de apresentar a denúncia, requerer o arquivamento do inquérito policial ou de quaisquer peças de informação, o juiz, no caso de considerar improcedentes as razões invocadas, fará remessa do inquérito ou peças de informação ao procurador-geral, e este oferecerá a denúncia, designará outro órgão do Ministério Público para oferecê-la, ou insistirá no pedido de arquivamento, ao qual só então estará o juiz obrigado a atender.”

intervenção policial, cada uma delas com seus respectivos instrumentos jurídicos. Como foi possível observar, nem todos estes instrumentos decorrem de leis, ao contrário, muitos deles estão em disposições oriundas do Poder Executivo e não do Legislativo propriamente dito. No entanto, os referidos instrumentos normativos são responsáveis por abordar temas cruciais no tratamento das abordagens policiais com resultado morte. Isto não quer dizer que os mesmos são suficientes para enfrentar os problemas que surgem no cotidiano das instituições, nem que estas produzem os mesmos resultados que uma lei específica produziria. Mas, conforme foi possível demonstrar ao longo deste trabalho, há um arranjo normativo-institucional escolhido pelo Brasil para tratar a letalidade policial e suas especificidades.

A imagem a seguir representa graficamente a distribuição dos instrumentos jurídicos que estruturam a arquitetura institucional que foi observada na pesquisa para tratar as *abordagens policiais com resultado morte* ao longo do tempo.

Quadro 1. Representação gráfica dos principais instrumentos normativos relativos às *abordagens policiais com resultado morte* identificados na pesquisa.



No quadro acima é possível observar que, apesar da ausência de uma legislação própria para tratar as abordagens policiais com resultado morte, importantes instrumentos normativos

têm sido produzidos nos últimos anos, sobretudo na esfera dos poderes executivos federal e estadual.

Parte da atuação proativa dessas esferas pode ser explicada em função das medidas impostas ao Brasil, por agências de âmbito internacional, que buscaram ratificar a responsabilidade do Estado brasileiro na apuração, investigação e responsabilização de graves abusos de direitos humanos cometidos por policiais militares em territórios de favelas e periferia, onde a maioria da população é negra e sofre diretamente com os impactos negativos da desigualdade social e racial.

Assim, a reafirmação da responsabilidade do Estado brasileiro e as recomendações ou obrigações impostas a este no enfrentamento da letalidade policial já foram declaradas em diversos instrumentos jurídico-normativos em âmbito internacional, como por exemplo, o Relatório do Relator Especial de execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias Philip Alston, datado de 2008, o qual recomendou ao Estado brasileiro, dentre outras medidas, a extinção dos termos “autos de resistência” e “resistência seguida de morte” para se referir às mortes praticadas por policiais, o reconhecimento das insuficiências dos programas de proteção às testemunhas desse tipo de ocorrência e a independências das ouvidorias de polícias.

Outro instrumento importante, ainda na esfera internacional, que pode ter impulsionado a atuação do poder executivo nesse sentido, são as recomendações constantes nos relatórios produzidos pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos - CIDH. Em 2009, a CIDH decidiu incluir em seu Relatório Anual à Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos as recomendações feitas ao Brasil, em função das denúncias de violações de direitos humanos praticadas por policiais que chegaram a seu conhecimento, dentre elas estavam a adoção e a instrumentação de “medidas necessárias à efetiva implementação da disposição constante no artigo 10 do Código de Processo Penal Brasileiro”⁶⁴ e a adoção e instrumentação de “medidas adequadas dirigidas aos funcionários da justiça e da polícia, a fim de evitar ações que impliquem discriminação racial nas operações policiais, nas investigações, no processo ou na sentença penal”.

⁶⁴ Art. 10, do Código de Processo Penal: “O inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela. §1º. A autoridade fará minucioso relatório do que tiver sido apurado e enviará autos ao juiz competente. §2º. No relatório poderá a autoridade indicar testemunhas que não tiverem sido inquiridas, mencionando o lugar onde possam ser encontradas. §3º. Quando o fato for de difícil elucidação, e o indiciado estiver solto, a autoridade poderá requerer ao juiz a devolução dos autos, para ulteriores diligências, que serão realizadas no prazo marcado pelo juiz”.

Por fim, cabe ainda destacar que em 2017 o Brasil foi condenado pela primeira vez pela Corte Interamericana de Direitos Humanos em caso de violência policial, por não garantir a realização da justiça no caso *Cosme Rosa Genoveva e outros v. Brasil*. O caso se refere às chacinas de “Nova Brasília”, em outubro de 1994 e maio 1995, as quais resultaram na morte de 26 jovens e na tortura e violência sexual de três meninas, duas menores de idade à época, todas perpetradas por policiais do estado do Rio de Janeiro (ANISTIA INTERNACIONAL, 2017).

A sentença, além de constituir-se como uma forma própria de reparação dos danos às vítimas e familiares, determinou como medidas reparadoras que o “Estado deverá publicar anualmente um relatório oficial com dados relativos às mortes ocasionadas durante operações da polícia em todos os estados do país”, “deverá estabelecer os mecanismos normativos necessários para que, na hipótese de supostas mortes, tortura ou violência sexual decorrentes de intervenção policial, em que *prima facie* policiais apareçam como possíveis acusados, desde a *notitia criminis* se delegue a investigação a um órgão independente e diferente da força pública envolvida no incidente, como uma autoridade judicial ou o Ministério Público, assistido por pessoal policial, técnico criminalístico e administrativo alheio ao órgão de segurança a que pertença o possível acusado, ou acusados”, “Estado deverá adotar as medidas legislativas ou de outra natureza necessárias para permitir às vítimas de delitos ou a seus familiares participar de maneira formal e efetiva da investigação de delitos conduzida pela polícia ou pelo Ministério Público” (CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 2017, p. 87-88), dentre outras ações.

Conforme se observará nos capítulos 4 e 5, as respostas jurídicas oferecidas pelo sistema de justiça não se limitam à estrutura jurídica que organiza o tratamento das abordagens policiais com resultado morte, descritas nesse capítulo de maneira “estática”. A exposição desenvolvida nesse capítulo, por óbvio, constitui uma descrição da realidade do “dever ser”, de modo que, quando a estrutura jurídica descrita acima é observada em sua operacionalização diante de um caso concreto, esta pode mostrar uma série de “alterações”, muitas delas, em função de interpretações dos atores envolvidos e de outras normas resultantes da prática profissional, como ficará evidenciado nos próximos capítulos.

Mas, que balanço é possível fazer a partir da leitura das regras do jogo e da arquitetura institucional adotados pelo Brasil, pelo estado de São Paulo mais especificamente, a respeito desse conjunto de respostas jurídicas às *abordagens policiais com resultado morte*?

(i) a constituição federal oferece uma gama de instrumentos jurídicos, não só no plano principiológico – o que permite novas possibilidades interpretativas de regras básicas

produzidas antes dessa —, mas também, a possibilidade da produção de um novo arcabouço jurídico, a partir dela, para enfrentar problemas que já existiam, mas que não foram nela incorporados.

(ii) Há uma ausência de leis (em sentido estrito) que tratem especificamente do tema, apesar das elevadas taxas de letalidade de ações policiais no Brasil, e no estado de São Paulo, e das demandas dos movimentos sociais que exigem a regulamentação da matéria e a produção de mecanismos legais que revertam o referido quadro;

(iii) Parte significativa da produção normativa identificada está atrelada aos esforços empreendidos pelo Poder Executivo Federal nos últimos anos da década de 2000 e na década seguinte para produzir respostas dentro de seu *frame* de atribuições.

Assim, dado o panorama dos instrumentos de criminalização primária, mergulha-se, no próximo capítulo, nos mecanismos de criminalização secundária, isto é, o foco volta-se para a atuação das agências de controle e para as dinâmicas inerentes ao caso estudado, e as possibilidade de este movimentar-se (ou não) na estrutura jurídica aqui descrita.

CAPÍTULO 4. A FARSA DO REVEILLON

Apresenta-se nesse capítulo a *narrativa* do caso em quatro partes que explicitam como o caso veio a público, o ingresso e o trânsito no sistema de justiça e como a esfera civil se constituiu.

4.1. O CASO VEM A PÚBLICO

No dia 1º de janeiro de 2015, a cidade de São Paulo registrava seu primeiro caso anual de abordagem policial com resultado morte. Eram 9h13 da manhã de uma quinta-feira, quando o Portal G1, edição de São Paulo, estampava a manchete “*Dois são mortos pela PM após explosão de caixa eletrônico em SP*”⁶⁵. A reportagem destacava que uma das agências do Banco do Brasil, situada na esquina das ruas Pires do Rio e Entrudo, em São Paulo, havia sido “*atacada*” por “*bandidos*” e narrava, a partir da versão dos policiais, a ocorrência de duas mortes decorrentes de intervenção policial: “*Segundo a PM, policiais militares de dois batalhões foram acionados, por volta da 0h30. Cada uma das equipes se deparou com parte da quadrilha em fuga. Dois criminosos que seguiam a pé trocaram tiros com os policiais e acabaram mortos. Outros oito suspeitos conseguiram fugir*”. Às 11h08, o jornal digital Último Segundo informava em menos de dez linhas, na matéria intitulada “*Dois suspeitos são mortos pela PM após explosão de caixa eletrônico em SP*”⁶⁶, que a Polícia Militar de São Paulo havia frustrado um roubo de caixa eletrônico em uma agência do Banco do Brasil de São Miguel Paulista, cujos suspeitos formavam um grupo de cerca dez homens, armados com fuzis e outros dispositivos de grosso calibre. Segundo a reportagem, “*durante a fuga, os bandidos foram surpreendidos por equipes da PM e no confronto na Avenida Pires do Rio, esquina com Rua Entrudo, dois suspeitos foram baleados e mortos. Nenhum policial se feriu com gravidade*”. Até então, as narrativas pareciam dar conta de uma ocorrência comum no dia-a-dia de policiais.

⁶⁵Informação acessada em 10 de março de 2017, através do Portal de Notícias da Rede Globo, G1, às 15h20, em <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/01/dois-suspeitos-sao-mortos-pela-pm-apos-explodirem-caixas-em-sp.html>

⁶⁶Informação acessada em 15 de abril de 2017, através do site IG, mais precisamente na edição do Último Segundo, às 21h, em <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/sp/2015-01-01/dois-suspeitos-sao-mortos-pela-pm-apos-explosao-de-caixa-eletronico-em-sp.html>

Destacavam uma tentativa de roubo que foi interrompida pela ação de policiais, os quais provocaram duas mortes em consequência do exercício da função.

Essas duas primeiras reportagens foram publicadas no mesmo dia da ocorrência, sem indicação de fontes primárias. Nenhum dos dois veículos de comunicação, que têm alcance nacional, informara com maior clareza as circunstâncias da morte, os policiais que efetuaram os disparos e os nomes das vítimas.

No dia 25 de janeiro de 2015, a Ponte Jornalismo publica a primeira reportagem a respeito dos fatos que se sucederam na madrugada do dia 1º de janeiro de 2015, na qual constam informações como o nome, idade e profissão das vítimas da abordagem policial que resultou em duas mortes, e o mais importante, uma nova versão a respeito das circunstâncias das mortes.

Em “*A farsa da PM de SP no Réveillon de 2015*”, a Ponte informa que um morador da zona leste da capital paulista havia sido “executado” por policiais, quando já estava dominado e desarmado.

Nessa versão, narrada quase um mês após as mortes e replicada posteriormente por pelo menos três⁶⁷ outros veículos de comunicação, a Ponte Jornalismo informa que “*o pedreiro Vagner de Sousa Ribeiro, um homem negro de 32 anos*” e “*Vitor Lofte Barbosa, 22 anos*” haviam sido mortos por policiais da Força Tática da Polícia Militar de São Paulo. O texto afirma que o primeiro caso de “*morte sob intervenção policial*” ou “*resistência seguida de morte*” de 2015 “*começou a mudar três dias depois (04/01) quando o sargento Akira procurou um pastor evangélico para revelar que a morte de Ribeiro havia sido a execução de um homem desarmado e já rendido*”.

A matéria apresenta assim a outra versão:

Primeira hora de 1º de janeiro de 2015. Rua Erva de Ovelha, Vila Jacuí, periferia da zona leste de São Paulo. O pedreiro Vagner de Sousa Ribeiro, um homem negro de 32 anos, vestindo camiseta regata de uma torcida uniformizada do Palmeiras, está em pânico.

Acuado, atrás de uma cama de casal em um quarto escuro, Lápis, como é conhecido desde a infância nas ruas do bairro, implora para não ser

⁶⁷ Matéria assinada pelo mesmo jornalista foi publicada dia 26 de janeiro de 2015, pelo Brasil de Fato, em <https://www.brasildefato.com.br/node/31132/> e dia 27 de janeiro de 2015, no Pragmatismo Político, em <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/01/pedreiro-negro-e-executado-pela-pm-farsa-de-um-crime-revelada.html>. Em 08 de fevereiro de 2015, o El País Brasil publica uma reportagem que tem como uma das fontes a Ponte Jornalismo, a matéria está disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/02/07/politica/1423331657_253402.html.

morto por dois policiais do 2º Batalhão da Polícia Militar que, a pouco mais de dois metros de distância, o têm sob a mira de suas armas.

Os PMs gritam para que o pedreiro saia de trás da cama e, com as mãos para o alto, se renda. Ribeiro reluta, grita não estar armado e implora para que os PMs não atirem. Quando decide deixar o escudo da cama, Ribeiro é jogado ao chão por dois tiros de uma submetralhadora Famae, calibre .40.

Após breve silêncio, Ribeiro recebe mais quatro disparos. Dessa vez eles partem de uma carabina CT, calibre .30. O cheiro da pólvora se mistura ao do sangue que escorre do corpo do pedreiro enquanto o sargento da PM Marcos Akira Rodrigues Teixeira, 35 anos, responsável pelos dois primeiros tiros, se aproxima do homem estirado.

A luz do quarto é acesa quando o soldado Djalma Aparecido do Nascimento Junior, 25 anos, autor dos outros quatro tiros contra Ribeiro, os de carabina .30, se aproxima do seu superior imediato, o sargento Akira, e entrega para ele um revólver calibre 32.

Assim que pega o revólver da mão do soldado Djalma, o sargento Akira dá três tiros com a arma. Dois acertam as paredes do quarto onde Ribeiro já está morto e o terceiro, a porta. Em seguida, a arma é colocada perto do corpo do pedreiro.

Simultaneamente à morte de Ribeiro, a 170 metros de distância, na rua Erva de Carpinteiro, outra equipe de PMs cerca Vitor Lofte Barbosa, 22 anos. Moradores do lugar ouvem quando Barbosa grita “pelo amor de Deus” para não ser morto e, em seguida, sete tiros são ouvidos.

Quatro dos sete tiros contra Barbosa são disparados pelo sargento Antonio Eduardo Prado, 46 anos. Os outros três são dados pelo cabo Luis Alberto Almeida Lima, 49. Os dois PMs são da Força Tática (suposta tropa de elite de cada batalhão da PM paulista) do 29º Batalhão.

Levado para o Hospital Santa Marcelina, Barbosa morre. O corpo de Ribeiro fica no quarto onde foi baleado, à espera da perícia. Logo após as mortes, o DHPP (Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa), da Polícia Civil, é acionado para investigá-las.

A farsa sobre a morte de Ribeiro continua quando os PMs Akira e Djalma prestam depoimento ao delegado Manoel Fernandes Soares, do DHPP. Eles inventam uma versão fantasiosa para a morte de Ribeiro: ele estava armado, atirou [várias] vezes contra os PMs e morreu no revide.

Os PMs afirmam que Ribeiro e Barbosa, vizinhos na Vila Jacuí, integravam uma quadrilha de ladrões que, no Réveillon de 2014 para 2015, usou explosivos para atacar os caixas eletrônicos de uma agência do Banco do Brasil, distante cerca de 500 metros das casas de ambos (Ponte Jornalismo, matéria publicada em 25/01/2015, assinada por André Caramante e intitulada: A farsa da PM de SP no Réveillon de 2015).

As mortes de Vagner de Sousa Ribeiro e Vitor Lotfer Barbosa são construídas assim, com pelo menos duas versões, pouco se sabendo o que exatamente ocorreu naquela madrugada festiva na cidade de São Paulo, afinal de contas apenas os policiais e as vítimas mortas presenciaram o ocorrido.

4.2.O INGRESSO NO SISTEMA DE JUSTIÇA

4.2.1. O Boletim de Ocorrências e a primeira versão oficial

A apuração dos fatos que ocorreram na madrugada do dia 1º de janeiro de 2015 e dos respectivos processos de responsabilização tem início com a atuação da agência do sistema de justiça inscrita em âmbito criminal e administrativo.

O processo de responsabilização em âmbito criminal tem início com o *Boletim de Ocorrência de Autoria Conhecida do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa da Divisão de Homicídios da Polícia Civil do estado de São Paulo*⁶⁸, iniciado em 01/01/2015, às 05h19 e emitido às 18h32, do mesmo dia. A elaboração desse documento tinha por objetivo comunicar oficialmente à Polícia Civil a suposta prática de crimes comuns ocorridos na madrugada do referido dia, mais precisamente à 1h que seriam apurados eram tentativa de furto de estabelecimento bancário, posse irregular de arma de fogo de uso permitido, explosão, resistência e dois homicídios simples. Nesse documento, a morte de Vagner de Sousa Ribeiro e Vitor Lotfer Barbosa são registradas como “*Homicídio simples (art. 121) consumado - Morte decorrente de intervenção policial (RES. SSP 05 - 07/01/2013)*”.

Segundo o referido documento, “*por meio de comunicação transmitida pelo CECOP, referente à solicitação de assessoramento formulada pela Autoridade policial do 63º Distrito Policial - Vila Jacui, chegou ao GEACRIM 08 a notícia do delito de furto à agência do Banco do Brasil (mediante utilização de explosivo) (...), seguido de resistência e morte decorrente de intervenção policial (locais distintos), envolvendo policiais militares da região e os autores/vítimas fatais*”[p. 12]. Diante da informação, uma equipe composta de delegado, um perito e um fotógrafo deslocou-se até o local para a realização de diligência.

Como resultado das diligências realizadas, o BO/DHPP descreve o local de ocorrência do furto, o respectivo endereço (Rua Entrudo), as condições de iluminação e algumas características sociais da região onde a agência do Banco do Brasil se encontrara. O documento

⁶⁸ A seguir, indicado apenas por BO/DHPP.

ainda identifica um veículo que havia sido furtado na noite anterior aos fatos e a presença de policiais militares da Força Tática, encarregados da preservação do local. Quanto aos locais correspondentes às resistências/mortes decorrentes de intervenção policial, eles também foram descritos naquele documento. O corpo de Wagner de Sousa Ribeiro foi encontrado caído no chão do quarto de uma casa, situada à Rua Erva de Ovelha, 420 fundos, “*distante cerca de um quarteirão da rua Entrudo*”, o documento relata as características das moradias da região e da residência onde teria ocorrido essa morte. O local também encontrava-se preservado por policiais militares, assim como a via pública onde ocorrera a morte de Vitor Lotfer Barbosa (neste caso, o encarregado era Sargento Prado, policial que atuou diretamente na abordagem policial com resultado morte) distante um quarteirão da agência do Banco do Brasil.

Esse mesmo documento aponta como vítimas, além da razão social do Banco do Brasil, Aleksander Teixeira - Técnico de Eletrônica - e nove policiais militares (BO/DHPP registrou oito policiais de cútis branca e um preta.) dos 2º e 29º Batalhões da Polícia Militar de São Paulo. E, como testemunha, um policial lotado no 29º Batalhão. Na condição de declarantes, são ouvidos Fábio Aparecido Lopes Ribeiro, irmão de Wagner de Sousa Ribeiro, e Aline Lotfer Barbosa, irmã de Vitor Lotfer Barbosa. Há ainda informações concernentes ao condutor da viatura.

Ainda quanto às pessoas que estavam presentes no momento dessa ocorrência, chama atenção a categoria que informa a respeito da morte decorrente de intervenção policial e, ao mesmo tempo, da resistência. O documento elenca na condição de “*Autor/Vítima*” os nomes de Wagner de Sousa Ribeiro - pedreiro, solteiro, 32 anos de idade, cútis preta, e Vitor Lotfer Barbosa, profissão não informada, 22 anos de idade, solteiro, cútis parda. Além de duas duplas de policiais como “*Autor/Vítima*”, lotadas no 2º e 29º Batalhões da Polícia Militar, respectivamente, “*Djalma Aparecido do Nascimento Júnior*”⁶⁹ e “*Marcos Akira Rodrigues Teixeira*”⁷⁰, ligados à morte de Wagner, e “*Luis Alberto Almeida Lima*”⁷¹ e “*Antonio Eduardo Prado*”⁷², que estariam ligados à morte de Vitor Lotfer Barbosa. Todos os quatro integrantes da Força Tática da Polícia Militar.

O referido documento ainda lista os materiais que teriam sido apreendidos durante a ação policial, os quais variam desde artigos para viagem a equipamentos de segurança e fiscalização, como luvas, lanternas e toucas-ninjas, além de munições, que teriam sido

⁶⁹ Solteiro, 25 anos, cútis branca.

⁷⁰ Solteiro, 32 anos, cútis branca.

⁷¹ Casado, 49 anos, cútis branca.

⁷² Casado, 46 anos, cútis preta.

utilizados pelos supostos autores do furto tentado à agência do Banco do Brasil. Foram apreendidas também as armas e munições dos policiais que participaram da ocorrência. Junto a essa informação, o referido boletim ainda traz detalhes como o nome da arma, número, marca e calibre, além de relacioná-las aos policiais que as utilizavam no momento da apreensão. Por fim, as informações do documento ainda apontam se havia, ou não, e quantos eram, os cartuchos picotados e deflagrados nessas armas apreendidas, assim como o estado de conservação das mesmas e se estavam ou não acompanhadas de carregador.

Quanto às armas e munições relacionadas aos quatro policiais que teriam participado diretamente da ocorrência de “morte decorrente de intervenção policial” e da “resistência”, nota-se que as quantidades de “*cartuchos deflagrados*” e “*picotados*” foram registradas como zero, diferentemente dos registros relativos aos civis, em que teriam sido encontrados com Vagner um cartucho deflagrado e um cartucho picotado, e com Vitor três cartuchos deflagrados e nenhum picotado⁷³.

O Boletim de Ocorrência de Autoria Conhecida descreve ainda as vítimas - cor, idade, vestimenta, acessórios, tatuagens, sexo, altura, onde exatamente havia ocorrido os fatos e a indicação de que o corpo de Vitor Lotfer Barbosa fora encontrado no necrotério, sem “*valores, documentos ou outros objetos em seu poder*” [p. 13].

No referido documento os fatos são narrados a partir do relato do condutor da viatura, tenente Filipe, que informa que no final da noite anterior aos fatos um policial militar do Setor de Inteligência do 29º BPM havia informado sobre a presença de indivíduos portando armas longas próximos ao endereço onde se situa a agência do Banco do Brasil. Diante disso, deslocaram-se do 63º D.P. para o local pelo menos nove policiais, distribuídos em quatro viaturas (prefixos: M- 29014, M-29018, M-29025 e M- 29021). O documento relata que ao chegarem ao local indicado, avistaram “*dois indivíduos na citada esquina, portando armas longas*”. Segundo o mesmo policial, ao notarem a presença dos policiais, os indivíduos dispararam contra estes, “*os quais, a fim de repelirem a injusta agressão, dispararam contra os agressores*”. Narra o documento que os indivíduos então teriam fugido pela Rua Entrudo, local onde haviam outros indivíduos armados efetuando disparos contra os policiais, os quais novamente teriam revidado. Nesse instante teria ocorrido uma “*grande explosão no interior da*

⁷³ Os cartuchos que compõem a munição para uma arma de fogo consistem em projétil e os componentes aptos para lançá-lo, isto é, pólvora, aro, espoleta e o estojo, este último é a peça cilíndrica de papelão, plástico ou metal que tem por função unir os elementos para lançamento do projétil, contendo em seu interior a carga de pólvora, a espoleta e na extremidade o projétil. Quando ocorre um disparo, em regra, as partes do cartucho se soltam e estes podem se apresentar picotados, ou seja, intactos, ou deflagrados, aqueles que foram detonados ou sofreram o efeito da combustão (RIO DE JANEIRO, 2015).

agência e os criminosos lograram fugir” [p. 14]. Na ocasião das buscas, os policiais se dividem. O Sargento Prado e sua equipe dirigem-se à Rua Erva de Carpinteiro após avistarem um indivíduo armado, que *“não obstante a ordem de parada, voltou-se na direção dos policiais e efetuou três disparos (com um revólver). Ante a agressão o sargento Prado afirma ter reagido com quatro disparos e o cabo Almeida com outros dois ou três disparos”*. Informa o policial que, cessada a agressão, foi solicitado socorro ao agressor. Tratava-se de Vitor, que foi encaminhado por uma viatura ao Hospital Santa Marcelina do Itaim paulista, onde faleceu.

O documento ainda registra que, em ação praticamente simultânea, outra equipe de policiais, coordenada pelo Sargento Marcos Akira, seguiu com indicações de policiais que faziam buscas na região e com *“a ajuda de um popular”* souberam que um dos suspeitos havia adentrado em determinada residência. Os policiais Marcos Akira e Djalma então, após chamarem pelos moradores, teriam entrado na casa pela janela, alcançaram o quarto e teriam visto *“um sujeito escondido atrás de uma cama lá existente, o qual, conforme o relato dos policiais, apesar da ordem para que saísse do local e se entregasse, efetuou disparos contra eles”*. Diante disso, *“com o fim de repelirem a agressão, o Sgt. Akira afirma ter efetuado dois disparos com sua arma, e o Sd. Djalma efetuou outros quatro disparos. Cessada a agressão foi solicitado socorro, porém o agressor faleceu no local”*, tratava-se de Wagner [p. 15].

Segundo o citado BO/DHPP, pelo menos outras oito pessoas teriam fugido e, até aquele momento, os policiais não sabiam afirmar se havia ocorrido a subtração do dinheiro pertencente ao banco. Afirma ainda que todos os policiais e vítimas envolvidos na referida ação foram submetidos a exames residuográficos⁷⁴.

Exames periciais preliminares foram realizados nas vítimas. No corpo de Wagner, a inspeção cadavérica descrita no referido boletim informa que foram encontradas lesões de natureza perfuro-contusas, sendo duas delas no crânio, quatro na região peitoral, duas no braço direito e duas no braço esquerdo. Já no corpo de Vitor Lofte Barbosa, as lesões perfuro-contusas foram identificadas: uma no ombro, duas na coxa direita, uma na região direita do peito, duas na mão direita e uma nas costas [p. 17]. O documento informa que não foram identificadas testemunhas presenciais do confronto, mas foram elaborados os relatórios de investigação e a reconhecimento visuográfica de local de crime.

O BO/DHPP conclui: *“Diante dos trabalhos preliminares realizados e dos elementos colhidos, constata-se que os autores/vítimas fatais participaram do delito perpetrado contra o*

⁷⁴ Utilizado para revelar a presença de micropartículas de chumbo, dentre outras substâncias, nas mãos de pessoas que fizeram uso de arma de fogo ou são suspeitas de tê-lo feito (FERREIRA, 2013).

Banco do Brasil (encontro de luvas, balaclavas, etc). E, no que tange as condutas dos policiais militares, não foram verificadas irregularidades, encontrando-se amparadas por causa excludente de ilicitude. Destarte, foi instaurado inquérito policial para a cabal apuração dos fatos, cujos autos serão encaminhados à delegacia competente deste departamento”. O documento é assinado por um delegado de polícia e por um oficial escrivão.

4.2.2. Produção documental para elaboração de inquérito na Polícia Civil

Outros documentos são elaborados para robustecer o posterior inquérito policial, são eles o Auto de exibição e apreensão, datado de 1º de janeiro de 2015, e os termos de declaração de Fábio Aparecido Lopes Ribeiro, irmão da vítima Vagner, que relata que soube que seu irmão possivelmente era uma das vítimas por meio de um policial militar e que, após reconhecer o corpo, os policiais pediram-lhe que fosse até a delegacia para elaboração da ocorrência; Aleksander Teixeira, proprietário do veículo encontrado próximo à agência do Banco do Brasil, que relata que o carro havia sido roubado na noite anterior aos fatos, mas a vítima não conseguiu identificar nenhum dos dois ladrões, cuja ação se deu na Avenida Campanella; Aline Lotfer Barbosa, irmã de Vitor, a qual destacava em seu depoimento que seu irmão deixava uma companheira e um filho; Maurício Zendron, representante legal da empresa de segurança privada responsável pelo monitoramento da ronda da agência do Banco do Brasil, cuja declaração produz uma terceira versão a respeito das mortes que, segundo essa, teriam ocorrido dentro da agência. A declaração atribuída a Zendron referente às mortes afirma que o mesmo teria se dirigido até a referida agência e quando lá chegou *“foi informado por policiais militares que preservavam o local de que eles chegaram a trocar tiros com os autores e dois deles haviam sido atingidos e vieram a falecer no interior da agência; que o declarante não viu estes indivíduos, pois não foi permitido pelos policiais”*. Não há, entre os documentos observados, registros de apuração a respeito dessa versão sobre as mortes.

Entre os termos de declaração disponíveis nos autos do inquérito policial, datados do dia primeiro de janeiro, encontram-se também aqueles relativos a seis dos nove policiais que saíram do Batalhão para atender a referida ocorrência.

Tendo em vista as ações dos policiais durante as abordagens, a informação relativa à preservação do local do crime e as versões relativas à resistência das vítimas tornam-se importantes. Segundo os registros da declaração atribuída a Antonio Eduardo Prado, quando as equipes se dividiram, a sua seguiu para a rua Erva de Carpinteiro, momento em que avistaram dois indivíduos e verbalizaram uma ordem de parada, um evadiu-se de moto e o outro a pé, *“a equipe passou a fazer o breve acompanhamento (a pé) do individuo que fugiu a pé, o qual*

parecia que estava ferido, pois deixava um rastro de sangue (...) durante a fuga o indivíduo começou a ser alcançado pela equipe e não obedecendo à ordem de parada se voltou com arma em punho e efetuou disparos na direção da equipe”, a qual revidou com cerca de oito tiros. Caído ao chão o indivíduo teria sido socorrido. Acrescenta ainda, dentre outras informações que quando retornaram para a frente do Banco “muitos dos estojos deflagrados haviam desaparecido do local”. A declaração atribuída ao outro policial que acompanhara essa abordagem, o policial Luis Alberto Almeida Lima, tem a redação idêntica àquela atribuída a Antonio Eduardo Prado, no que diz respeito ao desenrolar dos fatos. Segundo a declaração atribuída a Gustavo Gomes Malpighi, o mesmo teria corroborado a versão que informa que houve confronto entre policiais e supostos assaltantes: “no momento o foco era a detenção dos indivíduos e continuou a procura aos mesmos; que a equipe do SGT/PM Akira veio a localizar um dos indivíduos e entrou em confronto com o mesmo dentro de uma residência e um outro indivíduo foi localizado pela equipe do SGT/PM PRADO sendo que ocorreu novo confronto”. Quanto às declarações de Djalma e Marcos Akira, policiais diretamente envolvidos na abordagem que resultou na morte de Vagner, estas eram praticamente idênticas sobre todos os aspectos relativos à sucessão de fatos: “chegaram no quarto, e as luzes estavam apagadas, ao que viram escondido atrás da cama um indivíduo, sendo que lhe foi verbalizado para que o mesmo se entregasse, então este indivíduo se levantou de arma em punho e efetuou disparos na direção da equipe; que o declarante revidou com quatro disparos de arma de fogo; que o SGT/PM AKIRA reagiu efetuando dois disparos; que o indivíduo foi atingido e caiu ao solo”, relatou.

4.2.3. A produção de inquérito policial

No inquérito policial instaurado através de Portaria, na Polícia Civil, no dia 4 de janeiro de 2015, encontram-se, além do Boletim de Ocorrência nº 1/15, mensagem de solicitação de assessoramento, exame residuográfico e baixa de veículo, Auto de Exibição e Apreensão, Oitiva das partes envolvidas, Reconhecimento Visuográfica do local de crime, contendo setenta e nove fotografias referentes aos locais das mortes (ruas), o interior da residência; dos objetos encontrados - carro, armas, cartuchos, estojo, roupas; das vítimas - roupas tatuagens, face, das lesões perfuro-contusas; além do Relatório de Identificação Papiloscópica de Cadáver, cujo número de ordem registrada é 001/2015. O Relatório de Identificação Papiloscópica de Cadáver será melhor descrito na seção referente às unidades de análise. Mas salienta-se que sua requisição, elaboração e conclusão são datadas no mesmo dia da abordagem, 1º de janeiro de 2015.

Outro fato importante que acontece no dia 4 de janeiro de 2015 é a apresentação de Marcos Akira na Corregedoria da Polícia Militar para depor e contar uma outra versão acerca da morte de Vagner, de forma voluntária, sem qualquer requisição do Comando da Polícia Militar.

4.2.4. A chegada da nova versão sobre as mortes na Corregedoria e seus desdobramentos

Dia 04 de janeiro de 2015, o 2º Sgt. Marcos Akira Rodrigues Teixeira procura a Corregedoria da Polícia Militar e muda a versão dos fatos, conforme a transcrição de seu depoimento, que foi juntado posteriormente aos autos do inquérito policial da Polícia Civil de São Paulo. Frisa-se que até essa data não havia processo administrativo disciplinar contra o referido policial, segundo consta do depoimento do 1º Ten. PM César Henrique Fernandes, encarregado do Inquérito Policial Militar na Corregedoria, relatado na audiência de pronúncia e, posteriormente confirmado perante o Tribunal do Júri: *“até então a Corregedoria não tinha nenhum procedimento investigatório sobre o caso, existia apenas o inquérito policial militar pelo área que o Marcos trabalhava, tinha sido instaurado no dia da ocorrência e ele estava com o pai dele e gostaria de confessar, enfim, dar uma versão diferente do que ele teria relatado no dia da ocorrência”*⁷⁵ (p. 774).

Diante do incomum comportamento do policial de buscar a Corregedoria para informar a respeito de ilegalidades cometidas por ele mesmo - nas palavras do Tenente responsável pelo IPM: *“uma situação inusitada, o policial procurar para confessar o crime, que em tese ele teria cometido”* - o tenente resolve gravar o depoimento de Marcos Akira, conforme documentado no termo de estenotipia da audiência de pronúncia, realizada meses depois. O procedimento de apuração e responsabilização na Corregedoria iniciado nesse dia só foi concluído em dezembro de 2016.

No dia 07 de janeiro de 2015, com os autos conclusos, uma nova identificação da organização interna da Divisão de Homicídios aparece, com outra delegada de polícia atuando no caso: *“2ª Delegacia da Divisão de homicídios - Equipe “F” Leste”*, que passa a realizar novas diligências para o andamento do inquérito. Dentre elas, a juntada aos autos da informação referente ao fato que um dos policiais que havia atuado na ocorrência do dia primeiro de janeiro havia alterado sua versão dos fatos na Corregedoria de Polícia Militar.

A informação juntada aos autos refere-se a um comentário, de autoria não identificada, que constava em um blog policial de nome Flit Paralisante, presente abaixo de um texto que

⁷⁵ Ortografia da citação corrigida pela autora para facilitar a leitura do trecho selecionado.

sequer tinha relação com o caso investigado. Tratava-se do texto datado de 15/01/2015, intitulado “*Alexandre de Moraes critica a PM de São Paulo*”⁷⁶, e o comentário que motivou a comunicação entre as esferas administrativa-penal e administrativa-militar foi: “*Ocorrência de final do ano 31/12/2014 na área do 63º Vila Jacuí: estouraram um caixa eletrônico do Banco do Brasil, viaturas da Farça Trágica do 2ºBPM/M e 29ºBPM/M chegaram na hora e houve troca de tiros dois malas morreram até ai tudo bem foda-se!!-Agora vem a merda: Um Sargento 13 com dor na consciência, fanático religioso (nada contra) foi se ater com pastor dizendo que havia feito e o pastor o aconselhou a ir na corró e contar a historia, resultado: O maldito arrastou um monte de gente pra cadeia e depois pra rua!!*” O comentário foi registrado no blog na mesma data do texto, às 08h49. [p.168]. Diante da informação juntada oficialmente aos autos, a delegada solicita cópia integral do Inquérito Policial Militar, um dia após a publicação do comentário, através de ofício e com pedido de urgência.

Nesse mesmo dia, 16 de janeiro de 2015, o juiz de direito corregedor permanente e das execuções criminais do Tribunal de Justiça Militar emite uma ordem de busca e apreensão à residência do Sgt Joel Janjão, que até então não havia sido citado nas investigações. Segundo o próprio mandado, que foi posteriormente juntado aos autos a pedido da delegada de Polícia Civil, a ordem visava “*armas de fogo de uso restrito ou permitido, bem como munições e estojos de munição de armas de fogo que possam ter sido utilizadas em eventos criminosos; telefones celulares, chip de telefonia celular e outras mídias computacionais; cartas abertas e fechadas, havendo a necessidade de acesso à correspondência para a verificação de seu interesse ou não à investigação; objetos de origem ilícita ou não comprovada e outros objetos de interesse à investigação policial militar*” [p. 176]. Esse mesmo documento fazia menção à existência de Inquérito Policial Militar instaurado na respectiva esfera. Sobre essas buscas, o policial militar responsável pelo cumprimento do mandado de busca e apreensão conduz a proprietária da residência (viúva de policial militar falecido) e os objetos encontrados ao 22º D.P., onde um Boletim de ocorrência é lavrado e cujo histórico descrito permite compreender um pouco mais a finalidade do mandado expedido:

Presente o policial militar condutor, noticiando a Autoridade Policial signatária que atualmente exerce suas funções junto a Corregedoria da Polícia Militar e, no dia de hoje, fora designado por seu Comando a fim de cumprir o Mandado de Busca e Apreensão no 041/2015, expedido pela Justiça Militar do Estado de São Paulo, referente ao Inquérito Policial Militar no 2BPMM-01/09/15, cujo alvo seria o

⁷⁶ Acesso ao texto e comentário originais, em: <https://flitparalisante.wordpress.com/2015/01/15/alexandre-de-moraes-critica-a-pm-de-sao-paulo/#comment-331822>

interior da residência do 10 Ten. PM 118161-A Eduardo Alves da Mata. Mencionou, ainda, que aludido inquérito militar apura a participação de policiais militares em uma execução durante o exercício de suas funções. Nesta manhã, juntamente com a segunda testemunha, diligenciou até a Rua Carrego do Bom Jesus no 734 Cidade Centenário / SP, a fim de dar fiel cumprimento a referido mandado (...) calibre 38, um de calibre 32, e outro de calibre 7.65, estes dois também íntegros. Que ainda no local perguntaram ao Ten. Mata a origem dessas quatro munições, sendo que o mesmo informou que elas estavam em seu poder desde a época da Academia do Barro Branco, precisamente do Grêmio de Operações Especiais; que este Grêmio pertence aos quadros da Academia da Polícia Militar sendo uma organização oficial. Diante disso, por tais munições estarem em desacordo com as determinações administrativas exigidas pelos Atos Normativos internos da Polícia Militar, os quais, por sua vez, regulamentam o Estatuto do Desarmamento. Pelo fato do Ten. Matta estar mantendo munições em desacordo com as determinações exigidas, bem como, a informação vinda dele mesmo que tais seriam oriundas da Academia da Polícia Militar do Estado de São Paulo, arrecadaram tais munições e conduziram o miliciano até esta Unidade Policial para conhecimento e adoção das medidas jurídicas cabíveis. Para fins meramente explicativos, acrescentou o condutor que qualquer policial militar necessita de uma autorização de seu Comando para a compra de munições, sendo que também é condição necessária a exibição do Registro da Arma de Fogo a qual destina-se tais munições (...). No dia de hoje foram cumpridos 18 mandados de busca envolvendo policiais, com a finalidade de apurar um homicídio, sendo inclusive um desses locais de buscas a 2º Cia da Força Tática. Ademais, acrescentou o condutor que não há dúvidas que tais munições estejam em desacordo com a determinação legal.[p. 170]

A partir de nova motivação externa ao campo do direito, dessa vez uma matéria publicada⁷⁷ no Portal de notícias da Globo, G1, no dia 20 de janeiro de 2015, 19h44, a qual foi juntada aos autos, a delegada responsável pelo caso requisita a apresentação de dois dos dezessete policiais presos por aquele órgão de controle. Essa solicitação foi feita no dia seguinte à publicação da matéria, mediante ofício.

Segundo a referida matéria “[a]s prisões aconteceram depois que o sargento Marcos Akira confessou ter executado Wagner de Souza Ribeiro com dois tiros”, afirma ainda, que a justiça havia decretado a prisão de dezessete policiais, “porque todos estariam envolvidos na busca dos bandidos” [p. 172]. Apesar da indicação de dezessete policiais presos, a delegada responsável pelo caso requisitou a apresentação de dois deles, aqueles que estavam envolvidos

⁷⁷ O texto originalmente publicado pode ser acessado em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/01/policia-militar-prende-17-policiais-suspeitos-de-executar-assaltante.html>

diretamente na morte de Vagner, Marcos Akira Rodrigues Teixeira e Djalma Aparecido do Nascimento Júnior.

Em mais um movimento de diálogo entre as esferas, a delegada junta aos autos os depoimentos de Marcos Akira e de Djalma realizados na Corregedoria de Polícia Militar, em âmbito de processo administrativo disciplinar instaurado por aquele órgão, no dia 21 de janeiro de 2015. Mesmo dia em que surge nos autos a informação oficial de prisão dos policiais, Djalma e Marcos Akira, que segundo o ofício nº. corregpm-048/136/15, encontravam-se presos no Presídio Militar Romão Gomes, à disposição da Justiça Militar Estadual.

Dentre as informações constantes nos depoimentos cedidos pela Corregedoria, consta a transcrição do depoimento de Marcos Akira sobre o momento específico dos disparos:

(...) próxima a parede, neste momento o Sd PM Djalma recuou até a porta do quarto, ficando ao meu lado e avisou que havia um homem escondido naquele cômodo. Simultaneamente ao recuo do Sd PM Djalma até a porta, o indivíduo já foi levantando e se apresentando de forma a gesticular e dizia 'Senhor, de boa, de boa' não sabendo precisar as palavras utilizadas pelo abordado. Foi perguntado ao indivíduo se o mesmo estava envolvido no roubo ao banco, sendo respondido que SIM, neste momento perdi a cabeça fiquei com raiva e efetuei dois disparos de arma de fogo contra o indivíduo abordado. Na sequência, o Sd PM Djalma também efetuou disparos de arma de fogo contra o indivíduo, sendo no número de quatro, totalizando 6 (seis) disparos contra o homem abordado. [p. 189].

Entrei em desespero e o Sd PM Djalma me entregou um revólver calibre. 32, após ter esta arma em minhas mãos, efetuei 2 (dois) disparos com tal armamento em direção a porta do cômodo.

Pelo primeiro momento após a entrada na residência, sai da mesma e fui até a viatura, que estava estacionada na Rua, solicitei apoio do Resgate e SAMO. Chegaram outros policiais para apoio e Oficiais que tomaram ciência dos fatos acontecidos no interior da residência, bem como a ocorrência teve dados passados ao 63º DP e apresentada perante o DHPP. Todavia a versão apresentada foi a de que o indivíduo morto havia saído de trás da cama e portando um revólver calibre . 32 teria efetuado disparos em minha direção e também na direção do Sd PM Djalma, motivo pelo qual teríamos nos defendido e alvejado tal indivíduo com disparos de nossas armas de fogo.

Após a saída do DHPP, me desloquei até o PPJM do CPA/M—4 e perante o Oficial de Serviço apresentei a mesma versão narrada anteriormente sobre os fatos acontecidos e simulados no interior da residência (Auto de Qualificação e interrogatório nº CorregPM - 001/136/2015). [p. 190]⁷⁸

⁷⁸ Ortografia da citação corrigida pela autora para facilitar a leitura do trecho selecionado.

Já o soldado Djalma manteve sua versão inicial dos fatos, conforme relatado no documento. Essas informações serão retomadas em item específico da dissertação relativo às unidades de análise.

Assim, no dia 21 de janeiro de 2015, além dos depoimentos dos referidos policiais, são juntados outros documentos que compõem o inquérito policial militar, a saber: Cópia do Boletim de ocorrência produzido pela Polícia Militar, datado de 1º de janeiro de 2015, contendo a origem da comunicação, o nome dos policiais e dos veículos envolvidos, os dados da ocorrência e as apreensões. O documento ainda traz a informação relativa ao horário da comunicação, isto é, 00h40 do dia 1º de janeiro de 2015. Junta-se também o Relatório de Serviço Operacional, com informações relativas à central de atendimento.

No dia 21 de fevereiro de 2015, surge nos autos o “*DESPACHO DE FUNDAMENTAÇÃO DE INDICIAMENTO*”, assinado pela delegada até então responsável, que afirma: “*Assim, convicta esta Autoridade Policial da responsabilização penal dos Policiais Militares MARCOS AKIRA RODRIGUES TEIXEIRA e DJALMA NASCIMENTO JÚNIOR, determino os seus indiciamentos como incursos nos artigos 121, parágrafo 2º, inciso I e IV, e 343 do Código Penal, e Art. 16 § único da Lei 10826/03, em conformidade também com a Lei dos Crimes Hediondos*”⁷⁹.

Os réus são apresentados para depor na delegacia de polícia no dia 26 de janeiro de 2015, sob escolta, conforme os autos de qualificação e interrogatório presentes nos autos, devidamente representados por advogados, escolheram manter-se silentes quanto ao que lhes foi questionado pela delegada.

Na sequência, entre os dias 27 e 29 de janeiro de 2015 são ouvidos como testemunhas alguns dos familiares das vítimas, o avô de Vitor e o irmão e a namorada de Vagner, Jéssica. Estes são provocados a falar, não só a respeito dos fatos, mas também da natureza dos relacionamentos que as vítimas mantinham com estas, de características das vítimas e se as vítimas tinham antecedentes criminais ou “envolvimento com entorpecentes”.

Ao responder as questões que lhes fora perguntado - as questões não foram transcritas no depoimento - o avô de Vitor informa que o depoente criou os quatro netos, filhos de sua filha que havia falecido em acidente de carro há mais de vinte anos, dentre os quais Vitor era o mais novo. Ainda segundo ele, Vitor residia em cima de sua casa, com companheira e um filho, que à época dos fatos tinha apenas dez meses. Era porteiro, porém estava desempregado, por isso fazia “*bicos*” como ajudante geral. E acrescenta, respondendo às questões: “[n]ão tinha

⁷⁹ Ortografia da citação corrigida pela autora para facilitar a leitura do trecho selecionado.

passagem pela polícia e não tinha envolvimento com entorpecentes”, e quanto aos fatos, apesar de não ter presenciado afirma: “[q]ue, ouviu comentários que seu neto estava desarmado e no momento da abordagem pediu para não morrer pois tinha um filho pequeno para criar, mesmo assim foi morto pelos policiais; Que, perguntado ao depoente se tem condições de apontar alguma destas testemunhas, o depoente afirma que não tem”[p. 268]. Assim, pela primeira vez surge uma informação que coloca a abordagem da qual Vitor foi vítima em destaque também, tendo em vista que até então as denúncias realizadas referiam-se apenas à abordagem da qual Vagner havia sido vítima.

No mesmo dia, o irmão de Vagner depõe e afirma que tinha uma relação amistosa com o irmão, o qual era solteiro, tinha uma namorada e, apesar de estar desempregado à época dos fatos, costumava trabalhar de ajudante geral. Respondendo às inquirições do delegado, afirmou: *“Vagner não tinha passagem pela polícia, nunca foi preso ou apreendido e nunca se envolveu com crime, ‘foi uma surpresa para todos nós quando soubemos destes fatos’ sic”*. O depoente ainda informa, segundo consta no termo que soube da morte do irmão através de um policial, horas depois da ocorrência do fato.

Dois dias depois, a namorada de Vagner é ouvida na delegacia. Informa, em resposta às questões da delegada, que era namorada de Vagner de Sousa Ribeiro há quatro anos, o qual *“era conhecido pelo vulgo de “LAPIS” por ser negro alto e magro”*. Quanto ao dia dos fatos, afirma que *“[q]ue na data dos fatos estava com seu namorado em sua residência acompanhada de seus familiares por ocasião da passagem de ano; Que, por volta das vinte e três horas Vagner disse que iria até o “Campinho” local onde as pessoas se reúnem para assistir à queima dos fogos, Vagner insistiu com a depoente para acompanhá-lo até o local porém como a depoente estava na companhia de parentes em sua residência, disse que iria mais tarde. Por volta da meia-noite e meia a depoente saiu ao encontro de Vagner, no caminho ouviu comentários de que ali próximo teria havido uma tentativa de furto a um caixa eletrônico do Banco do Brasil onde teria ocorrido tiroteio entre os bandidos e policiais. A depoente saiu ao encontro de Vagner porém não o encontrou soube que durante o tumulto e o tiroteio várias pessoas correrem em várias direções ouviu inclusive que um dos suspeitos estava morto no interior de uma residência próxima daquele local”* [p. 274-275]. Quanto ao momento de identificação de seu namorado ela informa: *“Como a depoente não encontrava seu namorado passou a procurá-lo nos hospitais da região acreditando que talvez tivesse sido atingido por algum disparo durante o tiroteio porém não o encontrou em nenhum dos hospitais próximos de sua residência Que, foi até a casa de Vagner e ali encontrou o telefone celular que ele havia*

esquecido em casa com várias chamadas não respondidas, a depoente então chamou Fábio irmão de Vagner para acompanhá-la até a residência onde um dos suspeitos teria morrido para ver se era ou não seu namorado. Os policiais, então, perguntaram as características de Vagner e após terem sido informados das características mostrou ao irmão de Vagner a fotografia da pessoa que estava alvejada no interior daquele imóvel sendo prontamente reconhecido como sendo a pessoa de Vagner; Que, a depoente reside cerca de quinze minutos a pé do local onde os fatos ocorreram”. E, assim, como os demais familiares de vítimas, aqui observados, respondeu se havia alguma relação entre a vítima e as “drogas”: “Que, Vagner nunca se envolveu com crimes, e não tinha passagem pela polícia, não fazia uso de “drogas” nunca portou nenhuma arma de fogo, trabalhava fazendo “bicos” de Ajudante Geral”.

No mesmo dia em que Jéssica depõe, a Corregedoria da Polícia Militar encaminha as munições e outros materiais utilizados ou descartados pelos PMs no dia da ocorrência (01/01/2015). Trata-se de cartuchos lacrados e deflagrados. Na mesma ocasião, nota-se uma terceira interação entre as esferas do direito, a partir deste ofício da Polícia Militar do estado de São Paulo para a Polícia Civil. Nele, além de uma série de solicitações, o tenente responsável pelo inquérito policial militar afirma a importância de diálogo entre as esferas: “*Considerando a necessidade de produção de provas robustas sobre os fatos, sendo imprescindível o desenvolvimento de um trabalho em conjunto entre as autoridades de polícia judiciária (comum e militar)*”, e ao final, solicita “*o desenvolvimento de Exame de Comparação Balística entre os cartuchos para verificar se características dos cartuchos, bem como o estado de conservação, a marca e os elementos químicos, possuem as características dos que foram apreendidos no dia da ocorrência, bem como, se os deflagrados saíram da mesma arma que foi apreendida*” [p. 277].

Na sequência, no dia 03 de fevereiro de 2015, são juntados aos autos ofício oriundo do Banco do Brasil cedendo imagens do circuito interno no dia da “*tentativa de arrombamento de caixas eletrônicos com uso de explosivos*”, além das requisições de perícia ao Instituto de Criminalística dos materiais apreendidos e juntada das pesquisas sobre antecedentes criminais das vítimas (esse material será explorado na fase de análise das unidades na dissertação) [p. 288-294]. E, no dia seguinte, a delegada de polícia civil solicita a apresentação de um terceiro PM, presente na data da abordagem, e que encontrava-se preso por ordem da Justiça Militar, o Policial Militar Rômulo Rezende de Oliveira. No mesmo dia em que solicita, através de ordem de serviço, a realização de novas diligências no local dos fatos com o objetivo de identificar possíveis testemunhas oculares ou que tenham informações relevantes que auxiliem nas

investigações, diante das novas informações fornecidas pelo avô de Vitor, de que aquela vítima também teria sido executada.

Antes mesmo de ouvir o policial Uzai, a delegada representa em juízo um pedido de prisão temporária contra “*Djalma Aparecido do Nascimento Junior*”, “*Marcos Akira Rodrigues Teixeira*”, “*Luis Alberto Almeida Lima*” e “*Antonio Eduardo Prado*”, pelo prazo de trinta dias. Este pedido recebe parecer favorável do Ministério Público dois dias depois [p. 305-312], dia 06 de fevereiro, sexta-feira, e é acolhido pela justiça, na segunda-feira, dia 09 de fevereiro de 2015. O elemento “prisão de policiais” é uma das unidades de análise dessa dissertação, motivo pelo qual seu conteúdo será explorado na próxima etapa da pesquisa. Os mandados de prisão são expedidos, e cumpridos no dia 10 de fevereiro de 2015, conforme certidões juntadas aos autos. Os réus continuaram presos na Polícia Militar, no presídio Romão Gomes, conforme ofícios datados de 19 e 20 de fevereiro de 2015, e foram soltos no dia 19 de junho de 2015, na ocasião da audiência de pronúncia.

O relatório de investigação sobre as novas diligências realizadas por dois investigadores, a respeito das circunstâncias da morte de Vitor informa: “[*a*]/pós conversarmos com diversos moradores, não logramos êxito em localizar ninguém que tenha presenciado ou que tenha alguma filmagem da ação policial. Todos os entrevistados tem conhecimento da ocorrência, porém somente a partir dos fatos já consumados. Sentimos que a população não quer falar sobre o ocorrido conosco, demonstrando apoio à pronta ação dos policiais militares. Entrevistamos VANESSA LOTFLE BARBOSA RG (...) TELEFONE 94820-1154, Irmã da vítima VITOR LOTFLE BARBOSA, que nos informou que não tem nenhum material de filmagem e não conhece ninguém que tenha”.

No dia 27 de fevereiro de 2015, a delegada pede a revogação das prisões temporárias de “*Antonio Eduardo Prado*” e “*Luis Alberto Almeida Lima*”, com base no relatório anteriormente descrito e nas declarações prestadas por esses policiais na delegacia, nesse mesmo dia. Os principais argumentos mobilizados pela delegada para pedir a revogação dessas prisões foram: “*Ocorre que, após exaustivas diligências realizadas pelos investigadores desta Equipe Especializada, não encontramos nenhum indício ou prova do afirmado anteriormente. Ao contrário, diversos moradores do local foram uníssonos em afirmar que aprovam a ação dos policiais militares e que ambos agiram de forma correta e com lisura. Ouvidos no dia de hoje, ambos negaram veementemente qualquer acusação de execução e ratificaram as informações anteriormente dadas*” O documento ainda afirma ao final que as investigações prosseguem para se buscar a “*verdade real dos fatos*”. Mesmo sem ter parecer do Ministério

Público, a revogação dessas prisões é concedida no mesmo dia, 27 de fevereiro de 2015, conforme decisão publicada e alvarás de soltura juntados aos autos. Uzai só é ouvido dia 04 de março de 2015.

4.2.5. A conclusão do inquérito da Polícia Civil

A fase investigativa é concluída. O relatório final de investigação apresentado pela delegada informa:

Ressalte-se que a vítima Vagner foi alvejada cinco vezes e as trajetórias dos projéteis foram todas de cima para baixo (estava ele deitado, ou ajoelhado?). Com relação a Vitor, ele foi alvejado sete vezes, em regiões vitais de seu corpo, denotando, s.m.j. excesso por parte dos policiais militares Prado e Almeida. Diante de todo o exposto acima, principalmente pela confissão de Akira realizada na Justiça Militar, usada aqui como prova emprestada, foi por esta Autoridade Policial determinado o formal indiciamento de Marcos Akira Rodrigues Teixeira e Djalma Aparecido do Nascimento Júnior como incursos nos artigos 121, parágrafo 2º, incisos I e IV e 347 do Código Penal e artigo 16, parágrafo único, inciso IV, da Lei 10826/03 (grifos no original) [p. 589].

Não obstante a identificação de excesso na conduta dos policiais “Prado e Almeida”, apenas os policiais Akira e Djalma são indiciados e tem novamente pedidos de prisão requeridos. Desta vez, prisão preventiva, no dia 08 de abril de 2015.

O relatório final que encerra o inquérito policial da Polícia Civil já começava a apontar caminhos diferentes para as duas abordagens policiais que aconteceram nas primeiras horas do dia 1º de janeiro de 2015. E é no Ministério Público que dois percursos começam a se desenhar de forma mais nítida.

4.3.O TRÂNSITO PELO SISTEMA DE JUSTIÇA

No dia 09 de abril de 2015, um dia depois de concluído o inquérito, o Ministério Público passa a ser o principal responsável por iniciar uma nova fase do tratamento institucional daquelas mortes decorrentes de intervenção policial. O promotor responsável pelo caso denuncia “em separado” os policiais Marcos Akira e Djalma Nascimento, presumidos responsáveis da morte de Vagner, e promove o arquivamento do inquérito com relação às condutas imputadas aos policiais Antonio Prado e Luis Alberto Lima.

4.3.1. A denúncia

A denúncia é dirigida à responsabilização dos autores da morte de Vagner e pauta-se nas condutas inscritas no código penal. Sua capitulação é apresentada pelo promotor da seguinte forma: *“cumpre observar que aos indiciados são imputados os crimes de homicídio doloso qualificado e fraude processual (artigo 121, I, Parágrafo 2º, incisos I (motivo torpe) e IV (recurso que dificultou a defesa do ofendido), E no artigo 347, Parágrafo único, combinados com o artigo 29, na forma do artigo 69, caput, do Código Penal)”*. Ao final, um novo pedido de prisão preventiva é elaborado.

Nesse ponto, registra-se a mudança na numeração do inquérito policial recebido, que passa a ser identificado como “IP nº 92/2015” e que as nomenclaturas atribuídas aos fatos são plenamente identificadas no Código penal, ou seja, já não é utilizado o termo *“morte decorrente de intervenção policial”* enquanto categoria para se referir aos atos praticados pelos policiais que levaram à morte das vítimas. Nota-se ainda que, apesar da associação entre o nome dos denunciados e um tipo penal, não há uma descrição das condutas que teriam sido praticadas por cada um desses dois réus especificamente.

4.3.2. A promoção de arquivamento

A promoção de arquivamento do inquérito em relação aos outros dois policiais é feita pelo mesmo promotor, no mesmo dia, em relação à morte de Vitor. Nesse documento já há uma descrição dos fatos e condutas aos quais o pedido de arquivamento se refere: *“O incluso inquérito policial foi instaurado para apurar, dentre outros fatos, as circunstâncias da morte de Vitor Lotfe Barbosa, ocorrida em 1º de janeiro de 2015, na Rua Entrudo, 99, São Miguel Paulista, em decorrência de intervenção policial e resistência praticada pela vítima fatal, envolvendo os policiais militares Antonio Eduardo Prado e Luis Alberto Almeida Lima em razão de disparo de arma de fogo, produzindo-lhe ferimentos que foram a causa de sua morte, consoante laudo de exame necroscópico de fls. 580/582”*.

A importância desse documento está no fato que ele pode pôr fim ao procedimento de apuração e responsabilização na esfera criminal, por isso, é importante apresentar o trecho específico que corresponde às razões pelas quais o promotor pede o arquivamento do inquérito:

Os policiais militares continuaram a perseguir o indivíduo posteriormente identificado como sendo *Vitor Lotfe Barbosa*, aparentemente ferido e apresentando sangramento. Novamente foi dada voz de parada, momento em que *Vitor Lotfe Barbosa* se virou e passou a efetuar disparos de arma de fogo na direção dos milicianos, sendo que **Antonio Eduardo Prado e Luis Alberto Almeida Lima** revidaram à

injusta agressão e também efetuaram disparos, atingindo o suspeito, que foi socorrido até o Hospital Santa Marcelina, onde faleceu.

A versão apresentada por **Antonio Eduardo Prado e Luis Alberto Almeida Lima**, respectivamente, às fls. 36/37 e 43/44, foram corroboradas pela testemunha *Wallace Alves de Almeida* (fls. 45/46), bem como pela apreensão do revólver calibre .38, marca Taurus, do suposto meliante, com 3 (três) cartuchos íntegros e com 3 (três) cartuchos deflagrados (fls. 60/62).

Diante do apurado, a versão de Antonio Eduardo Prado e Luis Alberto Almeida Lima restou corroborada por outros elementos de prova, restando cristalino que arrostou iminente e injusta agressão, atingindo o meliante em **legítima defesa de terceiro**. (grifos presentes no documento original).

Ao concluir seu pedido de arquivamento, o membro do Ministério Público apresenta os elementos pelos quais ele discorda da ideia de excesso de uso da força identificada no documento elaborado pela delegada (o relatório final). Afirma ele: *“Não há que se falar em excesso punível, pois agiu em medida compatível à iminência da agressão a ser perpetrada pelo meliante que estava armado e apontava a arma para os milicianos e contra eles disparava, com o evidente objetivo de resistir à prisão em flagrante. (...) Pelo acima exposto, não havendo crime doloso contra a vida, pois Antonio Eduardo Prado e Luis Alberto Almeida Lima agiram amparados pela excludente da legítima defesa, promovo o ARQUIVAMENTO do presente inquérito policial (...)”*.

Ambos os pedidos formulados pelo Ministério Público são acolhidos pelo juízo da 4ª Vara do tribunal do Júri, mas em datas diferentes. O recebimento da denúncia e a decretação das prisões preventivas são feitos ainda no dia 09 de abril de 2015, em relação a Marcos Akira e a Djalma. Já quanto ao arquivamento, o pedido é aceito, no dia 15 de abril, sob a seguinte justificativa:

Com relação aos investigados Luis Alberto Almeida Lima e Antonio Eduardo Prado não há outra solução nesse momento que não o arquivamento do inquérito, uma vez que, aquelas primeiras notícias de que a conduta desses investigados seriam iguais a dos outros réus, da mesma equipe, não ficou confirmada com elementos idôneos. A I. Delegada afirmou que populares diziam ter filmagens da abordagem da polícia e da execução da vítima por eles, mas a verdade é que essa prova não aportou nos autos. O que existe é tão só a desconfiança do avô da vítima, movida por falatórios que sequer foram reproduzidos diante da I. Delegada que investigava a conduta de Luis e Antonio. Assim, promovo o arquivamento da investigação com relação a eles (...)”

O arquivamento foi publicado no Diário da Justiça Eletrônico, Caderno Judicial, 1ª Instância, Capital São Paulo, Ano VIII - Edição 1874, p. 1679.

4.3.3. O percurso até a pronúncia

O processo então prossegue em relação aos réus Djalma e Marcos Akira, com advogados diferentes, os quais apresentam defesas preliminares dentro do prazo legal, que são recebidas em 08 e 14 de maio de 2015, respectivamente. Mesmo dia em que se observa um novo movimento de interação entre as esferas, desta vez, entre a Corregedoria e a 4ª Vara do Tribunal do Júri, onde a primeira solicita cópia integral do processo criminal à segunda. A resposta e a cópia integral dos autos são encaminhados dia 08 de junho de 2015.

Nesse mesmo dia em que Marcos Akira apresentou sua defesa preliminar, seu advogado requereu a instauração de incidente de insanidade mental, por entender que seu cliente apresentou um quadro pós-traumático após a ocorrência do dia primeiro de janeiro de 2015, o qual teria levado Marcos Akira a procurar a Corregedoria e contar uma nova versão dos fatos.

A pedido da juíza que atuava no caso, novos laudos periciais são juntados aos autos no dia 06 de maio. Os documentos correspondem ao exame de local, exame papiloscópico e os relatórios de análise elaborados por peritos criminais do Instituto de Criminalística da Superintendência da Polícia Técnico-Científica da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo.

No dia 17 de junho de 2015 uma nova etapa do processo em âmbito criminal é iniciada. A audiência de instrução e julgamento contou com a presença dos dois corréus e de seus respectivos defensores (advogados contratados), e na condição de testemunhas: a delegada que havia presidido o inquérito na Polícia Civil, o tenente que havia presidido o inquérito policial militar e a namorada da vítima Vagner. Os depoimentos foram transcritos e disponibilizados nos autos do processo criminal. A publicação do desfecho da audiência de instrução e julgamento é feita dois dias depois e os réus são pronunciados para serem posteriormente julgados pelo Tribunal do Júri. Nesta ocasião, eles são soltos para responder o processo em liberdade provisória. Essa medida foi, posteriormente, atacada pelo Ministério Público, através de Recurso em Sentido Estrito, respeitado o prazo legal.

Novos rumos são dados ao processo quando, em agosto de 2016, o réu Djalma, através de seu advogado de defesa, pede o desmembramento do julgamento no Tribunal do Júri. Para os advogados que assinam a petição, havia uma “colidência” entre os interesses dos dois corréus, tendo em vista que Djalma, não obstante as declarações de Marcos Akira, manteve a

versão inicial. Na prática, isso significava que os dois réus seriam julgados em dias diferentes, por Conselhos de Sentença diferentes. O Ministério Público se posiciona de forma contrária, por entender que não havia requisitos legais, fazendo menção ao art. 469 do CPP, que dispõe sobre as hipóteses legais de desmembramento de julgamentos⁸⁰. Mas, o pedido de Djalma é deferido pela juíza que entende que os réus apresentaram versões antagônicas dos fatos,

Dessa forma, tem-se que a defesa do acusado DJALMA restará demasiadamente prejudicada caso os réus sejam levados a plenário em sessão una, pois além de sustentar a sua própria versão em relação aos fatos, deverá, também, apresentar tese defensiva em relação aos argumentos apresentados pela defesa do corréu MARCOS (trecho da sentença publicada dia 24 de agosto de 2015 em audiência).

Os júris são marcados para o mês de fevereiro de 2017.

4.3.4. A Decisão Final do Conselho de Disciplina

No dia 12 de dezembro de 2016, chega aos autos a informação de que o policial Djalma havia sido exonerado do cargo de Policial Militar. Segundo consta do Ofício nº 12BPMM-994/6.1/16 da Polícia Militar endereçado à 4ª Vara do Júri, o policial havia sido exonerado após ter pedido sua exoneração no dia 02 de dezembro de 2015, informação que havia sido publicada no Boletim Geral PM 227 de 05 de dezembro de 2016 e Diário Oficial no 225, de 02/12/2016.

Também é encaminhado através do referido ofício a remessa do assentamento individual do policial, do qual constam o histórico do policial na corporação desde o dia em que o mesmo ingressou nos quadros da PM, em 26 de agosto de 2011, como aluno da Escola de Formação de Soldados, além de registros de láureas de mérito pessoal, condecorações, elogios individuais e medalhas, assim como acidentes sofridos em sua vida pessoal, licença nupcias, as conclusões de sindicâncias e IPM's referentes a outras abordagens realizadas pelo policial em que o mesmo realizou disparo de arma de fogo e atingiu um civil, transferências de batalhões, recebimento de doação de revólver feita por outros policiais da própria corporação, autorização para portar arma pertencente à PMSP, em âmbito do estado de São Paulo, mesmo quando de folga e em trajes civis, enquanto estiver no serviço ativo.

O mesmo documento apresenta registro do IPM instaurado para apurar os fatos do dia primeiro de janeiro, datado em 23 de março de 2015. Conforme aponta o referido documento,

⁸⁰ Art. 469, do Código de Processo Penal: “Art. 469. Se forem 2 (dois) ou mais os acusados, as recusas poderão ser feitas por um só defensor. § 1º A separação dos julgamentos somente ocorrerá se, em razão das recusas, não for obtido o número mínimo de 7 (sete) jurados para compor o Conselho de Sentença. § 2º Determinada a separação dos julgamentos, será julgado em primeiro lugar o acusado a quem foi atribuída a autoria do fato ou, em caso de coautoria, aplicar-se-á o critério de preferência disposto no art. 429 deste Código”.

o policial Djalma continuou participando de atividades administrativas e de formação, a exemplo dos estágios de atualização profissional, realizado em setembro de 2015 e março de 2016.

Assim como Djalma, Marcos Akira também foi exonerado da Polícia Militar, conforme consta na informação registrada em ofício encaminhado ao 4º Tribunal do Júri, a exoneração se deu a pedido e foi publicada no Diário Oficial do Estado na edição de nº 218/2016.

No dia 02 de fevereiro de 2015 foram juntados aos autos do processo criminal a Decisão Final do Conselho de Disciplina, instância que apurou e responsabilizou os policiais Djalma e Marcos Akira em âmbito administrativo. Nesse documento é possível identificar os fatos que foram imputados aos ex-policiais e sua correspondência jurídico-administrativa:

foram acusados do cometimento de atos atentatórios à Instituição e ao Estado, aos direitos humanos fundamentais e desonrosos, consubstanciando transgressão disciplinar de natureza grave, prevista no nº 2 do § 1º do Art. 12 e nos nº 2, 7 e 96 do parágrafo único do Art. 13 c.c. os nº 1, 2 e 3 do § 2º do Art. 12, tudo do Regulamento Disciplinar da Polícia Militar - RDPM (Lei Complementar no 893/01), por terem, em síntese, em 01JAN15, por volta da 00h 10min, fardados e de serviço, na Rua Erva de Ovelha, no 420, bairro Vila Jacuí, município de São Paulo/SP, efetuado disparos de arma de fogo desnecessários, causando a morte de pessoa a quem se atribuía a prática de crime de furto a caixa eletrônico, a qual estava desarmada e rendida no interior de um imóvel, além de terem imputado a ela, falsamente, a posse e o uso de uma arma de fogo contra a guarnição policial que compunham, disparando-a e alterando o local dos Fatos de forma a simular que suas ações foram legítimas, conforme a Portaria (fl. 2 a 4).

De acordo com o item 6 do referido documento, a sanção administrativa proposta pelo Conselho de Disciplina responsável pela apuração das condutas dos policiais corresponderia à expulsão dos transgressores dos quadros da Polícia Militar de São Paulo, porém, em virtude dos respectivos pedidos de exoneração realizados pelos próprios policiais essa sanção perdeu o efeito quando da data da prolação da decisão final. Assim, o Comandante geral decidiu arquivar os autos. Conforme consta do documento juntado aos autos do processo criminal:

10. Em que pese a instrução processual tenha sido realizada na íntegra, para ambos os Acusados, demonstrando-se a procedência da acusação, há de se reconhecer, todavia, que ocorreu a perda de objeto, haja vista as precedentes exonerações a pedido, do então 2º Sgt PM Akira e do então Sd PM Djalma publicadas, respectivamente, no DOE Nº 218, de 23NOV16, e DOE Nº 225, 02DEZ16.
11. Posto isto e pelo que consta dos autos, discordo do proposto pela Autoridade Instauradora e decido:

11.1. arquivar os autos do CD NO CPC-16/64/16, em relação ao ex-20 Sgt PM 14090-6 Marcos Akira Rodrigues Teixeira, tendo como última Unidade 0 20 BPM/M, haja vista a perda do objeto, em face da sua precedente exoneração a pedido, publicada no DOE Nº 218/16. (Advogado: Dr. Bruno Salla Rodrigues — OAB/SP nº 274.270); 11.2. arquivar os autos do CD cpc-16/64/16, em relação ao Sd PM 138806-1 Djalma Aparecido do Nascimento Júnior, do 120 BP MIM, haja vista a perda do objeto, em face da sua precedente exoneração a pedido, publicada no DOE NO 225/16. (Advogado: Dr. Ivândaro Alves da Silva - OAB/SP nº 372.632).

Foi determinado ainda, o registro da decisão final nos assentamentos individuais dos ex-policiais.

4.3.5. Os julgamentos perante o Tribunal do Júri e seu desfecho, a partir da observação

4.3.5.1. O júri de Djalma

No dia 02 de fevereiro de 2017, dia em que seria realizado o julgamento de Djalma no Tribunal do Júri, uma das testemunhas considerada imprescindível pelo membro do Ministério Público para julgamento do réu não havia sido localizada e essa informação só chegou naquele dia. Tratava-se de Jéssica, namorada de Vagner. Nessa ocasião o Ministério Público pediu a substituição da referida testemunha pela tenente Daniela Fernandes Okada, nome até então não mencionado nos autos do processo criminal. O júri foi remarcado para o dia 04 de maio de 2017.

O primeiro a ser julgado foi o réu Djalma Aparecido do Nascimento, no dia 04 de maio de 2015. Às 13h50, mesmo antes do início do julgamento, uma pequena movimentação começa a ocorrer no auditório que constituía o plenário 14. O advogado de defesa, diante dos futuros jurados que aguardavam o momento do sorteio, de estudantes de direito e de funcionários que atuariam naquele júri, resolve conversar um pouco com os futuros jurados enquanto não havia começado oficialmente.

Faltava cerca de meia-hora para o sorteio dos jurados e o advogado já estava tendo acesso aos futuros julgadores da causa. Após se aproximar da pequena mureta de madeira que separa o auditório do plenário, isto é, o espaço onde o público em geral aguarda ou assiste — jurados não sorteados, estudantes de Direito, curiosos, imprensa —, do espaço onde ocorrem os julgamentos o advogado, em tom amistoso, ia se apresentando aos jurados, contava piadas e discutia a política recente do país.

Sem qualquer cerimônia — e sem ser interrompido pelo funcionário que também participava do bate-papo — informava aos ouvintes um pouco da sua trajetória profissional, que

tinha cerca de 27 anos de atuação como advogado, que já havia trabalhado no Programa do Ratinho e que, antes disso, havia sido policial da Rota por muitos anos. E, entre mais algumas piadas, captava a atenção de todos ao seu redor com um discurso sobre a corrupção no país e a vontade de virar parlamentar para “consertar as coisas”, conforme afirmou, já que foi candidato a vereador e deputado, algumas vezes.

A juíza entra na sala, acompanhada do membro do Ministério Público e de outro serventuário da justiça. Passos firmes e em silêncio, aproxima-se de seu posto. Bem mais nova que o advogado, ela o fez cessar a fala com a sua chegada em plenário. A presença da juíza trouxe à sala silêncio, mas também inquietações, trocas de olhares entre os funcionários, reposicionamento dos corpos nas poltronas. Quase simultaneamente entrou o membro do Ministério Público, que rapidamente se posicionou junto a sua própria mesa, que contava com pilhas de papéis anotados, cópias do processo, um *vademecum* e uma caneta.

Após a realização do sorteio dos jurados e pronunciamento das normas de advertências e impedimentos assim como algumas regras do jogo, pela juíza, esta concedeu trinta minutos para que os jurados lessem a denúncia. A juíza também advertiu os jurados quanto à presença de uma equipe de reportagem que, autorizados pelo Tribunal de Justiça, encontravam-se ali para realizar filmagens da atuação do advogado de defesa.

Tratava-se da Equipe da agência de jornalismo investigativo, Agência Pública, uma organização sem fins lucrativos, pautada no jornalismo independente e cujas matérias são baseadas, no dizer da agência, na “defesa intransigente dos direitos humanos”⁸¹. A equipe era formada por dois jornalistas, uma mulher e um homem, brancos, aparentemente jovens. Fixados com uma câmera filmadora no canto esquerdo do auditório, filmaram toda a primeira parte da intervenção do advogado de defesa. A juíza informou que a autorização desses repórteres era restrita à atuação do advogado, estando estes proibidos de filmarem os jurados, os réus, o membro do Ministério Público, a própria juíza e os demais funcionários ali presentes.

Dos sete jurados escolhidos, quatro já haviam participado de júris anteriormente, conforme respondido no momento da escolha destes. A composição dos jurados restava com dois homens, um branco e um negro, os quais aparentavam ter menos de trinta anos, e cinco eram mulheres, quatro brancas e uma negra, todas aparentavam ter menos de cinquenta anos.

Decorrido o tempo dedicado à leitura da pronúncia pelos jurados, a juíza passa então a explicar brevemente a fase que resultou no inquérito policial da Polícia Civil. Feito isso, ela

⁸¹ Para saber mais: <https://apublica.org/quem-somos/> Acesso em 15 mai 2018.

chama a primeira testemunha a ser ouvida, a delegada que conduziu o inquérito policial, chamada pela juíza “Dra. Jamila Jorge Ferraz”. Da fala dela destaca-se que apesar dos fatos terem ocorrido no dia primeiro de janeiro, a mesma afirmou que o caso chegou oficialmente ao seu conhecimento dez dias após a confissão de Akira – ocorrida em 04 de janeiro de 2015 – e que o caso chegou a ela “de cima pra baixo”. Ainda em juízo, ela afirmou que ficou sabendo da referida confissão pela imprensa e, por conta disso, pediu para ouvi-los novamente. Segundo ela, todos os elementos coletados apontavam para uma execução.

A segunda testemunha a ser ouvida foi o 1º Ten PM César Henrique Fernandes, que atuou no caso no âmbito da Corregedoria da Polícia Militar e confirmou, dentre outras informações e à semelhança do que afirmara na fase de pronúncia, que filmou o depoimento do Sargento Akira em virtude de seu estado emocional, pois, segundo ele, Akira teria ido à Corregedoria acompanhado do pai (que também é pastor e teria orientado o filho à confissão). Como não é de costume um policial se prontificar a confessar uma conduta ilegal, Cesar Henrique resolveu gravar. A gravação à qual o tenente se referiu foi utilizada em plenário várias vezes, tanto pela defesa, quanto pela acusação. Em seguida foi ouvido Aleksander Teixeira, como terceira e última testemunha, o dono do carro que teria sido furtado e utilizado na ação dos assaltantes - ele afirmou que não seria capaz de reconhecer os assaltantes, já que no momento em que foi roubado estava escuro. Mas a juíza insiste e pergunta de forma mais direta: “o senhor se recorda se o assaltante era negro?”, ao que foi respondido: “quase negro, um mulato”, e completou “eles pareciam experientes, agiam com calma”, “pareciam saber o que estavam fazendo”.

Foi dispensado pelo promotor o testemunho da tenente Daniela Fernandes Okada, arrolada entre as testemunhas pela acusação e as demais testemunhas não estavam presentes. Isso fez com que o julgamento tivesse um ritmo acelerado, em relação a outros júris assistidos.

Em seguida, foi a vez do interrogatório do réu, que escolheu falar. Dentre o que lhe foi perguntado, respondeu que confirmava tudo que já havia dito até aquele dia, que realmente havia efetuado quatro disparos contra a vítima em legítima defesa. Empenhada no interrogatório, a juíza reelabora grande parte das perguntas já realizadas na fase de pronúncia. O policial afirmou ainda ter ficha limpa na corporação, ter pedido exoneração do cargo de policial militar, e estar atuando como gerente comercial após a saída do serviço público. Respondendo ao promotor, não sabia informar o resultado do processo administrativo do qual sua conduta foi objeto.

O advogado de defesa atuou se esforçando em elaborar questões que trouxessem informações a respeito da trajetória profissional do réu dentro da corporação, desde o dia em que ingressou na carreira até seu “último ato em defesa da farda”. O réu destacou, respondendo às questões feitas por seu advogado, todas as medalhas, láureas e méritos pessoais recebidos enquanto atuou como PM. Diferentemente do que foi observado em outros julgamentos, o réu não chorou. Manteve-se de cabeça erguida olhando nitidamente para sua frente.

Às 15h20 iniciaram-se os debates orais, por ordem da juíza. À essa altura, o auditório já não estava mais cheio. Os jurados dispensados não acompanharam o julgamento. Assim, encontravam-se naquele espaço cerca de vinte e seis pessoas, dentre as quais, na cena principal, a juíza, o promotor, os sete jurados, dois advogados de defesa, dois serventuários da justiça, o réu e um policial fardado (escolta), do outro lado, assistiam o julgamento, a pesquisadora, os dois jornalistas, sentados ao centro da primeira fileira de cadeiras. Na sequência, distribuídos entre a primeira e a segunda fileira, revezando as posições em vários momentos, havia quatro familiares do réu - dentre os quais, a mãe e o pai -, quatro estudantes de direito e três policiais fardados, em pé, na maior parte do tempo ao lado da porta de entrada do auditório. A família da vítima não apareceu durante o julgamento. Os dois irmãos de Vagner, mencionados e ouvidos na fase de elaboração do inquérito, não foram arrolados pelo Ministério Público na fase de julgamento pelo Tribunal do Júri. Os familiares da vítima também não constituíram assistente de acusação para acompanhar de perto o julgamento no tribunal do Júri, o qual representaria, independentemente da atuação do membro do Ministério Público, os interesses dos familiares da vítima.

A sessão foi suspensa das 15h38 por 20 min, como de praxe, para que os jurados fizessem uma pausa, fossem ao sanitário e tomassem um café. Na volta, o promotor saúda a juíza e os jurados, assim como os advogados de defesa, e destaca que, apesar da pouca experiência naquela vara - não ficou claro, se a inexperiência se referia àquela Vara especificamente, ou ao contexto do tribunal do júri-, ele iria dar o melhor de si para que “policial como aquele, que suja a farda que veste e desonra a corporação fosse devidamente punido”.

Para convencer os jurados, o membro do Ministério Público fez uso de todos os recursos quanto possível. Reproduziu por, pelo menos, quatro vezes o depoimento dado pelo Sgt. Akira na Corregedoria, não satisfeito, leu a transcrição do mesmo depoimento que estava presente nos autos, e utilizou, por várias vezes o desfecho do inquérito policial militar, o qual recomendava a expulsão dos policiais, isto é, para o promotor do caso o desfecho do processo de responsabilização administrativa era um argumento pró-condenação. A tese sustentada pela

acusação era de homicídio doloso qualificado por motivo torpe e por recurso que impossibilitou a defesa da vítima.

Mais uma pausa marca a sessão, dessa vez em um tempo bem menor, cerca de dez minutos.

A defesa do réu era composta por dois advogados, um principal (que se dirigia aos jurados, à juíza e ao público em geral), que já havia se apresentado antes mesmo do início oficial da sessão e outro, mais jovem, (que a todo tempo assessorava o primeiro). Era ele quem buscava as folhas e/ou imagens demandadas pelo outro advogado que atuava performaticamente frente ao Conselho de Sentença). A dupla apresentava-se de forma organizada. À mesa reservada para defesa observavam-se pastas e planilhas alinhadas, enumeradas. Uma lousa foi trazida pela defesa e utilizada para desenhos e outras representações gráficas que traduziam alguns argumentos técnico-jurídicos.

As saudações de praxe foram reforçadas na fala do advogado pela “felicidade de estar em um tribunal que é presidido por uma mulher” e ressalta, mais uma vez, suas experiências profissionais: “vinte e sete anos só de tribunal do júri”, por muitos anos policial militar integrante da ROTA e que, naquele papel, já havia, ele mesmo, sido absolvido por diversas vezes. Era “um cristão que serviu ao exército”. Continua as saudações aos jurados, ao Ministério Público e aos serventuários da justiça. E antes de iniciar, externa seus agradecimentos aos jurados, nominalmente, pelo papel que exerceriam naquele dia, ressaltando a importância da participação da população na democracia e do fato de os jurados estarem ali trabalhando de graça.

O advogado então inicia a defesa do réu promovendo uma série de acusações à instituição Ministério Público, destaca suas deficiências e afirma que o Ministério Público atua alimentado pela mídia. Afirmou ainda, que conhece vários casos que tiveram repercussão na imprensa graças ao Ministério Público, que teria “jogado na imprensa” e cita uma matéria do Portal G1, segundo a qual catorze policiais haviam sido denunciados pelo Ministério Público. E questionou, “como a mídia sabia disso?!” (o caso em referência ainda seria julgado, por aquela mesma vara). Passa em seguida a explicar os procedimentos administrativos. Naquele momento, os jurados pareciam concentrados. Olhavam fixamente para as explicações do advogado de defesa. Alguns chegavam a balançar a cabeça em concordância com algumas das falas do advogado.

O advogado então passou a ler alguns trechos do processo administrativo, sobretudo aqueles que confirmavam a versão afirmada por Djalma.

A principal tese da defesa desse réu era a legítima defesa. O policial reagiu às agressões injustas que poderia sofrer, tendo em vista que a vítima estaria armada e disparara tiros contra ele.

Em seguida, o advogado de defesa passa a descrever a vítima. Nesse momento afirma que as tatuagens utilizadas pela vítima teriam diversos significados, os quais iriam desde a representação de que ele seria assaltante de banco a matador de policial.

Após a réplica e a tréplica, onde MP e defesa puderam discutir suas teses sob os mesmos argumentos, os jurados votaram e absolveram o ex-policial Djalma Aparecido do Nascimento das duas imputações.

4.3.5.2.O júri de Marcos Akira

Quinze dias depois, teve início o julgamento de Marcos Akira em plenário do Júri.

No intervalo entre um júri e outro fora publicada a matéria produzida pela Agência Pública. Nela, os repórteres que estiveram presentes na cena do primeiro júri escreveram, não só sobre o aumento do número de mortes provocadas pela Polícia Militar no estado de São Paulo mas, sobretudo, a respeito de como atua um dos advogados, o mais reconhecido e o mais antigo, na defesa de policiais militares em casos de abordagens que terminaram em morte de civis. O texto publicado descreve a atuação do referido advogado antes e durante o júri do soldado Djalma, fazendo referência, inclusive, ao acesso que ele teve às pessoas que mais tarde viriam a ser jurados do caso.

Assim, quase quinze dias depois do primeiro júri e três dias após a publicação da matéria teve início o julgamento de Marcos Akira em plenário do Júri. Diferentemente do júri anterior, o acesso de pessoas à sala onde ocorreriam as audiências estava restrito. Fixado na entrada da sala seguia o pequeno cartaz: “ATENÇÃO SOMENTE AOS JURADOS É PERMITIDA A ENTRADA NO PLENÁRIO ANTES DO INÍCIO DA SESSÃO. FAMILIARES ESTAGIÁRIOS E DEMAIS PESSOAS DEVEM AGUARDAR A LIBERAÇÃO DO PLENÁRIO. FAVOR DESLIGAR CELULARES E OUTROS APARELHOS SONOROS”.

Autorizada a entrada do público externo, observava-se que os jurados já foram sorteados. Todos a postos. A juíza explica o procedimento no júri, lê a pronúncia e informa aos jurados o desfecho do júri anterior, pontuando a absolvição do soldado Djalma.

Aos jurados - quatro mulheres brancas e três homens, dentre os quais um é negro - são dados dez minutos para leitura direta da denúncia. Encerrado o tempo, as testemunhas passam a ser ouvidas.

A primeira a ser inquirida é a delegada que conduziu o caso, cujo testemunho é dado pela segunda vez em juízo, assim como, o tenente Cesar Henrique, que vem logo em seguida. Apesar da informação dada por este último não diferir muito em relação ao depoimento concedido anteriormente, nesse ele destaca porque resolveu gravar o depoimento dado pelo Sgt. Akira na Corregedoria: tratava-se de se resguardar. Explicou ele que a filmagem dos depoimentos concedidos na Corregedoria não é um padrão. Mas que naquela ocasião havia um componente diferente, já que não era comum que policiais se apresentassem voluntariamente para relatar infrações por eles mesmo praticadas. Quando questionado sobre a conclusão do IPM pela defesa do réu - o advogado aproveitou a ocasião para afirmar sua ignorância sobre o contexto militar e o papel de sua assessoria -, a testemunha afirmou que o resultado do processo conduzido pelo Conselho de Disciplina havia sido arquivado, tendo em vista que os dois PM investigados pediram exoneração.

Antes de concluir as questões dirigidas a essa testemunha, o advogado pergunta a respeito da garantia dos direitos de Akira no processo administrativo, ao que é informado que Akira só foi informado pela Corregedoria que poderia ter advogado ao final da sua fala, que foi espontânea. Informa ainda que, o procedimento de praxe é o policial após ser ouvido formalmente ser encaminhado ao PROAR, para onde vão os policiais que se envolvem em qualquer ocorrência grave desde acidente comum a casos de morte em serviço. Disse que não foi o que ocorreu com Akira. E completa, afirmando que Akira não passou pelo PROAR, ele foi recolhido disciplinarmente, mas deveria ter sido encaminhado (ao PROAR) no mesmo dia dos fatos.

Em seguida, é ouvido Rômulo Rezende Uzai, que na ocasião da abordagem era o motorista da viatura. Confirma os fatos relatados na delegacia e acrescenta que conheceu o réu há mais ou menos dez anos, que também ficou preso durante a fase de investigação e que, após os fatos do dia primeiro de janeiro, quando retornavam ao quartel não discutiram nada, não mencionaram nada sobre o caso enquanto estavam na viatura.

A última testemunha ouvida é a esposa de Akira, que traz um tom emotivo às narrativas até então elaboradas. Destaca em seu testemunho o tempo de casamento, a relação com o réu, os problemas de saúde de ambos, a experiência prisional. Nessa hora, o auditório já está vazio. Observa-se que além da pesquisadora não há outras pessoas, além daquelas em plenário: os jurados, que fitam fixamente a última testemunha, o promotor, a juíza, um policial, a defesa, formada por quatro advogados, e o réu.

Chega a hora do interrogatório do réu. Marcos Akira está aparentemente cabisbaixo, bem vestido - camisa, calça e sapato sociais. Fala baixo, em tom sereno e de forma detalhada. Conta que antes de atirar chegou a dialogar com Vagner, perguntou se ele morava lá.

Nitidamente constrangido, informa que depois de ter atirado em Vagner, informou ao COPOM que havia um indivíduo baleado. Ainda em plenário, assumiu que mentiu e afirma que estava buscando cobrir sua equipe para que “meu erro não respingasse sobre meus colegas”. Informa que do resultado do inquérito soube apenas que foi arquivado, mas não soube o desfecho. Tinha catorze anos de polícia. Ao final, conta que à época dos fatos passava por problemas cardíacos.

Os debates orais começaram às 15h53.

O membro do Ministério Público inicia saudando os diferentes profissionais ali presentes, a juíza, os jurados, os advogados e que vai cumprir os protocolos sem festejos, tendo em vista que o réu é um policial, profissão a qual o mesmo costuma render homenagens por seu papel na sociedade e, por ser a Polícia Militar, uma das instituições que ele mais respeita - inclusive porque tem parentes lá. Informa que sua arguição terá “precisão técnica”. Em seguida descreve brevemente o processo penal ao qual todos ali estariam submetidos. E sustenta a tese de homicídio doloso qualificado por motivo torpe e recurso que impossibilitou a defesa da vítima.

A defesa de Akira por sua vez não deixa clara a sua tese. Mas inicia explicando aos jurados em que consistem os procedimentos administrativos. Faz, nesse momento, uma série de correlações entre áreas administrativa e criminal, utilizando-se de um quadro branco cedido pelo fórum. Em seguida, fala do vazamento do caso para a mídia, critica a atuação da delegada no caso e, diferentemente da estratégia adotada pelo outro advogado, em relação ao outro réu, este advogado escolhe não falar da vítima e avisa, “sou cristão! não sou o advogado que fala que bandido deve morrer”, “vou discutir provas técnicas”, informa. Apresenta e discute o interrogatório a que o réu Djalma havia sido submetido, uma semana anterior ao julgamento no júri, na corregedoria, a partir das imagens filmadas e apresentadas em plenário. O advogado informa que há “uma certa rusga” entre a polícia militar e a polícia civil”, que para ele geralmente ocorre “quando uma polícia quer corrigir a outra de maneira exemplar”. No entanto, o advogado não faz uso das informações presentes dos diversos laudos periciais juntados aos autos do processo criminal.

O Ministério Público retorna, na réplica, às 18h20, exigindo dos jurados a condenação do réu e informa que a própria polícia militar havia feito a sua parte, mesmo sabendo que “não há instituição mais corporativa do que a Polícia Militar”.

Na tréplica os advogados parecem cansados ou menos confiantes. As falas agora reproduzem algumas considerações já feitas, algumas com a voz trêmula e até gaguejando para afirmar que Akira não deveria ser condenado já que “todos erraram”. Volta a apontar os problemas na apuração do fato, os perigos que os policiais correm diariamente, a interferência da mídia.

Pronta para encaminhar a votação dos jurados, a juíza lê os quesitos e informa as últimas orientações. A votação leva em torno de vinte minutos e a sentença é lida em plenário. O réu também é absolvido da condenação de homicídio doloso, mas condenado sobre a fraude processual, nos seguintes termos: “incurso no crime previsto no art. 347, parágrafo único, do Código Penal à pena total de 06 (seis) meses de detenção, em regime aberto, e 20 (vinte) dias-multa, no mínimo legal, ABSOLVENDO-O da demais imputação”. Ao réu ainda foi garantido o “benefício” de recorrer em liberdade, tendo em vista que o mesmo, segundo a própria sentença, não havia se evadido e compareceu espontaneamente a mais de uma sessão plenária designada, desde que teve a concessão da liberdade provisória.

Em ambos os casos o Ministério Público recorreu, ainda em audiência. Sob o fundamento de que as decisões dos jurados eram manifestamente contrárias à prova dos autos, o Ministério Público postulou a nulidade do julgamento, ao alegar que haviam provas suficientes para embasar a condenação de ambos os réus, nos dois crimes. No entanto, os desembargadores da 9ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo entenderam que os jurados decidiram com base na narrativa dos policiais, o que para aqueles julgadores não se mostrava uma “decisão de todo dissociada do complexo conjunto de informações colacionado aos autos, e esta convicção, firmada com fundamento no acervo probatório, não configura decisão manifestamente contrária à prova dos autos” (TJSP, 2018, p. 08). Por isso, negaram provimento ao recurso.

4.4. E O CIVIL?

Não foi possível identificar pedido ou requerimento dos familiares desse caso em ação reparatória de danos morais e materiais em âmbito civil, não obstante as buscas livres no Google, no portal eletrônico do Tribunal de Justiça de São Paulo (e-saj), junto ao Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria Pública de São Paulo. Não foi possível fazer

contato com familiares das vítimas através dos dados constantes nos próprios autos, tampouco foi possível realizar contato direto durante o julgamento dos policiais em plenário do júri tendo em vista que, apesar de arrolados num primeiro momento como testemunhas de acusação ainda na fase de pronúncia, foram dispensados na fase do júri pelo próprio promotor de justiça. Não se identificaram pedidos de desculpas do Comando-Geral da PM, nem do Secretário de Segurança Pública aos familiares das vítimas, tampouco foi autorizado por decreto o pagamento de indenizações, como aconteceu nos casos do publicitário e do motoboy.

Assim se deu a entrada e o trânsito dessa abordagem policial com resultado morte pelas diferentes instâncias, organizações e atores que compõe o sistema de justiça em São Paulo. Essa narrativa ganhará uma nova camada analítica que será explorada no próximo capítulo.

Quadro 2. Representação gráfica do fluxo processual do caso estudado

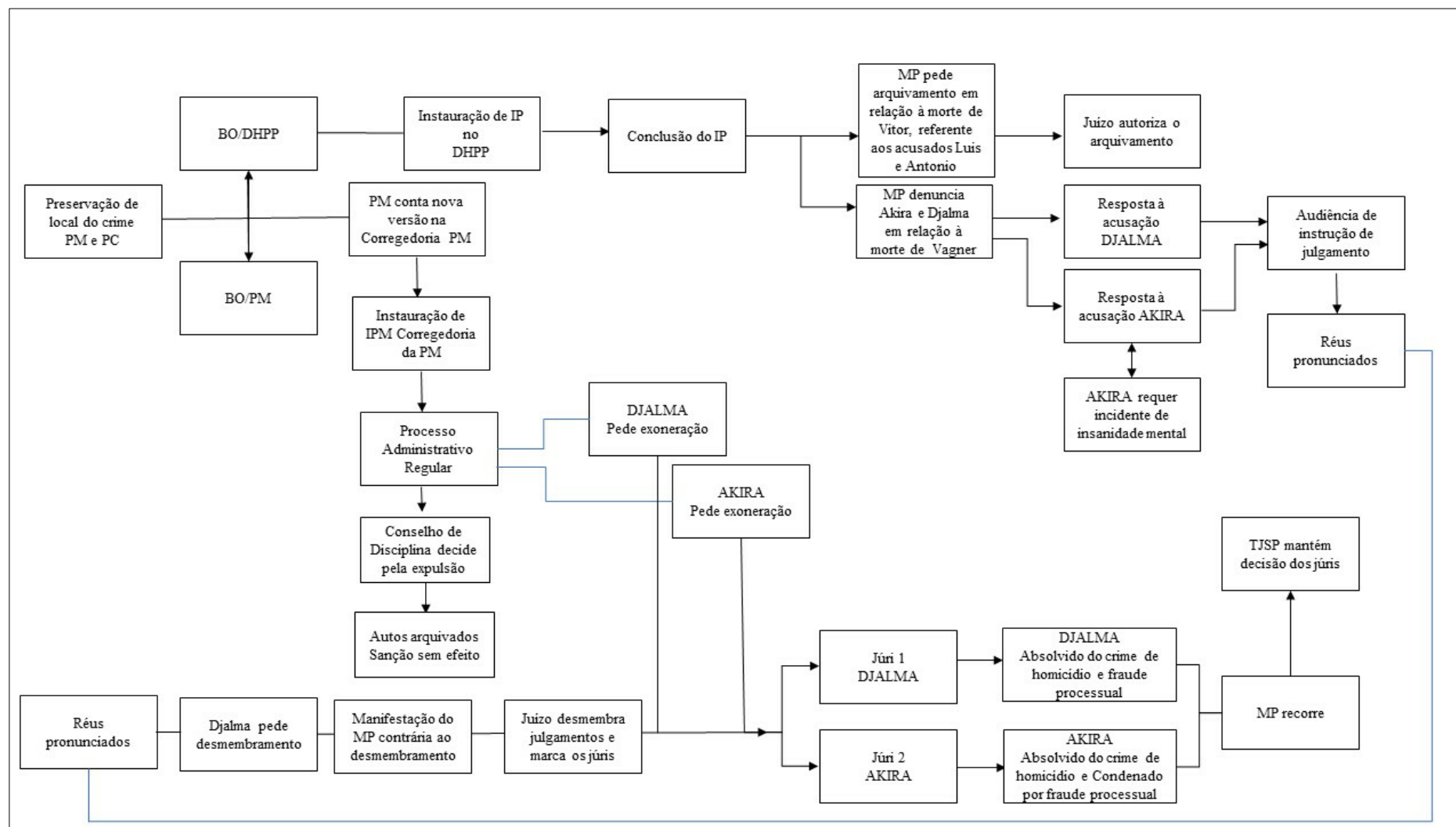


Imagem elaborada pela pesquisadora.

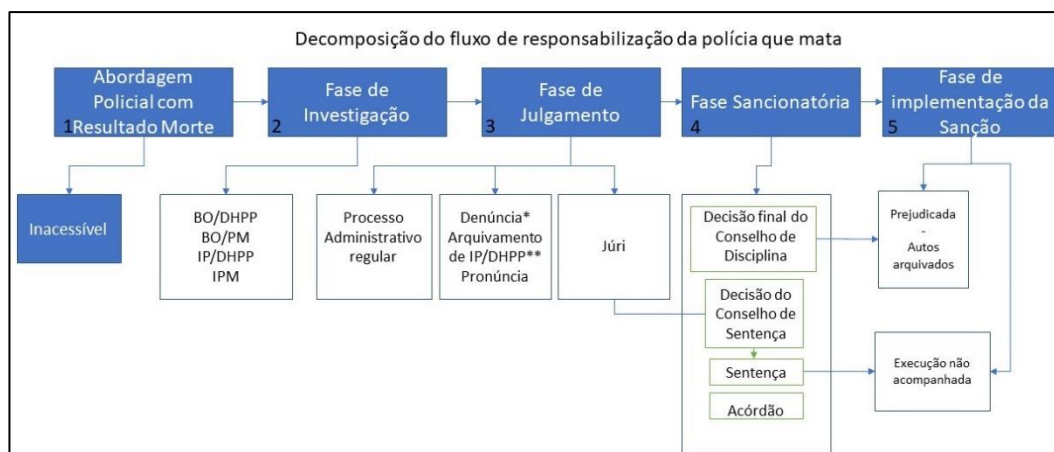
CAPÍTULO 5. DA POSSÍVEL RESPONSABILIZAÇÃO DO POLICIAL À BLINDAGEM DA POLÍCIA MILITAR

Esse capítulo será de cunho mais francamente analítico e conceitual, apresentará uma leitura mais teorizada dos acontecimentos, de acordo com o esforço de categorização operado pela pesquisadora. Para relembrar o(a) leitor(a), a pesquisa se propôs aferir os processos e seus inúmeros desdobramentos, com atores diferentes, na produção de respostas pelo sistema de justiça a respeito das *abordagens policiais com resultado morte*.

A observação sistemática do caso estudado permitiu notar aspectos tópicos referentes aos processos de responsabilização da polícia que mata na tríplice responsabilidade do direito e possibilitou a identificação dos recursos e mecanismos que viabilizaram as respostas do sistema de justiça. Essas, por sua vez, foram identificadas não só através das lentes oferecidas pelo próprio Sistema de Justiça/instituições, mas também por meio de elementos e lógicas que não necessariamente são organizados, parametrizados e “premeditados” pelo sistema de justiça. Assim, serão levadas em conta as diversas manifestações do sistema de justiça que podem ser consideradas como respostas, independentemente da sua formulação, entendida como “punição”, por parte do sistema.

Uma dessas manifestações é a existência do processo em si mesmo, o qual já constitui uma resposta do sistema de justiça ao caso. O fato de o caso ter ingressado no sistema de justiça, de ter havido imputações às condutas dos policiais militares em pelo menos duas esferas de responsabilização do sistema de justiça e ter havido pronunciamentos oficiais de órgãos legitimados pelo próprio sistema, constituem respostas dadas pelo mesmo. Estas oportunizaram uma análise sobre as demais reações do sistema de justiça, para além das respostas finais – expressas, diante do caso concreto, em termos de punição ou não punição. No quadro a seguir apresenta-se um mapa funcional com a decomposição do fluxo do processo de responsabilização, o qual corresponde a todos os atos decisórios e produção de documentos que possibilitaram que os policiais envolvidos na abordagem fossem, ou não, responsabilizados. A partir dele trabalham-se as outras respostas do sistema de justiça.

Quadro 3. Decomposição do fluxo de responsabilização observado a partir do caso



Elaboração da autora.

Seguindo as cinco fases explicitadas no quadro 3, tem-se:

- (1) Fase 1: a abordagem policial com resultado morte foi a primeira das etapas possíveis do processo de responsabilização considerada, uma vez que entende-se que os policiais militares são atores capazes de identificar condutas por si mesmo praticadas e violadoras de direitos humanos. Não há aqui a descrição de uma regra de conduta exercida por todos os policiais, mas o estudo realizado aqui mostrou que o caso só veio à tona porque um policial fez uma autoavaliação.
- (2) Fase 2: a fase de investigação, na qual houve uma rica produção documental, que contou com a participação de vários profissionais, desde o registro dos boletins de ocorrência à conclusão dos inquéritos policiais.
- (3) Fase 3: a fase de julgamento, que concentra a maior parte de atos judiciais e iniciou-se com a denúncia de parte dos policiais e a promoção de arquivamento em relação à outra parte, passando pela pronúncia e julgamento perante o tribunal do júri dos primeiros, contou também com abertura e conclusão do processo administrativo regular, o qual visou apurar as condutas dos réus perante a instituição Polícia Militar.
- (4) Fase 4: fase sancionatória, na qual foram impostas as respectivas sanções.
- (5) Fase 5: fase de implementação da sanção, em que houve a execução das respectivas sanções anteriormente impostas.

A observação dos processos de responsabilização e de seus respectivos desdobramentos permitiu notar que houveram, por um lado, respostas internas e juridicamente válidas do sistema de justiça à *abordagem policial com resultado morte* e, por outro, a “imunização” da polícia que mata em serviço, isto é, quais foram os elementos, recursos, disposições, comportamentos e estratégias – individual ou conjuntamente considerados –

mobilizadas por diferentes atores que permitiram uma resposta pelo sistema de justiça que garantiu a proteção da instituição policial. Dado que expressa, com certa ironia, um formalismo voltado para proteção do cidadão, por um lado, com um conteúdo efetivo não explicitado formalmente – aferido a posteriori – orientado recursivamente para proteção da instituição, por outro.

Para explicar esta estrutura paradoxal, este capítulo está dividido em cinco partes. Na primeira, apresentam-se os elementos que constituíram os pilares dos primeiros movimentos institucionais de apuração das condutas dos policiais militares envolvidos na abordagem que terminou nas mortes de cidadãos; na segunda, indicam-se os atores fundamentais para que os processos de responsabilização tivessem continuidade ao longo do fluxo processual, contrariando a tendência frequentemente apontada na literatura; na terceira parte, o foco volta-se para os mecanismos produtores de uma pretensa isenção da justiça em relação à desigualdade racial na qual o país está imerso, ocasião em que a aproximação com os estudos da Sociologia das Relações Raciais se mostrou indispensável; na quarta parte, explicita-se como se deram as interações entre as esferas de responsabilização; e, por fim, a quinta seção se dedicará, de forma mais detida, aos mecanismos jurídicos de proteção institucional a partir da noção de “lógica imunitária”, no qual serão analisados pontos específicos da legislação e das práticas observadas no caso estudado.

5.1. OS PILARES DA APURAÇÃO NOS PRIMEIROS MOVIMENTOS INSTITUCIONAIS EM RESPOSTA À ATUAÇÃO DOS POLICIAIS MILITARES

A análise dos documentos juntados aos autos do processo que tramitou na esfera criminal e das reportagens publicadas referentes ao fato, bem como das entrevistas formais e informais realizadas permitiu observar que a atividade de apuração dos fatos pelas agências de controle, tanto na PC, quanto na PM, está ancorada essencialmente nos elementos informativos extraídos do que é constatado visualmente no local dos fatos, do que é dito pelas testemunhas que presenciaram os fatos, e do que é escrito pelos responsáveis pela apuração e responsabilização dos policiais militares, essa última ação funcionou como um mecanismo de realimentação do fluxo processual, conforme será explicado com mais detalhes.

Cada uma dessas ações, ver, ouvir e escrever, teve uma importância e um peso diferentes nas tomadas de decisão da Polícia Civil, da Corregedoria da Polícia Militar, do Ministério Público e do Juízo, ao longo do fluxo processual. Neste sentido, foi possível notar

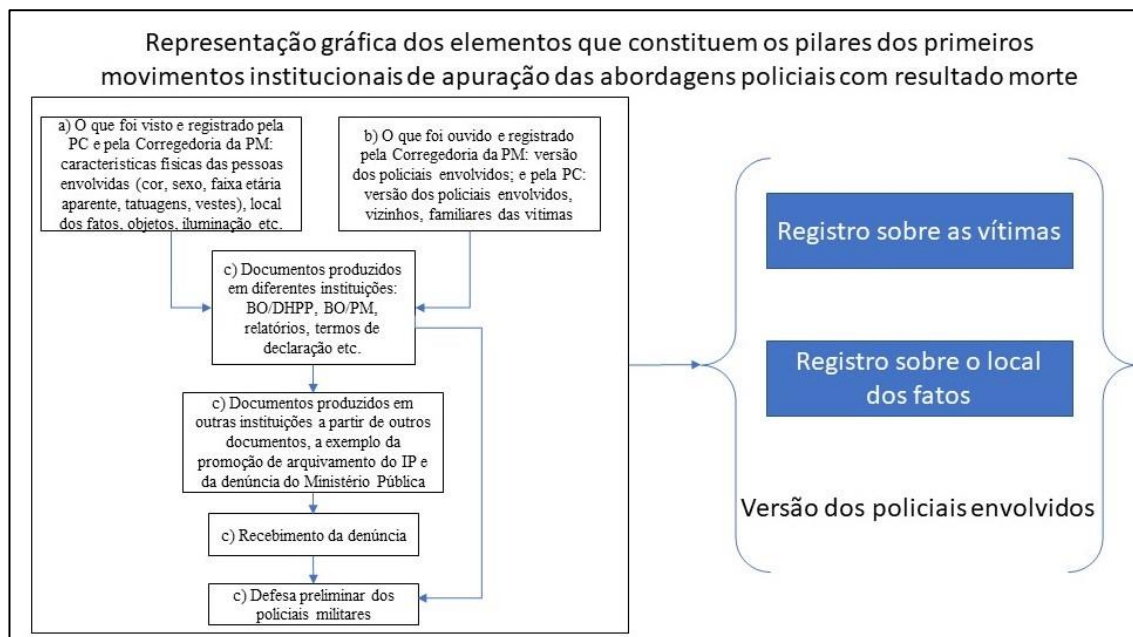
que muitos dos elementos informativos colhidos na fase de apuração reapareceram como elemento-chave em outras fases do fluxo processual de responsabilização.

O que foi visto pelos atores que apuraram os fatos, objetos, sujeitos, símbolos, sentidos, deu origem a vários documentos, a exemplo do BO/DHPP e do Relatório de Reconhecimento Visuográfica do Local de Crime, numa tentativa de reconstrução dos fatos que refletia a interpretação do que foi visto (sentido e cheirado) e das preconcepções dos agentes que elaboraram os documentos. Da mesma forma, o que foi ouvido, declarações dos sujeitos que presenciaram os fatos, policiais militares, ou familiares das vítimas, também foi reelaborado numa atividade interpretativa e registrado, dando origem a outra série de documentos, a exemplo dos termos de declaração, termos de oitiva, dentre outros.

Os documentos gerados como resultado do que foi visto e ouvido, deram origem a outros documentos, os quais também resultaram de interpretações, práticas, preconcepções e outras crenças a respeito do que foi lido. Essa verdadeira cadeia produtiva de “fatos”, “constatações” e “verdades” constituem a força motriz do fluxo processual de responsabilização da polícia que mata, conduz os agentes nas tomadas de decisão e justifica, inclusive, ações de atores que sequer ingressaram no fluxo processual, conforme será discutido nas próximas seções.

O trabalho de pesquisa com o material coletado e descrito no capítulo 1 permitiu notar que os “fatos” e “constatações” vistos e ouvidos, e posteriormente, interpretados e documentados foram essencialmente de duas ordens: o registro sobre as vítimas, por um lado, e o registro sobre o local dos fatos, por outro. Gráficamente, os primeiros movimentos institucionais podem ser representados da seguinte forma:

Quadro 4. Representação gráfica dos elementos que constituem os pilares da apuração



Elaboração da autora

No quadro anterior, é possível observar as principais fontes primárias de coleta de elementos informativos que conduziram a apuração da polícia civil e da corregedoria da polícia militar. À esquerda, encontra-se uma parte do fluxo processual constituído pelos elementos que são coletados e reproduzidos em documentos que, posteriormente, poderão dar origem a outros documentos, em outras instituições. À direita, em destaque, os elementos que constituem, os pilares de apuração, os quais, como se vê, são permeados – contaminados, influenciados, regados, regidos – pela versão dos policiais. Cada um desses dois elementos, destacados na imagem acima, será destrinchado nos próximos itens.

5.1.1. O registro sobre as “vítimas”

Como foi constatado na descrição, a imagem das vítimas é densamente trabalhada, em suas peças, pela polícia civil e pela polícia militar, as duas instituições responsáveis pelos primeiros registros da situação. Por fotografias ou narrativas orais, que foram reproduzidas em texto, as vítimas são detalhadamente descritas. Num primeiro momento, aparecem nesse grupo inclusive os policiais que participaram especificamente das abordagens que resultaram nas mortes.

A classificação feita pela Polícia Civil no BO/DHPP sobre os sujeitos envolvidos na ocorrência os organiza em: “Empresa/Vítima”, “Vítima”, “Testemunha”, “Declarante”, “Condutor”, “Autor/Vítima”. A partir da leitura e análise do referido documento foi possível identificar a configuração de três tipos de vítimas, constatadas em função da formalidade

imposta pela legislação para a elaboração dos primeiros registros oficiais, da organização interna da Polícia e das rotinas que emergem da própria prática profissional⁸² e cujas representações tiveram impactos no desenrolar do processo. São elas a “Empresa/Vítima”, “Vítima” e o “Autor/Vítima”.

- a) A “Empresa/Vítima”: é a vítima do primeiro fato que desencadeou a abordagem policial: o banco, vítima do assalto. Trata-se, neste caso, da pessoa jurídica Banco do Brasil. As informações elencadas restringem-se à qualificação civil dos indivíduos com relações de fato ou de direito com o banco, como o representante legal da empresa de segurança privada que prestava serviço de monitoramento da agência que teria sido atacada e do representante da gerência geral do Banco do Brasil. Assim, aparecem informações relativas ao nome, idade, estado civil, filiação, grau de instrução e profissão dessas pessoas, e o valor correspondente a mais de trinta mil reais que teriam sido recuperados na ação policial.

Percebeu-se que o registro sobre a existência dessa vítima não ocorreu apenas em função de uma obrigação imposta pela legislação⁸³ de elencar todos os atores envolvidos em determinada ocorrência. Afinal, além do roubo, ocorreu também um crime contra a vida – cuja apuração se daria de forma independente. O registro dessa vítima – em primeiro lugar no registro –, que a princípio não teria relação com as demais, na verdade, se deve ao fato que esta vítima acaba por justificar, garantir e autorizar a própria ação policial, organizando-a num plano lógico-temporal, na medida em que comunica para o receptor do documento a entrada da participação policial como algo legitimado pelas circunstâncias fáticas.

Por isso, é possível inferir que o registro dessa vítima forneceu elementos fundamentais para a caracterização das demais categorias de vítimas, tendo em vista que, sua descrição e a forma como ela aparece na narrativa dos policiais já permite que esses oscilem entre “vítimas” e “réus”.

É importante afirmar que essa categoria apareceu também em outros processos com os quais fez-se contato. Em muitos destes ela emergiu despersonalizada, isto é, não necessariamente foi uma pessoa física ou jurídica. Pode ser a própria sociedade, como no caso de ser o tráfico ou uso de drogas que origina a abordagem policial ou, ainda, vítimas de outro crime que mobiliza os policiais – até o momento da abordagem em si.

⁸² Reencontra-se aqui a trilogia de categorias cara a Monjardet (1996, p. 98).

⁸³ Conforme o Código de Processo Penal, art. 6º e art. 10, §1º.

O que interessa, enfim, é que esta primeira vítima, tende a desempenhar um papel de legitimação a priori da intervenção policial.

- b) A “vítima”: nesse grupo estão elencados, além do proprietário de um veículo que teria sido utilizado no assalto ao banco, nove policiais que teriam saído de seus respectivos batalhões para atender a ocorrência do roubo a banco.

Nota-se que nesse grupo não são mencionados os policiais que efetuaram os disparos que acertaram Vagner e Vitor. Esse grupo é formado por policiais que, apesar de terem entrado em suposto confronto com os assaltantes do banco, não produziram vítimas fatais. O BO/DHPP indica ainda que, dos nove policiais que estão nessa lista, três chegaram a disparar juntos um total de mais de setenta tiros.

A atribuição do rótulo de “vítima” a um grupo formado majoritariamente por policiais, para além de indicar o cumprimento de uma formalidade prevista em lei e o cumprimento de normas relativas à organização e à rotina referente ao registro de todos os sujeitos que de alguma forma participaram de determinada ocorrência, enseja um reforço da imagem de vítima dos policiais que efetivamente formaram um dos polos da relação jurídico-processual, ainda que o nome daqueles não estivessem listados na classificação nativa “vítima”.

Essa atribuição do signo “vítima” a um grupo formado majoritariamente por policiais cria uma espécie de antecipação dos efeitos que o significado desse signo pode produzir nas pessoas ao tomar conhecimento da descrição. Trata-se de pessoas comuns e leigas cuja previsão de participação num processo dessa natureza não está adstrita ao tribunal do júri (afinal de contas os familiares das vítimas também estão autorizados a participar) e demais sujeitos atuantes num processo com atribuições técnicas (escrivães, analistas, estagiários, juízes, promotores de justiça, defensores públicos); estes também, apesar da participação qualificada (pela formação ou pela tarefa desempenhada), não estão imunes aos efeitos simbólicos decorrentes do emprego daquele signo.

- c) O “Autor/vítima”: categoria apresentada no BO/DHPP para designar as pessoas que teriam participado diretamente da ocorrência específica de “morte decorrente de intervenção policial (RES. SSP 05-07/01/2013)”. Nesse grupo estão tanto os policiais que efetuaram disparos de arma de fogo, quanto as pessoas que foram acertadas pelos projéteis deflagrados pelos policiais.

Mas, apesar de constarem na mesma categoria, a descrição dos sujeitos forjada através da descrição de policiais e dos registros fotográficos nos permite diferenciar nitidamente

dois grupos. De um lado, os policiais, autores dos disparos letais, representados também, contudo, como vítimas de uma agressão que pôde merecer revide, numa leitura a priori. De outro lado, os civis que vieram a óbito pelos disparos dos policiais, representados também, contudo, como autores de uma agressão que pôde merecer revide, na mesma lógica. Portanto, dentro dessa categoria institucional, única, têm-se, contudo, dois grandes grupos.

O primeiro corresponde aos policiais, autores dos disparos letais, identificados no BO/DHPP em função da suposta ocorrência do crime de resistência. Em relação a eles, além de informações de nome, idade, naturalidade, idade, sexo, estado civil, endereço profissional, aparecem dados sobre a cútis do agente (este aspecto será tratado em item específico), bem como informações referentes ao batalhão e a função que exerce na equipe. Mas não consta nenhuma informação referente a eventuais lesões sofridas durante a ocorrência que apontem para a existência de confronto com troca de tiros entre os policiais e os suspeitos.

A imagem construída dos policiais reforça o fato de eles estarem exercendo uma atribuição legal, na realização de seu trabalho cotidiano no enfrentamento do crime. Vejam-se algumas expressões exemplificativas: “os policiais encontravam-se junto ao 63º D. P.” quando foram acionados; “ato contínuo, os militares passaram a realizar buscas na região com as respectivas viaturas”⁸⁴; “não obstante a ordem de parada, voltou-se na direção dos policiais e realizou três disparos”⁸⁵, referida a ação dos sujeitos que foram baleados em seguida. A inclusão dos policiais na categoria “Autor/vítima” permanece até a abertura oficial do inquérito policial da PC, quando então a confissão de um dos policiais na Corregedoria passa a ser o principal elemento informativo a guiar as investigações, colocando-o, na condição de réu.

Cabe frisar que o fato de os policiais deixarem de ser considerados vítimas formalmente ao longo dos procedimentos apuratórios, não significa que essa imagem não possa acompanhá-los em seguida, do ponto de vista simbólico ou representativo, e não tenha impactos reais ao longo do processo. A categoria “autor/vítima” instala um senso de dubiedade, no qual existe a possibilidade de concomitância entre polos opostos, o que permite que os policiais possam sustentar a posição de vítima até o final do processo penal, com a alegação de legítima defesa.

⁸⁴ Trecho extraído dos autos de nº de nº 0000645-44.2015.8.26.0052.

⁸⁵ Trecho extraído dos autos de nº de nº 0000645-44.2015.8.26.0052.

Ademais, o fato de eles serem formalmente enxergados institucionalmente como vítimas, ainda que de forma “provisória” – já que essa posição não foi confirmada após a instauração do processo criminal – não quer dizer que esses tenham saído ilesos daquela experiência, ou seja, desconstruir institucionalmente o “ser vítima” ao longo do processo não elimina os elementos de lesões subjetivas aos policiais envolvidos nessa abordagem, conforme aponta os trabalhos de Fernando Derenusson e Bernardo Jablonski (2010) e de Maria Cecília Minayo et al. (2011), ao discorrer sobre a saúde física e mental de policiais militares no exercício profissional e dos riscos inerentes à função.

De outro lado, nesta mesma categoria “autor/vítima”, têm-se as vítimas civis, alvejadas letalmente pelos policiais, pessoas que faleceram em virtude de ferimento causado por projétil deflagrado por policiais em circunstância de abordagem. Registradas como “vítimas fatais”, essas pessoas, por estarem ausentes, foram caracterizadas com base nas declarações de familiares, cujas presenças foram requeridas, ainda no local dos fatos, por policiais, alguns dos quais haviam participado da ocorrência.

Dessas vítimas, são registrados nome, idade, filiação, sexo. Sobre Vagner, há registro ainda de sua cutis preta e de sua profissão, pedreiro, e de seu grau de instrução, 2º grau completo. De Vitor, há registro também de sua cutis, parda e de seu grau de instrução, 2º grau completo, no entanto, não há registro de profissão. Por ocuparem o lugar de vítima ao longo do processo, a imagem de Vitor e Vagner é constantemente retrabalhada. Há fotografias dos corpos, exames e laudos técnicos a respeito de características físicas, como a cor, presença de tatuagem, e descrição destas, a altura, as circunstâncias em que o corpo foi encontrado, o de Vitor, no Hospital, e o de Vagner, ainda no local dos fatos.

É possível notar ainda que a indicação “autor/vítima” em relação a essas vítimas vem acompanhada majoritariamente de termos que reforçam mais a imagem de autor de um delito do que de vítima. Como exemplo cabe citar o trecho em que o BO/DHPP elenca os objetos que teriam sido encontrados com Vagner:

ao lado do autor/vítima fatal encontrava-se o revólver calibre 32 Long CTG, marca determinada, n. 315014, capacidade para seis cartuchos, municiado com três cartuchos íntegros, deflagrados e um picotado. Próximo aos pés foi encontrada touca preta (balaclava). Fora do imóvel, foi encontrado um par de luvas (uma junto a entrada e outra do lado oposto da via)⁸⁶.

⁸⁶ Trecho extraído dos autos de nº de nº 0000645-44.2015.8.26.0052.

Assim, cabe sintetizar o detalhamento analítico dos elementos diferenciados que constituem a categoria nativa “vítima”, através do seguinte quadro:

Quadro 5. As vítimas do caso

Categoria	Componentes	Função
“Empresa/Vítima”	Banco	Contextualiza o conflito e justifica a ação policial inicial
“Vítima”	Proprietário de veículo roubado e nove policiais que participaram da ocorrência	Insere os policiais que ocuparão a posição de acusado/réu em contexto de vitimização.
“Autor/vítima”	Civis vítimas fatais	Instaura a dubiedade e permite a construção da tese de legítima defesa.
	Policiais militares cujos disparos acertaram as vítimas fatais	

Elaboração da autora.

5.1.2. O registro sobre o local dos fatos

O segundo elemento que emergiu como fundamental à reconstrução dos fatos, pelos primeiros atores do sistema de justiça engajados nesta tarefa, foi a descrição da área na qual a abordagem policial com resultado morte ocorreu. O registro do palco dos acontecimentos também foi construído em função do que foi visto, ouvido e interpretado pela Polícia Civil e pela Corregedoria da Polícia Militar. Abrangeu toda a área que incorporou elementos de natureza geográfica, física e técnico-criminal. Nesse item, faz-se uma breve exposição do que consistiu o local dos fatos, suas representações, sua importância objetiva e os elementos informativos por ele fornecidos.

O “local de crime” foi uma zona identificada nos relatórios de exames periciais e definida em função do trabalho de investigação da polícia civil. Sua constituição, como se observa dos registros indicados na Reconhecimento Visuográfica do Local de Crime – espécie de relatório produzido pelo delegado, por um escrivão e dois papiloscopistas, que registra as características do local dos fatos e das vítimas no momento em que os referidos profissionais chegaram ao local do crime – está ligada ao raio delimitado pelos profissionais que fizeram a perícia do local do crime.

Assim, do ponto de vista prático, a delimitação e a relevância dessa zona está relacionada aos elementos informativos que ela trouxe para o BO/DHPP, para o inquérito e para o próprio processo penal. O *local de crime* circunscrito pelos peritos se estendeu além da área estrita correspondente aos metros quadrados que delimitaram a distância que separou os policiais que atiraram nos civis alvejados, para englobar “o local dos fatos”, que num primeiro momento correspondeu às ruas Erva de Carpinteiro e Erva de Ovelha, e depois passou a se dividir em “local dos fatos mediato” – a via pública –, e “local dos fatos imediato interno” – a casa na qual o corpo de Vagner foi encontrado.

Sobre a via pública onde se deu a morte de Vítor – que já se encontrava no momento da perícia “com saco de cadáver no necrotério do Hospital” para o qual fora encaminhado – o documento indica que essa tinha relevo plano, que era noite no momento dos fatos, mas que a mesma encontrava-se com iluminação pública. Indica ainda a presença de curiosos, da imprensa e a informação, aparentemente contraditória, de que não havia “evidências que o autor moveu o corpo do local da morte para o local atual”, já que esse mesmo documento trazia a informação de que o corpo de Vítor já se encontrava num necrotério.

Sobre o *local de crime* correspondente à morte de Vagner foram encontrados vestígios de sangue da vítima no chão e na parede do quarto, marcas de tiro na parede e na porta. Também há a informação de que haviam se passado seis horas desde que havia ocorrido a morte, dado o estado de conservação e a temperatura do corpo de Vagner, que fora encontrado descoberto, sem estado de rigidez, sem indícios de tortura e não inchado, segundo o documento. Nessa zona, foi encontrado um farto material biológico – já que o corpo da vítima não foi removido para hospital e os objetos que supostamente foram utilizados por aquela na execução do crime de resistência ou do crime anterior (no caso narrado, o roubo ao banco) –, os quais foram identificados e explorados ao longo de todo o processo por peritos, na fase de investigação, e por promotores e defensores, sobretudo na fase de júri.

O local de crime forneceu materiais imprescindíveis para formação de elementos informativos de caráter químico, físico e biológico, que foram explorados posteriormente no tribunal do júri. Foi através dos elementos informativos coletados nessa zona que foi possível ao defensor de um dos policiais afirmar em plenário do júri que as tatuagens de Vagner revelavam que o mesmo era “envolvido com o mundo do crime”. Esses elementos deram também aos jurados a oportunidade de observarem, através de fotos, a posição em que o corpo foi encontrado e o estado em que se encontrava a casa após a ocorrência do fato, e aos peritos a possibilidade de saber se havia pólvora nas mãos dos jovens baleados, só para citar alguns exemplos.

Na literatura e na legislação, a noção de “local de crime” ainda é pouco explorada conceitualmente. O termo é utilizado de forma genérica na legislação nacional⁸⁷ e foi conceituado por Eraldo Rabello (1996) como uma porção do espaço compreendida entre o

⁸⁷ Código de Processo Penal faz referência ao local do crime, acompanhada da necessidade de sua preservação, sem maiores detalhes. “Art. 16. Para o efeito de exame do local onde houver sido praticada a infração, a autoridade providenciará imediatamente para que não se altere o estado das coisas até a chegada dos peritos, que poderão instruir seus laudos com fotografias, desenhos ou esquemas elucidativos. Parágrafo único. Os peritos registrarão, no laudo, as alterações do estado das coisas e discutirão, no relatório, as consequências dessas alterações na dinâmica dos fatos”.

ponto em que o fato é constatado e se estende ao ponto em que hajam sido praticados todos os atos concorrentes à consumação do delito. Na prática, aparece como uma zona sem delimitações físicas precisamente definidas, não podendo ser mensurado apenas em relação à zona onde ocorreu o disparo de arma de fogo.

Notou-se ainda que o local dos fatos também foi registrado em função da narrativa dos policiais envolvidos na ocorrência, especialmente, quando aqueles descreviam o espaço físico com o qual tiveram contato.

Essa microrregião, mais restrita, refere-se ao ambiente físico/arquitetônico em que os fatos se desenrolaram. Portanto, não se trata de uma mera redução do “local de crime”, apesar desse ser englobado por aquele. Mas de uma zona que fornece elementos informativos relativamente autônomos em relação ao local dos fatos.

O espaço físico foi registrado em função de ações que foram atribuídas, pelos policiais, às vítimas letais. Essa zona apareceu com bastante ênfase nas falas dos policiais, sobretudo no momento em que eles próprios sustentavam a legítima defesa. O espaço físico funciona como um fio condutor das narrativas, ou melhor, como um palco que lhes dá sentidos adicionais, tanto no BO/DHPP, quanto, mais tarde, em juízo. Foi a partir da caracterização do espaço físico na narração dos policiais, a respeito da disposição dos corpos no decorrer da abordagem, que emergiram as principais contradições na versão dos policiais sobre os fatos, apontadas posteriormente pelo membro do Ministério Público. A exposição a respeito da tese de defesa dos policiais será realizada em item específico.

A descrição do espaço físico conta com a informação referente à posição em que estava a vítima quando foi avistada pelos policiais, a iluminação do local e o grau de visibilidade que os policiais tinham, o que estava em seu campo de visão, o que/quais objetos encontravam-se entre os policiais e as vítimas, as disposições dos móveis, os caminhos percorridos para entrar e sair do lugar, informando se a vítima já estava ferida no momento do suposto confronto. Para ilustrar, segue um trecho das declarações de um dos policiais militares que se envolveu diretamente na morte de Vitor, no qual, ele, ao narrar a circunstância que indicaria a agressão injusta a sua equipe, mapeia oralmente o local dos fatos:

(...) momento em que mais abaixo, na Rua Erva do Carpinteiro, avistaram um indivíduo passando uma arma longa (possivelmente um fuzil) para um outro indivíduo que se encontrava em uma moto de cor escura de baixa cilindrada, não sendo possível anotar às placas; que foi verbalizado aos indivíduos que se entregassem, ao que o indivíduo da moto evadiu-se, descendo a citada rua, e o indivíduo que passava a arma longa evadiu-se à pé, subindo a rua (no sentido da Av. Pires do Rio); que a equipe passou a fazer o breve

acompanhamento (a pé) do indivíduo que fugiu à pé, o qual parecia que estava ferido, pois deixava um rastro de sangue (...) ⁸⁸.

O mesmo acontece na narração da morte de Vagner, conforme pode-se observar no trecho abaixo:

(...) que logo que entraram no terreno verificaram que se tratavam de várias casas e averiguaram as casas sendo que no fundo do terreno há uma casa térrea onde nada de anormal foi encontrado, ao que foram visualizar a casa superior e viram que a porta estava fechada, mas uma das janelas estava aberta; que a fim de verificar o imóvel chamaram pelos moradores e como não tiveram resposta entraram pela janela, se dirigiram ao banheiro, cozinha e sala, momento em que chegaram no quarto, e as luzes estavam apagadas, viram escondido atrás da cama um indivíduo, sendo que lhe foi verbalizado para que o mesmo se entregasse, então este indivíduo se levantou de arma em punho e efetuou disparos na direção da equipe (...) ⁸⁹.

O mesmo local e a mesma circunstância são descritos com ainda mais detalhes no depoimento dado pelo mesmo policial na Corregedoria:

Ao subir a escada que levava ao pavimento superior da residência pela parte externa da mesma, avistou uma janela aberta, testou abrir a porta, juntamente com Sd PM Djalma, porém esta encontrava-se trancada. Chamamos por moradores, todavia não obtida resposta do interior da residência, neste momento entrei pela janela da sala, que encontrava-se visivelmente aberta, Não sabendo o quanto e abri a porta da sala para a entrada do Sd PM Djalma. Foi vistoriado a cozinha, seguido pelo banheiro, sala e no momento que entramos no quarto, o Sd PM Djalma avançou à frente e avistou um indivíduo escondido atrás cama que estava próxima a parede, neste momento o Sd Djalma recuou até a porta do quarto, ficando ao meu lado e avisou que havia um homem escondido naquele cômodo. Simultaneamente ao Sd PM Djalma até a porta, o indivíduo já foi levantando e se apresentando de forma a gesticular e dizia "Senhor, de boa, de boa" não sabendo precisar as palavras utilizadas pelo abordado" (...) ⁹⁰.

Vê-se que aqui, a descrição e a caracterização do local dos fatos teve uma dimensão muito mais dinâmica e rica. O espaço físico descrito funcionou como condutor da narrativa, permitindo que o narrador organizasse espacialmente suas ações e as dos demais personagens. Os elementos informativos daqui advindos foram fundamentais à elaboração da tese de defesa dos policiais e de sua respectiva refutação. Observe que a natureza das informações que foram coletadas foram diversas daquelas documentadas pelos peritos. Na descrição do local dos fatos pelos próprios policiais predomina-se a natureza arquitetônica e física, porém, não menos importante à engrenagem do processo.

⁸⁸ Trecho atribuído a Prado, coletado no BO/DHPP, juntado aos autos de nº 0000645-44.2015.8.26.0052, p. 36.

⁸⁹ Trecho atribuído a Akira, coletado no BO/DHPP, juntado aos autos de nº 0000645-44.2015.8.26.0052, p. 41.

⁹⁰ Trecho atribuído a Akira, coletado no auto de qualificação e interrogatório nº CorregPM-001/136/2015, juntado aos autos de nº 0000645-44.2015.8.26.0052.

Na revisão de literatura, não foram identificados registros que atribuísem ao local dos fatos um papel privilegiado na coleta de elementos informativos para os processos de responsabilização. A descrição do espaço físico é corriqueiramente ignorada pela literatura em comparação com o local de crime, dado que os elementos informativos desse último são quase todos palpáveis, visíveis ou mensuráveis, enquanto o local dos fatos ganha relevância porque a sustentação da legítima defesa ancora-se justamente na projeção dessa zona feita pelos policiais militares no momento da narração da dinâmica dos fatos, sua importância evidencia-se, portanto, e ainda, no plano linguístico.

Por fim, cabe ainda frisar a localização geográfica do local dos fatos, que também é registrada. Essa correspondeu ao bairro ou região na qual o espaço físico se localiza. Essa informação atua sobretudo no plano simbólico e se relaciona à história, à conjuntura e ao contexto social, político e racial – e seus respectivos conflitos locais – de cada cidade. No caso em análise, os fatos ocorreram na localidade conhecida por Vila Jacuí, zona leste, em local descrito como “região onde predominam imóveis de natureza comercial de médio padrão socioeconômico”, informações que foram constantemente exploradas no júri, quando o membro do Ministério Público buscava construir o argumento de que aquilo que ocorreu com as vítimas poderia ter ocorrido com quaisquer das pessoas que se encontravam naquele plenário, ou seja, trazendo a dimensão espacial em sua relação com a dimensão social e, quiçá, racial.

5.1.3. A preeminência e a difusão da versão dos policiais militares

A versão dos policiais militares sobre os fatos emerge ao longo de todo o processo de responsabilização como uma entidade autônoma, que é capaz de gerar, por si mesma, elementos informativos e “gatilho processual”. Ao mesmo tempo em que se configura como um guia e/ou impulso para as primeiras ações institucionais de registro dos fatos, sem necessariamente haver movimentos de apuração, ela também se mostra viva no conteúdo dos pilares de sustentação dos primeiros movimentos institucionais de apuração e de responsabilização. Nesse item, apresenta-se, sempre a título de hipótese, como e porque os relatos dos policiais militares sobre os fatos tiveram um papel central na reconstrução dos fatos e no desenrolar dos processos de responsabilização observados.

A reconstrução da situação durante a investigação e em juízo foi feita também através de relatos das pessoas que a vivenciaram ou estiveram presentes na hora dos fatos no mesmo espaço físico que as vítimas. A versão dos policiais apareceu documentada no mesmo dia em que os fatos ocorreram. Essa foi descrita no BO/DHPP, nos autos dos inquéritos civil e militar e na denúncia, bem como, obviamente, na defesa dos policiais em todas as demais etapas.

Nas fases preliminares foram as versões que mais predominaram, não só porque esses encontravam-se fisicamente aptos a contá-las em detalhes (porque são os únicos vivos que estavam presentes no conjunto da cena), mas também porque estes estavam em maior número, instalando-se, assim, nesse primeiro momento, um vazio no que corresponde à versão das vítimas letais. Outro fator revelador da preeminência da versão dos policiais é que essas são constantemente reproduzidas umas pelas outras, às vezes até literalmente. As teses construídas a partir dessas versões serão analisadas em tópico específico, mas já vale a pena relacionar a primazia e a recorrência com que essas versões são reproduzidas nos autos dos procedimentos.

Encontra-se a noção de “narrativa-padrão” dos estudos de Michel Misse et al. (2011, 2013), para quem “[a] narrativa-padrão é construída de maneira a afirmar que os ‘bandidos’ teriam sempre atirado antes dos policiais, enquadrando os homicídios em uma situação legal de revide à ‘injusta agressão’” (MISSE ET AL. 2011, p. 35). Para os autores, a versão dos policiais prevalece em função da “fé pública”, a qual seria depositada nos agentes policiais enquanto servidores do Estado. Nesse sentido, afirmam os autores

os homicídios registrados sob a rubrica dos “autos de resistência” não são devidamente investigados, havendo uma tendência hegemônica ao arquivamento, marcada pela preponderância da versão policial original fundamentada em não mais do que a “fé pública” depositada nesses agentes e formulações depreciativas sobre a conduta das vítimas.” (MISSE ET AL., 2011, p. 135).

Neste sentido, para os autores, a “fé pública” funcionaria, dentro da narrativa-padrão, como um elemento central na construção da culpabilidade antecipada da vítima pelo próprio óbito, o que Michel Misse (1999) chama de “sujeição criminal”⁹¹.

Apesar de a identidade das versões também ter sido observada no presente estudo, a presença ou manifestação de fé pública não explicaria a preeminência dessas versões, tendo em vista que a presunção de veracidade dada a atos realizados por servidores públicos em virtude de função ou ofício exercido é relativa, sobretudo no que concerne ao momento de apuração daquele ato pelo próprio Estado. Assim, o fato de serem reproduzidas umas pelas outras não explica a adesão de quem apura ou investiga essas versões.

De qualquer forma, observou-se que os relatos dos policiais seja por estarem em maior número, seja por serem contados por pessoas que estavam no momento do fato, ou por presunção de fé pública, parecem fornecer plausibilidade ao que é narrado, de modo que as considerações feitas por estes foram ponderadas na conclusão do BO/DHPP.

⁹¹ A sujeição criminal seria uma “antecipação do processo de incriminação do sujeito morto, na qual sua identidade é pré-vinculada à conduta criminosa” (MISSE ET AL. 2011, p. 36).

Assim, três dias após a abordagem policial com resultado morte, ainda não havia instauração de procedimento disciplinar na corregedoria, tampouco instauração de inquérito policial para apuração do caso na esfera criminal. Com base nos elementos informativos colhidos, até antes da divulgação em veículos de comunicação de massa da nova versão dada por um dos policiais envolvidos, o BO/DHPP concluía pela legalidade da atuação dos policiais militares envolvidos na referida abordagem:

Diante dos trabalhos preliminares realizados e dos elementos colhidos, constata-se que os autores/vítimas fatais participaram do delito perpetrado contra o Banco do Brasil (encontro de luvas, balaclavas, etc). E, no que tange as condutas dos policiais militares, não foram verificadas irregularidades, encontrando-se amparadas por causa excludente de ilicitude. Destarte, foi instaurado inquérito policial para a cabal apuração dos fatos, cujos autos serão encaminhados à delegacia competente deste departamento⁹².

Nota-se, portanto, que os elementos informativos que conduziram à conclusão do BO/DHPP baseiam-se essencialmente na versão dos policiais e nos objetos que teriam sido encontrados no local do crime e/ou em poder das vítimas, apesar da existência da informação constante no próprio BO/DHPP de que os policiais, em conjunto, haviam realizado noventa e nove disparos de arma de fogo e de que não haviam testemunhas presenciais do confronto.

Como se viu, a versão dos policiais militares que participaram de confrontos com ou sem vítimas fatais, a respeito dos fatos, interagiu com outros elementos informativos de maneira difusa e preponderante. Ela se irradia por entre os pilares que sustentam os primeiros movimentos institucionais de apuração dos fatos, constituindo fonte de coleta de informações autônoma e prevalecente sobre outras.

5.2. ATORES FUNDAMENTAIS PARA QUE O PROCESSO TIVESSE SOBREVIVIDO

Após a confissão de um dos policiais, uma série de desdobramentos procedimentais se desencadeou nas esferas criminal e administrativa, já que na esfera civil, vale salientar, não foi possível a identificação de utilização de mecanismos jurídicos para aferição de culpa dos policiais, ou seja, as instituições que buscavam a apuração dos fatos entenderam, logo nos primeiros movimentos, que não se tratava de apuração de culpa estrita dos policiais baseada em eventuais ações precipitadas, sem a devida cautela, ou ignorando qualquer conhecimento

⁹² Trecho das conclusões do BO/DHPP, extraído do processo em que foi juntado, nos autos de nº 0000645-44.2015.8.26.0052

técnico essencial ao exercício da profissão – elementos levantados pela legislação que poderiam caracterizar uma eventual conduta culposa.

Para que os processos tivessem uma “sobrevida” a participação de alguns atores foi fundamental. Além de atores internos ao Direito, aqueles cujas atuações estão previstas em lei, como o delegado, o promotor de justiça, juiz, autoridade militar, o envolvimento direto de atores externos, cujas ações repercutiram sobre a atuação dos atores internos, possibilitou a mobilização de mecanismos jurídicos para deflagração dos procedimentos. Portanto, não foi suficiente que houvesse uma intervenção policial com resultado morte para que os processos fossem iniciados e prosseguissem ao longo do fluxo processual.

Internamente, não obstante as atuações das autoridades responsáveis pelos primeiros mecanismos jurídicos de apuração do caso, a confissão do policial, ou a mera tentativa de mudança na versão inicial, foi um componente fundamental para que o caso se desenvolvesse ao longo do fluxo. Conforme descrito na narrativa do caso, até a confissão de um dos policiais na corregedoria da polícia militar, não existia procedimento disciplinar na corregedoria, nem pedido de prisão provisória nos autos para viabilizar a investigação no inquérito, o que sugere que no cotidiano das instituições que apuram e responsabilizam os agentes em suas respectivas áreas, o uso de mecanismos de responsabilização não é corriqueiramente mobilizado, conforme indicado no depoimento do tenente que conduziu a oitiva das declarações dadas por Akira na Corregedoria da Polícia Militar, e que culminou na abertura do respectivo procedimento disciplinar.

Assim, além da referida confissão constituir um “pulso” autônomo de mobilização dos mecanismos jurídicos de responsabilização, ela evidenciou um reforço da hipótese segundo a qual a fala dos policiais goza de preeminência entre os demais elementos informativos colhidos ao longo do processo investigatório. Essa hipótese também é reforçada pelos argumentos que levaram ao indiciamento formal dos acusados, conforme o “despacho de fundamentação de indiciamento”, documento datado de 21 de janeiro de 2015 e assinado pela delegada de polícia responsável:

(...) 2.Com fulcro nos preceitos normativos estatuídos na Portaria D.G. PNº18/98, combinado com os estatuídos na Constituição Federal República e no Código de Processo Penal, conjugado aos elementos fáticos probatórios carreados no bojo destes autos de Inquérito Policial, **principalmente através da confissão do Policial Militar 2º Sargento Marcos Akira Rodrigues Teixeira do 2º BPM/M ouvido na Corregedoria da Polícia Militar, onde afirma que adulterou a cena do crime e admite ter atirado em Vagner de Sousa Ribeiro suspeito de ter participado na Explosão do Caixa Eletrônico do Banco do Brasil, além de apontar que a arma encontrada em poder da vítima foi trazida pelo seu colega Djalma Aparecido do**

Nascimento Júnior- bem como afirma que Djalma também atirou na vítima executando-o sumariamente, sem chance de defesa, reputo presentes os pressupostos autorizadores do indiciamento de ambos os investigados. Assim, convicta esta Autoridade Policial da responsabilização penal (...) ⁹³ (grifos nossos).

Portanto, o indiciamento dos acusados, que se dá vinte dias após a ocorrência do fato, ocorre principalmente em função da confissão de um dos policiais que havia efetivamente participado da ocorrência que vitimou Vagner.

Além da confissão, a atuação de dois importantes atores externos aos processos de responsabilização contribuiu para que esses tivessem início: os familiares das vítimas e a mídia.

Apesar das atribuições constitucionais e legais conferidas aos atores individuais e institucionais, a apuração das mortes de Vitor e de Vagner dependeu da atuação de seus familiares. No caso de Vagner, há registros documentais da participação de seus irmãos, na condição de depoentes, no processo.

Na ocasião, os familiares de Vagner foram os principais responsáveis pelo reconhecimento da existência civil da vítima em juízo, isto é, através deles foi possível saber a identificação da mesma, suas características físicas e a profissão, as relações de afeto construídas por Vagner com seu irmão e com sua namorada.

Na delegacia, ao afirmar que seu irmão [Vagner] não tinha passagem pela polícia, requisito que aparece com frequência como elemento de justificativa para ações policiais letais conforme será apresentado mais adiante, o irmão de Vagner é confrontado de uma maneira sutil pelo escrivão, que assim registra a fala do depoente: “Vagner não tinha passagem pela polícia, nunca foi preso ou apreendido e nunca se envolveu com crime, ‘foi uma surpresa para todos nós quando soubemos destes fatos’ *sic*” ⁹⁴.

A expressão grafada pelo escrivão ao final da frase, em regra, é utilizada na língua portuguesa para indicar ao leitor/interlocutor que uma palavra ou expressão está literalmente reproduzida, por errada ou estranha que seja ou pareça a quem escreve (ABREU, 2013). Como não há erros gramaticais ou de ortografia no trecho, pode-se entender que o serventuário da justiça que escreveu o relato expressou, de forma indireta e sutil, uma discordância ou insatisfação com o fato do familiar da vítima ter afirmado estar surpreso com os fatos que desencadearam na morte de seu irmão.

A participação dos familiares produz uma espécie de humanização das vítimas, a qual pode ser observada também nas falas e no engajamento do avô de Vitor. Através dele, tem-se

⁹³ Trecho extraído das folhas 246 dos autos de nº 0000645-44.2015.8.26.0052.

⁹⁴ Trecho extraído dos autos de nº de nº 0000645-44.2015.8.26.0052. Documento produzido por escrivão de polícia.

a informação da idade, da profissão, do endereço, da condição de neto, pai e companheiro da vítima, assim como, a informação de que Vitor não tinha passagem pela polícia e “não tinha envolvimento com entorpecentes”. É ele também quem cogita que houve execução sumária de seu neto pelos policiais militares naquela noite do dia primeiro.

Ao ser questionado durante depoimento na delegacia, sobre o que sabia dos fatos, o familiar de Vitor afirmara que apesar de não ter presenciado, “[q]ue, ouviu comentários que seu neto estava desarmado e no momento da abordagem pediu para não morrer pois tinha um filho pequeno para criar, mesmo assim foi morto pelos policiais (...)”⁹⁵.

Vale lembrar que os familiares das vítimas, em regra, não se limitam a participar do processo apenas no papel de humanizar a vítima ao longo da persecução penal e em juízo, nas ocasiões de depoente ou testemunha de acusação, mas o próprio ordenamento jurídico lhes autoriza a constituir advogado ou advogada para atuar como assistente de acusação nas ações penais de iniciativa pública, como é o caso do crime de homicídio.

O assistente de acusação é tratado no ordenamento jurídico como uma figura dispensável, isto é, sua participação não é imprescindível para o desenrolar do processo. Mas, trata-se de um profissional contratado e habilitado para intervir diretamente no processo em defesa da vítima, podendo, por exemplo, segundo o CPP, propor meios de prova, requerer perguntas às testemunhas e participar do debate oral no júri, ações que têm peso simbólico, sobre os jurados leigos, e real, porque oferece efetiva oportunidade de contraditório e de defesa aos familiares das vítimas.

Ao contrário de outros processos acompanhados ao longo dessa pesquisa, nos processos de responsabilização criminal desses réus, não houve, por parte dos familiares, constituição de assistente de acusação. Atribui-se a isso, o fato de ambas as vítimas pertencerem a famílias com poucos recursos financeiros, tendo em vista os depoimentos do avô de Vitor, um idoso aposentado, que afirmou ter criado quatro netos, filhos de sua filha que havia falecido em acidente de carro há mais de vinte anos, dentre os quais Vitor era o mais novo. Ainda segundo ele, Vitor residia em cima de sua casa, com companheira e um filho, o qual à época dos fatos tinha apenas dez meses de idade, era porteiro, porém estava desempregado quando de sua morte. E do irmão de Vagner, que afirmara que o irmão era um pedreiro, desempregado. Isto sugere que a condição financeira da vítima e de seus familiares tem impacto direto na possibilidade de contratação de um assistente de defesa, logo na possibilidade de influir no processo criminal.

⁹⁵ Trecho extraído dos autos de nº de nº 0000645-44.2015.8.26.0052.

Essa hipótese foi reforçada quando confrontada com o caso do publicitário, um dos três outros casos que integrou a amostra inicial da pesquisa. Naquele caso, diferente do caso ora analisado, os familiares das vítimas tiveram um papel ativo, atuando diretamente em atos processuais, através de advogado, assistente de acusação. Cabe frisar que, no caso do publicitário, a vítima era um jovem, branco, publicitário, de alto poder aquisitivo morador da zona oeste de São Paulo. Naquele caso, o próprio governador do estado, veio a público se desculpar da ação policial desastrosa e declarar a indenização dos familiares das vítimas⁹⁶.

No caso sob análise, a mídia também teve um papel fundamental, funcionando ao mesmo tempo como canal de comunicação e como elemento probatório, conforme será explicitado. Ou seja, a existência de ações dos atores externos ao sistema de justiça também ajuda a compreender as ações de atores internos a este. Afinal de contas, a primeira tentativa de comunicação entre as esferas criminal e administrativa, no caso estudado, foi provocada por informações obtidas pela delegada da polícia civil através de um “blog da rede mundial de computadores”, conforme ofício encaminhado à Corregedoria da Polícia Militar, a respeito da morte de Vagner. Esse pedido foi reiterado posteriormente, cerca de vinte dias depois, também impulsionado por um ator externo, desta vez, um jornal de grande circulação.

O documento datado do dia 21 de janeiro de 2015, assinado pela delegada de polícia civil, da Equipe F-leste - DHPP, afirma:

01-Diante da reportagem veiculada no site G1, bem como matéria jornalística da Rede Globo de Televisão datadas de 20 de janeiro de 2015, OFICIE-SE a Corregedoria da Polícia Militar requisitando a apresentação dos policiais militares Marcos Akira Rodrigues Teixeira e Djalma Aparecido do Nascimento Júnior para o dia 26 de janeiro de 2015, às 10:00 horas, devidamente escoltados, para prestarem declarações nos presentes autos. Outrossim OFICIE-SE novamente à Corregedoria da Polícia Militar, solicitando cópia integral do IPM instaurado para apurar os fatos registrados no B.O. RDO no 001/2015(...) ⁹⁷.

A maneira segundo a qual a morte de Vagner foi noticiada e, posteriormente, a de Vitor silenciada, nos primeiros meios de comunicação dá indicativos de como esse tipo de morte é veiculada na mídia, cotidianamente.

Nos primeiros portais digitais da manhã daquele dia, a informação que circulava nos noticiários dava conta de um roubo a banco que foi interrompido pela ação policial, da qual resultou na morte de duas pessoas. As vítimas civis não haviam sido identificadas, não tinham cor, idade, profissão ou endereço. A invisibilidade das duas mortes decorrentes da intervenção

⁹⁶ Declarações do Governador do estado de São Paulo, à época Geraldo Alckmin, e de comandantes da PMSP disponíveis em reportagem do Telejornal Bom Dia Brasil: <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2012/07/pm-vai-investigar-acao-de-policiais-em-dois-assassinatos-em-sao-paulo.html>

⁹⁷ Trecho extraído de ofício constante nos autos de nº 0000645-44.2015.8.26.0052

policial é acentuada com as informações relativas ao confronto entre “policiais” e “criminosos”, à explosão no banco e ao uso de armas pelos suspeitos.

Essas versões só foram contestadas quando um dos policiais buscou voluntariamente a corregedoria para alterar a sua versão dos fatos, momento em que é instaurado o inquérito policial civil para apuração dos fatos.

Além da função de comunicar à sociedade de maneira geral, as notícias veiculadas em jornais de grande circulação também funcionaram, em alguns momentos, como um estímulo externo que permitiu uma alteração no fluxo do processo, ou seja, serviram para que delegada, membro do Ministério Público e juíza se baseassem para realizar ações. De outra banda, a participação dos familiares das vítimas e a presença e atuação dos veículos de comunicação identificados no processo constituíram dois estímulos externos ao sistema de justiça que permitiram a existência e a sobrevivência de processos de responsabilização.

5.3. UMA LEITURA PROCESSUAL DO RACISMO INSTITUCIONAL

Observar o marcador social raça também trouxe um aporte interessante para compreender o tratamento das abordagens policiais com resultado morte. Os estudos sobre raça não são recentes no país, a variedade com a qual esse objeto foi investigado ao longo do tempo denota as inúmeras facetas que o cercam, desde a emergência de uma criminologia positivista no final do século XIX, que se amparou preconizando a existência de raças inferiores para explicar o fenômeno da criminalidade (DUARTE, 1988), às abordagens que escolheram utilizar a raça como categoria analítica para explicar ou compreender as clivagens de desigualdade, a exemplo dos estudos sobre distribuição desigual de recursos e de oportunidades (HASENBALG, 2005; GUIMARÃES, 2006; LIMA, 2012) e da produção de epistemicídio (CARNEIRO, 2005; SILVA, 2014).

Uma interessante perspectiva para observar o tratamento jurídico das abordagens policiais com resultado morte tem emergido das contribuições ofertadas pela Teoria Crítica da Raça, ou *Critical Race Theory*, que pode ser definida como um movimento intelectual e político de enfrentamento às agressões da supremacia branca, conforme definição do professor Tukufo Zuberi (2016). Como quadro teórico, sua contribuição surge nas faculdades de direito americanas entre 1980 e 1990, propondo uma reformulação de estudos jurídicos críticos sobre questões raciais e tendo como foco o entrecruzamento dos estudos sobre raça, poder e direito. Entre os principais expoentes estão Kimberlé Williams Crenshaw, Derrick Bell e Patricia Williams.

A mobilização da Teoria Crítica da Raça em estudos norte-americanos tem permitido observar que juízes brancos e afro-americanos podem julgar uma causa de maneira diferente a depender da cor/raça do réu e da vítima (YOUNG; SULTON, 1991; QUINTANILLA, 2013), o que contraria o tradicional mito da imparcialidade da justiça, segundo o qual, juízes julgam uma causa independentemente da cor/raça dos atores envolvidos (CHEW; KELLEY, 2009).

Sujeita a críticas – destaca-se aqui aquela que sugere que os teóricos críticos da raça estariam apenas clamando por benefícios individuais e ainda sendo ineficazes na defesa de direitos das minorias (PYLE, 1999) –, a Teoria Crítica da Raça também tem mostrado seus limites quando o contexto de sua implementação é diferente daquele onde essa foi elaborada, a exemplo, de seu uso na Europa para observar as manifestações do anti-semitismo, da islamofobia, do racismo anti-ciganos e anti-negro (MÖSCHEL, 2014) e em relação à política migratória (MARGIOTTA, 2010), assim como, na África do Sul, no contexto pós-apartheid (MODIRI, 2012).

No Brasil, observar a realidade através dessa lente também traz dificuldades, notadamente pelas especificidades da população brasileira e pelas maneiras próprias de se produzir desigualdade racial, no contexto brasileiro, por meio da operação de mecanismos sociais mais sutis, “quando a ‘raça’ está empiricamente presente ainda que seu nome não seja pronunciado” (GUIMARÃES, 1995, p. 32).

Nesta perspectiva, parece oportuno mobilizar aqui a noção de racismo institucional. Recentemente, este termo tem sido empregado para designar uma forma específica de produção de violência e desigualdade por diferentes instituições, inclusive pela polícia. Trata-se de uma noção que foi introduzida no debate público pela obra *Black Power*, de Stokely Carmichael e Charles Hamilton, em 1966, nos Estados Unidos, para nomear os mecanismos não palpáveis – ou mesmo palpáveis – capazes de produzir desigualdade racial em uma organização, sem que os indivíduos que a compõem se considerem – ou possam ser considerados, a rigor – racistas⁹⁸ (GUIMARÃES, 2005, SOUZA, 2011; WERNECK, 2016). Assim, o racismo institucional é definido como uma “falha coletiva de uma organização em prover um serviço apropriado e

⁹⁸ Essa dimensão do racismo atualmente tem sido explorada nos EUA por Eduardo Bonilla-Silva (2001, 2014), autor que apresenta uma série de mecanismos utilizados pela supremacia branca na “Era pós-direitos civis” para esconder as transformações nos modos de operar do racismo, em escala global com a queda dos sistemas formais de *apartheid*. Para o referido autor, “*racial Color-blind racism became the dominant racial ideology as the mechanisms and practices for keeping blacks and other racial minorities ‘at the bottom of the well’*” (BONILLA-SILVA, 2014, p. 03). Para sustentar seu argumento, Bonilla-Silva (2014) vale-se da expressão “racismo sem racistas”, que designa a desigualdade racial reproduzida através de práticas de “novo racismo” que são sutis, institucionais e aparentemente não-raciais.

profissional às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica” (CARMICHAEL; HAMILTON, 1967, p. 4).

De acordo com Silvio Luiz de Almeida (2018), a contribuição de Stokely Carmichael e Charles Hamilton na proposição de um novo termo para denunciar o racismo é decisiva, nos anos 1960, no contexto de luta pelos direitos civis dos afro-americanos, na medida em que estes sinalizam um dos modos pelos quais o Estado estende seu poder por toda a sociedade, permitindo a perpetuação de privilégios e a hegemonia dos brancos, ou de outros grupos raciais específicos, em relação a outros, mais especificamente os negros.

Trata-se da dimensão mais negligenciada do racismo, pela qual o observador desloca-se do nível individual e interindividual de observação para o nível institucional, onde é possível detectar formas organizativas recorrentes, práticas e normas institucionais que imprimem tratamentos e resultados sistematicamente desiguais sobre os indivíduos, segundo Jurema Werneck (2016). A autora afirma que o racismo institucional, também chamado de racismo sistêmico, “garante a exclusão seletiva dos grupos racialmente subordinados, atuando como alavanca importante da exclusão diferenciada de diferentes sujeitos nesses grupos” (WERNECK, 2016, p. 541-542). O caráter de sistematicidade também é sinalizado por Thula Pires (2013), para quem o racismo institucional “aparece como um sistema generalizado de discriminações inscritas nos mecanismos rotineiros, assegurando a dominação” (2013, p. 51).

Diante dessas características, o racismo institucional só poderia ser visto ou detectado através de processos, de atitudes ou de comportamentos que colocariam minorias étnicas em desvantagem (DENNIS, ERDOS E AL-SHAHI, 2000; SOUZA, 2011; WERNECK, 2016).

Ao adotar uma perspectiva econômica na utilização do conceito de racismo institucional, Arivaldo de Souza (2011) inspira-se na ideia de instituição de Douglas North, para quem uma instituição seria quaisquer formas de constrangimento que o ser humano cria para definir a forma de interação humana (NORTH, 1990). Souza afirma que os aparatos institucionais de uma dada sociedade estão a serviço dos grupos hegemônicos que controlam esses aparatos e os têm para a reprodução do sistema e de seus privilégios, ao mesmo tempo em que conferem a esses significado e existência. Assim, qualquer pessoa que esteja operando esse sistema (em uma organização ou uma instituição específica) poderá produzir resultados racialmente desiguais, ainda que não tenha intenção de fazê-lo, e completa “embora esse tipo de racismo possa ser de difícil detecção, suas manifestações são observáveis por meio dos padrões de sistemática desigualdade produzida pelas burocracias do sistema” (SOUZA, 2011, p. 80).

Assim, parte-se do dado divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça que dá conta da composição racial dos tribunais brasileiros para produzir a hipótese referente ao marcador social raça, segundo a qual o sistema penal manifesta racismo institucional, nos processos de (não) responsabilização dos policiais em suas atuações letais. O Censo do Poder Judiciário, de 2013, mostrou que apenas 15,6% dos magistrados brasileiros eram negros (14,2% se declaram pardos e 1,4%, preto)⁹⁹. Mais recente, ainda segundo o CNJ (2018), especificamente sobre o estado de São Paulo, 92% dos juízes que atuam na referida unidade da federação são brancos, cerca de 5% são negros (pardos e pretos) e os demais, cerca de 3% são indígenas ou amarelos (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2018). Assim, apesar da clareza em relação ao fato que a racialização da instituição é apenas uma das inúmeras maneiras de se identificar o racismo, verifica-se que há um registro de desigualdade racial expressa na própria composição do judiciário paulistano.

Essa desigualdade racial, produzida e registrada institucionalmente, tem efeitos concretos no funcionamento da própria justiça. Não é objetivo da presente pesquisa dissecar as inúmeras formas através das quais essa desigualdade se reproduz e gera sequelas. Portanto, sem querer esgotar o tema aqui, pretende-se, apenas, observar uma das possíveis maneiras pelas quais a raça, enquanto marcador social de diferenças é gerenciada ou administrada pelo sistema de justiça em processos de responsabilização criminal. Vale lembrar, ainda, que o marcador social raça corresponde a uma construção social que designa os efeitos de “discursos sobre as origens de um grupo, que usam termos que remetem à transmissão de traços fisionômicos, qualidades morais, intelectuais, psicológicas, etc., pelo sangue, (...) lugares geográficos de origem (...)” (GUIMARÃES, 2003, p. 95), que tem, portanto, conteúdo social e político (MUNANGA, 2006).

Seguindo as cinco fases explicitadas no quadro 5, é possível observar como o componente racial foi identificado, respectivamente, em cada etapa, conforme exposição abaixo.

Em primeiro lugar, na abordagem policial com resultado morte, observa-se que as vítimas eram dois jovens negros, e os policiais dois homens não negros, um branco e um amarelo. Para efeito da análise aqui proposta, a identificação racial dos policiais militares não constituiu ponto de partida, como poderiam sugerir os resultados de pesquisas que estudaram

⁹⁹ Informação coletada em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/86694-pesquisa-do-cnj-quantos-juizes-negros-quantas-mulheres>. Acesso em 15 de fevereiro de 2019.

os impactos da cor/raça dos réus processos em seus respectivos julgamentos, conforme já apontou Adorno (1995), Vargas (1999) e Sales Júnior (2006).

Na esteira dos resultados de pesquisa apresentados em Barros (2008), Schlittler (2016) e Wanderley (2017), os quais apontaram empiricamente para a existência de uma filtragem racial na seleção do suspeito durante a abordagem policial¹⁰⁰, é possível sugerir a hipótese – sem poder verificá-la – que a abordagem que deu origem ao caso sob análise também tenha se constituído a partir de uma pré-seleção dos suspeitos a partir de seus fenótipos. Frisa-se que nos dois júris a circunstância da abordagem foi explorada por diversos atores e a cor/raça dos suspeitos constituiu o cerne da questão. Por exemplo, no júri de Djalma¹⁰¹, a cor/raça dos suspeitos foi objeto das questões feitas pela juíza a uma das testemunhas de acusação¹⁰². Esta havia afirmado que o local estava escuro e que era difícil o reconhecimento da suposta vítima, ocasião em que a juíza perguntou “o senhor se recorda se o assaltante era negro?”. A resposta foi: “quase negro”. É possível afirmar que havia um esforço de caracterização dos sujeitos envolvidos e de aplicação da técnica processual que impõe aos juízes o dever de definir quem está sendo julgado, o fato e a respectiva vítima, fato que explica o movimento da juíza em racializar¹⁰³ o personagem que estava sendo descrito pela testemunha.

Pode-se sugerir que a filtragem racial do suspeito na circunstância da abordagem operou sobre os policiais militares na escolha de Vagner já que, conforme relatado no depoimento de Akira transcrito da corregedoria, havia uma dúvida a respeito da participação de Vagner no assalto ao banco.

Em segundo lugar, observa-se que na fase de investigação, houve uma rica produção documental, a identificação da variável racial apareceu com bastante vigor, estando presente nos BO's e nos inquéritos produzidos, os quais descreviam as características físicas das vítimas, dos investigados, dos declarantes e testemunhas. Os primeiros, as vítimas letais, através de heteroidentificação, e os demais por autodeclaração.

Em seguida, na fase de julgamento, a identificação racial dos atores envolvidos na ocorrência praticamente não foi documentada. Houve uma contínua produção de documentos frutos das audiências, por onde se projetaram importantes estratégias de acusação e defesa. Em nenhuma dessas, a cor/raça dos sujeitos foi explorada.

¹⁰⁰ Na literatura norte-americana, os trabalhos de Ronald Weitzer e Steven Tuch (2002) e de Shaun Gabbidon e George Higgins (2009) podem ser citados como referência.

¹⁰¹ Sessão de júri etnografada no dia 04 de abril de 2017, das 13h50 às 19h44, no Fórum Min. Mário Guimarães, São Paulo - SP.

¹⁰² Dono do veículo que teria sido roubado e utilizado no roubo ao banco.

¹⁰³ No sentido empregado por Miles (1989) e Silvério (1999) e que corresponde a um processo de categorização de um outro por meio de traços visíveis.

Mas, na fase do julgamento do tribunal do júri novamente a identificação racial dos atores é retomada. A exploração do componente racial recai apenas, ou essencialmente, sobre a vítima. Nesta ocasião as características físicas são novamente exploradas: a cor da pele, a altura, o porte físico, as tatuagens e suas significações.

Enfim, na fase sancionatória, a qual está estritamente relacionada à fase anterior, a identificação racial novamente desaparece, agora centrada na sentença da juíza E, por fim, na fase de implementação da sanção, não foi possível observar a ocorrência de registro da identificação racial. A observação referente a esse item ficou prejudicada, pois não foi possível acompanhar essa fase dada a necessidade de conclusão da pesquisa em virtude do calendário proposto.

Assim, observa-se que existe uma alternância, ao longo do processo, entre a explicitação da identificação racial dos atores e seu total silenciamento. Isto permite formular a hipótese de racismo institucional pela “derracialização”¹⁰⁴. Esta hipótese remete à ideia segundo a qual, o racismo institucional se organizaria, dentre outras formas, através da produção de resultados diferentes segundo a raça dos atores presentes na cena do julgamento – ainda que somente nos autos – possa se dar especificamente através da mobilização da variável raça em fases específicas do processo, para desaparecer em outras, e aparecer novamente em seguida. Trata-se, assim, de produzir esforços para identificar como o processo de apuração e responsabilização por uma justiça essencialmente branca, age silenciosamente na administração de mortes negras. Neste sentido, as tentativas de demonstração de uma justiça isenta, transparente e igual para julgar brancos, negros, amarelos etc, através da “rigorosa” caracterização física, na fase de investigação e, essencialmente no júri (com toques de estereotipização), dá lugar ao total silenciamento a respeito de quem são as vítimas em todos os demais atos processuais.

Não há dúvidas que a produção de racismo institucional através de tentativas de desidentificar racialmente vítimas e réus ao longo do processo é um achado que requer a realização de estudos mais aprofundados, no entanto, ela já fornece um caminho que contribui para a desmistificação de que os filtros raciais são operados apenas na seleção do suspeito no âmbito da abordagem policial, permitindo observar como o sistema de justiça pode ser capaz de produzir racismo e desigualdade racial através de uma lógica interna própria, com mecanismos não explicitados – e até não programados - inicialmente. Assim, a hipótese

¹⁰⁴ Expressão sugerida pela professora Márcia Regina de Lima Silva, na banca de qualificação realizada em outubro de 2018.

formulada auxilia na produção de novas hipóteses a respeito de outras maneiras de identificar e caracterizar o racismo, para além da perspectiva individualizante e reforça a dificuldade de se estudar o racismo em sua dimensão institucional. Afinal, conforme afirma *International Council on Human Rights Policy*, o racismo institucional é identificado com maior recorrência “em sociedades onde a discriminação é proibida por lei, precisamente porque, se o efeito é óbvio, a causa é difícil de provar” (ICHRP, 2000, p. 15).

5.4. INTERAÇÕES ENTRE AS ESFERAS DE RESPONSABILIZAÇÃO

Diferentemente da hipótese formulada na fase preliminar da pesquisa, a inexistência de interação entre as esferas de responsabilização em processos relativos a abordagens policiais com resultado morte não foi verificada. Ao contrário, o caso permitiu a observação de profícuas interações, as quais se deram através de modalidades distintas.

No campo do direito, a interação entre as esferas de atuação jurídica tem previsão legal e jurisprudencial. A primeira aparece de forma difusa em diversos diplomas legais¹⁰⁵. Já previsão jurisprudencial de comunicação entre as esferas administrativa e criminal está descrita no enunciado da súmula 591, do Superior Tribunal de Justiça, a qual preceitua que: “[é] permitida a ‘prova emprestada’ no processo administrativo disciplinar, desde que devidamente autorizada pelo juízo competente e respeitados o contraditório e a ampla defesa”.

A referida súmula consubstanciou um entendimento consolidado na referida corte, segundo o qual, “é possível utilização de provas emprestadas de inquérito policial e processo criminal na instrução de processo disciplinar, desde que assegurado o contraditório e a ampla defesa como ocorrido nos autos. [...]” (MS 15907 DF, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Seção, julgado em 14/05/2014, DJe 20/05/2014).

Do ponto de vista processual, essa súmula excepciona a regra segundo a qual a prova a ser utilizada pelas partes e pelo juiz ao longo de um dado processo deve ser produzida dentro do próprio processo, em respeito aos princípios do contraditório e da identidade física do juiz.

¹⁰⁵ A previsão legal de interação entre as esferas de responsabilização encontra-se dispersa em inúmeras leis, as quais indicam basicamente as circunstâncias de interação entre os âmbitos de responsabilização. Por exemplo, o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar de São Paulo, instituído pela Lei Complementar nº 893, de 2001, determina que se no curso dos trabalhos do Conselho de Disciplina surgirem indícios de crime comum ou militar, o presidente deverá extrair cópia dos autos, remetendo-os por ofício à autoridade competente para início do respectivo inquérito policial ou da ação penal cabível, o próprio código de processo penal por sua vez, no art. 66, afirma que a ação civil poderá ser proposta quando não tiver sido, categoricamente, reconhecida a inexistência material do fato em juízo criminal, e o Código Civil determina no art. 935 que a responsabilidade civil será independente da criminal, mas quando uma sentença criminal já houver discutido e decidido sobre a existência do fato, ou sobre quem foi o seu autor, estas não serão objeto da esfera civil.

A referida súmula permite que um dado material que foi coletado em uma das esferas possa ser utilizado por outra. Segundo Daniel Neves (2013), a autorização para a existência de “prova emprestada” entre os âmbitos criminal e administrativo responde aos anseios de diferentes sujeitos em relação à economia processual, “dispensando a produção de prova já existente, e também da busca da verdade possível, em especial quando é impossível produzir novamente a prova” (NEVES, 2013, p. 430). Portanto, do ponto de formal, o próprio sistema de justiça já autorizava a interação entre as esferas administrativa e criminal.

A interação entre as esferas foi observada em diferentes ocasiões ao longo do fluxo processual, com e sem o registro de um agente provocador. No caso sob análise, a interação entre as esferas se apresentou como um fenômeno recorrente, através de trocas de ofícios, ocorrendo em dois sentidos, de uma esfera para outra.

Observou-se que a referida interação se deu tanto com registro de provocação de um agente externo (quando as notícias divulgadas em veículos de comunicação funcionaram como estímulo à comunicação entre as esferas), em função da necessidade de acesso da esfera criminal à confissão do policial em âmbito administrativo, tendo em vista que o referido PM não voltou a reproduzi-la na posição de indiciado e de réu na esfera criminal; quanto sem registro de provocação de agente externo.

Um exemplo do primeiro tipo de interação ocorreu quando a delegada solicitou cópia de IPM à corregedoria da PM. O último ato da delegada registrado nos autos do IP ocorre nos seguintes termos:

01 -Considerando as informações obtidas através de blog da rede mundial de computadores dando conta que policiais militares envolvidos na ocorrência registrada no RDO 01/2015, que originou o presente inquérito policial, JUNTE-SE aos autos cópia do citado Blog e OFICIE-SE à Corregedoria da Polícia Militar solicitando cópia integral do IPM instaurado para apurar os fatos registrados no BO citado¹⁰⁶.

As informações obtidas no referido blog¹⁰⁷ diziam respeito à confissão de policial na corregedoria, porém, essa referência não é registrada no ofício emitido, conforme observa-se no texto enviado, através de ofício à Corregedoria da PM, com a mesma data do ato citado acima,

¹⁰⁶ Trecho extraído de documento datado 16 de janeiro de 2015 presente nos autos de nº 0000645-44.2015.8.26.0052.

¹⁰⁷ Conforme registrado nos autos, um dos usuários do blog Flic Paralisante afirmava: “Ocorrência de final do ano 31/12/2014 na área do 630 Vila Jacui: Estouraram um caixa eletrônico do Banco do Brasil, viaturas da Farsa Trágica do 2QBPM/M e 29Q3PM/M chegaram na hora e houve troca de tiros dois malas morreram, até aí tudo bem foda-se! ! Agora vem a merda: Um Sargento 13 com dor na consciência, fanático religioso (nade contra) foi se ater com pastor dizendo que havia feito e o pastor o aconselhou a ir na corró e contar a história, resultado: O maldito arrastou um monte de gente pra cadeia e depois pra rua!!”

Solicito a Vossa Senhoria, a fim de instruir o Inquérito Policial em epigrafe, os bons préstimos em fornecer, COM URGÊNCIA, cópia integral do Inquérito Policial Militar instaurado por essa casa censora para apuração dos fatos registrados no RDO em referência, envolvendo os Policiais os Militares Marcos Akira Rodrigues Teixeira e Djalma Aparecido do Nascimento Júnior, dentre outros¹⁰⁸.

Mais tarde, em nova solicitação da delegada do DHPP à Corregedoria da Polícia Militar, ocorre nova interação entre as esferas, na mesma modalidade que a anterior, conforme exposto abaixo.

01-Diante da reportagem veiculada no site G1, bem como matéria jornalística da Rede Globo de Televisão datadas de 20 de janeiro de 2015, OFICIE-SE a Corregedoria da Polícia Militar requisitando a apresentação dos policiais militares Marcos Akira Rodrigues Teixeira e Djalma Aparecido do Nascimento Júnior para o dia 26 de janeiro de 2015, às 10:00 horas, devidamente escoltados, para prestarem declarações nos presentes autos. Outrossim OFICIE-SE novamente à Corregedoria da Polícia Militar, solicitando cópia integral do IPM instaurado para apurar os fatos registrados no B.O. RDO no 001/2015.¹⁰⁹

A interação entre as referidas esferas também pode ocorrer sem registro de agente provocador externo, por exemplo, em decorrência de demandas relativas à corporação, como ocorreu em pedido de cópia da decisão de pronúncia para subsidiar o processo administrativo disciplinar no âmbito da PM, em pedido de liberação das armas de policiais que haviam sido apreendidas no curso do processo penal e em resposta à demanda previamente realizada por outro agente interno, nesses dois últimos casos, houve também a configuração de comunicação entre as esferas, não só interação.

O primeiro caso pode ser ilustrado pelo pedido formulado pelo comando da PM, em 8 de janeiro de 2016, através de ofício 2PBMM - 022/67/16, que diz:

Tendo em vista o processo referenciado, em trâmite nesse juízo, solicito os préstimos de Vossa Excelência em nos fornecer cópia da Decisão de Pronúncia do 2º Sgt PM 114090-6 Marcos Akira Rodrigues Teixeira, pertencente ao efetivo desta OPM, para fins de subsidiar Processo Administrativo Regular, em âmbito da Polícia Militar¹¹⁰.

O segundo, através do ofício 2PBMM – 109/04/16, datado de 21 de março de 2016, que demandava ao juiz de Direito da 4ª Vara do júri a liberação das armas de fogo que haviam sido juntadas ao processo criminal, teve a seguinte redação:

Solicito a Vossa Excelência autorização para liberação das armas abaixo relacionadas, patrimônio da Polícia Militar do Estado de São Paulo, que fazem parte do processo acima em referência, as quais se encontram no depósito de armas e objetos desse fórum: (...) ¹¹¹

¹⁰⁸ Trecho extraído de ofício datado de 16 de janeiro de 2015 presente nos autos de nº 0000645-44.2015.8.26.0052.

¹⁰⁹ Trecho extraído de documento datado de 21 de janeiro de 2015 presente nos autos de nº 0000645-44.2015.8.26.0052.

¹¹⁰ Trecho extraído de ofício datado de 8 de janeiro de 2016 presente nos autos de nº 0000645-44.2015.8.26.0052.

¹¹¹ Trecho de ofício datada de 21 de março de 2016, extraído dos autos de nº 0000645-44.2015.8.26.0052.

O referido pedido foi indeferido pela juíza, após essa ter ouvido e ponderado a opinião do membro do Ministério Público. Essa interação do juízo em resposta à demanda da PM sinaliza um outro tipo de interação. Nessa há comunicação, fato que foi observado também em outras passagens. Cita-se como exemplo o encaminhamento pela PM de material para realização de perícia pela PC, por meio do ofício CorregPM-077/136/15, no qual a Polícia Militar remete à delegada da Polícia Civil, munições apreendidas em operação policial específica para desenvolvimento de comparação entre os materiais que já estavam em poder da PC para consequente realização de perícia, cujo trecho segue destacado abaixo,

Considerando que tramita nessa Especializada, Inquérito Policial destinado à comprovação dos fatos que estão sendo investigados sob a competência da polícia judiciária militar.

Considerando a necessidade de produção de provas robustas sobre os fatos, sendo imprescindível o desenvolvimento de um trabalho em conjunto entre as autoridades de polícia judiciária (comum e militar. Considerando que Vossa Senhoria encontra-se em poder das provas arrecadadas no local de crime, desde as armas de fogo apreendidas no dia do crime, até os projetis, entre outras provas.

(...)

Portando diante dos materiais apreendidos e dos encaminhados por meio deste documento, solicito o desenvolvimento de Exame de Comparação Balística entre os cartuchos para verificar se características dos cartuchos, bem como o estado de conservação, a marca e os elementos químicos, possuem as características dos que foram apreendidos no dia da ocorrência, bem como, se os deflagrados saíram da mesma arma que foi apreendida¹¹².

A interação entre as esferas de responsabilização sinalizou para um importante mecanismo de produção de provas robustas e de cooperação entre as agências de controle do sistema de justiça.

5.5.MECANISMOS JURÍDICOS DE PROTEÇÃO: MANIFESTAÇÕES DA “LÓGICA IMUNITÁRIA”

Com base na análise da estrutura normativa que autoriza o julgamento dos policiais que matam em serviço, dos argumentos e dispositivos legais efetivamente mobilizados, foi possível notar a existência de uma série de estratégias utilizadas, ora pela acusação, ora pela defesa, ora pela própria Polícia Militar, destinadas a resguardar o nome e a imagem da referida instituição, no que será entendida aqui como uma “lógica imunitária” pela qual diversos mecanismos jurídicos são utilizados para a proteção da instituição.

Nesse sentido, a título de exemplo inicial, observou-se que o policial militar que havia realizado a confissão no âmbito da corregedoria passou a ser visto e tratado, do ponto de vista

¹¹² Trecho de ofício datada de 29 de janeiro de 2015, extraído dos autos de nº 0000645-44.2015.8.26.0052.

individual e institucional, como inimigo do grupo, que deveria ser neutralizado e desatrelado da instituição, desde o momento em que a confissão foi a público e passou a circular nos veículos de comunicação de massa.

Assim, uma série de elementos ajudam a sustentar a hipótese segundo a qual o próprio sistema de justiça dispõe de mecanismos que permitem que os diferentes atores atuem com deferência à instituição policial de modo a resguardá-la e a mantê-la imune de qualquer rastro de responsabilização. Conforme será explicitado mais adiante, alguns desses mecanismos estão presentes na própria estrutura normativa e na arquitetura institucional que foi apresentada no capítulo 3, outros emergem de interpretações estratégicas e de usos direcionados das normativas, que permitem uma distribuição desigual de responsabilização dos policiais militares que haviam participado da abordagem policial que resultou nas mortes, sempre resguardando a instituição.

A seguir, será detalhado o que se entende por “lógica imunitária, para analisar, logo após, os mecanismos de proteção da instituição presentes na lei e nas práticas processuais. Em seguida, será possível identificar os graus de responsabilização que denotam formas institucionais específicas de proteção da Polícia Militar e, conseqüentemente, em certa medida, dos policiais militares. Conclui-se, traçando um quadro possível dos mecanismos de proteção na própria cultura institucional.

5.5.1. A lógica imunitária

A ideia de olhar para os mecanismos de proteção produzidos pelo sistema de justiça ao longo dos processos de responsabilização de policiais militares que participaram de abordagens, as quais terminaram em mortes de civis, tem como ponto de apoio a noção de *logique immunitaire* (KAMINSKI, 2010).

Trata-se de um conceito construído por Dan Kaminski (2010) no âmbito de uma pesquisa sobre gestão contemporânea da pena e seus mecanismos ideológicos. No livro *Pénalité, Management, Innovation*, ao tratar da impotência quantitativa e qualitativa do sistema penal para gerenciar as demandas que chegam até ele, é apresentada a estratégia utilizada pelo sistema penal para se imunizar de críticas referentes a sua atuação em relação a demandas ligadas a patologias e compulsões, como é caso do uso de drogas e do abuso sexual, na Bélgica dos anos 1980 e 1990. Esta estratégia reduziu os objetivos e o raio de ação da ação penal e mobilizou outros atores para atuar no atendimento daquelas demandas, tais como os serviços de saúde e o serviço social (KAMINSKI, 2010).

Para Dan Kaminski (2010), a lógica imunitária é um recurso que a própria justiça se impõe e impõe aos seus “parceiros”. Esta estratégia sugere que a “proteção da sociedade” acontece por conta de cuidados redobrados, já que haveria uma multiplicidade de intervenções, o que traria a ideia de que na situação-problema tudo quanto possível foi feito pela justiça para intervir.

Essa lógica, segundo o autor, para além de proteger as instituições “pródigas” deixaria sistematicamente o “justiciável-delinquente” numa “solidão responsável” ou numa “responsabilidade solitária”, já que o mesmo não será capaz ou não terá mais condições de se dirigir a outras instituições. Desta forma, em caso de falhas sucessivas no atendimento, haveria justificativa para um endurecimento da intervenção penal, protegida de qualquer crítica possível (KAMINSKI, 2010).

Dessa forma, a lógica imunitária pode ser definida como um conjunto de práticas regulatórias que buscam garantir uma determinada gestão de fluxos e a circulação de informações, através de um controle gerencial, tendo o resultado de proteger sistematicamente uma organização. Neste sentido, a lógica imunitária depende de cooperações, parcerias ou colaborações entre sistemas que não eram a priori destinados a tal fim (KAMINSKI, 2010).

Essa noção, adaptada à discussão em tela, ajudou a organizar os dados empíricos em torno da hipótese que dá conta das estratégias ou meios utilizados por diferentes instituições para produzir distintos graus de imunização institucional em relação à Polícia Militar. Em outras palavras, existem diversos mecanismos que contribuem para a proteção da instituição, sejam eles inscritos nas leis ou decorrentes das práticas institucionais. As próximas três seções são destinadas à sua descrição.

5.5.2. Mecanismos de proteção da instituição inscritos na legislação

A partir da arquitetura institucional apresentada no capítulo 3, no qual foram explicitados o arcabouço jurídico e o conjunto de instituições desenhadas para atuar nos processos de responsabilização da polícia que mata, podemos explicitar quatro mecanismos de proteção da instituição Polícia Militar oriundos da legislação, observados a partir do caso estudado, que identificamos da seguinte forma: a ausência de protocolo público prescritivo da atuação da polícia militar, o julgamento de policiais militares na esfera criminal por um tribunal leigo, a impossibilidade de organizações da sociedade civil demandarem reparação de danos coletivos, a impossibilidade de responsabilização criminal da Polícia Militar. Segue detalhamento destes quatro aspectos:

(i) Ausência de protocolo público prescritivo da atuação da polícia militar

Desde o ano de 2013, parte significativa do Manual de Procedimentos Policiais Militares deixou de ser pública. Conforme já discutido no capítulo 3, uma portaria do Comandante Geral da Polícia Militar de São Paulo, datada de 22 de maio de 2013, dispôs sobre a classificação dos Procedimentos Operacionais Padrão (POP), o qual passou a ser classificado como de sigilo secreto pelo prazo de quinze anos de restrição de acesso¹¹³.

A ausência de protocolo público prescritivo que permitiu que os policiais militares agissem sem serem confrontados, atuando no auge da discricionariedade policial, se fez notar no julgamento dos réus perante o tribunal júri¹¹⁴. Sabe-se que a discricionariedade da atuação policial é imprescindível a sua existência e que a sua total parametrização na lei é impossível ao legislador (MEIRELLES, 2016, p. 141). É inegável também que as disputas no Congresso Nacional dificultam a elaboração e aprovação de medidas regulatórias e de publicização de atos executados por policiais. Mas a ausência de um protocolo público prescritivo da atuação da polícia militar de São Paulo tem impacto no julgamento de policiais. Em mais de um júri foi possível observar que advogados que tinham em sua trajetória profissional experiência como policial militar, desenhavam suas arguições em relação à atuação do policial militar, réu no processo criminal e seu cliente, perante o tribunal do júri de maneira mais técnica e precisa – e ostentando maior expertise no tema - quanto ao poder decisório do PM em circunstância de abordagem. Nos dois júris que ocorreram nesse caso, a experiência anterior dos advogados permitiu a exploração de pontos aparentemente desconhecidos pelo membro do Ministério Público que atuou naquela instância.

Não é possível estabelecer qualquer relação entre o resultado do julgamento perante o tribunal do júri e a performance do advogado, já que não é possível saber as razões que levaram os júris a decidir da forma como decidiram, mas é possível afirmar que a ausência de um protocolo público de atuação policial tem repercussão na qualidade da defesa e da acusação de policiais militares, já que os tribunais do júri se legitimam no “jogo persuasivo” (SCHRITZMEYER, 2002, p. 43) que se constrói para o convencimento de quem, a priori, não entende de direito.

¹¹³ Apesar disso, alguns advogados que anteriormente integravam a corporação na condição de policiais militares ainda utilizam as informações dos POPs em suas arguições. Esse fato foi presenciado na sessão de júri etnografada no dia 28 de outubro de 2016, das 10h20 às 16h00, no Plenário 10 do V Tribunal do Júri, Fórum Min. Mário Guimarães, São Paulo - SP.

¹¹⁴ Além do júri indicado na nota anterior, esse fenômeno também pôde ser observado na sessão de júri etnografada no dia 18 de maio de 2017, das 13h40 às 20h25, no Fórum Min. Mário Guimarães, São Paulo - SP.

(ii) Julgamento de policiais militares na esfera criminal por um tribunal leigo¹¹⁵

Na década de 1990, a população brasileira exigiu a alteração da competência do julgamento de policiais militares em casos de homicídios dolosos por esses praticados que eram julgados, até então, pela Justiça Militar. A mudança ocorreu em 1996 com a promulgação da Lei Bicudo, cuja justificativa para sua existência pautava-se na necessidade da produção de julgamentos imparciais¹¹⁶. A competência do tribunal do júri para o julgamento de homicídios dolosos praticados por policiais militares significou uma vitória para a consolidação do estado democrático de direito.

No entanto, mais de vinte anos depois, a observação de julgamentos de policiais militares referentes ao mesmo fato, faz notar os problemas dessa escolha institucional. A inaptidão técnica do corpo de jurados, torna-se o cerne do problema: a tese da legítima defesa é a principal estratégia de defesa dos réus e constitui tecnicamente um dos elementos capazes de excluir a existência de um crime, a aferição de sua existência na teoria geral do delito é eminentemente técnica. Assim, no caso de homicídios dolosos praticados por policiais militares, tipicamente pautados na ideia de confronto, essa avaliação é, na maioria das vezes, realizada por alguém alheio à matéria, os jurados do Conselho de Sentença.

Os jurados não precisam ter qualquer formação no campo do Direito – “até atrapalharia se tivesse”¹¹⁷ e não precisam justificar suas escolhas. Por óbvio, uma graduação em direito não constitui indicativo de que os julgamentos teriam desfechos diferentes, porém, uma formação técnica prévia auxiliaria a avaliação realizada por alguém não tem noções básicas de direito constitucional, direitos humanos e direito penal. O modelo atual funciona como uma válvula de escape: o policial militar réu que chega até o júri já percorreu todas as etapas autorizativas do processo, a mais importante, a sentença de pronúncia indica que um juiz togado afirmou a existência de prova da materialidade e dos indícios de autoria, mas é um júri não qualificado que efetivamente julga os réus.

¹¹⁵ Esse item se beneficiou das discussões realizadas em torno do trabalho intitulado “Processos de policiais militares em casos de homicídios dolosos e racismo institucional: uma relação possível” apresentado no GT Segurança Pública, Gênero e Relações Raciais do I Congresso de Pesquisa em Ciências Criminais, e no V Encontro Nacional de Antropologia do Direito, que ocorreram em agosto de 2017, na cidade de São Paulo.

¹¹⁶ O PL 2801, de 1992, de autoria da CPI do Extermínio de Crianças e Adolescentes, que antecedeu a referida Lei, afirmava em meio a justificativa para sua existência: “o julgamento de policiais militares envolvidos com o extermínio é muitas vezes permeado pelo corporativismo, que gera verdadeiro sentimento de impunidade nos criminosos fardados”(CPI DO EXTERMÍNIO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, 1992, p. 11574).

¹¹⁷ Fala de advogado durante sessão de júri etnografada no dia 04 de abril de 2017, das 13h50 às 19h44, no Fórum Min. Mário Guimarães, São Paulo - SP.

(iii) Tutela coletiva de direitos em relação à atuação policial

Segundo aponta Teori Zavascki (2005), a origem dos instrumentos de tutela coletiva de direitos está na experiência inglesa, no sistema da *common law*. De acordo com o referido autor, desde o século XVII, os tribunais de equidade admitiam no direito inglês

um modelo de demanda que rompia com o princípio segundo o qual todos os sujeitos interessados devem, necessariamente, participar do processo, com o que se passou a permitir, já então, que representantes de determinados grupos de indivíduos atuassem, em nome próprio, demandando interesses dos representados, ou também, sendo demandados por conta dos mesmos interesses (ZAVASCKI, 2005, p. 16).

No direito brasileiro, também existem instrumentos de tutela coletiva de direitos, a exemplo da Lei 7.347, de 1985, que disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados a bens de interesse coletivo, lato senso, como o direito ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, histórico e turístico. O referido diploma legal inaugurou no Brasil um autêntico sistema de proteção de direitos transindividuais (ZAVASCKI, 2005), que foi seguida pela própria constituição federal, pelo código de defesa do consumidor e pelo código de processo civil.

O rol de legitimados para promover uma ação civil pública inclui o Ministério Público, a defensoria pública e associações civis, desde que estas estejam constituídas há pelo menos um ano nos termos da lei civil e incluam, entre suas finalidades institucionais “a proteção ao patrimônio público e social, ao meio ambiente, ao consumidor; à ordem econômica, à livre concorrência, aos direitos de grupos raciais, étnicos ou religiosos ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico” (BRASIL, 1985). Segundo Vicente Paulo e Marcelo Alexandrino (2015) esse rol de legitimados é meramente exemplificativo.

A observação do caso sob análise mostrou que a não identificação de demanda na esfera civil por parte de organizações da sociedade civil - organizações não governamentais, associações, fundações - em virtude de dano à sociedade pensada coletivamente em razão de mortes provocadas por agentes do Estado pode ter relação com a maneira segundo a qual direitos coletivos estão dispostos na legislação.

A hipótese que se desenha é a de que o direito brasileiro não tutela a eficiência da atuação policial como um direito coletivo, isto é, ainda não há na legislação uma proteção à eficiência da atuação policial como um valor passível de proteção por meio dos instrumentos legais já existentes.

(iv) Impossibilidade de responsabilização criminal da Polícia Militar

A responsabilidade criminal é pessoal e intransferível, reflexo da implementação do princípio da intranscendência ou da pessoalidade, insculpido no art. 5º, XLV¹¹⁸ da CF, que determina que somente a quem é imputado um fato responderá por ele e cumprirá eventual sanção. Assim, respondendo essa lógica, o processo penal só opera a partir de condutas individualmente imputadas. Por isso, porque a lei não possibilita juridicamente, a instituição policial não constava no rol dos réus da ação penal.

A responsabilização individual na esfera criminal representa um importante avanço na história do direito penal. Nesse contexto, responsabilizar individualmente os policiais militares réus significa acreditar que “os destinatários das normas são individualmente competentes para observar o Direito” (GÜNTHER, 2016, p. 19), de modo que essa forma de responsabilizar a polícia que mata é considerada propícia e explícita, de certa forma, uma “capacidade autônoma de compreensão e de autocontrole das pessoas” (GÜNTHER, 2016, p. 24), reconhecida e valorizada pela esfera pública. Mas essa forma de responsabilizar significa também que a sociedade brasileira ainda não iniciou seu “processo político de entendimento acerca de sua própria identidade coletiva” (GÜNTHER, 2016, p. 24). Dito de outro modo, a responsabilização individual da polícia que mata consagra um padrão civilizatório que não percebe a letalidade policial como um fenômeno que atinge a vida e a segurança pública, como bens jurídicos que tem também dimensões coletivas. Dessa forma, a atuação policial ainda não é percebida como atuação do Estado, que pode ser enxergada em seus reflexos coletivos.

5.5.3. Mecanismos de proteção identificados nas práticas processuais

Olhar para o processo como uma possível resposta do sistema de justiça permite observar que o sistema de justiça responde mesmo quando não pune os policiais militares. Assim, as inúmeras respostas de caráter não punitivo a exemplo da absolvição dos referidos policiais, do uso da nomenclatura “vítima” para, ainda que momentaneamente, fazer referência aos policiais que participaram da ocorrência e o arquivamento do processo administrativo regular porque não houve possibilidade de aplicação da sanção declarada na esfera

¹¹⁸ No texto original: “Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...) XLV - nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido”.

administrativa dada a homologação da exoneração a pedido, devem ser consideradas como respostas atreladas ao processo, e não podem ser desprezadas.

Neste sentido, é possível afirmar que a lógica imunitária aparece também como um conjunto de práticas, relativamente independentes entre si, mas que quando observadas em conjunto, viabilizam a demora, a redução e até mesmo a inexistência de responsabilização de policiais militares e da própria polícia militar, enquanto organização. Assim, uma rede protetiva se ergue com a participação de práticas de atores de diferentes instituições. A seguir serão descritos estes mecanismos, os quais foram identificados da seguinte forma: a filtragem e seleção da gravidade do caso, o arquivamento do inquérito policial civil e o poder conferido ao MP pelo art. 28 do Código de Processo Penal, a sentença que absolveu, as contribuições do tribunal de justiça e o reforço à preeminência da versão dos policiais, e, por fim, o uso da prisão provisória.

(i) A filtragem e seleção da gravidade do caso

Os primeiros movimentos institucionais de apuração do caso também denotaram uma filtragem e uma seleção a respeito da gravidade do caso diante dos padrões de funcionamento das instituições envolvidas no processo de apuração e julgamento— construídos por meio de práticas cotidianas e reiteradas da atuação daquelas instituições. Nesse sentido, as atividades desenvolvidas pelos profissionais que movimentaram o processo ao longo do fluxo processual — ver, ouvir e escrever — são executadas também de modo a permitir uma verdadeira triagem do caso, o qual tem seu prosseguimento ao longo do fluxo autorizado pelas instituições, que o aloca em nova fase processual com novas percepções, signos e lógicas incorporados.

Desse modo, a continuidade do caso ao longo do fluxo processual dependeu da incorporação da ideia de que a existência de um crime anterior autorizou uma intervenção policial letal, os policiais militares deveriam necessariamente ser observados como vítimas e a descrição do local dos fatos que imprimiu uma percepção de objetividade e imparcialidade da atividade de apuração.

(ii) O arquivamento do inquérito policial civil e o poder conferido ao MP pelo art. 28 do Código de Processo Penal

Cabe ainda um olhar mais detido para os atos processuais que, por terem um caráter decisório e conclusivo, comunicam a possibilidade ou não de punição dos policiais: o arquivamento do IP/DHPP.

Conforme já foi apresentado anteriormente, a responsabilidade pelo arquivamento do IP/DHPP é compartilhada por diferentes atores: a delegada de polícia civil, o membro do Ministério Público e a juíza da vara do júri, não obstante as atribuições legais— lembrando que coube ao MP requerer o arquivamento a partir das provas colhidas no IP e ao juízo, o deferimento do referido pedido.

Utiliza-se o termo “compartilhada” porque cada um dos atores citados acima contribuiu para o arquivamento dos autos do IP, concernente a morte de Vitor. Neste sentido, apesar de a delegada de polícia civil ter descrito no relatório final do IP/DHPP uma circunstância de legítima defesa, mas ter indicado que teria havido excesso por parte dos referidos policiais, o Ministério Público entendeu que isso não teria ocorrido e requereu o arquivamento tendo em vista que os policiais militares teriam agido “*em medida compatível à iminência da agressão a ser perpetrada pelo meliante*”¹¹⁹, o que foi deferido pelo juízo por razões diversas: entendeu a juíza responsável pelo caso que não havia um mínimo probatório suficiente: “*uma vez que, aquelas primeiras notícias de que as condutas desses investigados seriam iguais a dos outros réus, da mesma equipe, não ficou confirmada com elementos idôneos. A I. Delegada afirmou que populares diziam ter filmagens da abordagem da polícia e da execução da vítima por eles, mas a verdade é que essa prova não aportou nos autos (...)* Assim, promovo o arquivamento da investigação com relação a eles, com as ressalvas do artigo 18 do CPP”¹²⁰¹²¹.

O arquivamento da parte do inquérito relativo à morte de Vitor chama à atenção por dois motivos: a força e independência do requerimento do MP e as razões da decisão da juíza serem diferentes das razões do MP.

A força e independência do requerimento do Ministério Público é indicada pelo fato de este órgão ter pautado seu ato em elementos diversos daqueles indicados nos laudos dos exames realizados, e no relatório final do IP/DHPP, o qual indicava excesso por parte daqueles dois policiais específicos, mas, essencialmente na versão dos policiais militares que haviam participado da ocorrência. Do ponto de vista legal, essa independência está autorizada pelo art.

¹¹⁹ Trecho da promoção de arquivamento datada de 9 de abril de 2015, extraída dos autos de nº 0000645-44.2015.8.26.0052.

¹²⁰ O art. 18 do CPP citado pela juíza faz referência à possibilidade de reabertura do IP, caso surjam novas provas. “Art. 18. Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia”.

¹²¹ Trecho da decisão datada de 15 de abril de 2015, extraída dos autos de nº 0000645-44.2015.8.26.0052.

28¹²² do CPP e, especificamente à sistematicidade com que ocorrem em relação às abordagens policiais com resultado morte, tem sido criticada por pesquisadores e ativistas.

Segundo Orlando Zaccone D'Elia Filho (2015), que se dedicou ao estudo de mais de trezentos inquéritos de “autos de resistência”, referentes ao período de 2003 a 2009 instaurados entre os anos da pesquisa, arquivados a pedido do Ministério Público pela Justiça do Rio de Janeiro, o arquivamento de inquéritos dessa natureza pode gerar decisões desconectadas dos fatos:

como toda máquina burocrática, o arquivamento dos autos de resistência revela certo descaso dos operadores jurídicos. Tal desinteresse na investigação gera situações-limite, em que o próprio direito é o princípio de autoridade a decidir pelo arquivamento, por vezes abstraindo completamente qualquer relação com o fato ou mesmo contrariando as evidências e gerando decisões conflitantes no âmbito do poder judiciário (ZACCONE D'ELIA FILHO, 2015, p. 148).

O pedido de arquivamento identificado nos autos do processo criminal analisado reforça, mais uma vez, a preeminência que tem a versão dos policiais militares envolvidos diretamente na ocorrência, conforme já exposto, e lança luz sobre a atuação de outras agências, como o Ministério Público, cuja autonomia na elaboração dos pedidos de arquivamento pode gerar prejuízo irreparável à responsabilização dos policiais militares envolvidos no fato, dado que, quando deferido pelo juízo, ocorre, de maneira definitiva, a interrupção da responsabilização do policial militar na esfera criminal.

Por outro lado, é possível observar o papel do juízo nesse procedimento específico, cujo poder de atuação é bastante reduzido. A autorização legal conferida ao Ministério Público para deflagrar a ação penal em casos de suposta prática de homicídio doloso traduz-se no poder de determinar se há ou não justa causa para a promoção da respectiva ação penal. Nesta ocasião, se entender que não há, poderá, como fez o promotor do caso em estudo, requerer o arquivamento do respectivo IP. Caso o juízo não concorde com as alegações apresentadas, deverá ser observado o art. 28 do CPP, já apresentado na subseção 3.3.4, do capítulo 3.

Como se vê, o membro do MP funciona como um filtro importante, porque não obstante a atribuição do juiz de determinar o arquivamento, a decisão final caberia ao MP.

¹²² Art. 28 do CPP: “Se o órgão do Ministério Público, ao invés de apresentar a denúncia, requerer o arquivamento do inquérito policial ou de quaisquer peças de informação, o juiz, no caso de considerar improcedentes as razões invocadas, fará remessa do inquérito ou peças de informação ao procurador-geral, e este oferecerá a denúncia, designará outro órgão do Ministério Público para oferecê-la, ou insistirá no pedido de arquivamento, ao qual só então estará o juiz obrigado a atender”.

Na literatura, o pedido de arquivamento e seu respectivo deferimento tem natureza controversa. Para Orlando Zaccone (2015), por exemplo, a decisão que arquiva os “autos de resistência” seria uma decisão administrativa, “a decisão de arquivamento dos inquéritos policiais ocorre a partir de um ato administrativo de homologação do pedido realizado pelo Ministério Público” (ZACCONE D'ELIA FILHO, 2015, p. 29). A implicação direta dessa maneira de ver essa resposta do sistema de justiça seria uma completa “dejudicialização” de algo que é próprio do juízo, um provimento jurisdicional que interrompe os procedimentos de responsabilização de policiais militares na esfera criminal.

Apesar do poder conferido ao MP, o art. 28 não confere a esse órgão um patamar superior ao próprio juízo. Assim, de volta ao caso, ao deferir o arquivamento do IP do caso em análise sob argumento diverso daquele demandado pelo MP, a juíza do caso nos leva a formular a hipótese de que, mesmo tendo uma margem de atuação limitada no procedimento de arquivamento, os juízes podem explicitar divergências com o membro do MP em sua razão de decidir, fato que imprimiria mais transparência e explicitaria um controle judicial de mecanismos de responsabilização da polícia que mata. No caso em análise, não houve mobilização do art. 28 do CPP, e a parte do IP foi arquivada sem desacordo com a juíza, que entendeu não ter havido “elementos idôneos” que comprovassem que as condutas desses policiais foram iguais aos dos réus Akira e Djalma, o que reforça a hipótese de responsabilidade compartilhada entre diferentes agências pelo excessivo número de arquivamentos de “autos de resistência”.

Nesse ponto, a lógica imunitária pôde ser observada de maneira difusa pelo sistema: uma instituição concentra poder excessivo numa etapa considerada chave para a sobrevivência do processo, ao mesmo tempo em que, também numa etapa chave, as instituições envolvidas podem produzir prejuízo ao processo por trabalharem de forma completamente independente uma das outras.

(iii) O significado do desfecho do processo

A sentença que absolveu os réus da acusação de homicídio doloso também permite observar elementos que podem ser atribuídos à lógica imunitária. Apesar da estratégia metodológica de fazer estudo de caso não permitir a construção de formulações de caráter quantitativo a respeito da absolvição pelo homicídio/condenação pela fraude dos policiais, um olhar para um único caso, pode ajudar a entender que significados podem ser atribuídos a um desfecho como o do caso.

A sentença que declarou a absolvição dos policiais militares comunica algo em termos de confiança, de credibilidade e de funcionamento do sistema de justiça a diferentes atores, interna e externamente. Nesse sentido, a existência de um provimento final nos informa a respeito do cumprimento formal de regras pelas agências do sistema de justiça, do encerramento de um ciclo, da existência de uma decisão internamente válida e legítima, dentro dos parâmetros processuais.

Nesse sentido, vale destacar que o desfecho dos processos dos referidos PM expressam sentidos diferentes a depender do ator observado. Assim, para os policiais militares réus do caso, por exemplo, o processo e seu desfecho final pode significar a concretização da justiça e alívio após o encerramento de uma fase de exposição de seu nome e imagem nos veículos de comunicação pelo referido fato e gastos com honorários advocatícios.

Já para a corporação, o referido o processo comunicou para os demais policiais militares da corporação que não necessariamente haverá punição para policiais militares que, em circunstância de abordagem, atiram e atingem pessoas que vão a óbito. Ao contrário, ao invés de um sistema penal severo – como este se apresenta para seus clientes corriqueiros –, o sistema de justiça pode se apresentar complacente e tolerante com os “homens da ordem” ou “heróis do dia-a-dia”, para fazer uso de expressões utilizadas pelos advogados de defesa, de modo que, ainda que o policial confesse que “perdeu a cabeça” ou que atirou “porque ficou com raiva”, ainda assim, poderá ser absolvido de uma acusação de homicídio doloso¹²³.

Para o Estado, o processo se converte em menos um preso e, portanto, menos recursos despendidos para a fase de execução, por um lado. Representa também a desnecessidade de reconhecer publicamente o erro de seus subordinados, de seu braço armado, dos profissionais que são mantidos pelo Estado para garantir o Estado de direito e a proteção de pessoas e bens, de outro lado, isto é, significa, também, um reforço à ilegalidade e à injustiça que envolveria esse tipo de fato, conforme apontam Adriana Vianna e Juliana Farias (2011).

Para a sociedade civil, por sua vez, o processo de responsabilização se converte em descrença num sistema de justiça que coloca em risco o próprio sentido do Estado de Democrático de Direito, tendo em vista a explicitação de um sistema que tem dois pesos e duas medidas, conforme sugerido por Oscar Vieira (2007). O processo pode ainda comunicar uma espécie de carta-branca para a reprodução e repetição de condutas similares.

¹²³ Nesse mesmo sentido está o Projeto de Lei 882/2019 apresentado à Câmara de Deputados pelo então Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, que prevê um abrandamento ainda maior do tratamento de policiais que matam em serviço, ao permitir que “o juiz poderá reduzir a pena até a metade ou deixar de aplicá-la se o excesso decorrer de escusável medo, surpresa ou violenta emoção”, sob ordem do Poder Executivo, na chefia de Jair Bolsonaro.

Já para os familiares das vítimas, o processo pode expressar a convicção de impunidade e a certeza de que não houve qualquer medida restauradora em relação à sua perda, à sua palavra, ao seu luto.

Por fim, vale lembrar que ao mesmo tempo em que absolveu o réu Akira da acusação de homicídio doloso, a sentença que apresentou o desfecho do processo também declarou a condenação dele por fraude processual – conduta consubstanciada no ato de simular uma reação legítima em situação de suposto confronto, quando alterou o local de crime, incluindo uma arma de fogo e disparando-a a esmo –, fato observado em outros júris da mesma espécie. Esse ponto específico permite refletir sobre a existência de uma racionalidade peculiar, presente no tribunal do júri quando o réu é policial e a vítima foi morta em circunstância de abordagem. Nesse ponto, o método adotado nessa pesquisa limita a produção de evidências a respeito da racionalidade da referida instância julgadora. No entanto, abre-se um interessante caminho investigativo, que não será aqui explorado, a respeito de quais condutas os júris de policiais militares que mataram em circunstância de abordagem seriam toleradas por aquele tribunal.

- (iv) Manifestamente contrário à prova dos autos? As contribuições do Tribunal de Justiça e o reforço à preeminência da versão dos policiais

Essa seção apresenta brevemente o papel que o Tribunal de Justiça de São Paulo teve na consolidação do desfecho do caso, que serviu para reforçar os sentidos atribuídos à absolvição em primeiro grau. A insatisfação do Ministério Público com ambas as absolvições e a de um dos réus com a condenação por fraude processual foram materializadas nos recursos de apelação, impetrados contra a sentença.

O Ministério Público requereu a nulidade do julgamento, sob o fundamento de que as “decisões foram manifestamente contrárias à prova dos autos” e, em sentido diametralmente oposto, Akira requereu a absolvição, pela prática de crime de fraude processual, argumentando que havia “insuficiência de provas”.

Na ocasião do julgamento dos recursos, os policiais militares julgados perante o tribunal do júri saíram novamente vencedores, dada a manutenção da decisão dos jurados pelos três desembargadores da 9ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, os quais negaram provimento aos recursos.

Nesse ponto, cabe destacar que é posto à disposição dos desembargadores o conjunto probatório anteriormente ofertado aos jurados: laudos de exames realizados, depoimentos de testemunhas de acusação e de defesa. Os desembargadores repassaram brevemente o depoimento de cinco policiais registrados nos autos (mídia e escrito): dois dos quais são dos

próprios réus, da delegada que conduziu as investigações no DHPP, do motorista que acompanhou a equipe dos réus e do tenente que primeiro ouviu a confissão de Akira na corregedoria da PM, destacando inclusive o trecho do depoimento desse último:

Relatou que Akira o procurou, espontaneamente, para informar tratar-se de um caso de execução e não de confronto. Ele e o policial Djalma teriam efetuado os disparos, em um momento de raiva e stress. Em seguida, Djalma teria lhe passado um revólver, tendo sido efetuado disparos na parede, para simular um confronto (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2018)

Mesmo diante do referido material probatório e de ter explicitado a leitura do referido trecho - que poderia provocar revolta, nojo e repulsa mesmo a uma pessoa que não compreende minimamente a gramática e os jogos do tribunal do júri-, o desembargador relator conclui,

(...) De rigor concluir, então, que o Conselho de Sentença optou pelo entendimento absolutório (homicídio) e condenatório de Marcos (fraude processual) com base na narrativa dos policiais, não se mostrando esta decisão de todo dissociada do complexo conjunto de informações colacionado aos autos, e esta convicção, firmada com fundamento no acervo probatório, não configura decisão manifestamente contrária à prova dos autos (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2018).

Conforme se pode notar na leitura e análise do acórdão em que o relator expressou a conclusão dos fundamentos de fato e de direito da decisão, a narrativa dos policiais é novamente considerada como um fator que tem um peso determinado, que ganha ainda mais força em grau de recurso quando se sustenta na defesa e na proteção do “princípio constitucional da soberania dos veredictos”, primeiro a ser mencionado nas razões de decidir do acórdão.

(v) O uso da prisão provisória¹²⁴

A categorização¹²⁵ dos argumentos mobilizados para prender os réus permitiu construir a hipótese segundo a qual, para além das justificativas estritamente jurídicas – aqui apresentadas como argumentos jurídico-legais –, a prisão provisória dos policiais militares ao longo do processo criminal por homicídio doloso teve pelo menos três significados: (I) implementar a lei conforme o Estado de Direito; (II) responsabilizar policiais militares que praticaram ações não-condizentes com seu ofício; (III) punir os policiais réus, isto é, garantir uma resposta aflitiva, ainda que fosse na fase processual. Frisa-se que esses três significados não operam de forma independente uns dos outros.

¹²⁴ Esse item se beneficiou do trabalho intitulado “Prendendo quem captura: a prisão de policiais militares em casos de homicídios dolosos contra civis em São Paulo”, de minha autoria, e das discussões realizadas no GT 15: Discursos sobre a privação de liberdade e a prisão: análise das maneiras de dizer/fazer as políticas públicas para condutas criminalizadas, onde foi apresentado, durante o III Seminário Internacional de Pesquisa em Prisão, realizado entre os dias 27 a 29 de Setembro de 2017, Recife, na Universidade Federal de Pernambuco.

¹²⁵ Processo realizado a partir de TFD, conforme descrição do capítulo 1 e tabelas anexas.

A partir das três sínteses dos argumentos mobilizados para prender policiais réus em processos de homicídios dolosos, e de seus significados, pode-se observar em que medida esses discursos acompanham as “maneiras de pensar” construídas teoricamente no campo do Direito Penal e da Criminologia. Neste sentido, num primeiro momento, pode-se observar que um sistema de pensamento, descrito como a Racionalidade Penal Moderna (PIRES, 2004) encontra-se nos discursos estudados.

Demarcada no campo da Sociologia das ideias penais, a racionalidade penal moderna enquanto sistema de pensamento que amarra as práticas penais, rege-se por algumas ideias centrais, ligadas à necessidade de inflição de dor. Segundo José Roberto Xavier (2015), poderíamos citar o “direito-obrigação de punir” e que se caracteriza como uma “forma mais dura do que uma intervenção qualquer”, essa “intervenção é substancializada como a distribuição de um sofrimento” (XAVIER, 2015, p. 450). Portanto, há no dever de punir a obrigação de infligir dor.

Uma outra ideia presente na racionalidade penal moderna e sinalizada por Xavier (2015) é a ideia de proteção da sociedade por meio do direito penal, isto é, através de uma resposta hostil, negativa e atomista (PIRES, 2004). Afirma-se, portanto, uma maneira de punir que pretende promover “a proteção da sociedade através de respostas aflitivas, pautadas na obrigação de castigar (mais) e a valorização da privação de liberdade” (CAPPI, 2015, p. 1964).

Trata-se de um resultado aparentemente paradoxal, dado que a maioria esmagadora dos casos de abordagens policiais que vão à júri tem por desfecho a absolvição dos réus, conforme relato por serventuários da justiça e juízes entrevistados na presente pesquisa.

Mas, ainda que paradoxal, os argumentos mobilizados para prender provisoriamente policiais réus em processos referentes às abordagens que resultam morte são interessantes não porque correspondem, em alguma medida, às demandas de punição por parte da sociedade civil, mas porque nos sinalizam uma lógica punitiva que é indiferente, por um lado, às garantias processuais constitucionalmente estabelecidas aos réus, e, por outro, ao uso do processo (penal, administrativo) como um mecanismo de responsabilização.

Neste sentido pouco importa que os réus Akira e Djalma tenham cumprido prisão administrativa – recolhimento disciplinar logo após a confissão de Akira na Corregedoria –, ou que tenham sido privados de liberdade em função de prisão temporária além do prazo previsto em lei (caso do publicitário relatado durante julgamento do júri respectivo). No mesmo sentido, não interessa que os policiais militares tenham respondido a processos administrativos para apuração e responsabilização naquele âmbito, ou que já estejam exonerados.

A lógica punitiva revelada nas “maneiras de pensar” dos operadores que mobilizaram a demanda por prisão no caso estudado, cuja apuração foi mediada pela atuação dos veículos de comunicação, conduz a observação da valorização da imediatez presente nesses argumentos, sempre atrelada ao potencial de visibilidade pública que o caso teve. Assim, quanto mais público se torna o caso – visível nos meios de comunicação de massa – mais rapidamente a prisão será demandada, sob os argumentos de (I) implementar a lei conforme o Estado de Direito, (II) responsabilizar – no sentido penal – policiais militares que praticam ações não-condizentes com seu ofício; (III) punir os réus, isto é, garantir uma resposta aflitiva, ainda que seja na fase processual.

Essa imediatez desnaturaliza o papel atribuído ao processo como ente de resguardo (proteção) do réu. Ou seja, é mais importante prender enquanto o caso está pautado pela mídia, o que garante um registro público de uma reação estatal e ratifica a racionalidade penal dominante, compatível com as teorias tradicionais da pena – ainda que seja de caráter provisório – uma vez que, depois, o desfecho dos processos provavelmente será favorável aos réus.

Essa hipótese ajuda a refletir sobre a forma tradicional de se pensar a resposta do sistema penal, onde “falar de imputação legítima de responsabilidade penal a um autor por um ato considerado ilícito equivale a falar, simultaneamente, da aplicação de uma pena” (MACHADO, 2016, p. 268). O que está posto na presente seção é justamente a possibilidade do processo penal por si só ser o elemento que garanta dor e sofrimento ao suspeito de cometer um crime, ainda que, nestes casos, a complexidade é maior, dado que o desfecho final é o da absolvição.

(vi) Graus de implicação no processo: distribuição desigual de responsabilidade?

Outro mecanismo da lógica imunitária observado nas práticas foi a maneira segundo a qual os sujeitos responsabilizáveis foram implicados nas fases do fluxo de responsabilização processual. A rede de proteção que conforma a lógica imunitária atuou de maneira a permitir que a responsabilização destes ocorresse de maneira diferente para cada ator envolvido, conforme será melhor explicitado nesse item.

As diferentes maneiras com as quais os sujeitos responsabilizáveis foram implicados no processo explicitam formas institucionais de proteção da Polícia Militar e, conseqüentemente, em alguma medida, dos policiais militares. Conforme será apresentado, a proteção destes últimos depende do quão foram expostos na mídia, do filtro construído no cotidiano das demais instituições que apuram e responsabilizam policiais, além das disposições

e interpretações das regras do jogo que instituíram a arquitetura institucional – já apresentada no capítulo 3.

Nesse sentido, a lógica imunitária emerge diante de uma série de mecanismos de diferenciação de envolvimento no processo e da consequente responsabilização, que integram o desenho jurídico-institucional, e pode ser observada nos pontos específicos de responsabilização que serão descritos a seguir, observando-se cada um dos sujeitos responsabilizáveis.

(i) Polícia Militar

Explicita a inexistente de responsabilização da Polícia Militar do Estado de São Paulo. A impossibilidade de investigação ou apuração de responsabilidade do comandante geral da Polícia Militar, ou mesmo do governador, e da consequente pronúncia e julgamento. A ausência de responsabilização da Polícia Militar enquanto instituição que promove a segurança pública através da repressão, mediante a formação e treinamento de seus quadros, também apareceu na ausência de outros mecanismos reparatórios do dano causado pelos policiais militares, quer seja em termos de acompanhamento psicológico, ou assistência social aos policiais envolvidos na ocorrência, quer aos familiares das vítimas e dos próprios policiais militares. Não houve também registros de que a abordagem sob análise tenha gerado qualquer movimento institucional de reavaliação da formação e do treinamento dos policiais militares para novas abordagens policiais em contextos similares.

A ausência de responsabilização da PM em ações letais já havia sido identificada nos estudos de Maira Machado e Marta Machado (2013, 2015), por ocasião de uma pesquisa que buscou compreender os mecanismos formais de responsabilização jurídica no contexto do Massacre do Carandiru. Naquele trabalho, as juristas identificaram o fenômeno que nomearam de “Nuremberg às avessas”, caracterizado não só pela isenção da PM diante da morte de 111 detentos que estavam sob sua custódia, mas também, pela promoção hierárquica de policiais militares de alta patente que haviam participado da ação.

Sinalizar a ausência de responsabilização não implica ignorar os movimentos de responsabilização dos policiais militares operados pela Polícia Militar, consistentes no reconhecimento de que Akira e Djalma violaram normas e foram processados administrativamente pela Instituição. Mas a ausência de responsabilização da Polícia Militar reforça a noção de “responsabilidade solitária” dos policiais militares, que são processados e julgados individualmente, enquanto a instituição não se vê constrangida – seja por mecanismo internos ou externos – a rever suas práticas.

- (ii) Policiais militares que atiraram, mas os disparos não atingiram pessoas

Expõe a maneira segundo a qual policiais militares que atiraram, mas os disparos não atingiram pessoas foram percebidos pelo sistema de justiça. O referido grupo aparece citado no processo criminal de forma incidental, apenas como declarantes, ainda na fase de elaboração do BO/DHPP, e jamais voltaram a participar de qualquer ato processual de responsabilização de seus atos ou dos demais integrantes da PM que haviam se deslocado até o local da ocorrência.

- (iii) Policiais militares que atiraram e os disparos atingiram uma vítima, levando-a a óbito, mas não houve denúncia.

Para esse grupo de policiais é possível observar os atos processuais que permitiram um baixo envolvimento nos processos de responsabilização, fatos que autorizaram que os policiais militares que atiraram e os disparos mataram, mas não foram denunciados por parte do Ministério Público, apesar do relatório final do DHPP indicar a existência de “excesso por parte dos policiais Prado e Almeida¹²⁶”. Aqui, desde o momento em que foi reconhecida a legalidade da atuação dos policiais militares Prado e Lima por meio da sentença que arquivou o inquérito referente à morte de Vitor, os procedimentos de responsabilização foram imediatamente interrompidos. A identificação da legalidade dessa ocorrência que, vale lembrar, vitimou letalmente Vitor, foi construída de forma sutil e gradativa, o que resultou também num maior número de ferramentas jurídicas de proteção postas à disposição desses policiais, especificamente.

Nesse sentido, cabe frisar que a construção da legalidade que resguardou esses dois policiais não estava necessariamente pautada na discricionariedade da atuação policial no momento dos fatos ou mesmo numa avaliação das circunstâncias fáticas do momento daquela abordagem, mas num reconhecimento de legalidade “endoprocessual”, isto é, na não identificação pelos atores que atuavam nos processos de apuração de elementos em desconformidade com o conjunto de normas da prática, do cotidiano daqueles atores que têm por atribuição a apuração e responsabilização de policiais naquele tipo de ocorrência. Isto é, a apuração da morte de Vitor foi interrompida por movimentos institucionais legais, porque as três instâncias do sistema de justiça agiram dentro de suas atribuições, contudo, são autônomas umas em relação às outras, alheias em relação ao conteúdo, apesar de interdependentes no fluxo processual, isto é, a ação de uma depende da conclusão da ação da outra.

¹²⁶ Trecho extraído de documento intitulado “Relatório Final”, datado de 8 de abril de 2015, coletado nos autos de nº 0000645-44.2015.8.26.0052.

Do ponto de vista prático, a referida legalidade se construiu ao longo do próprio processo de apuração, podendo ser observada na seguinte sequência: (i) o relatório final do IP 01/2015 do DHPP descreve uma circunstância de legítima defesa, sem nomeá-la: “(...) Ao avistaram os milicianos, o motorista da motocicleta evadiu-se e o outro, que estava a pé, passou a disparar contra os policiais que, então, revidaram, alvejando-o. Socorrido ao hospital, Vitor Lotfe Barbosa faleceu em decorrência dos ferimentos(...)”¹²⁷; apesar do mesmo relatório (ii) indicar que houve excesso por parte dos referidos policiais: “(...) Com relação a Vitor, ele foi alvejado sete vezes, em regiões vitais de seu corpo, denotando, s.m.j. excesso por parte dos policiais militares Prado e Almeida¹²⁸”; (ii) o Ministério Público entendeu que “Não há que se falar em excesso punível, pois agiu em medida compatível à iminência da agressão a ser perpetrada pelo meliante que estava armado e apontava a arma para os milicianos e contra eles disparava, com o evidente objetivo de resistir à prisão em flagrante¹²⁹”; (iii) do mesmo modo em que o juízo entendeu que não havia outra solução que não o arquivamento do inquérito, mas por razões diferentes das do membro do Ministério Público, defere o arquivamento do IP/DHPP: “uma vez que, aquelas primeiras notícias de que as condutas desses investigados seriam iguais a dos outros réus, da mesma equipe, não ficou confirmada com elementos idôneos. A I. Delegada afirmou que populares diziam ter filmagens da abordagem da polícia e da execução da vítima por eles, mas a verdade é que essa prova não aportou nos autos (...) Assim, promovo o arquivamento da investigação com relação a eles, com as ressalvas do artigo 18 do CPP”¹³⁰¹³¹.

Do ponto de vista de uma análise estrutural, qualitativa, a hipótese que se fortalece é a de que o cumprimento de uma atribuição legal no processo de apuração da polícia que mata pode ser legal, porque obedece aos limites determinados na legislação, ao mesmo tempo em que é descoordenada, já que a autonomia dos órgãos pode se traduzir em incongruência entre eles, apesar de haver interações formais.

¹²⁷ Trecho extraído de documento intitulado “Relatório Final”, datado de 8 de abril de 2015, coletado nos autos de nº 0000645-44.2015.8.26.0052.

¹²⁸ Trecho extraído de documento intitulado “Relatório Final”, datado de 8 de abril de 2015, coletado nos autos de nº 0000645-44.2015.8.26.0052.

¹²⁹ Trecho extraído de documento intitulado “Promoção de arquivamento”, datado de 9 de abril de 2015, coletado nos autos de nº 0000645-44.2015.8.26.0052.

¹³⁰ Trecho extraído de documento intitulado “Decisão”, datado de 15 de abril de 2015, coletado nos autos de nº 0000645-44.2015.8.26.0052.

¹³¹ O art. 18 do CPP citado pela juíza faz referência à possibilidade de reabertura do IP, caso surjam novas provas. “Art. 18. Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia”.

A legalidade da ação policial construída em função de movimentos autônomos de outras instituições viabiliza também a mobilização por esses policiais de um conjunto maior de instrumentos jurídicos de proteção, sob a guarita da instituição PM, a qual não os obrigou a responder a procedimento administrativo disciplinar.

- (iv) Policiais militares que atiraram e os disparos atingiram uma vítima, levando-a a óbito e que foram denunciados, pronunciados e julgados perante o júri, sendo ao final absolvidos

Esse grupo, cuja exposição nos veículos de comunicação gerou reações institucionais muito mais intensas, teve um processo de responsabilização mais robusto. Porém, apesar de percorrer as fases de julgamento, sancionatória e de implementação da sanção, esse grupo ainda manteve uma série de mecanismos jurídicos de proteção, que funcionaram muito mais como instrumentos de “redução de danos”¹³² à imagem e aos interesses da instituição, do que de responsabilização dos réus.

Nesse contexto, pode-se citar a possibilidade de exoneração a pedido, no curso do procedimento disciplinar instaurado – mecanismo que, na esfera de responsabilização administrativa de servidores públicos civis federais já é inviável¹³³, tendo em vista a legislação vigente. Dispositivo similar não foi encontrado na legislação estadual referente a Polícia Militar do Estado de São Paulo¹³⁴.

No mais, cabe ainda frisar que os policiais militares que se encontram nesse nível de implicação foram gradativamente desassociados simbolicamente da instituição, o que tornou a abordagem policial com resultado morte um problema de cunho exclusivamente individual, que dizia respeito unicamente ao policial que atirou e efetivamente matou, e a vítima. Esse ponto pode ser melhor visualizado em alguns argumentos mobilizados pela delegada, pelo Ministério Público e pelo próprio réu, em momentos bem definidos: (a) no relatório final do IP do DHPP elaborado pela delegada: “*Ressalte-se que a vítima Vagner foi alvejada cinco vezes e as trajetórias dos projéteis foram todas de cima para baixo (estava ele deitado, ou ajoelhado?)*”, questionou a autoridade. Em seguida, de maneira mais direta, ao requerer a prisão preventiva de Akira e Djalma, a delegada sustentou: “*(...) Referidas pessoas envergonham a farda que*

¹³² Termo sugerido pela professora Marta Machado na ocasião da banca de qualificação, em outubro de 2018.

¹³³ Conforme art. 172, da Lei 8.112/1990 “Art. 172. O servidor que responder a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido, ou aposentado voluntariamente, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, acaso aplicada”.

¹³⁴ Lei Complementar nº 893, de 09 de março de 2001, a qual institui o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar, e na I-16-PM - Instrução do Processo Administrativo da Polícia Militar, publicada em julho de 2013.

usam e são um perigo para a sociedade, pois se colocam acima do bem e do mal, acima da Justiça. Atentam, assim, contra o verdadeiro Estado Democrático de Direito que nos foi devolvido com tanta dificuldade e às custas de tantas vidas inocentes"; (b) no parecer do Ministério Público que requereu a prorrogação da prisão temporária dos investigados, ressaltando que: *"(...) [t]ambém necessária a providência para a manutenção dos investigados fora do convívio social, especialmente porque constatado que têm comportamento em descompasso com a ordem pública e com o exercício da atividade policial"*; (c) na arguição do membro do Ministério Público quando esse fez questão de enaltecer a instituição policial e enfatizar que os jurados estavam reunidos naquele dia para julgar um *"mal policial"*, cuja conduta não tinha a ver com a PM, chegando a afirmar *"uma das instituições que eu mais respeito, inclusive tenho até parentes maus lá"*¹³⁵; e, por fim, no interrogatório de Akira, policial militar que havia confessado na corregedoria e em plenário do júri: *"fui buscar cobrir minha equipe, para que meu erro não respingasse sobre meus colegas"*¹³⁶.

Esses argumentos que expressam a técnica processual de individualização da conduta de um réu, por um lado, também serviram para reforçar a ideia de responsabilidade solitária que acompanha os policiais militares em processos dessa natureza, por outro lado.

Mesmo diante dessas circunstâncias, nas quais a imagem do policial foi desassociada da instituição, o policial ainda se valeu do instituto do desmembramento dos processos na ocasião do julgamento em plenário do júri, dada a clara contradição entre as defesas dos dois policiais Akira e Djalma, o julgamento por pessoas leigas e a possibilidade, posteriormente concretizada, de absolvição da imputação de homicídio doloso.

- (v) Policiais militares que atiraram e os disparos atingiram uma vítima, levando-a a óbito, e que foram denunciados, pronunciados e julgados perante o júri, sendo ao final condenados

Seria o patamar em que se encontram policiais militares que, durante uma abordagem, matam pessoas, posteriormente são denunciados, passam pelas fases de julgamento e são condenados pela acusação de homicídio doloso. No caso sob análise, essa maneira de implicação no processo não foi identificada porque não houve a respectiva condenação dos réus. Mas, o grau 5 se fez presente, por exemplo, no caso 3, ou "caso filmado" descrito brevemente no capítulo 1.

¹³⁵ Fala do promotor de justiça em sessão de julgamento perante o tribunal do júri. Sessão de júri etnografada no dia 18 de maio de 2017, das 13h40 às 20h25, no Fórum Min. Mário Guimarães, São Paulo - SP.

¹³⁶ Fala de réu registrada em sessão de júri etnografada no dia 18 de maio de 2017, das 13h40 às 20h25, no Fórum Min. Mário Guimarães, São Paulo - SP.

A identificação de maneiras diferenciadas de implicação no processo ajuda a compreender de forma pormenorizada a distribuição, e talvez até a intensidade ou a gravidade, com as quais mecanismos jurídicos de proteção processual são implementados através de práticas de atores individuais e institucionais, o que pode dar ensejo a diferentes graus de responsabilização¹³⁷, isto é, os dados analisados apontam para o fato que sujeitos responsabilizáveis dentro do fluxo processual de responsabilização da polícia que mata podem sofrer a incidência de sanções de maneira desigual e desproporcional a depender da exposição dos referidos sujeitos na mídia, por exemplo.

No quadro a seguir é possível visualizar as diferentes formas de implicação dos sujeitos responsabilizáveis ao longo do fluxo, apresentados ao longo desse item.

¹³⁷ Esse elemento pode ser explorado futuramente, como linha de pesquisa na agenda que se abre com a presente pesquisa.

Quadro 6. Formas de implicação dos sujeitos responsabilizáveis ao longo do fluxo processual de responsabilização

Sujeito responsabilizável	Expressão das maneiras de envolvimento no processo	Razões aparentes
Polícia Militar do Estado de São Paulo	Não foi responsabilizada pelos fatos em nenhuma das esferas observadas.	Não identificada
Policiais militares que atiraram, mas os disparos não atingiram pessoas	Aparecem no BO/DHPP apenas na condição de vítimas. Em âmbito administrativo, não houve instauração de procedimento disciplinar para apuração e responsabilização. Mas, cabe frisar que esses policiais tiveram seus nomes registrados no BO/DHPP.	Ação policial dentro do registro de “legalidade” admitido pela instituição, pelas práticas profissionais admitidas entre os PM e pelos atores que avaliaram as ações.
Policiais militares que atiraram e os disparos atingiram uma vítima, levando-a a óbito, mas não houve denúncia.	Arquivamento do inquérito policial do DHPP, tendo em vista a identificação de excludente de ilicitude legítima defesa, pelo Ministério Público e reconhecimento pelo juízo. Não foi identificada a instauração de procedimento administrativo disciplinar.	Ação policial dentro do registro de “legalidade” admitido pela instituição, pelas práticas profissionais admitidas entre os PM e pelo Ministério Público.
Policiais militares que atiraram e os disparos atingiram uma vítima, levando-a a óbito e que foram denunciados, pronunciados e julgados perante o júri, sendo ao final absolvidos.	Exonerados a pedido e posteriormente expulsos da PM. Absolvidos da acusação de homicídio doloso pelo júri.	Ação policial fora do registro de “legalidade” admitido pela instituição, pelas práticas profissionais admitidas entre os PM e pelo Ministério Público. Mas dentro do registro de legalidade admitido pelo júri, que conforme se pôde observar no item “iii” da seção 5.5.3, opera sob uma racionalidade específica.
Não identificado no caso estudado, mas, apenas, no material coletado na fase de aproximação ao campo. Policiais militares que atiraram e os disparos atingiram uma vítima, levando-a a óbito, e que foram denunciados, pronunciados e julgados perante o júri, sendo ao final condenados.	Expulsos da corporação e condenados por homicídio doloso.	Ação policial fora do registro de “legalidade” admitido pela instituição, pelas práticas profissionais admitidas entre os PM, pelo Ministério Público e pelo júri.

Elaboração da autora.

O quadro acima permite observar as maneiras possíveis de implicação de sujeitos no processo. A participação de alguns atores ao longo de todo o fluxo e a interrupção quase abrupta de outros apontam para o fato que quanto mais o policial militar, réu nesse tipo de caso, é exposto pelos veículos de comunicação e expõe a instituição, mais fases o processo correspondente à sua responsabilização caminhará ao longo do fluxo processual do sistema de

justiça, percorrendo mais etapas, podendo alcançar, inclusive a fase sancionatória e de implementação da sanção.

5.5.4. Mecanismos de proteção identificados em atos que evocam uma cultura institucional na própria polícia militar

Seguindo a trilogia de Monjardet (1996), a qual permite compreender a polícia a partir da dimensão das normas que a institui, da organização e das práticas profissionais, buscou-se aferir que outros mecanismos de proteção da instituição policial é possível identificar nas práticas profissionais que permitiram a existência e/ou a “sobrevida” dos processos de responsabilização na esfera administrativa.

(i) O silêncio dos inocentes

A omissão e a aderência de policiais militares que presenciam mortes provocadas por colegas de profissão em circunstâncias de abordagem e não reagem a esse fato de modo a provocar a instauração de processos administrativos disciplinares produz uma manifestação da lógica imunitária.

A releitura dos registros referentes à participação dos atores internos e externos possibilitou observar, mais uma vez, outro mecanismo de proteção da instituição. Para que o processo superasse as inúmeras barreiras explicitadas no item 2.1 do capítulo 2, aprofundadas em Ferreira (2019), foram fundamentais a autoavaliação de um dos policiais envolvidos diretamente na ocorrência, cuja confissão funcionou como a força motriz do processo de responsabilização administrativo. No mesmo sentido, a divulgação da confissão do PM em veículos de comunicação, bem como, a persistência dos familiares diante da atuação da Polícia Civil também favoreceu o ingresso do caso na esfera criminal.

A convivência de policiais militares diante de condutas que violam o regimento interno da Polícia Militar, paradoxalmente, fortalece a lógica imunitária da instituição e reforça a ideia de impunidade associada ao corporativismo, que apareceu com bastante força na literatura e em alguns argumentos mobilizados pelo membro do MP em plenário do júri de Akira, os quais sinalizavam que a impunidade só não era maior porque “*há uma rusga entre a Polícia Militar e a Polícia Civil, quando uma polícia quer corrigir a outra de forma exemplar*”¹³⁸.

(ii) A exoneração a pedido no curso de processo administrativo

¹³⁸ Fala de promotor de justiça registrada em sessão de júri etnografada no dia 18 de maio de 2017, das 13h40 às 20h25, no Fórum Min. Mário Guimarães, São Paulo - SP.

Da mesma forma, a lógica imunitária pôde ser observada no desfecho do processo administrativo disciplinar. Na esteira de se observar os mecanismos passíveis de instituir uma punição aos policiais militares, a expulsão destes da corporação parecia indicar um importante mecanismo de responsabilização.

A partir de uma análise mais detida das circunstâncias em que havia ocorrido interação entre as esferas de responsabilização do direito nos júris, e do respectivo uso do desfecho da esfera administrativa pelos atores da esfera criminal perante os jurados, promotor e advogados essencialmente, foi possível notar que o desligamento funcional dos policiais militares da corporação foi uma estratégia dos réus para produzir suas defesas processuais, ao tempo em que se protegiam do impacto da existência de processo criminal em suas vidas pessoais e profissionais.

Num primeiro momento, a expulsão dos policiais Akira e Djalma como conclusão e resultado de um curso processual parecia indicar que a única instância que efetivamente havia funcionado para punir aqueles policiais seria a esfera administrativa, dado que, um fato considerado corriqueiro por ativistas e pesquisadores é a manutenção de policiais que praticaram mortes em exercício nos quadros da PM inclusive na mesma função que trabalhavam anteriormente ao fato – quando não são promovidos na hierarquia assumindo funções ou cargos de maior prestígio, conforme apontado por Machado e Machado (2015) nos estudos sobre o massacre do Carandiru.

Mas, ao longo da análise do caso, observou-se que a expulsão dos referidos policiais militares não seria efetivada, dado que os mesmos haviam pedido exoneração dos respectivos cargos e funções, a qual havia sido concedida, ainda no curso do processo administrativo – Akira e Djalma haviam pedido exoneração, pedidos que foram homologados cinco dias antes da decisão que expulsou os policiais – a decisão do conselho de justificação não teve eficácia, pois os mesmos já não eram policiais militares.

Os estudos de Direito Administrativo sinalizam que na esfera civil federal, esse tipo de estratégia não é admitida. Segundo Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo (2018), o servidor que estiver respondendo a um processo administrativo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido ou aposentado voluntariamente após a conclusão do processo, conforme art. 172 do Estatuto dos Servidores Públicos civis. Dispositivos similares não foram encontrados no Regulamento Disciplinar da Polícia Militar (Lei Complementar nº 893, de 09/03/2001), tampouco nas Instruções do Processo Administrativo da Polícia Militar - (I-16-PM) - de 31/07/2013.

No júri de Djalma, a estratégia utilizada pelos dois policiais militares de pedir exoneração no curso do processo administrativo é apresentada pelo promotor de justiça, ao explorar o desfecho da esfera administrativa, o qual afirma que a expulsão impediria que o expolicial militar conseguisse emprego em outros lugares, o que explicaria o pedido de exoneração antes da conclusão do processo para “não se sujar”. Segundo um advogado que acompanhava do plenário o julgamento e que foi entrevistado na presente pesquisa, a referida estratégia é comum e corriqueiramente sugerida no meio, pois permitiria que o policial exonerado a pedido prestasse novo concurso de PM, não sendo o fato impeditivo para reingresso na carreira.

Dessa forma, o registro do fato nos assentos dos policiais militares antes do arquivamento determinado na conclusão do processo administrativo parece ter sido a resposta mais eficaz dessa esfera ao caso, única resposta viável diante das circunstâncias, resposta institucional que reforça a imunização da própria polícia.

A exposição desse capítulo permitiu observar a gama de respostas dadas pelo sistema de justiça às abordagens policiais com resultado morte para além da resposta que tem sido privilegiada pela literatura, que tem valorizado a punição em sentido estrito (cumprir pena de prisão/ser expulso da PM), seja explorando o desfecho criminal e sua efetividade (ADORNO, 1994; NEME, 1999), seja percorrendo as previsões legais de retribuição e os arranjos institucionais que permitem a exclusão de ilicitude do fato (MISSE et al, 2011; ZACCONE, 2015), ou ainda observando as chances de absolvição dos PMs (RIBEIRO; MACHADO, 2016), a probabilidade de condenação (CANO; 1999; CANO; DUARTE, 2010) e a impunidade da polícia que mata (PINHEIRO, 1997; SUDBRACK, 2008; ALMEIDA, 2009), só para citar alguns exemplos. A partir dos dados expostos na pesquisa, foi possível identificar inúmeras outras respostas do sistema de justiça que permitiram e alavancaram o processo de responsabilização para esse desfecho ou que puderam interromper ou criar desvios para esse percurso.

O quadro 7 sintetiza, a seguir, os mecanismos jurídicos que conformaram a “lógica imunitária” no tratamento jurídico das *abordagens policiais com resultado morte no sistema de justiça*.

Quadro 7. Lógica imunitária: mecanismos jurídicos de proteção institucional da PM no tratamento das abordagens policiais com resultado morte

MECANISMOS DE PROTEÇÃO	
Inscritos em âmbito legislativo	Ausência de protocolo público sobre os limites da atuação da polícia militar
	Julgamento de policiais militares na esfera criminal por um tribunal leigo - júri
	Ausência de tutela coletiva de direitos em relação à atuação policial
	Impossibilidade de responsabilização criminal da Polícia Militar
Observados nas práticas processuais	Filtragem e realocação do caso ao longo do fluxo processual pela incorporação de novos sentidos atribuídos pelos atores que atuaram diretamente no caso
	arquivamento do inquérito policial civil e o poder conferido ao MP pelo art. 28 do Código de Processo Penal
	Absolvição de homicídio doloso/condenação por fraude processual
	As contribuições do Tribunal de Justiça e o reforço à preeminência da versão dos policiais
	uso da prisão provisória
	Distribuição desigual da responsabilidade: os graus de responsabilização
Expressos em atos que podem denotar uma cultura institucional	O silêncio dos inocentes
	A exoneração a pedido no curso de processo administrativo

Elaboração da autora.

Assim, a partir de todos os elementos elencados ao longo desse capítulo, é possível afirmar que a ideia de *lógica imunitária* ajuda a refletir a respeito do fato que, no Brasil, onde as instituições do Estado de Direito ignoram a importância de tratar a curto, médio e longo prazo a letalidade policial como um problema político e social da maior importância de acordo com os parâmetros democráticos, observa-se que responsabilizar apenas o policial em casos de abordagens com resultado morte é uma forma de reagir ao problema, paradoxalmente, sem enfrentá-lo do ponto de vista dos objetivos prioritários das instituições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa ofereceu um feixe de luz sobre os fluxos de responsabilização da polícia que mata e revelou caminhos ainda não explorados. Ao buscar compreender o tratamento jurídico das abordagens policiais com resultado morte, desvelou os diversos mecanismos utilizados pelo sistema de justiça para responsabilizar policiais militares que atuaram em um caso concreto de atuação, que resultou na morte de duas pessoas. A análise sistemática dos dados coletados permitiu a identificação de uma nova camada de investigação a respeito do tratamento jurídico da letalidade policial no Brasil e a construção de um modelo teórico-analítico para observar o problema.

Para que isso fosse possível – sem atenuar a força política da pesquisa e o elemento de denúncia presente desde a construção do seu objeto –, foram escolhidas estratégias metodológicas que valorizassem materiais produzidos pelo próprio sistema de justiça. A apresentação do conjunto de técnicas e a forma como foram utilizadas para conformar um método de pesquisa está disposta no capítulo 1.

A estratégia metodológica baseou-se no estudo de caso único e a descrição das etapas constitutivas do método está no capítulo 1 porque, diante de seu caráter complexo e original, o método de pesquisa pode ser entendido como uma etapa fundamental, tanto para esta pesquisa quanto para outras investigações que queiram seguir caminhos análogos. Por isso, descrevem-se os caminhos percorridos pela pesquisadora para alcançar os objetivos propostos pela pesquisa, cada etapa vencida até a escolha do método de coleta de dados e os movimentos que constituíram o processo analítico.

O estudo de caso proposto constituiu uma ferramenta indispensável para a exploração inicial do tema e o aprofundamento de questões até então ignoradas pela literatura, a organização do contexto sociorracial e político que envolve o problema da letalidade policial e de seu respectivo tratamento no sistema de justiça, bem como o gerenciamento da avalanche de informações que surgiu em função da pesquisa. A *farsa do réveillon* proporcionou uma verticalização da análise ao permitir um aproveitamento dos números, narrativas, vozes, arranjos e lógicas presentes nos casos.

Uma primeira conclusão emergiu do trabalho técnico de desenho da pesquisa, construção do objeto, aproximação ao campo e escolha do método: estudar a avaliação que o sistema de justiça faz a respeito da polícia que mata exige (i) domínio do campo normativo em

que se assentam as instituições, o que implica em conhecer, com algum grau de profundidade, não só o conjunto de regras que estabelecem sanções e atores que as implementam, mas também, o conjunto de lógicas que operam, quase sempre simultaneamente, sobre quem cria aquelas normas, as aplicam e fiscalizam sua implementação; (ii) sensibilidade para ingressar no campo das práticas dos atores, individuais e institucionais, sem se perder na gama de discursos opacos sobre justiça, igualdade e direitos humanos; e (iii) a destreza para administrar, na análise, os conflitos que surgem para a pesquisadora, entre os silêncios necessários à descrição cirúrgica dos fatos observados, e observáveis, e a gritaria que ecoa dor e sofrimento ao exigir justiça.

No segundo capítulo, foram valorizadas as grandes questões que emergiram da revisão de literatura, organizadas em função das barreiras à produção de conhecimento a respeito do julgamento de policiais que matam, do panorama numérico oferecido em grande parte por organizações não governamentais que atuam na sociedade civil no enfrentamento da letalidade das ações policiais, do uso da força pela polícia e em torno da discussão a respeito da impunidade, da ausência de responsabilização e do ingresso de casos de abordagens policiais com resultado morte no sistema de justiça.

A revisão de literatura oferece uma segunda conclusão. Além de expressar as dificuldades de se produzir conhecimento em torno da polícia que mata – muitas das quais estão associadas à história de uma sociedade que não prestou contas de seu passado escravagista, colonial, racista e autoritário – o segundo capítulo expôs como a desigualdade racial se materializa na desproporção em que negros, fardados ou não, são mortos. Mostrou também que a matança das ruas, em uma sociedade paralisada pelo desejo de vingança e, por isso, incapaz de produzir regras claras sobre os limites do uso da força pelo Estado, invade, simbolicamente, os tribunais e as cortes, e mantém seu curso com outras matizes, agora, em tons de impunidade.

Com o objetivo de oferecer uma visão geral da arquitetura institucional, entendida como o conjunto de normas e instituições adotadas pelo Brasil para tratar as abordagens policiais com resultado morte, o terceiro capítulo explicitou quais são as regras do jogo que permitem ao Estado brasileiro a gestão dessas mortes, em duas dimensões: a primeira numa perspectiva individualizante, na qual os processos de responsabilização são operados de forma a individualizar a ação policial e seus respectivos efeitos, e a segunda dimensão, a qual abarca um sentido de conjunto, coletivo e unidade, ainda que ocorram com a participação de policiais e vítimas distintos, em lugares diferentes. Nessa segunda dimensão, o foco está num *modus operandi* da instituição Polícia Militar que viabiliza a execução da atividade de policiamento

ao mesmo tempo em que produz mortes. A esse fenômeno, que a literatura atribui a nomenclatura “letalidade policial” (CANO, 1997; LOCHE, 2010; BUENO, 2014, 2018) e alguns autores o associa à noção de “genocídio” (FLAUZINA, 2006; 2008) e de “necropolítica racial” (AMPARO-ALVES, 2010), uma arquitetura institucional própria tem sido mobilizada para oferecer respostas jurídicas formais às duas dimensões do problema.

Como se viu, nessa arquitetura aparecem mecanismos de acionamento por demandas individuais, canais comunicativos entre atores e esferas e previsão de sanções penais, administrativas e civis. Mas também ficam evidenciados os silenciamentos do processo constituinte e seu reflexo no próprio texto da constituição federal atual. A identificação de uma ausência de leis (em sentido estrito) que tratem especificamente o tema também sinaliza para a urgência de uma produção legislativa mais comprometida com o problema. Nesse contexto, a pesquisa aponta para a necessidade de criação de um novo campo jurídico, um ramo especializado em controle da polícia, dada a ausência de regulação nesse setor que, como se viu, tem especificidades quanto aos atores envolvidos e suas formas de atuação.

Nesse sentido, o terceiro capítulo ofereceu uma descrição da estrutura jurídica, explicitando os instrumentos normativos – normas inscritas na constituição federal e os diversos instrumentos infraconstitucionais que permitem a responsabilização de polícias militares nas esferas administrativa, civil e criminal – e os principais atores institucionais envolvidos, ocasião em que foram destacados os atores conflitantes e os papéis controversos que surgiram na observação da multiplicidade institucional da apuração desse tipo de ocorrência, com destaque para os esforços implementados pelo poder executivo federal para suprir a ausência de uma lei formal que trate especificamente do tema.

No quarto capítulo, apresentou-se a narrativa do caso, cujo objetivo foi expô-lo atendendo aos objetivos específicos da pesquisa, o qual oportunizou a apresentação de uma análise vertical do tratamento jurídico das abordagens policiais com resultado morte, isto é, uma análise profunda, um verdadeiro mergulho entre, e sobre, as estruturas e amarras que (in)viabilizam respostas do sistema de justiça, desde o Direito.

Assim, através do capítulo 4 foi possível observar como o caso veio a público, ingressou e transitou pelo sistema de justiça. Nessa ocasião, a produção de uma narrativa sobre o caso valorizou o emprego de diferentes fontes de coleta de dados e os objetivos da pesquisa, por meio dos elementos selecionados que permitiram dar sentido a uma estória.

O capítulo 4 viabilizou ao(a) leitor(a) uma compreensão da maneira segundo a qual os diferentes atores apresentados no capítulo 3 atuaram diante de um caso concreto, ao

mobilizarem regras inscritas no ordenamento jurídico e/ou ao implementarem normas criadas no cotidiano daqueles atores. Ao dissecar e decompor cada etapa dos processos de responsabilização que compuseram a *farsa do réveillon*, o capítulo 4 expressou, portanto, um dos resultados do processo analítico.

No centro dos elementos conclusivos deste capítulo, encontra-se a fenda que permitiu uma verdadeira cartografia dos mapas ocultos do julgamento da polícia que mata: a confissão do policial militar na corregedoria e seus desdobramentos nas demais instâncias de responsabilização do sistema de justiça. A confissão, que serviu para singularizar o caso diante de tantos outros aos quais a pesquisa teve acesso, se prestou também como um fio condutor que oportunizou um olhar refinado sobre o caráter dúbio da atuação da polícia civil na investigação da polícia militar; sobre a atuação, no mínimo, questionável do ministério público ao arquivar uma ocorrência cujas características de execução eram tão patentes, quanto a ocorrência que teve guarida para prosseguir no fluxo processual – amparado por um judiciário que segue receoso em assumir seu papel principal.

Por fim, no quinto capítulo, foram apresentados os resultados dos demais processos analíticos referentes ao estudo de caso único. Nesse, foi possível observar de forma mais detida os componentes que nortearam os primeiros movimentos institucionais de apuração dos fatos e seu impacto ao longo dos processos de responsabilização. Em seguida, foram apresentados os atores que se tornaram cruciais para que os processos de responsabilização tivessem “sobrevivido”. Ainda foram explorados os resultados da observação do marcador social raça e da interação entre as esferas de responsabilização. Por fim, outros achados da pesquisa foram organizados em torno da noção de lógica imunitária, momento em que foram expostos os mecanismos jurídicos que permitiram por um lado, e em alguma medida a responsabilização dos policiais militares que haviam participado da abordagem policial com resultado morte do dia primeiro de janeiro de 2015, e, por outro, das diversas estratégias de “imunização” da instituição Polícia Militar identificadas ao longo do curso do fluxo processual observado.

Assim, o capítulo 5 identificou como as atividades de apuração, norteadas nos elementos que foram vistos e ouvidos pelos profissionais responsáveis por essa tarefa em diferentes instituições, constituíram um filtro capaz de selecionar o caso e aloca-lo em etapas seguintes através de uma maneira peculiar de registrar as vítimas e o local dos fatos. Dessa forma, a incorporação de signos e a atribuição de sentidos ligados às maneiras como os policiais civis, investigadores, peritos, escrivães e delegada enxergaram e reinterpretaram as narrativas de familiares de vítimas, policiais militares e da mídia impactaram na forma como outros atores

que tiveram contato com os registros produzidos nos primeiros movimentos institucionais de apuração e de responsabilização reagiram frente ao caso ao longo de todo o fluxo.

Nesse contexto, a versão dos policiais militares envolvidos na abordagem que terminou com duas mortes emerge com um caráter ubíquo, fazendo-se presente na razão de decidir de diferentes atores cuja atribuição seria responsabilizar os referidos policiais. Deste modo, além da influência dessas versões no processo, algo que já vem sendo explorado na literatura, ainda que de forma opaca, a pesquisa explorou a maneira como essas versões aparecem de maneira preeminente e difusa ao longo de todo o fluxo processual, o que inclui a passagem do caso no tribunal de justiça estadual.

A construção de um balanço qualitativo do tratamento jurídico das abordagens policiais através de um único caso também foi beneficiada por meio da formulação de uma hipótese acerca do funcionamento do sistema de justiça em relação ao marcador raça. Os dados coletados proporcionaram a observação de como as oscilações entre a explicitação da raça de vítimas e réus e o total silenciamento a respeito dessa informação pode constituir um traço do racismo institucional, fenômeno já densamente descrito no campo teórico-conceitual, mas cujos contornos empíricos são mais difíceis de serem percebidos, especialmente, em países onde a discriminação racial e práticas racistas operam de maneira sutil. A leitura processual do racismo institucional inscreve esta pesquisa nos estudos sobre raça e violência racial no Brasil, porque identifica como a identidade racial – ora explicitada, ora silenciada – estrutura uma desigualdade de maneira local e contextual, numa temporalidade específica.

Por fim, na tentativa de completar o ciclo de uma pesquisa de caráter prevalentemente indutivo, em que o caso permitiu elaborar e definir os conceitos (BECKER, 2007), o retorno aos quadros teóricos propiciou o uso de um importante instrumento de análise. Tratou-se da noção de lógica imunitária, empregada na pesquisa como uma ferramenta teórica que permitiu o rearranjo dos dados coletados em torno da ideia de mecanismos de proteção da polícia militar, mobilizados nos processos de responsabilização de maneira organizada, mas não necessariamente premeditada, por atores de diferentes instituições.

Desse modo, para além de buscar justificativas para a absolvição dos policiais militares dentro de uma lógica punitiva, abriu-se uma nova camada de investigação que permite observar quais são e como operam os mecanismos jurídicos que autorizam, por um lado a responsabilização de policiais militares, e, por outro, a imunização da instituição policial militar. Conforme foram explorados no capítulo 5, esses mecanismos estão inscritos na legislação, podem ser observados nas práticas processuais, operarem de forma desigual e

desproporcional a depender do sujeito responsabilizável e podem ainda ser percebidos em atos que evocam uma cultura institucional na própria polícia militar.

Os insumos fornecidos pelo caso possibilitaram a exploração do fluxo processual de forma abrangente, o que permitiu a extrapolação dos consensos e do “lugar-comum” consolidado no Brasil quando o assunto são os tratamentos jurídicos das abordagens policiais com resultado morte, em geral, repleto de acusações, raciocínios dicotômicos e retóricas punitivistas em relação às vítimas letais e aos policiais envolvidos. Essa pesquisa ampliou os horizontes de possibilidades para observar a responsabilização da polícia que mata.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sérgio. Discriminação racial e justiça criminal em São Paulo. *Novos estudos CEBRAP*, 1995, 43: 45-63.

ALCOFF, Linda. Uma epistemologia para a próxima revolução. **Revista Sociedade e Estado**, vol. 31, n. 1, Jan/Abril, 2016, p. 129-143.

ALMEIDA, Angela Mendes de. Impunidade e banalização da violência dos agentes do Estado. Projeto História, **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, 38.

AMPARO-ALVES, Jaime. Topografias da violência: necropoder e governamentalidade espacial em São Paulo. **Revista do Departamento de Geografia –USP**, Volume 22 (2011), p. 108-134.

_____. Necropolítica racial: a produção espacial da morte na cidade de São Paulo. **Revista ABPN**, 2010, 1.3: 89-114.

AROSI, Ana Paula. Os usos da categoria vítima: o caso dos movimentos de familiares de vítimas de violência no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro. **Interseções**, 2013, Vol. 15, Nº 2, pp. 356-373.

AYERBE, Cécile ; MISSIONIER, Audrey. Validité interne et validité externe de l'étude de cas: principes et mise en œuvre pour un renforcement mutuel. **Finance Contrôle Stratégie**, vol. 10, nº 2, juin 2007, p. 37-62.

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de; NASCIMENTO, Andréa Ana do. Desafios da reforma das polícias no Brasil: Permanência autoritária e perspectivas de mudança. **Civitas**, Porto Alegre, v. 16, n. 4, p. 653-674, out.-dez. 2016.

BALLÉ, Catherine. La rationalisation administrative. In.: BALLÉ, Catherine; BASTARD, Benoît; EMSELLEM, Denise; GARIOUD, Georges. **Le Changement dans l'institution judiciaire**. Sociologie Judiciaire. Bruxelles : Centre nationale de la recherche scientifique, 1998.

BARROS, Geová da Silva. Filtragem racial: a cor na seleção do suspeito. **Revista brasileira de segurança pública**, 2008, 2.3: 134-155.

BECKER, Howard S. **Segredos e Truques da Pesquisa**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2008.

BITTNER, Egon. **Aspectos do trabalho policial**. Trad. Ana Luísa. Amêndola Pinheiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

BONILLA-SILVA, Eduardo. The Strange Enigma of Race in Contemporary America. In.: _____. **Racism without racists: Color-blind racism and the persistence of racial inequality in the United States**. Rowman & Littlefield Publishers, 2006.

_____. What is racism? The racialized social system framework. White supremacy and racism in the post-civil rights era, Lynne Rienner Publishers, 2001, 21-58.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988), de 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso 15 dez. 2017.

_____. Conselho Nacional do Ministério Público. Resolução nº 129, de 22 de setembro de 2015. Estabelece regras mínimas de atuação do Ministério Público no controle externo da investigação de morte decorrente de intervenção policial. **Diário Oficial da União**, Seção 1, edição de 14/10/2015. Disponível em: <http://www.cnmp.mp.br/portal/component/normas/norma/3514>. Acesso 15 nov. 2016.

_____. **Código civil**. São Paulo: Saraiva, 2016.

_____. Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 4 de outubro de 1941. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689.htm >. Acesso em: 22 dez. 2017.

_____. **Decreto-lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969**, Código Penal Militar. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 22 de outubro de 1969. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1001.htm >. Acesso em: 22 dez. 2017.

_____. Decreto-lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969. Código de Processo Penal Militar. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 22 de outubro de 1969. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1002.htm >. Acesso em: 22 dez. 2017.

_____. Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 8 de dezembro de 1940. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm >. Acesso em: 22 dez. 2017.

_____. Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 22 de dezembro de 2009. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm>. Acesso em: 22 dez. 2017.

_____. Ministério da Justiça; Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Portaria interministerial nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010. Estabelece diretrizes sobre o uso da força pelos agentes de segurança pública. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 01 de janeiro de 2011. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/integra-portaria-ministerial.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2017.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Resolução nº 08, de 21 de dezembro de 2012. Dispõe sobre a abolição de designações genéricas, como “autos de resistência”, “resistência seguida de morte”, em registros policiais, boletins de ocorrência, inquéritos policiais e notícias de crime. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 22 de dezembro de 2012. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cndh/resolucoes/2012/resolucao-08-auto-de-resistencia>>. Acesso em: 30 out. 2017.

_____. Conselho Superior de Polícia; Conselho Nacional dos Chefes de Polícia Civil. Resolução conjunta nº 2, de 13 de outubro de 2015. Dispõe sobre os procedimentos internos a serem adotados pelas polícias judiciárias em face de ocorrências em que haja resultado lesão corporal ou morte decorrentes de oposição à intervenção policial. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 14 de outubro de 2015. Disponível em: <http://www.lex.com.br/legis_27046240_RESOLUCAO_CONJUNTA_N_2_DE_13_DE_OUTUBRO_DE_2015.aspx>. Acesso em: 30 out. 2017.

_____. Lei nº 12.830, de 20 de junho de 2013. Dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 21 de junho de 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12830.htm>. Acesso em: 30 out. 2017.

_____. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 10 nov. 2017.

_____. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. Julgamento Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 1494-3. Distrito Federal. 09 de abril de 1997. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=347091>. Acesso 13 jun. 2017.

BUENO, Samira. Letalidade policial. In.: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. (orgs.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

BUENO, Samira; CERQUEIRA, Daniel; LIMA, Renato Sérgio de. Sob fogo cruzado II: letalidade da ação policial. In.: FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 7º

Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Ano 7. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança pública, 2013.

BUENO, Samira; CERQUEIRA, Daniel; LIMA, Renato Sérgio de. Sob fogo cruzado II: letalidade da ação policial. In. FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, **Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.** . São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2013. P. 118-128.

BUENO, Samira. **Bandido bom é bandido morto: a opção ideológico-institucional da política de segurança pública na manutenção de padrões de atuação violentos da polícia militar paulista.** Dissertação (Mestrado) - Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 2014.

BUENO, Samira; DE LIMA, Renato Sérgio. A opaca estética da indiferença: letalidade policial e políticas públicas de segurança. **5º Relatório Nacional sobre os Direitos Humanos no Brasil**, p. 104, 2012.

BUSSINGER, Rebeca; NOVO, Helerina. Trajetória de vítimas da violência: dor e solidariedade entre mães de uma associação do Espírito Santo. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v.8, n.15, p. 107-120, jun. 2008. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2008000100008&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 26 jul. 2018.

CANCELLI, Elizabeth. Ação e repressão policial num circuito integrado internacionalmente. In. PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo.** Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. 345 p.

CANO; Ignácio; DUARTE, Thaís. Letalidade policial. In. FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.** São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2007. P.106-109.

CANO, Ignacio. **Letalidade da ação policial no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: ISER. Mimeo, 1997.

CAPPI, Riccardo. Pensando as respostas estatais às condutas criminalizadas: um estudo empírico dos debates parlamentares sobre a redução da maioria penal (1993-2010). **Brazilian Journal of Empirical Legal Studies**, 2014, 1.1: 10-27.

_____. CAPPI, Ricardo. **A maioria penal nos debates parlamentares: motivos do controle e figuras do perigo.** Trad. Ana Cristina Arantes Nasser. Belo Horizonte: Letramentos, Casa do Direito, 2017.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser.** São Paulo, 2005. 339f. Tese de doutorado - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo.

CASTRO, Luiza Moreira Arantes de. **Os determinantes da violência policial: uma análise dos homicídios causados por policiais no Brasil.** 2013. 93 f. Dissertação (mestrado) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa.

CERQUEIRA, Daniel; LIMA, Renato Sergio de; BUENO, Samira; VALENCIA, Luis Iván; HANASHIRO, Olaya; MACHADO, Pedro Henrique G.; LIMA, Adriana dos Santos. **Atlas da violência 2017**. São Paulo: Ipea, FBSP, 2017.

CHEW, Pat K.; KELLEY, Robert E. Myth of the color-blind judge: An empirical analysis of racial harassment cases. **Wash. UL Rev.**, 2008, 86: 1117.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **O perfil sociodemográfico dos magistrados brasileiros 2018**. Brasília: CNJ, 2018.

COSTA, Arthur T. M. Como as democracias controlam as Polícias. **Novos Estudos**. n. 70, nov. 2004.

COSTA, Arthur T.; LIMA, Renato Sérgio de. Segurança Pública. In.: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. (orgs.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

CONTREIRAS, Hélio. **Militares: confissões – histórias secretas do Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

CUNHA, José Ricardo; BORGES, Nadine. Direitos humanos, (não)realização do estado de direito e o problema da exclusão. In.: CUNHA, José Ricardo (Org.). **Direitos humanos, poder judiciário e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

DAMMERT, Lucía. Reforma policial en América Latina. **Revista de pensamiento iberoamericano**, núm. 12, otoño, 2005, pp. 53-64.

DIMOULIS, Dimitri; VIEIRA, Oscar V. Constituições transformadoras como ferramenta de desenvolvimento social. (Texto não publicado).

DUARTE, Evandro Piza. **Criminologia & Racismo**. 2ª Ed. Curitiba: Juruá, 2017.

EILBAUM, Lucía; MEDEIROS, Flavia. Onde está Juan: moralidades e sentidos de justiça na administração judicial de conflitos no Rio de Janeiro. **Anuário Antropológico, Brasília, UnB**, v. 41, n. 1, p. 9-33, 2016.

EPSTEIN, Lee; KING, Gary. **Pesquisa empírica em direito: as regras de inferência**. São Paulo: Direito GV, 2013

ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. O homicídio em três cidades brasileiras. In. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Homicídios no Brasil: registro e fluxo de informações**. Coleção pensando a segurança pública Volume 1, Brasília 2013 p. 9-72.

FERREIRA, Apoena da Silva. **A violência urbana nas áreas de precariedade urbana de Salvador**. Monografia. Departamento de Ciências da Terra – Urbanismo. Universidade do Estado da Bahia, 2017, 61f.

FERREIRA, Carolina Costa. Processo legislativo e política criminal: a aprovação da lei n. 9.299/96, entre discursos e silêncios. In.: MACHADO, Maíra Rocha; MACHADO, Marta Rodriguez de Assis (coords.). **Carandiru não é coisa do passado** [recurso eletrônico]: um

balanço sobre os processos, as instituições e as narrativas 23 anos após o massacre. São Paulo: FGV Direito SP, 2015. 552 p.

FERREIRA, Luisa M. A.; MACHADO, Marta R. de A.; MACHADO, Maíra Rocha. Massacre do Carandiru: vinte anos sem responsabilização. **Novos Estudos** - CEBRAP [online], n.94, p.05-29, 2012. Disponível em: Acesso em : 28 de março de 2016. ISSN 0101-3300.

FERREIRA, Diogo José Nunes. **A necessidade de consentimento do acusado para a produção de provas invasivas**. Universidade Estadual da Paraíba. Especialização em Direito Penal e Processual Penal. Campina Grande: UEPB, 2013.

FERREIRA, Poliana da Silva. Uma leitura da produção de estatísticas de homicídios em Salvador. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, vol. 4, n. 1, fev 2017, p. 94-113.

_____. Como abrir a caixa de pandora? estratégias metodológicas para o estudo da polícia que mata. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, no prelo.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**. 2006. 145 f. Dissertação (Mestrado em Direito)-Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

FONTOURA, Natalia de Oliveira; RIVERO, Patrícia Silveira; RODRIGUES, Rute Imanishi. Segurança pública na Constituição Federal de 1998: continuidades e perspectivas. In: **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**. Brasília: IPEA, V. 3, s/d, p. 135-196.

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, **Anuário de Segurança Pública**. Ano 11. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2018.

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, **Anuário de Segurança Pública**. Ano 11. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017.

_____. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Ano 7. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança pública, 2013.

_____. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Ano 8. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança pública, 2014.

_____. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Ano 8. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança pública, 2015.

_____. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Ano 8. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança pública, 2016.

FREIRE, Moema Dutra. Paradigmas de Segurança no Brasil: da Ditadura aos nossos dias. **Aurora**, ano III, n. 5, dez, 2009.

FREIRE, Jussara; FARIAS, Juliana; ARAÚJO, Fábio. **As gramáticas políticas da dor e do amor em coletivos de "familiares de vítimas de violência"**. Anais do XIV Congresso Brasileiro de Sociologia 28 a 31 de julho de 2009, Rio de Janeiro (RJ).

FREITAS, Felipe da Silva. Novas perguntas para criminologia brasileira: poder, racismo e direito no centro da roda. **Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades**, [S.l.], n. 238, p. 488-499, dez. 2016. ISSN 2447-861X. Disponível em:

<<https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/252>>. Acesso em: 02 mar. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.25247/2447-861X.2016.n238.p488-499>.

GABBIDON, Shaun L.; HIGGINS, George E. The role of race/ethnicity and race relations on public opinion related to the treatment of blacks by the police. **Police Quarterly**, 2009, 12.1: 102-115.

GUERRA, Maria Pia; MACHADO FILHO, Roberto Dalledone. O regime constitucional da segurança pública: dos silêncios da Constituinte às deliberações do Supremo Tribunal Federal. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, 2018, 55.219: 155-181.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Como trabalhar com "raça" em sociologia**. Educação e Pesquisa, 2003, 29.1: 93-107.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

HOLMES, Stephen. Precommitment and the Paradox of Democracy. In.: HOLMES, Stephen. **Passions and Constraint**. Chicago: The University of Chicago Press, 1995, p.134-177.

HUBER, Charles; SHIPAN, John. A Comparative Theory of Legislation, Discretion, and the Policymaking Process. In.: _____. **Deliberate discretion?: The institutional foundations of bureaucratic autonomy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

IGREJA, Rebecca Lemos. O Direito como objeto de estudo empírico: o uso de métodos qualitativos no âmbito da pesquisa empírica em Direito. In.: MACHADO, Maira Rocha (Org.). **Pesquisar empiricamente o direito**. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017, cap. 1, p. 11-38.

JOBARD, Fabien. "Peurs entretenues. Quando la police fait l'armée, l'armée fait la police", **Vacarme**, 2005/1, n. 30, p. 60-62.

KAMINSKI, Dan. **Condamner** : une analyse des pratiques pénales. Toulouse : Editions Érès, 2015.

_____. **Pénalité, management, innovation**. Namur : Presses universitaires de Namur, 2009.

_____. **Le modèle d'analyse**. 2017. Méthodologie qualitative de la criminologie. Ecole de Criminologie de l' Université catholique de Louvain, LCRIM2101. Louvain-la-Neuve, 2018.

LASCOUMES, Pierre. **Corruptions**. Paris: Presses de Sciences Po, 1999.

LAGATTA, Pedro. **Uma experiência de escuta de familiares vítimas da letalidade policial na cidade de São Paulo**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

LEPLAT, Jacques. De l'étude de cas à l'analyse de l'activité. **Pistes: Perspectives interdisciplinaires sur le travail et la santé**, 4-2, 2002.

LIMA, Laura Gonçalves de. **Crimes de maio: estigmas e memórias da democracia das chacinas**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, 2016.

LIMA, Renato Sérgio de; BUENO, Samira; MINGARDI, Guaracy. Estado, polícias e segurança pública no Brasil **Rev. direito GV** vol.12 no.1 São Paulo Jan./Apr. 2016.

LIMA, Renato Sérgio de; SINHORETTO, Jacqueline; BUENO, Samira. A gestão da vida e da segurança pública no Brasil. **Revista Sociedade e Estado** – v. 30, n.1 Jan/abril, 2015.

LIMA, Renato Sérgio de. **Entre palavras e números: violência, democracia e segurança pública no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2011.

LIMA, Márcia. " **Raça**" e **pobreza em contextos metropolitanos**. Tempo Social, 2012, 24.2: 233-254.

LOCHE, Adriana. A letalidade de ação policial: parâmetros para análise. **Tomo – Revista do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**. São Cristóvão-SE, NPPCS/UFS, n. 17 jul./dez., 2010.

MACHADO, Maíra Rocha; MACHADO, Marta. (Orgs.). **Carandiru (não) é coisa do passado: um balanço sobre os processos, as instituições e as narrativas 23 anos após o Massacre**. São Paulo: FGV (online), 2015.

MACHADO, Maíra Rocha; MACHADO, Marta Rodriguez de Assis. O Direito Penal é capaz de conter a violência? In.: RODRIGUEZ, José Rodrigo; SILVA, Felipe Gonçalves. **Manual de Sociologia Jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 327-349.

MACHADO, Maíra Rocha. Contra a departamentalização do saber jurídico: a contribuição dos estudos de caso para o campo direito e desenvolvimento. SILVEIRA, Vladmir Oliveira da; SANCHES, Samyra Napolini; COUTO, Monica Benetti. **Direito e Desenvolvimento no Século XXI**. Brasília: Ipea, CONPEDI, 2013. Cap. 8, p. 177-200.

MACHADO, Maíra Rocha. O estudo de caso na pesquisa em direito. In.:_____ (Org.). **Pesquisar empiricamente o direito**. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017, cap. 11, p. 357-390.

MACHADO, Maíra Rocha. De dentro para fora e de fora para dentro: a prisão - no cinema - na sala de aula. **Sistema Penal & Violência**, v.6, n. 1, 2014, p. 103-116.

MACHADO, Marta Rodriguez de Assis; LIMA, Márcia; NERIS, Natália. Racismo e insulto racial na sociedade brasileira: Dinâmicas de reconhecimento e invisibilização a partir do direito. **Novos Estudos**, 2016, 106: 11.

MARGIOTTA, Costanza. Race as a category of legal analysis: scrutinizing Italian case law. **Darkmatter Journal**, 2010, 6.October: 1-8.

MARTINS, Paula Lúcia. Acesso à informação: um direito fundamental e instrumental. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 24, no 1, p. 233-244, jan/jun 2011.

MISSE, Michel (coord). **Relatório final de pesquisa “autos de resistência”**: uma análise dos homicídios cometidos por policiais na cidade do rio de janeiro (2001-2011). Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana Universidade Federal do Rio de Janeiro Edital MCT/CNPq N° 14/2009 – Universal. Rio de Janeiro, 2011.

MISSE, Michel; GRILLO, Carolina Christoph; TEIXEIRA, César Pinheiro; NERI, Natasha Elbas. **Quando a polícia mata**: homicídios por “autos de resistência” no Rio de Janeiro (2001-2011). Rio de Janeiro: NECVU, BOOKLINK, 2013.

MODIRI, Joel. The colour of law, power and knowledge: introducing critical race theory in (post-) apartheid South Africa. **South African Journal on Human Rights**, 2012, 28.3: 405-436.

MONJARDET, Dominique; CHAUVENET, Antoinette; OCQUETEAU, Frédéric. **Notes inédites sur les choses policières**, 1999-2006. Paris: La Découverte, 2008.

MONJARDET, Dominique. **Ce que fait la police**: sociologie de la force publique. Paris, La Découverte, 1996.

MÖSCHEL, Mathias. **Law, lawyers and race**: Critical race theory from the US to Europe. Routledge, 2014.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; PAES-MACHADO; Eduardo. Polícia para quem precisa de polícia: contribuições aos estudos sobre policiamento. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 60, p. 437-447, Set./Dez. 2010.

MUNANGA, Kabengele. Algumas considerações sobre "raça", ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos. **Revista USP**, 2006, 68: 46-57.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

NASSAR, Paulo André. Construção do compromisso maximizador: análise do processo constituinte e das características da constituição de 1988. In.: DIMOULIS, Dimitri; RAMOS, Luciana de Oliveira; VIEIRA, Oscar Vilhena; NASSAR, Paulo André; GLEZER, Rubens Eduardo; LUNARDI, Soraya. **Resiliência constitucional**: compromisso maximizador, consensualismo político e desenvolvimento gradual. São Paulo: Direito GV, 2013.

NEME, Cristina. **A Instituição Policial na Ordem Democrática**: o caso da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Dissertação de mestrado - Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.

NORTH, Douglass. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

NUNES, Samira Bueno. **Bandido bom é bandido morto**: a opção ideológico-institucional da política de segurança pública na manutenção de padrões de atuação violentos da polícia militar paulista. São Paulo, 2014. Dissertação (Mestrado) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo.

O'DONNELL, Guillermo. “Polyarchies and the (Un)Rule of Law in Latin America”, Paper presented at the Meeting of the Latin American Studies Association, Chicago, September, 1998. (<http://archives.cerium.ca/IMG/pdf/Odonnell-2.pdf>)

_____. Why the Rule of Law Matters. **Journal of Democracy** Volume 15, Number 4, October 2004 pp. 32-46 | 10.1353/jod.2004.0076.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de antropologia**, USP, São Paulo, 1996, 13-37.

OLIVEIRA, Emanuel Nunes de. Políticas públicas e estratégias de controle da ação letal das instituições policiais no Estado de São Paulo. **SEGURANÇA PÚBLICA**, v. 6, n. 1, p. 28-47, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Report of the Special Rapporteur on extrajudicial, summary or arbitrary executions**. Philip Alston. NovaYork, 2010.

_____. **Promoção e proteção de todos os direitos humanos, civis, econômicos, sociais e culturais incluindo o direito ao desenvolvimento**: relatório do Relator Especial de execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias, dr. Philip Alston. NovaYork, 2007.

PAIXÃO, Antônio Luiz; BEATO, Cláudio C. Crimes, vítimas e policiais. **Tempo Social**. USP, v.9, n. 1, 1997. p. 233-248.

PACELLI, Eugênio. **Curso de Processo Penal**. 16ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

PAIVA, Luiz Guilherme Mendes de. Diagnóstico da política criminal brasileira (1984-2009). In.: In.: MACHADO, Marta Rodriguez de Assis; PÜSCHEL, Flavia Portella (orgs). **Responsabilidade e pena no Estado democrático de direito** [recurso eletrônico]: desafios teóricos, políticas públicas e o desenvolvimento da democracia. São Paulo : FGV Direito SP, 2016.

PINC, Tania. **Treinamento policial**: um meio de difusão de políticas públicas que incidem na conduta individual do policial de rua. São Paulo, 2011. Tese (Doutorado) – Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2011.

_____. Abordagem policial: um encontro (des)concertante entre a polícia e o público. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, a. 1, n. 2, p. 6-23, 2007.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; IZUMINO, Eduardo A.; FERNANDES, Maria Cristina Jakimiak. Violência Fatal: conflitos policiais em São Paulo (81-89). **Revista da USP**, mar./mai. 1991.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. O Estado de direito e os não-privilegiados na América Latina. In: MÉNDEZ, Juan E., O'Donnel, Guillermo e Pinheiro, Paulo Sérgio (Orgs.). **Democracia, violência e injustiça**: o Não-Estado de direito na América Latina. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 11-29.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Autoritarismo e transição. **Revista USP**, Mar.-Mai., 1991.

_____. Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias. USP, S. Paulo, 9(1): 43-52, maio de 1997. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 9(1): 43-52, maio de 1997.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Os sessenta anos da Declaração Universal: atravessando um mar de contradições. **Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos**, v.5, n.9, p.76-87, 2008.

PIRES, Alvaro Penna. De quelques enjeux épistémologiques d'une méthodologie générale pour les sciences sociales. In.: POUPART, Jean et al., **La recherche qualitative**. Enjeux épistémologiques et méthodologiques, Montréal, Gaëtan Morin pp. 3-54, 1997.

PIRES, Alvero Penna. La criminologie et ses objets paradoxaux: réflexions épistémologiques sur un nouveau paradigme. In: *Déviance et société*. 1993 - Vol. 17 - N°2. pp. 129-161.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Instrução policial militar**: instruções do processo administrativo da polícia militar. 2013. Disponível em: http://www.tjmsp.jus.br/leis/pm%20i16_20130809.pdf Acesso 03 out. 2016.

PYLE, Jeffrey. Race, Equality and the Rule of Law: Critical Race Theory's Attack on the Promises of Liberalism' (1999). **Boston College Law Review**, 40: 3, 798.

QUINTANILLA, Victor D. Critical race empiricism: A new means to measure civil procedure. **UC Irvine L. Rev.**, 2013, 3: 187.

RANGEL, Paulo. **Direito Processual Penal**. 21ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2013.

_____. **A inconstitucionalidade da incomunicabilidade do conselho de sentença no tribunal do júri brasileiro**. Curitiba, 2005. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná.

REGINATO, Andréa Depieri de A. Uma introdução à pesquisa documental. In.: MACHADO, Maira Rocha (Org.). **Pesquisar empiricamente o direito**. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017, cap. 6, p. 189-284.

REIS, Vilma. **Atucaiados pelo Estado**: as políticas de segurança pública implementadas nos bairros populares de Salvador e suas representações (1991-2001) (Dissertação de Mestrado Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2005) 247f.

RIBEIRO, Ludmila Mendonça Lopes. Nem tudo que reluz é ouro: uma análise da qualidade dos dados do SINESPJC. In. FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, **Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. . São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2012, p. 98-114.

RIBEIRO, Ludmila. MACHADO, Igor Suzano. A resposta judicial para homicídios envolvendo policiais no Brasil: uma análise quantitativa, **Canadian journal of Latin American and Caribbean studies**., set. 2016.

RIO DE JANEIRO. **Portaria PCERJ N° 703**, de 11 de março de 2015. Institui o Manual Prático de Polícia Judiciária do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, mar, 2015. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/88997569/doerj-poder-executivo-31-03-2015-pg-10>. Acesso jul 2018.

ROBERT, Philippe. **L'insécurité en France**. Paris: La Découverte, 2002.

SALINAS, Natasha Schmitt Caccia. **Legislação e políticas públicas: a lei como instrumento de ação governamental**. São Paulo, 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SALES JÚNIOR, Ronaldo Laurentino. **Raça e justiça: O mito da democracia racial e o racismo institucional no fluxo de justiça**. 2006. 466f. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de Sociologia, UFPE, Recife.

SANTOS, José Vicente dos. Violências, América Latina: a disseminação de formas de violência e os estudos sobre conflitualidades. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, nº 8, jul/dez 2002, p. 16-32.

SANTOS, Natália Neris da Silva. **A voz e a palavra do movimento negro na Assembleia Nacional Constituinte (1987/1988): um estudo das demandas por direitos**. 2015. São Paulo. Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, Mestrado em Direito.

SÃO PAULO. Lei complementar nº 893, de 09 de março de 2001. Institui o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar. **Diário oficial do estado de São Paulo**. São Paulo, SP, 09 de março de 2011. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2001/lei.complementar-893-09.03.2001.html>> Acesso 13 nov. 2017.

SÃO PAULO. Lei complementar nº 734, de 26 de novembro de 1993. Institui a Lei Orgânica do Ministério Público. **Diário oficial do estado de São Paulo**. São Paulo, SP, 26 de novembro de 2011. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/1993/alteracao-lei.complementar-734-26.11.1993.html>> Acesso 17 nov. 2017.

SÃO PAULO. Conselho Nacional de Comandantes Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares. Portaria nº 01, de 30 de agosto de 2017. Recomenda aos Comandantes Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares, o exercício das suas atribuições de polícia judiciária militar, nos termos do Decreto-Lei nº 1002, de 1969, Código de Processo Penal Militar. Disponível <http://www.afam.com.br/boletim-institucional/cnccg-portaria-no-01-de-30-de-agosto-de-2017-exercicio-das-atribuicoes-de-policia-judiciaria-militar-nos-termos-do-cppm/3046> Acesso 20 jan. 2018.

SÃO PAULO. Polícia Civil do estado. Portaria DGP nº 21, 10 de junho de 2015. Regulamenta as providências de polícia judiciária nas ocorrências de homicídio consumado de policiais civis, militares e outros agentes públicos de segurança que especifica e nas ocorrências de morte decorrente de intervenção policial. **Diário Oficial: Poder Executivo**. São Paulo, 125 (106). 11 jun 2015.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo. Resolução nº 054, de 18 de agosto de 2017. Dispõe sobre apreensão de instrumentos ou objetos em Inquéritos Policiais Militares. **Diário da Justiça Militar Eletrônico**. Ano 10, 2277ª ed., 21 ago. 2017, São Paulo.

SÃO PAULO. Secretaria estadual de Segurança Pública. Resolução SSP-40, de 24 de março de 2015. Disciplina, no âmbito da Secretaria de Segurança Pública, o procedimento a ser adotado nas hipóteses de (I) homicídio consumado de policiais civis, militares, integrantes da Polícia Técnico-científica, agentes penitenciários, guardas civis municipais e agentes da Fundação

CASA, no exercício da função ou em decorrência dela; (II) morte decorrente de intervenção policial estando ou não o agente em serviço, e dá outras providências. **Diário oficial do estado de São Paulo**. Disponível em: < <https://flitparalisante.wordpress.com/2015/03/25/resolucao-ssp-40-de-24-03-2015-procedimento-antifraude-nos-homicidios-tendo-policiais-como-vitimas-ou-executores/>> Acesso 17 nov. 2017.

SÃO PAULO. Secretaria estadual de Segurança Pública. Resolução SSP-40, de 07 de janeiro de 2013. Estabelece parâmetros aos policiais que atendam ocorrências de lesões corporais graves, homicídio, tentativa de homicídio, latrocínio e extorsão mediante sequestro com resultado morte; fixando, ainda, diretrizes para a elaboração de registros policiais, boletins de ocorrência, notícias de crime e inquéritos policiais decorrentes de intervenção policial. **Diário Oficial: Poder Executivo**. São Paulo. Disponível em: < <http://esmpsp.nucleoad.net/moodle3/mod/forum/discuss.php?d=757>> Acesso 23 nov. 2017.

SCHAPIRO, Mario Gomes. Repensando a relação entre Estado, direito e desenvolvimento: os limites do paradigma rule of law e a relevância das alternativas institucionais. **Rev. direito GV** vol.6 no.1 São Paulo Jan./June 2010.

SCHLITTLER, Maria Carolina de Camargo. "**Matar muito, prender mal**": a produção da desigualdade racial como efeito do policiamento ostensivo militarizado em SP. 2016. Tese. Doutorado em Sociologia. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore. **Controlando o poder de matar**: uma leitura antropológica do Tribunal do Júri - ritual lúdico e teatralizado. 2002. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2002. doi:10.11606/T.8.2002.tde-31082007-095427. Acesso em: 2019-03-18.

SENNA, Claudia Muller Goldberg. Papiloscopia como método de identificação humana: uma contribuição á investigação criminal. **Inteligência de Segurança-Unisul Virtual**, 2014.

SHEPTYCKI, James. Le problème de la responsabilité et de l'action policière sous tous ses aspects. Pour une cartographie générale de la responsabilité en matière de police à l'ère post-moderne, **Cultures & Conflits [En ligne]**, 48 | hiver 2002, mis en ligne le 27 avril 2003, consultado em 20 de fevereiro de 2018. URL : <http://conflits.revues.org/905> ; DOI : 10.4000/conflits.905

SILVÉRIO, Valter Roberto. **Raça e racismo na virada do milênio: os novos contornos da racialização**. 1999. 172 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas.

SINHORETTO, Jacqueline, SILVESTRE, Giane, e SCHLITTLER, Maria Carolina. Desigualdade racial e segurança pública em São Paulo: letalidade policial e prisões em flagrante. São Paulo: UFSCAR, 2014.

SOUZA, Taiguara Libano Soares. **Constituição, Segurança Pública e Estado de exceção Permanente**: a biopolítica dos autos de resistência. Rio de Janeiro, 2010. 222p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

SUDBRACK, Aline Winter. **A violência policial e o poder Judiciário**: estudo sobre a (i) legitimidade da ação violenta da polícia e a impunidade. Porto Alegre, 2008. 278p. Tese de Doutorado – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: A Pesquisa Qualitativa Em Educação. São Paulo: Editora Atlas S. A., 1987.

TRUBEK, David. The "Rule of Law" in Development Assistance: Past, Present, and Future. In: TRUBEK, David; SANTOS, Alvaro. **The New Law and Development** - a Critical Appraisal. Nova Iorque: Cambridge, 2006.

VARGAS, Joana Domingues. Indivíduos sob suspeita: a cor dos acusados de estupro no fluxo do sistema de justiça criminal. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 4, p. 729-760, 1999. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581999000400004&lng=en&nrm=iso>. access on 10 Mar. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581999000400004>.

VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. In: NUNES, E. O. (org.). *A Aventura Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VERANI, Sérgio. **Assassinatos em Nome da Lei**. Rio de Janeiro: Aldebarã, 1996, pp. 33-37.

VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. The mothers' war: pain and politics in situations of institutional violence. **Cadernos Pagu**, n. 37, p. 79-116, 2011

VIEIRA, Oscar Vilhena. A desigualdade e a subversão do estado de direito. **Revista Internacional de Direito e Cidadania**, n. 1, p. 185-201, junho, 2008.

VIEIRA, Oscar Vilhena. **A Constituição e sua reserva de justiça**. São Paulo: Malheiros, 1999.

_____. Do compromisso maximizador ao constitucionalismo resiliente. In.: DIMOULIS, Dimitri; RAMOS, Luciana de Oliveira; VIEIRA, Oscar Vilhena; NASSAR, Paulo André; GLEZER, Rubens Eduardo; LUNARDI, Soraya. **Resiliência constitucional**: compromisso maximizador, consensualismo político e desenvolvimento gradual. São Paulo: Direito GV, 2013.

XAVIER, José Roberto. Algumas notas sobre a entrevista qualitativa de pesquisa. In.: MACHADO, Maira Rocha (Org.). **Pesquisar empiricamente o direito**. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017, cap. 4, p. 119-160.

WANDERLEY, Gisela Aguiar. Filtragem racial na abordagem policial: A “estratégia de suspeição generalizada” e o (des) controle judicial da busca pessoal no Brasil e nos Estados Unidos. **Revista brasileira de ciências criminais**, 2017, 135: 189-229.

WEITZER, Ronald; TUCH, Steven A. Perceptions of racial profiling: Race, class, and personal experience. **Criminology**, 2002, 40.2: 435-456.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2a edição. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZACCONE, Orlando. **Indignos de vida**: A forma jurídica da política de extermínio de inimigos na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

ZAVASCKI, Teori. **Processo Coletivo: tutela de direitos coletivos e tutela coletiva de direitos**. Porto Alegre: UFRGS, 2005. 295 f. PhD Thesis. Tese (Doutorado em Direito)– Programa de Pós Graduação em Direito, Faculdade de Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ZUBERI, Tukuflu. Teoria crítica da raça e da sociedade nos Estados Unidos. **Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades**, [S.l.], n. 238, p. 464-487, dez. 2016. ISSN 2447-861X. Disponível em: <<https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/281/217>>. Acesso em: 04 mar. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.25247/2447-861X.2016.n238.p464-487>.

ANEXOS

- Tabelas geradas a partir dos processos de categorização dos argumentos mobilizados para demandar, decretar, manter e revogar mecanismos legais de segregação cautelar

Processo de categorização dos argumentos mobilizados para demandar, decretar, manter e revogar mecanismos legais de segregação cautelar					
Informações do documento original	Autor da demanda	Trechos	Argumentos codificados	Modalidade da prisão	Cumprimento do prazo legal estabelecido em lei
“Termo de depoimento de testemunha” Transcrição do depoimento de testemunha de acusação durante audiência de pronúncia Datado de 17/06/2015	“1º Tenente PM Corregedoria”	“em busca de provas, testemunhas, de pessoas que poderiam auxiliar na investigação, eles foram recolhidos disciplinarmente na Corregedoria e foi solicitado alguns fatos novos que surgiram na investigação com testemunhas, a prisão temporária na justiça militar”	- viabilização da investigação - busca de provas e testemunhas	Recolhimento disciplinar	Não explicitado
Ofício CorregPM 048/136/15 Datado de 21/01/2015	“Capitão da PM chefe da 10ª Seção de investigação”	Não explicitado	item inviabilizado	Prisão cautelar determinada pela Justiça Militar Estadual	Não explicitado
Representação de prisão temporária Datado de 5/02/2015	Delegada DHPP	"Referidas medidas restritivas se fazem necessárias para dar maior segurança e celeridade à instrução policial até o término das investigações, visto ainda não terem aportado nesta Delegacia os laudos necroscópicos e de local de crime, nem de confronto balístico das armas apreendidas, bem como para elucidarmos sobremaneira a motivação delituosa e o modo como desenrolou a ação criminosa"	- segurança e celeridade à instrução policial até o término das investigações - elucidação sobre a motivação do delito	Prisão temporária	-----
Parecer do MP sobre representação de prisão temporária Datado de 06/02/2015	Promotor de Justiça 1	“Assim, impõe-se reconhecer, em tese, a prática do homicídio qualificado contra a vítima VAGNER DE SOUSA RIBEIRO praticado pelos policiais militares DJALMA APARECIDO DO NASCIMENTO JÚNIOR e MARCOS AKIRA RODRIGUES TEIXEIRA a ensejar	- reconhecimento da prática de homicídio pelos réus, ainda que em tese - evitar mal maior	Prisão temporária	

		prisão temporária pelo, prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do artigo 10 incisos I (imprescindível para as investigações) e III (fundadas razões de autoria), letra "a" (homicídio doloso).” “A prisão, neste caso, servirá para a autoridade encetar diligências e encerrar as investigações, dentro de um contexto de tranquilidade, já que a retirada dos investigados do convívio policial poderá evitar mal maior, especialmente porque o crime envolveu militares durante o exercício de suas funções.”	- tranquilidade das investigações		-----
Decisão do juízo Datada de 09/02/2015	Juíza 1	“A segregação cautelar dos investigados é, assim, necessária ao bom andamento das investigações especialmente para que a comunidade sinta essa segurança de apresentar seus relatos e trazer eventuais provas para os autos desse inquérito. Sem a prisão dos policiais, que são agentes do Estado com toda a sua força, pouco provável que qualquer pessoa do povo ouse denunciar, relatar, apontar.”	- proteção da investigação e das pessoas envolvidas		
Petição da defesa de L. A. A. L. de revogação de prisão temporária requerendo revogação da prisão em 24/02/2015.					
Parecer do MP sobre pedido da defesa de A. E. P. e L. A. A. L. de revogação de prisão temporária – favorável ao pedido da defesa Datada de 26/02/2015	Promotor de Justiça 1	“Até o momento no bojo deste inquérito, nenhum elemento que pudesse corroborar a suspeita apontada pela autoridade policial contra os milicianos LUIS ALBERTO ALMEIDA LIMA e ANTONIO EDUARDO PRADO” “Como salientado anteriormente, em que pese a autoridade apontar que familiares de VITOR LOFTE BARBOSA declararam que este não tinha passagens pela polícia, trabalhava e tinha um filho de dez meses, e que "testemunhas que se recusaram a ser qualificadas" teriam dito que VITOR, quando abordado, não estava armado, até o momento não houve a oitiva de nenhuma testemunha que pudesse corroborar esta suspeita.” “Até o momento não foi juntada cópia 186), não se podendo, portanto, integral do IPM (fls. conhecer outros elementos a corroborar a suspeita com relação aos policiais. No que tange às fotografias de fls. 384/388, estas são oriundas do circuito interno do Banco do Brasil e eram aguardadas pela autoridade policial para análise.	- revogação da prisão por descarte da hipótese de execução das vítimas - Revogação por ausência de prova que confirmasse a execução das vítimas	Prisão Temporária	-----

		Diante do exposto, não havendo elementos novos a modificar nossa manifestação de fls. 305/312, concordamos com a revogação da prisão”			
Decisão do juízo Datada de 26/02/2015	Juíza 1	<p>“O prazo de trinta dias para que a autoridade policial investigue as mortes das vítimas ainda não terminou e nada de novo surgiu nos autos desde a decisão que decretou a prisão temporária dos investigados, não havendo motivos para que a liberdade seja prematuramente concedida”</p> <p>“A autoridade policial, que representou pela prisão entendeu ser ela necessária para que conseguisse investigar as circunstâncias das mortes de Vítor e Vagner e tem ainda alguns dias para que possa ouvir populares, buscar gravações ou quaisquer outros dados concretos que melhor elucidem as circunstâncias das mortes das vítimas.”</p>	<p>- manutenção da prisão porque as investigações ainda não foram concluídas</p> <p>- manutenção porque a autoridade que pediu não se manifestou pela revogação</p>	Prisão Temporária	-----
Ofício 71/15 Datado 27/02/2015	Delegada DHPP	<p>“Sirvo-me do presente para encaminhar a Vossa Excelência minha Representação pela revogação das Prisões Temporárias dos Policiais Militares ANTONIO EDUARDO PRADO e LUIS ALBERTO ALMEIDA LIMA, os quais se encontram recolhidos no Presídio Romão Gomes.</p> <p>Em anexo, encaminho cópia do relatório das diligências realizadas com o fim de obter a suposta filmagem da ação policial, que restaram infrutíferas, bem como dos termos de declarações dos citados policiais, prestados na data de hoje.”</p>	- revogação em função do resultado das diligências realizadas (infrutíferas) e da declaração dos investigados	Prisão Temporária	-----
Representação pela revogação de prisão temporária de A. E. P. e L. A. A. L. Datado de 27/02/2015	Delegada DHPP	<p>“Ocorre que, após exaustivas diligências realizadas pelos investigadores desta Equipe Especializada, não encontramos nenhum indício ou prova do afirmado anteriormente.</p> <p>Ao contrário, diversos moradores do local foram uníssonos em afirmar que aprovam a ação dos policiais militares e que ambos agiram de forma correta e com lisura.</p> <p>Ouvidos no dia de hoje, ambos negaram veementemente qualquer acusação de execução e ratificaram as informações anteriormente dadas.</p> <p>Sendo assim, considerando que os autores são agentes do estado, possuem residência fixa e livres não prejudicarão as investigações, requeiro a Vossa</p>	<p>- revogação porque moradores do local aprovam a ação dos policiais militares</p> <p>- os policiais militares investigados foram ouvidos e negaram a acusação de execução</p>	Prisão Temporária	-----

		Excelência a revogação das prisões temporárias de ANTONIO EDUARDO PRADO E LUIS ALBERTO ALMEIDA LIMA, uma vez que elas não são mais necessárias para a continuidade das investigações.”			
Decisão do juízo Datada de 27/02/2015	Juíza 2	“Contudo informa a autoridade policial a fls.484/486 não vislumbrar necessidade na manutenção dos suspeito presos temporariamente. Desta feita, uma vez que a própria autoridade policial que conduz as investigações afirma ser desnecessária a prisão cautelar dos suspeitos, tenho que não há legitimidade em sua manutenção.”	- Revogação da prisão porque a autoridade que pediu se manifestou pela revogação	Prisão Temporária	Não vencido
Representação pela prorrogação de prisão temporária de AKIRA e DJALMA Datado de 06/03/2015	Delegada DHPP	“Ocorre que, conforme amplamente divulgado na mídia, vide exemplo de fl. 172, o sargento Marcos Akira teria confessado que ele e o soldado Djalma, na verdade, em vez de prenderem a vítima Vagner, executaram-no e, ainda, alteraram a cena do crime, colocando um revólver calibre .32 na mão do suspeito, bem como atirando duas vezes contra a parede da casa, para simular um confronto.” “A prorrogação de referidas medidas restritivas se faz necessária para a completa e cabal imputação do crime aos seus autores, sendo certo que ainda falta a juntada dos laudos necessários para a comprovação da materialidade do crime.”	- divulgação da confissão na mídia - prorrogação para completa imputação do crime aos seus autores - prorrogação de prisão porque ainda falta a juntada de laudo de comprovação da materialidade delitiva	Prisão Temporária	-----
Parecer do MP sobre pedido da delegada de prorrogação de prisão temporária – favorável ao pedido Datada de 09/03/2015	Promotor de Justiça 1	“Verifica-se que as investigações estão em curso e pendem providências para o esclarecimento dos fatos, de modo que a manutenção da segregação cautelar dos investigados servirá para a autoridade encetar diligências, inclusive a juntada de laudos necessários à prova da materialidade do crime. Também necessária a providência para a manutenção dos investigados fora do convívio social, especialmente porque constatado que têm comportamento em descompasso com a ordem pública e com o exercício da atividade policial.”	- providências para proteção da investigação (juntada de laudo) - manutenção dos investigados fora do convívio social - comportamento em descompasso com a ordem pública - comportamento em descompasso com o exercício da atividade policial	Prisão Temporária	-----

Decisão do juízo Datada de 09/03/2015	Juíza 3	<p>“As diligências não se esgotaram, como explica a autoridade policial. Novas inquirições serão realizadas e outros laudos serão juntados. Consta das informações de policiais que pessoas não querem se envolver e estão reticentes em falar sobre o caso. A prisão temporária por mais trinta dias é necessária para o prosseguimento das investigações”</p>	<p>- autoridade policial sinaliza que as diligências não se esgotaram</p> <p>- prosseguimento das investigações</p>	Prisão Temporária	-----
Relatório final da Polícia Civil - conclusão do IP/DHPP Datado de 08/04/2015	Delegada DHPP	<p>“Por fim, venho mui respeitosamente REQUERER a decretação da prisão preventiva dos acusados Akira e Djalma, com base no artigo 312, do Código de Processo Penal, mostrando-se medida cautelar necessária para a garantia da ordem pública e para assegurar a correta aplicação da lei penal. Ademais, trata-se de medida necessária para dar à sociedade e, em especial à família da vítima, a tão esperada e buscada sensação de punibilidade. Mesmo porque, estamos falando de policiais militares, homens que têm o dever de minimizar o risco de morte, que deveriam nos proteger e não matar! Qualquer que seja o indivíduo detido, tem ele direito à vida e ao devido processo legal. Referidas pessoas envergonham a farda que usam e são um perigo para a sociedade, pois se colocam acima do bem e do mal, acima da Justiça. Atentam, assim, contra o verdadeiro Estado Democrático de Direito que nos foi devolvido com tanta dificuldade e às custas de tantas vidas inocentes.”</p>	<p>- garantia da ordem pública e aplicação da lei penal</p> <p>- medida necessária para dar à sociedade e, em especial à família da vítima, a tão esperada e buscada sensação de punibilidade</p> <p>- policiais militares devem minimizar o risco de morte</p> <p>- policiais devem proteger e não matar</p> <p>- Qualquer que seja o indivíduo detido, tem ele direito à vida e ao devido processo legal</p> <p>- policiais militares que matam envergonham a farda</p> <p>- policiais que matam são um perigo para a sociedade</p> <p>- policiais que matam se colocam acima do bem e do mal, acima da Justiça</p> <p>- atentado contra o estado de direito</p>	Prisão Preventiva	-----
Denúncia do MP Datado de 09/04/2015	Promotor de Justiça 2	<p>“ Ademais, restam igualmente preenchidos os requisitos autorizadores da decretação da custódia cautelar, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, haja vista que a autoria e a materialidade delitiva decorrem dos depoimentos e provas colhidos nos autos de inquérito policial, notadamente no que</p>	<p>- Acusação grave</p> <p>- delitos praticados por agentes públicos, policiais militares no exercício da função</p>	Prisão Preventiva	

		<p>concerne à confissão espontânea do indiciado MARCOS AKIRA RODRIGUES TEIXEIRA perante à Corregedoria da Polícia Militar, oportunidade em que delatou DJALMA APARECIDO DO NASCIMENTO.</p> <p>A acusação que recai contra os ora denunciados é de extrema gravidade, em especial se considerado ter sido os delitos praticados por agentes públicos, policiais militares, no exercício de sua função.</p> <p>Estão presentes os fundamentos que autorizam a custódia processual, quais sejam a necessidade da instrução criminal, garantia da ordem pública e a fiel execução da lei criminal. No caso em tela, constata-se, à evidência, que o crime praticado é de extrema e incalculável gravidade, que assola e prostra a sociedade de bem, exigindo sua privação do convívio social, sob pena e comprometer a própria higidez e integridade da ordem pública (...) O juiz, na interpretação da legislação penal, há de se encontrar atento à realidade dos fatos e ao momento presente, não podendo deixar de considerar a importância de suas decisões na contenção da violência que se vem alastrando de maneira quase incontornável, alarmando a população e intranquilizando as famílias”</p> <p>“Infere-se, pois, que a periculosidade dos agentes e à gravidade inerente ao delito constituem elementos suficientes para ensejar a manutenção do acusado em cárcere (STJ: RT 814/550), evitando-se ainda, por conseguinte, a reprodução de novos delitos (ST F, HC 95.1 18 SP, 94.999/ SP)(...)”</p> <p>“Desta feita, evidencia-se a necessidade da manutenção cautelar dos indiciados em cárcere, para absoluta garantia da ordem pública, salvaguardando-se a sociedade dos efeitos deletérios de suas condutas criminosas.</p> <p>No mais, vale salientar que a prisão preventiva dos indiciados deve ser assegurada como forma de resguardo à credibilidade social na Justiça, evitando-se a descrença nos Órgãos Estatais e minorando o lamentável sentimento de impunidade que assola o país (...)”</p>	<ul style="list-style-type: none"> - necessidade de instrução criminal, garantia da ordem pública e a fiel execução da lei criminal - acusação de homicídio doloso - abate a sociedade de bem - risco de comprometimento e higidez da ordem pública - o papel do juiz na contenção da violência - violência que alarma a população e perturba famílias - periculosidade dos agentes - evitar a produção de novos delitos - absoluta garantia da ordem pública - proteção da sociedade de condutas criminosas - resguardo à credibilidade social na justiça - evitar a descrença nos órgãos estatais - diminuir o sentimento de impunidade - impossibilidade de aplicação de prisão domiciliar porque a análise realizada deu-se em sede de plantão judiciário 		-----
--	--	--	---	--	-------

		<p>“Por fim, observo que não se encontram presentes as condições autorizadoras da substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar (art. 318, CPP), à míngua de outros elementos probatórios e considerando a análise perfunctória feita em sede de plantão judiciário, resta impossível a concessão da liberdade provisória.”</p>			
<p>Recebimento da denúncia Datada de 09/04/2015</p>	Juíza 2	<p>“Quanto ao pedido de prisão preventiva dos acusados, tenho que comporta deferimento. Primeiramente diga-se que tão somente o fato de estarem os acusados sendo processados por fraude processual, tem-se que a prisão cautelar se faz necessária para a garantia da instrução. Aqui se diga também da gravidade do delito, uma vez que praticado por agentes públicos, policiais militares, no exercício da função. De forma que a prisão se mostra necessária para a garantia da ordem pública.”</p>	<p>- garantia da instrução criminal dada a acusação por fraude processual - gravidade do delito aferida pela função exercida pelos agentes públicos - garantia da ordem pública</p>	Prisão Preventiva	-----
<p>Sentença de Pronúncia Datada de 19/06/2015</p>	Juíza 1	<p>“Os réus estão presos desde o início do processo e todas as provas já foram colhidas. Em plenário, eventualmente, haverá a repetição de boa delas. Não vislumbro mais a necessidade de manutenção de suas prisões para a instrução. São funcionários públicos, com emprego fixo, residência, família e total vínculo com o distrito da culpa. Não vislumbro perigo de fuga, com prejuízo a aplicação da lei penal. O júri será marcado para poucos meses da presente data, especialmente caso não haja recurso. Não estão a ameaçar testemunhas, até porque não existem testemunhas presenciais. São primários, de bons antecedentes e não têm outros procedimentos ou processos por atitudes semelhantes às narradas. Podem, portanto, aguardar soltos o julgamento.”</p>	<p>- todas as provas já foram colhidas - funcionários públicos, com emprego fixo, residência, família e total vínculo com o distrito da culpa - ausência de perigo de fuga - proximidade da data de julgamento em plenário - não existem testemunhas presenciais - primários, de bons antecedentes - não têm outros procedimentos ou processos por atitudes semelhantes às narradas</p>	Prisão Preventiva	-----
<p>Recurso em Sentido Estrito Datado de 24/06/2015</p>	Promotor de justiça 3	<p>“Os requisitos que autorizam a custódia processual, quais sejam, a garantia da ordem pública, a conveniência da instrução criminal e a aplicação da lei penal, estão sobejamente presentes nos autos.</p>	<p>- a garantia da ordem pública, a conveniência da instrução criminal e a aplicação da lei penal</p>	Prisão Preventiva	

		<p>E evidente que os crimes praticados são de extrema e incalculável gravidade, que assolam a sociedade de bem, exigindo a privação dos réus do convívio social, sob pena de comprometer a própria higidez e integridade da ordem pública, ainda mais porque foram praticados por agentes públicos, no exercício da função.</p> <p>O que se esperava dos agentes públicos era justamente o contrário, o estrito cumprimento do dever legal e o respeito à lei e à sociedade, isto é, no caso concreto, a detenção da vítima e não a sua execução sumária, pois na qualidade de policiais militares agiram de maneira abjeta e covarde com o propósito de substituir-se à legítima ação estatal da persecução penal, buscando fazer justiça com as próprias mãos.</p> <p>(...) É o que se vê de forma gritante no caso dos autos, uma vez que ao soltar os réus, policiais militares, o juízo de primeiro grau deixou latente à sociedade a sensação de impunidade e a descrença com a Justiça.</p> <p>Nota-se ainda a manifesta periculosidade dos agentes públicos, capazes de praticar bárbaro e cruel atentado contra o bem mais caro à sociedade, numa abjeta e covarde execução de um cidadão, agravada pelo crime de fraude processual, a demonstrar a necessidade da segregação da sociedade, evitando-se que soltos possam cometer novos delitos”</p> <p>“(...)Por fim, é de se lembrar que todos os requisitos que ensejaram a prisão preventiva por ocasião do recebimento da denúncia ainda estão presentes, não se compreendendo dentro deste contexto a incongruência deste juízo na soltura dos réus em sede de pronúncia, ainda mais que para assegurar a aplicação da lei penal os réus estavam presos cautelarmente e o plenário do júri realizar-se-ia em data próxima, o que certamente não ocorrerá agora com a soltura dos réus e a realização do plenário com os réus sortos e a gritante sensação de impunidade e descrença com a Justiça.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - gravidade da infração - a sociedade de bem - higidez e integridade da ordem pública - agentes públicos - agir de maneira covarde na qualidade de policiais - deixar à sociedade a sensação de impunidade e a descrença com a Justiça. - periculosidade dos agentes públicos - pratica de crime bárbaro e cruel - atentado contra o bem mais caro à sociedade - covarde execução de um cidadão - crime de fraude processual como agravador da barbaridade - evitando-se que soltos possam cometer novos delitos - gritante sensação e impunidade e descrença com a justiça 		-----
Petição da defesa de Djalma Aparecido do Nascimento – Contrarrazões de recurso em sentido estrito – Datada de 7 de julho de 2015					
Petição da defesa de Marcos Akira Rodrigues Teixeira – Contrarrazões de recurso em sentido estrito – Datada de 13 de julho de 2015					

Decisão do juízo (juízo de retratação) Datada de 20/07/2015	Juíza 4	“Mantenho a r. decisão de pronúncia por seus próprios fundamentos. Arrazoadado e contrarrazoadado o recurso em sentido estrito interposto pela acusação, subam os autos ao E. Tribunal de Justiça de São Paulo, com nossas homenagens.”	- Mesmos fundamentos da sentença de pronúncia	Prisão Preventiva	-----
Parecer do Ministério Público – favorável à manutenção da prisão preventiva Datado de 22/02/2016	Procuradora de Justiça 1	“De se observar a extrema periculosidade social dos réus, pois, na qualidade de policiais militares, tinham o dever de agir segundo os parâmetros legais e não, fazer justiça de mão própria executando a vítima à queima roupa, ao invés de detê-la em flagrante, em ofensa à Carta Constitucional, que não admite a pena de morte e nem a execução sumária. Aliás, a execução sumária de pessoas é crime típico de organizações criminosas, muito comum no narcotráfico jamais a execução. Assim, para assegurar a garantia da ordem pública, a instrução criminal, pois, ainda serão ouvidas testemunhas em plenário, e a aplicação da lei penal, pois, poderão fugir até o julgamento definitivo, opino pelo provimento do recurso ministerial, a fim de que seja modificada a r. decisão, para manter os réus sob custódia cautelar até julgamento!”	- periculosidade dos réus - violação de parâmetros legais e fazer justiça com as próprias mãos - ofensa à constituição - a execução sumária de pessoas é crime típico de organizações criminosas - garantia da instrução criminal e aplicação da lei penal -risco de fuga	Prisão Preventiva	-----
ACÓRDÃO Registro: 2016.0000356088 Datado de 05/05/2016	Relator 1	“As provas necessárias à exposição em plenário já foram produzidas sob o crivo do contraditório, de modo que não podem ser comprometidas. Eventual modificação na situação de fato, como, v. g., superveniência de informações concretas quanto a fatos novos que possam influenciar, de qualquer modo, no ânimo dos jurados, ou no das pessoas que venham a ser chamadas a intervir nos autos, poderá, a qualquer momento, ser objeto de novas deliberações na origem, ao prudente arbítrio do julgador. Ante o exposto, nego provimento ao recurso.”	- provas já produzidas - possibilidade de nova decretação de prisão cautelar caso surjam novos fatos que possam influir na produção de provas	Prisão Preventiva	-----

Argumentos codificados	Eixos centrais	Argumentos jurídico-legais	Argumentos jurídicos não legais
<ul style="list-style-type: none"> - viabilização da investigação - busca de provas e testemunhas 	<ul style="list-style-type: none"> - Proteção de provas e testemunhas - Garantia do desenvolvimento das investigações 	<ul style="list-style-type: none"> - Proteção de provas e testemunhas - Garantia do desenvolvimento das investigações 	
<ul style="list-style-type: none"> - segurança e celeridade à instrução policial até o término das investigações - elucidação sobre a motivação do delito 	<ul style="list-style-type: none"> - Garantia do desenvolvimento das investigações 	<ul style="list-style-type: none"> - Garantia do desenvolvimento das investigações 	
<ul style="list-style-type: none"> - reconhecimento da prática de homicídio pelos réus, ainda que em tese - evitar mal maior - tranquilidade das investigações 	<ul style="list-style-type: none"> - Antecipação dos efeitos de eventual sentença condenatória - Evitar mal maior - Garantia do desenvolvimento das investigações 	<ul style="list-style-type: none"> - Garantia do desenvolvimento das investigações 	<ul style="list-style-type: none"> - Antecipação dos efeitos de eventual sentença condenatória - Evitar mal maior
<ul style="list-style-type: none"> - proteção da investigação e das pessoas envolvidas 	<ul style="list-style-type: none"> - Garantia do desenvolvimento das investigações 	<ul style="list-style-type: none"> - Garantia do desenvolvimento das investigações 	
<ul style="list-style-type: none"> - revogação da prisão por descarte da hipótese de execução das vítimas - Revogação por ausência de prova que confirmasse a execução das vítimas 	<ul style="list-style-type: none"> - Antecipação dos efeitos de eventual sentença absolutória 		<ul style="list-style-type: none"> - Antecipação dos efeitos de eventual sentença absolutória
<ul style="list-style-type: none"> - manutenção da prisão porque as investigações ainda não foram concluídas - manutenção porque a autoridade que pediu não se manifestou pela revogação 	<ul style="list-style-type: none"> - Garantia do desenvolvimento das investigações - manutenção porque a autoridade que pediu não se manifestou pela revogação 	<ul style="list-style-type: none"> - Garantia do desenvolvimento das investigações - manutenção porque a autoridade que pediu não se manifestou pela revogação 	
<ul style="list-style-type: none"> - revogação em função do resultado das diligências 	<ul style="list-style-type: none"> - Diligências já realizadas - Declaração dos investigados 	<ul style="list-style-type: none"> - Diligências já realizadas 	<ul style="list-style-type: none"> - Declaração dos investigados

realizadas (infrutíferas) e da declaração dos investigados			
- revogação porque moradores do local aprovam a ação dos policiais militares - os policiais militares investigados foram ouvidos e negaram a acusação de execução	- Aprovação dos moradores da ação dos policiais militares - Declaração dos investigados		- Aprovação dos moradores da ação dos policiais militares - Declaração dos investigados
- Revogação da prisão porque a autoridade que pediu se manifestou pela revogação	- a autoridade que pediu se manifestou pela revogação	- a autoridade que pediu se manifestou pela revogação	
- divulgação da confissão na mídia - prorrogação para completa imputação do crime aos seus autores - prorrogação de prisão porque ainda falta a juntada de laudo de comprovação da materialidade delitiva	- Exposição do caso na mídia - Viabilização da denúncia - Garantia do desenvolvimento das investigações	- Garantia do desenvolvimento das investigações	- Exposição do caso na mídia
- providências para proteção da investigação (juntada de laudo) - manutenção dos investigados fora do convívio social - comportamento em descompasso com a ordem pública - comportamento em descompasso com o exercício da atividade policial	- Garantia do desenvolvimento das investigações - Afastamento dos investigados do convívio social - comportamento em descompasso com a ordem pública - comportamento em descompasso com o exercício da atividade policial	- Garantia do desenvolvimento das investigações	- Afastamento dos investigados do convívio social - comportamento em descompasso com a ordem pública - comportamento em descompasso com o exercício da atividade policial
- autoridade policial sinaliza que as diligências não se esgotaram - prosseguimento das investigações	- Garantia do desenvolvimento das investigações	- Garantia do desenvolvimento das investigações	

<ul style="list-style-type: none"> - garantia da ordem pública e aplicação da lei penal - medida necessária para dar à sociedade e, em especial à família da vítima, a tão esperada e buscada sensação de punibilidade - policiais militares devem minimizar o risco de morte - policiais devem proteger e não matar - Qualquer que seja o indivíduo detido, tem ele direito à vida e ao devido processo legal - policiais militares que matam envergonham a farda - policiais que matam são um perigo para a sociedade - policiais que matam se colocam acima do bem e do mal, acima da Justiça - atentado contra o estado de direito 	<ul style="list-style-type: none"> - Garantia da ordem pública - Assegurar a correta aplicação da lei - dar à sociedade, em especial à família da vítima sensação de punibilidade - Envergonham a farda que usam e são um perigo à sociedade - Atentam contra o Estado de Direito - se colocam acima da justiça 	<ul style="list-style-type: none"> - Garantia da ordem pública - Assegurar a correta aplicação da lei 	<ul style="list-style-type: none"> - dar à sociedade, em especial à família da vítima sensação de punibilidade - Envergonham a farda que usam e são um perigo à sociedade - Atentam contra o Estado de Direito - se colocam acima da justiça
<ul style="list-style-type: none"> - Acusação grave - delitos praticados por agentes públicos, policiais militares no exercício da função - necessidade de instrução criminal, garantia da ordem pública e a fiel execução da lei criminal - acusação de homicídio doloso - abate a sociedade de bem 	<ul style="list-style-type: none"> - Gravidade do delito porque praticado por policiais militares no exercício da função - Garantia para a ordem pública - Gravidade do delito - Garantia da aplicação da lei - risco de comprometimento e higidez da ordem pública - periculosidade dos agentes - evitar a produção de novos delitos 	<ul style="list-style-type: none"> - Garantia para a ordem pública - Garantia da aplicação da lei - 	<ul style="list-style-type: none"> - Gravidade do delito porque praticado por policiais militares no exercício da função - Gravidade do delito - risco de comprometimento e higidez da ordem pública - evitar a produção de novos delitos - Proteção da sociedade - Resguardo à credibilidade da Justiça - Proteção da imagem dos órgãos públicos - Diminuição do sentimento de impunidade

<ul style="list-style-type: none"> - risco de comprometimento e higidez da ordem pública - o papel do juiz na contensão da violência - violência que alarma a população e perturba famílias - periculosidade dos agentes - evitar a produção de novos delitos - absoluta garantia da ordem pública - proteção da sociedade de condutas criminosas - resguardo à credibilidade social na justiça - evitar a descrença nos órgãos estatais - diminuir o sentimento de impunidade - impossibilidade de aplicação de prisão domiciliar porque a análise realizada deu-se em sede de plantão judiciário 	<ul style="list-style-type: none"> - Proteção da sociedade - Resguardo à credibilidade da Justiça - Proteção da imagem dos órgãos públicos - Diminuição do sentimento de impunidade 		
<ul style="list-style-type: none"> - garantia da instrução criminal dada a acusação por fraude processual - gravidade do delito aferida pela função exercida pelos agentes públicos - garantia da ordem pública 	<ul style="list-style-type: none"> - garantia da instrução criminal dada a acusação por fraude processual - Gravidade do delito porque praticado por policiais militares no exercício da função 	<ul style="list-style-type: none"> - garantia da instrução criminal dada a acusação por fraude processual 	<ul style="list-style-type: none"> - Gravidade do delito porque praticado por policiais militares no exercício da função
<ul style="list-style-type: none"> - todas as provas já foram colhidas - funcionários públicos, com emprego fixo, residência, 	<ul style="list-style-type: none"> - Provas já produzidas - funcionários públicos, com emprego fixo e residência - ausência de perigo de fuga - não existem testemunhas presenciais 	<ul style="list-style-type: none"> - Provas já produzidas - funcionários públicos, com emprego fixo e residência - ausência de perigo de fuga - não existem testemunhas presenciais 	

<p>família e total vínculo com o distrito da culpa</p> <ul style="list-style-type: none"> - ausência de perigo de fuga - proximidade da data de julgamento em plenário - não existem testemunhas presenciais - primários, de bons antecedentes - não têm outros procedimentos ou processos por atitudes semelhantes às narradas 	- primário	- primário	
<ul style="list-style-type: none"> - a garantia da ordem pública, a conveniência da instrução criminal e a aplicação da lei penal - gravidade da infração - a sociedade de bem - higidez e integridade da ordem pública - agentes públicos - agir de maneira covarde na qualidade de policiais - deixar à sociedade a sensação de impunidade e a descrença com a Justiça. - periculosidade dos agentes públicos - pratica de crime bárbaro e cruel - atentado contra o bem mais caro à sociedade - covarde execução de um cidadão - crime de fraude processual como agravador da barbaridade 	<ul style="list-style-type: none"> - a garantia da ordem pública, a conveniência da instrução criminal e a aplicação da lei penal - Gravidade do delito porque praticado por policiais militares no exercício da função - deixar à sociedade a sensação de impunidade e a descrença com a Justiça - pratica de crime bárbaro e cruel - Covarde execução de um cidadão - Desestímulo a novos delitos - gritante sensação e impunidade e descrença com a justiça 	<ul style="list-style-type: none"> - a garantia da ordem pública, a conveniência da instrução criminal e a aplicação da lei penal 	<ul style="list-style-type: none"> - Gravidade do delito porque praticado por policiais militares no exercício da função - deixar à sociedade a sensação de impunidade e a descrença com a Justiça - pratica de crime bárbaro e cruel - Covarde execução de um cidadão - Desestímulo a novos delitos - gritante sensação e impunidade e descrença com a justiça

- evitando-se que soltos possam cometer novos delitos - gritante sensação e impunidade e descrença com a justiça			
- Mesmos fundamentos da sentença de pronúncia	- Mesmos fundamentos da sentença de pronúncia		- Mesmos fundamentos da sentença de pronúncia
- periculosidade dos réus - violação de parâmetros legais e fazer justiça com as próprias mãos - ofensa à constituição - a execução sumária de pessoas é crime típico de organizações criminosas - garantia da instrução criminal e aplicação da lei penal -risco de fuga	- periculosidade dos réus - violação de parâmetros legais - ofensa à constituição - a execução sumária de pessoas é crime típico de organizações criminosas		- periculosidade dos réus - violação de parâmetros legais - ofensa à constituição - a execução sumária de pessoas é crime típico de organizações criminosas
- provas já produzidas - possibilidade de nova decretação de prisão cautelar caso surjam novos fatos que possam influir na produção de provas	- provas já produzidas - possibilidade de nova decretação de prisão cautelar caso surjam novos fatos que possam influir na produção de provas	- provas já produzidas	- possibilidade de nova decretação de prisão cautelar caso surjam novos fatos que possam influir na produção de provas

Argumentos jurídicos não legais	Eixos centrais que emergiram dos argumentos para prender provisoriamente policiais
- Gravidade do delito porque praticado por policiais militares no exercício da função	os policiais deveriam ser presos preventivamente porque são policiais e a conduta, em tese praticada, não é compatível com esta função pública
- a execução sumária de pessoas é crime típico de organizações criminosas	
- Envergonham a farda que usam e são um perigo à sociedade	
- comportamento em descompasso com o exercício da atividade policial	

- periculosidade dos réus	uma necessidade punir
- Diminuição do sentimento de impunidade	
- sensação e impunidade e	
- Afastamento dos investigados do convívio social	
- Desestímulo a novos delitos	
- evitar a produção de novos delitos	
- risco de comprometimento e higidez da ordem pública	
- Gravidade do delito	
- Proteção da sociedade	
- dar à sociedade, em especial à família da vítima sensação de punibilidade	
- se colocam acima da justiça	
- Covarde execução de um cidadão	proteção da ordem constitucional e do Estado de Direito
- violação de parâmetros legais	
- ofensa à constituição	
- Atentam contra o Estado de Direito	
- Evitar mal maior	Proteção das instituições
- Exposição do caso na mídia	
- Resguardo à credibilidade da Justiça	
- descrença com a justiça	
- Envergonham a farda que usam	
- Proteção da imagem dos órgãos públicos	

